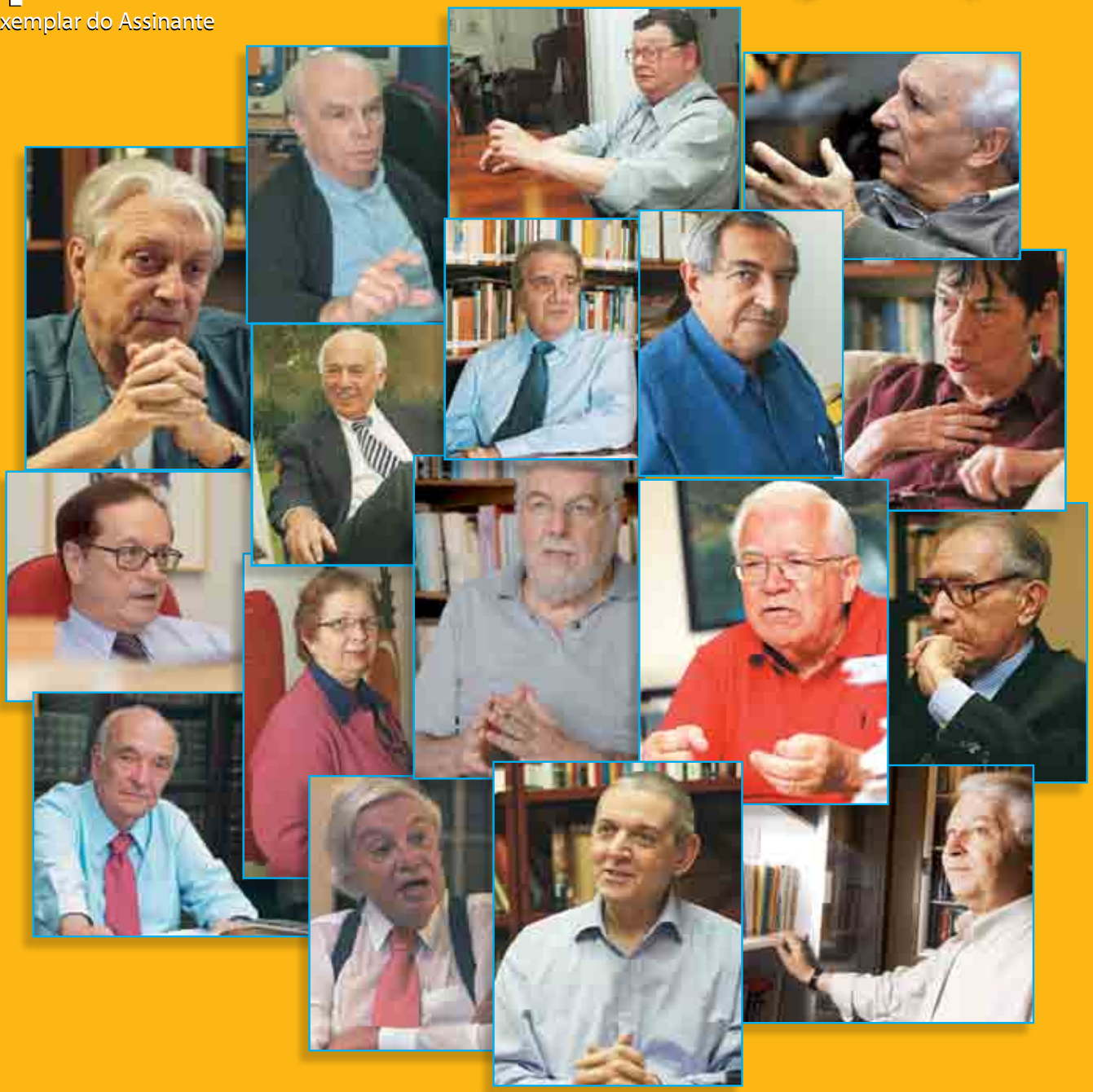
dezembro de 2009/janeiro de 2010 • Ano 7 • nº 57 www.desafios.ipea.gov.br

desafios do desenvolvimento

ipea

edição especial

Exemplar do Assinante



Retrospectiva 2006–2009

As entrevistas dos conselheiros de orientação do Ipea

INFELIZMENTE

DESAPA

Ainda existem mais de 140 famílias de desaparecidos políticos que, mesmo depois do Brasil conquistar a democracia plena, ainda não conseguiram enterrar seus mortos. Encontrar esses corpos não é só respeitar o direito sagrado de seus familiares, é também uma forma do Brasil impedir que erros do passado se repitam no futuro.

Se você tem informações ou documentos sobre o período de 1964 a 1985, acesse

RECIDOS

ATÉ HOJE.

E mais de uma centena de outros brasileiros desaparecidos que você pode ajudar a encontrar.

Para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça.

www.memoriasreveladas.gov.br. O sigilo de sua identidade é garantido.

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

Governo Federal
Secretaria de Assuntos Estratégicos
da Presidência da República
MINISTRO Samuel Pinheiro Guimarães

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PRESIDENTE Marcio Pochmann

http://www.Ipea.gov.br/ouvidoria

desafios do desenvolvimento

www.desafios.ipea.gov.br

DIRETOR-GERAL Daniel Castro
CONSELHO EDITORIAL Adelina Lapa Nava Rodrigues, José Aparecido Ribeiro, Douglas Portari, Fernanda Cristine Carneiro, Isabela Vilar, João Cláudio Garcia, Jorge Abrahão de Castro, José Aparecido, Júnia Cristina Perez Conceição, Márcio Bruno Ribeiro, Maria da Piedade Morais, Marina Nery, Pedro Libânio e Pérsio Marco Antônio Davison

Redação
EDITOR-CHEFE Gilson Luiz Euzébio
EDITORA DE ARTE Gislaine A. Soares
EDITOR DE ARTE/FINALIZAÇÃO Divanir Junior
JORNALISTA RESPONSÁVEL Gilson Luiz Euzébio
ARTE DA CAPA Divanir Junior

Colaborador
George da Guia

Cartas para a redação
SBS Quadra 01, Bloco J, Edifício BNDES, sala 1514
CEP 70076-900 - Brasília, DF
desafios@ipea.gov.br

Impressão
Gráfica Art Printer

AS OPINIÕES EMITIDAS NESTA PUBLICAÇÃO SÃO DE EXCLUSIVA E DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES, NÃO EXPRIMINDO, NECESSARIAMENTE, O PONTO DE VISTA DO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea).

É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO DA REVISTA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

DESAFIOS (ISSN 1806-9363) É UMA PUBLICAÇÃO MENSAL DO Ipea, PRODUZIDA PELA VIRTUAL PUBLICIDADE LTDA.

virtualPublicidade
virtual publicidade ltda
Rua Desembargador Westphalen, 868, Curitiba-PR
Cep. 80230-100 – Fone:(41) 3018-9695
e-mail: virtualpublicidade@virtualp.com.br

Carta ao leitor

O leitor da revista **Desafios do Desenvolvimento** acostumou-se, a cada mês, a discutir os rumos do País e do mundo por meio de nossas entrevistas especiais. Os maiores intelectuais brasileiros, formadores de opinião e agentes ativos do debate nacional por definição, eles trouxeram suas ideias e análises à boca do palco.

Esta edição especial traz alguns destes entrevistados, reunindo os depoimentos dos membros do Conselho de Orientação do **Ipea**, um colegiado de renomados profissionais das mais diferentes áreas e linhas de pensamento. Aqui, nas páginas da revista, eles combateram mitos, levantaram temas, foram contrapontos a discursos hegemônicos.

E mais. Abrangendo um período que vai de 2005 ao final de 2009, suas entrevistas são um rico material, que nos serve não apenas como retrato de cada momento, mas como retrospectiva do período. Dos anseios do País e do mundo, à pauta de discussão dos últimos anos.

Uma ótima oportunidade para avaliar, para o bem e para o mal, quão atuais continuam estes **17** depoimentos, e em que medida a realidade correspondeu às expectativas e previsões destes intelectuais.

Boa leitura!

Daniel Castro, diretor-geral da
revista **Desafios do Desenvolvimento**

desafios do
desenvolvimento

Sumário

7 **Roberto Cavalcanti**
Crescimento de 6% ao ano levará o Brasil ao pleno emprego

15 **Candido Mendes**
"Não é um diploma que tira uma pessoa da miséria"

23 **João Paulo de Almeida Magalhães**
"É necessário crescer a 7% ao ano"

31 **Carlos Lessa**
É preciso discutir o futuro

40 **Walter Barelli**
Empregar é a solução

48 **Dércio Munhoz**
"É preciso manter as pessoas nas feiras e nos supermercados"

57 **Pedro Demo**
"Democracia e distribuição de renda só com educação"

64 **Raphael de Almeida Magalhães**
"O destino brasileiro não pode ser soldado à exportação de primários"

73 **Tania Bacelar de Araújo**
A diversidade regional é um patrimônio brasileiro

80 **Wanderley Guilherme dos Santos**
Falta um bom partido conservador no Brasil

89 **Wilson Cano**
E absolutamente prioritário redistribuir a renda

97 **Luiz Carlos Bresser Pereira**
O câmbio, o mercado... é um desastre

104 **João Paulo dos Reis Velloso**
Chega de ficar perdendo oportunidades

112 **Antonio Delfim Netto**
O papel do Estado é igualar

120 **Maria da Conceição Tavares**
Crescimento deveria ser meta do Banco Central

129 **Luiz Gonzaga Belluzzo**
Políticas sociais melhoram a distribuição de renda

136 **Rubens Ricupero**
A América está partida

PUBLICADA
ipea
NA EDIÇÃO
Nº54 - 09/2009

Fotos: Cesar Duarte

Roberto Cavalcanti

Crescimento de 6% ao ano levará o Brasil ao pleno emprego

O Brasil pode resolver em poucos anos o problema do desemprego, se mantiver taxa de crescimento entre 6% e 7%. "Isso já aconteceu na década de 1970", afirma o advogado e economista Roberto Cavalcanti de Albuquerque, diretor técnico do Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae) e integrante do Conselho de Orientação do **Ipea**. Mas o Brasil precisa de planejamento para melhor aproveitar seus recursos naturais e manter o crescimento: "As estratégias precisam ser amplamente debatidas e conhecidas por todos (...) Se você esclarece para a população, o governo e os agentes produtivos quais são as grandes questões e as motivações para o crescimento, todos convergem para o mesmo ponto, o que gera bons resultados". Nesta entrevista à revista **Desafios do Desenvolvimento**, ele afirma que o Programa de Aceleração do Crescimento não é um plano de desenvolvimento e critica também o Programa Bolsa Família. Mas reconhece: "A diminuição da pobreza com o Bolsa Família foi visível". O desafio é, para ele, criar condições para que as pessoas possam ter sua própria renda.

Por **Annie Nielsen** – do Rio de Janeiro

Perfil

Diretor técnico do Instituto Nacional de Altos Estudos desde 1991, Roberto Cavalcanti de Albuquerque tem cerca de trinta livros e uma centena de artigos publicados, no Brasil e no exterior, nas áreas de economia, política, sociologia, artes e ciências. Entre seus títulos mais conhecidos estão *Coronel, coronéis, em parceria com Marcos Vilaça*, com cinco edições brasileiras e cinco estrangeiras, e *Gilberto Freyre e a invenção do Brasil*.

Roberto Cavalcanti nasceu em Pernambuco, em 1939, e formou-se em direito pela Faculdade de Direito do Recife, em 1961. Cursou estatística e matemática nas universidades americanas Washington, no Missouri, e Boulder, no Colorado, e concluiu um mestrado em economia política na Universidade Colúmbia, em Nova York, em 1964. Especialista em desenvolvimento regional, ocupou simultaneamente os cargos de superintendente do **Ipea** e de secretário de Planejamento da Presidência da República entre 1974 e 1979 e, de 1979 a 1985, o de secretário-geral do Ministério do Interior.

Na área acadêmica, Roberto Cavalcanti foi professor titular de Economia da Universidade Federal de Pernambuco, de 1962 a 1990. No ano de 1964, ajudou a fundar o Instituto de Ciências Humanas, no Recife, e o Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia (Pimes). "A ideia era que os economistas precisam entender um pouco a sociedade e os sociólogos, por sua vez, a economia", explica. Roberto Cavalcanti também atuou como professor visitante da Universidade Harvard em 1964, 1966 e 1968; do Instituto Internacional de Administração Pública em 1983; e como membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, de 1985 a1990. Também integrou, entre 1982 e 2000, os conselhos do BNDES, da Finame, da Finep, do Cnpq, da Sudene, do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico.

Desafios – Como o senhor avalia a atual situação do Brasil? O que podemos esperar daqui para frente?

Cavalcanti – Avalio a situação no momento como razoável, dada à conjuntura internacional negativa, marcada por uma crise financeira que afeta a economia mundial como um todo. Estamos assim porque o Brasil alcançou bons fundamentos macroeconômicos antes da crise. Esse comportamento vinha sendo adotado desde a década de 1990 e foi continuado pelo atual governo. Além disso, o governo reagiu bem à crise, atuando com presteza no sentido de abafar seus efeitos mais imediatos: redução do nível de atividade e do crédito, elevação de preços. O Brasil já apresenta sinais de superação da crise. Trata-se de um dos países pioneiros nessa sintomática positiva pós-crise, o que faz prever para o próximo ano um crescimento de nível médio, em torno de 4% a 5%.

Desafios – Quais serão os principais desafios para atingirmos esse patamar de crescimento?

Cavalcanti – O Brasil detém certo *know-how* com relação a crises mundiais. Na década de 1930, nós nos beneficiamos da crise porque avançamos na industrialização. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, tivemos que encontrar um substitutivo para as importações de máquinas e equipamentos, que diminuíram demais por conta do conflito. Na década de 1970, com a crise do petróleo, optamos por crescer, com todos os riscos inerentes a essa decisão. Por outro lado, também renovamos nossa estrutura produtiva, a direção de bens intermediários e de bens de capital. Creio que a crise atual ainda não exauriu todos os seus efeitos. Há sinais de que o grau de endividamento das empresas americanas é muito alto. Portanto, podemos ter um efeito retardado da crise. Diante disso, o Brasil deve tomar a crise como uma oportunidade. Ou seja, não deve apenas reagir bem à crise como vem fazendo, mas definir linhas de ação para o futuro.

Desafios – O que precisa ser feito para transformar a crise em oportunidade?

Cavalcanti – Primeiro, pensar de forma inovadora no que diz respeito aos recursos naturais. O Brasil tem uma vantagem muito grande em termos de recursos naturais e precisa reforçá-la investindo na nossa infraestrutura, que é pesada e ineficiente. O transporte, por exemplo, encarece muito nossa produ-

ção agrícola. Precisamos elevar o grau de industrialização daquilo que exportamos, ou seja, agregar valor às exportações na área de insumos básicos, ferro, papel, celulose, grãos, a fim de ampliarmos a cadeia produtiva interna. Segundo, precisamos ter uma base importante nas áreas de tecnologia da informação e comunicação (TIC). A Índia, por exemplo, tem uma base importante, mas é um país deslocado do ocidente, as TIC são um enclave num mar de pobreza. O Brasil tem uns quatro ou cinco centros de TIC que estão se desenhando no mapa do país e podem ser a base para um salto nessa área de tecnologia.

Desafios – Nossa exploração de energia renovável está subaproveitada?

Cavalcanti – Certamente. Temos uma matriz energética positiva. Nosso potencial hidrelétrico é enorme, mas podemos aprimorar e ampliar a oferta de fontes de energia renovável, principalmente de bioenergia e energia eólica. O Nordeste tem uma capacidade enorme na área de energia eólica, mas só o Ceará começou a aproveitá-la. O grau de exploração dessa energia ainda é incipiente, se comparado ao dos países escandinavos, onde os moinhos de vento fazem parte da paisagem.

Desafios – Qual seria a melhor forma de aproveitar os recursos que virão com o pré-sal?

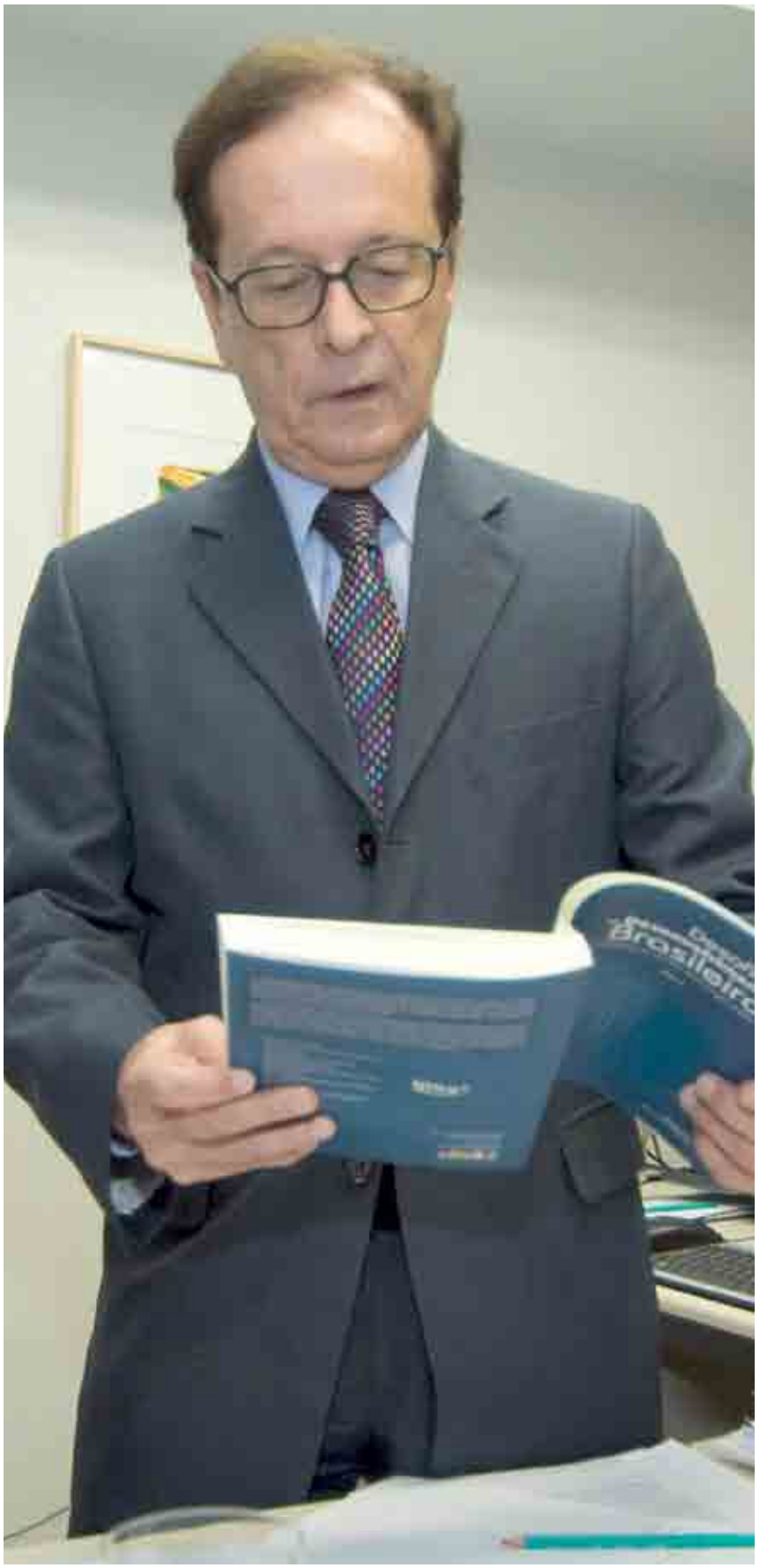
Cavalcanti – Os recursos do pré-sal devem ser usados para transformar a economia do País; devem ser utilizados para investimentos em infraestrutura, alta tecnologia, conhecimento. Setores como o turismo, o lazer e o entretenimento podem se desenvolver mais e de forma mais criativa. Essa é a ideia: aproveitar a crise por meio de um plano de ação que desenhe um novo futuro para o país. Vivemos um novo momento em termos de economia global, de realinhamento de formas de produção, e o Brasil precisa se inserir nesse contexto de forma inteligente para crescer. No entanto, não podemos pensar só em crescimento, mas também em desenvolvimento. Aqui no Fórum Nacional (berço do Inae, dedicado ao estudo e formulação de propostas para a modernização do país), entendemos desenvolvimento como um processo global; um processo econômico, político, social e até cultural, de mudança de mentalidade, de atitude, de espírito. Crescimento apenas é uma ideia pobre, esse processo tem de vir acompanhado de uma melhoria da sociedade, de uma melhoria da convivência humana, da interação entre as pessoas.

Desafios – O que este governo tem feito de positivo para caminhar rumo a esse desenvolvimento no sentido global?

Cavalcanti – O ponto mais positivo deste governo, tomando os dois mandatos do presidente Lula, foi a continuidade da política macroeconômica e até um aperfeiçoamento dela em alguns aspectos. O tão falado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é apenas um arranjo de projetos, não tem uma visão macro.

Desafios – Por quê?

Cavalcanti – Porque quando fazemos um planejamento, definimos grandes metas, metas globais. Ao traçarmos metas globais e estratégias para viabilizá-las, obtemos um planejamento estruturado. As metas são as definições políticas, os objetivos que queremos atingir. As estratégias são as definições dos meios para alcançarmos esses objetivos. O PAC não tem isso, é apenas um conjunto de projetos. Assemelha-se um pouco com o que Juscelino Kubitscheck fez na época dele. Ocorre que o Juscelino foi adiante, ele criou grupos de trabalho para ampliar as indústrias básicas, a indústria auto-



mobilística, pois não gostava da velha estrutura do Estado. Ele a considerava ineficiente e, por esse motivo, deixou-a de lado e trabalhou com grupos executivos. O PAC não fez nem isso. Consiste num conglomerado de projetos cuja soma em termos de crescimento e desenvolvimento ninguém sabe qual será porque não houve uma definição de metas. O mesmo ocorreu com o Bolsa Família: reduziu-se a pobreza provisoriamente, na medida em que o programa a amenizou. Entretanto, o Bolsa Família não proporcionou instrumentos para a superação da pobreza e ainda gera uma dependência dos recursos públicos.

Desafios – Como seria possível melhorar o PAC e o Bolsa Família?

Cavalcanti – O Bolsa Família só será viável com a retomada de certo nível de crescimento. Assim, passará a prover às pessoas hoje atendidas pelo programa os instrumentos pelos quais elas, sobretudo os jovens, poderão superar a pobreza. Para tanto, só há um caminho: através da educação e do emprego. O êxito do programa Bolsa Família se medirá pela sua importância cada vez menor, pela redução das pessoas atendidas.

Com relação ao PAC, será preciso criar ao menos objetivos setoriais. Tome a indústria tal, tome um setor tal, transportes, por exemplo, convergindo para uma meta global e uma aceleração do crescimento acima de 5%. Afinal, qualquer Bric (grupo formado por Brasil, Rússia, Índia e China) de respeito não pode ficar nesse patamar muito tempo.

Desafios – Em relação aos Bric, quais as vantagens e desvantagens que temos em relação aos países que compõem esse grupo? Corremos o risco de poluirmos demais o meio ambiente como faz a China? Como ficamos em relação à Índia, que tem um polo de tecnologia da informação altamente desenvolvido e ainda por cima fala inglês?

Cavalcanti – A Índia tem muitas desvantagens; a primeira delas é o fuso horário. O país fica muito desvinculado dos Estados Unidos por causa disso. Segundo, a economia moderna da Índia é uma ilha num mar de pobreza. Nós temos pobreza, mas a Índia tem numa proporção vinte vezes maior. Além disso, conta com apenas um núcleo importante de tecnologia da informação. O Brasil tem quatro ou cinco grandes núcleos, sendo que um deles se encontra no Nordeste, no Recife. Existe uma associação no país chamada Brasscom que congrega os setores de TI e tem se mostrado muito ativa em ampliar nosso potencial nessa área. A entidade visa transformar o Brasil num grande polo digital, o que me parece bastante viável dentro de um prazo de uns dez anos.

Com respeito à China, não acho que o Brasil irá descuidar do meio ambiente como os chineses vêm fazendo. O Brasil tem consciência da importância do meio ambiente para o desenvolvimento e de como conciliar crescimento econômico com preservação ambiental. Depois de quinze, vinte anos de discussão, esse tema já entrou na agenda nacional, embora ainda haja conflitos. A situação na China, porém, é bem mais complicada; o país está muito atrasado nesse ponto. Nós dispomos de leis ambientais modernas, embora elas nem sempre sejam tão eficazes. Temos condições de ampliar as frentes agrícolas no Brasil sem tocar na Amazônia, na geração de bioenergia, por exemplo. Aliás, a Amazônia só tem sentido do ponto de vista econômico como floresta, pois sua terra não é fértil, salvo certas manchas. A riqueza da floresta é a sua biodiversidade. Trata-se de outra oportunidade estratégica do país, embora de mais longo prazo porque ainda não conhecemos toda a essa riqueza existente na Amazônia. Mas, voltando à China, o principal entrave desse país não é nem a questão ambiental e sim a situação política e a desigualdade social, resultante da economia implantada no país. Há uma área rural imensa que saiu da miséria, mas não da pobreza.

Quanto à Rússia, ela precisa remontar toda a sua economia e superar essa fase complicada, marcada pela presença da máfia e de muita corrupção.

"Os recursos do pré-sal devem ser usados para transformar a economia do país; devem ser utilizados para investimentos em infra-estrutura, alta tecnologia, conhecimento. Setores como o turismo, o lazer e o entretenimento podem se desenvolver mais e de forma mais criativa. Essa é a ideia: aproveitar a crise por meio de um plano de ação que desenhe um novo futuro para o País"

Desafios – Que medidas precisam ser tomadas para assegurar desenvolvimento econômico com inflação sob controle?

Cavalcanti – O Brasil aprendeu a fazer política macroeconômica, sobretudo monetária, mas convive com problemas fiscais complicados. Apresenta elevada carga fiscal, forte participação do Estado na economia, aumento das despesas de custeio e queda percentual do investimento público. A inflação exige uma atividade de vigilância permanente, mas o Banco Central vem realizando bem essa tarefa.

Desafios – A taxa básica de juros, a Selic, atingiu seu menor patamar da história recente: 8,75%. O senhor acha que o Brasil finalmente superou o medo de reduzir os juros?

Cavalcanti – Sim, o País perdeu o medo de baixar os juros e acho que a taxa básica vai cair ainda mais, mas não este ano. Afinal, há necessidade de cautela.

Desafios – Por quê?

Cavalcanti – Porque essas políticas de redução de juros são políticas de sintonia fina. Não podemos ter sobressaltos, pelo contrário, precisamos controlar as grandes variações. A taxa de câmbio, por exemplo, está muito volátil. O que o BC precisa fazer diante disso? Reduzir essa volatilidade. O mesmo ocorre com o organismo humano, que tem uma pressão sistólica e diastólica. Nossa pressão não pode ficar dando saltos. Se alguém se acostuma com uma pressão de 140x90, cria um sistema de ajuste para viver daquela forma. Então é preciso evitar as grandes oscilações.

Desafios – Quais os benefícios concretos que essa redução da taxa de juros vai trazer para a população?

Cavalcanti – Os efeitos dessa redução só vão ocorrer no próximo ano. O endividamento passa a ter outro custo, um custo muito menor para as famílias e as empresas. Antigamente, quando alguém comprava uma geladeira a prazo, pagava o valor de duas por causa dos juros. No sentido amplo, com o *spread* (diferença entre o que o banco paga ao tomar um empréstimo e o que cobra ao conceder um empréstimo) e tudo. É a conta que chega ao consumidor. Com os juros mais baixos, você tem um estímulo à economia. Mas é preciso lembrar que o endividamento tem um limite; não se pode chegar ao ponto a que os americanos chegaram.

Desafios – O senhor é favorável a uma reforma fiscal e trabalhista?

Cavalcanti – Sim, se articuladas, e incluiria também uma reforma previdenciária. Seria necessário repensar o Estado em termos de sua dimensão. Qual seria o número de ministérios? Precisaríamos de um ministério dos Transportes ou das Comunicações ou apenas de uma agência reguladora? Desinflar o Estado e torná-lo mais eficiente, mais voltado para objetivos concretos, para ações de governo geradoras de programas e projetos de desenvolvimento. Isso seria um Estado moderno e oportuno. Ocorre que toda reforma mexe com interesses. O Brasil exagerou com respeito à carga tributária sobre a folha de salário. Poucos países do mundo têm carga tributária semelhante. Vejo alguma possibilidade de mudança nesse sentido, mas também gradual.

Desafios – Como podemos ampliar o mercado de trabalho para os jovens?

Cavalcanti – Os jovens precisam de educação e qualificação. A faixa dos jovens é a mais desempregada e a mais pobre. A pobreza no Brasil hoje se concentra na população jovem.

Desafios – O desemprego é um dos principais entraves para o desenvolvimento. O senhor vê alguma solução para esse problema, principalmente no caso dos não tão jovens que desejam voltar para o mercado de trabalho?

Cavalcanti – Se a economia ganhar ritmo e sustentação, a questão do emprego no Brasil vai se resolver rapidamente. Estamos numa fase em que a procura por emprego diminui por causa da transição demográfica. Antigamente tínhamos dois, três milhões de pessoas por ano que entravam na força de trabalho. Hoje temos um milhão e meio de pessoas e esse número vem caindo devido à queda do crescimento demográfico. Falta gente para preencher as vagas nas escolas. Muitas estão com excesso de equipamento, porque o número de crianças relativamente à população diminuiu. O mesmo ocorre no momento com o desemprego. Assim, quando atingir um crescimento da ordem de 6% a 7% ao ano, o Brasil resolverá a questão do emprego em cinco a seis anos. Ou seja, a massa de desempregados que existe vai desaparecer. Isso aconteceu na década de 1970. Havia um crescimento demográfico altíssimo e a procura por emprego também era enorme. No entanto, o desemprego caiu de 7% a 2% porque houve crescimento econômico. Muitos dizem que o crescimento de hoje não gera emprego. Talvez não diretamente, mas indiretamente gera sim, sobretudo na área de serviços e de lazer.

"Não podemos pensar só em crescimento, mas também em desenvolvimento (...) entendemos desenvolvimento como um processo global; um processo econômico, político, social e até cultural, de mudança de mentalidade, de atitude, de espírito. Crescimento apenas é uma ideia pobre, esse processo tem de vir acompanhado de uma melhoria da sociedade, de uma melhoria da convivência humana, da interação entre as pessoas"

Desafios – Até que ponto o Estado deve intervir na economia?

Cavalcanti – Em momentos de crise, de queda do nível de produção e do emprego, a intervenção do Estado faz todo sentido. Fora isso, não há por quê. A sociedade tem que buscar as fontes de investimento e determinar quais setores produtivos irão liderar o processo de desenvolvimento. Mas as estratégias precisam ser amplamente debatidas e conhecidas por todos. O planejamento é um cálculo político, econômico, estratégico e também de consenso. Se você esclarece para a população, o governo e os agentes produtivos quais são as grandes questões e as motivações para o crescimento, todos convergem para o

mesmo ponto, o que gera bons resultados. Agimos assim aqui no Fórum ao reunirmos políticos, empresários, ministros e sindicalistas para discutir ideias, propostas e projetos. Buscamos obter consensos, nem que sejam apenas parciais, para viabilizarmos ideias.

Desafios – Violência, transporte ineficiente, sistema de saúde ineficaz, educação fraca, falta de condições de moradia digna, desemprego. São tantos problemas. Qual deles o governo deve atacar primeiro?

Cavalcanti – Não podemos pensar assim. Temos que ver a sociedade e a economia como uma trama de relações. Para intervirmos nessa trama, precisamos fazê-lo de forma sistêmica. Por isso não gosto do PAC. Esse programa intervém na economia, mas ninguém sabe que diabo vai dar. Temos que pelo menos tentar explicitar o resultado que queremos. O que a gente quer para o nosso País? Que as pessoas comam bem, que tenham dignidade e respeito, que progridam e sejam felizes. Esses são os objetivos de qualquer sociedade. Elas se organizam para isso. Acho que ninguém discorda dessa ideia; as divergências surgem quando se trata de prover os meios para atingir esses objetivos. No Brasil, eu diria que as grandes prioridades são retomar o crescimento, porque sem crescimento não haverá emprego nem redução real da pobreza. Considero as pessoas que recebem o Bolsa Família pobres; elas estão assistidas, mas não são capazes de produzir a própria renda. Se o país não crescer, não terá como resolver outros problemas como desigualdade social, desemprego, pobreza. E a pobreza só se extinguirá com uma taxa de crescimento alta que gere emprego.

Desafios – Como o senhor avalia os programas dos últimos dois governos?

Cavalcanti – Os dois se equivalem em termos de desempenho. O governo Lula foi muito eficaz na suplementação de renda, na questão social e, de certo modo, na redução da desigualdade, embora essa mudança não tenha sido percebida pela maioria das pessoas. A diminuição da pobreza com o Bolsa Família foi visível, as pessoas sentiram essa diferença. No entanto, o mesmo não aconteceu com respeito à desigualdade social, visto que a distância entre um pobre e um rico permanece enorme. Apesar disso, as pessoas pobres estão se sentindo melhor, mais felizes, com o Bolsa Família. Portanto, não sou contra o programa, acho que o programa tem mérito, porém, ele não resolve o problema, apenas o atenua com a transferência de renda. O grande desafio agora é inserir essas pessoas assistidas pelo Bolsa Família para que sejam sujeitos do próprio progresso. Houve também vários programas de qualificação, mas estes precisam ser oferecidos em nível bem local, porque é ali que se identificam as oportunidades de trabalho e de inserção disponíveis. Quanto ao Fernando Henrique Cardoso, ele libertou o país da inflação. Se não tivesse conseguido isso, não teríamos chegado aos atuais resultados.

"O Brasil deve tomar a crise como uma oportunidade. Ou seja, não deve apenas reagir bem à crise como vem fazendo, mas definir linhas de ação para o futuro"

Desafios – Um dos problemas da administração pública brasileira é a falta de continuidade de projetos e programas públicos. Que programas do atual governo, na sua avaliação, precisam ter continuidade?

Cavalcanti – De modo geral, muita coisa precisa de continuidade. O PAC, por exemplo, vai ficar incompleto. Na área de energia, de investimentos privados, muitos projetos que estavam previstos não se materializaram por causa da crise. Nenhuma pessoa de bom senso sequer pensaria em acabar com o Bolsa Família. Criou-se um fato consumado. O país terá de sustentar os seus pobres até que eles se emancipem da pobreza. Trata-se de um custo que o governo impôs à sociedade que paga impostos, essa realidade não tem volta. Se tiver, será uma volta muito perigosa. O grande cacife político do Lula está no Bolsa Família, principalmente no Nordeste. No meu estado, Pernambuco, cerca de 70% das pessoas recebem bolsa família. E a popularidade do Lula lá gira em torno de 80%.

Desafios – Que outros exemplos?

Cavalcanti – Nessa área social há muitos programas que, embora pareçam convergentes, na verdade são divergentes. Há, por exemplo, previdência para aqueles que nunca pagaram por esse benefício. São velhos ou doentes pobres que recebem um salário mínimo, um valor muito acima do Bolsa Família, que gira em torno de R$ 190. Esses programas estão no mesmo ministério, coexistindo, embora tenham lógicas completamente diferentes. Um é previdência e o outro, transferência de recursos do tesouro. É preciso harmonizar essa situação. Há casos em que uma família recebe o Bolsa Família e mais dois salários mínimos completos porque o idoso e o deficiente, que vivem com ela, têm direito a esse benefício. Fora da área social, é imprescindível manter a política macroeconômica.

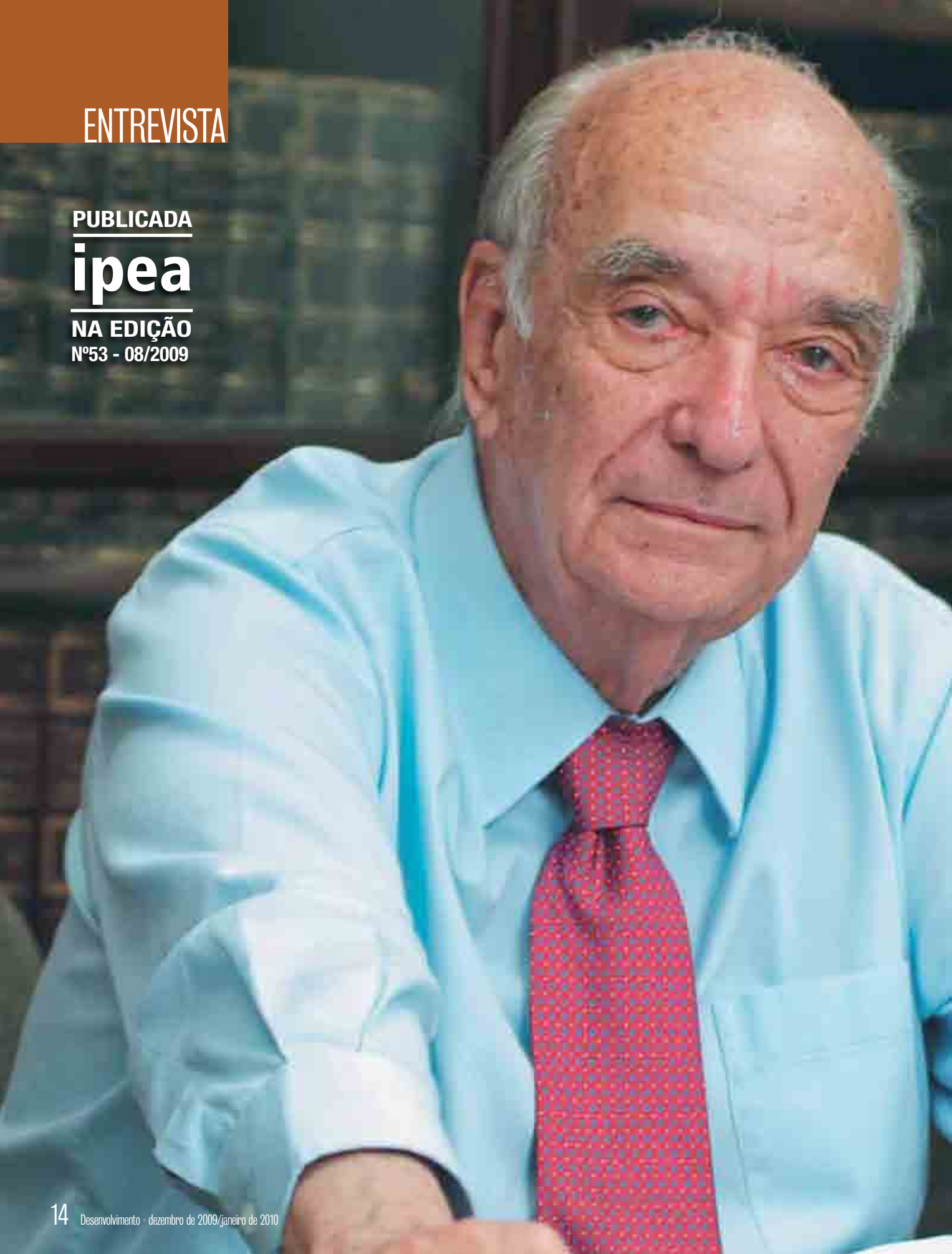
Desafios – E existe algo que precise ser modificado por completo?

Cavalcanti – O que precisa ser mudado radicalmente no país é o exercício da política.

PUBLICADA

ipea

NA EDIÇÃO
Nº53 - 08/2009



Candido Mendes

"Não é um diploma que tira uma pessoa da miséria"

A frase sintetiza o pensamento do advogado e professor Candido Mendes sobre a visão de que a educação seria o remédio de todos os males. No seu entender, a educação precisa integrar uma pauta maior de políticas de desenvolvimento para o País. Com base em anos de trabalho como educador e intelectual atento ao panorama educacional, Candido Mendes discorre com segurança sobre política de educação, estratégia de combate ao analfabetismo e impacto da internet sobre os jovens.

Por **Annie Nielsen** — do Rio de Janeiro

Perfil

A extensa atividade intelectual no campo das ciências sociais e da educação torna Candido Mendes um dos nomes mais conhecidos entre os pensadores brasileiros. Detentor de um conhecimento enciclopédico e intelectual prolífico, ele está sempre pensando o País e procurando apontar soluções para seus problemas.

Professor, educador, advogado, filósofo, sociólogo, cientista político e ensaísta, Candido Antônio Mendes de Almeida nasceu em 3 de junho de 1928. No momento, atua como reitor do complexo universitário que leva seu nome e preside o Fórum de Reitores do Rio de Janeiro (Forerj). É também secretário-geral da Academia da Latinidade e membro do Grupo de Alto Nível da ONU para a Aliança das Civilizações. Desde 1990, ocupa a cadeira nº 35, que pertenceu ao gramático Celso Cunha, na Academia Brasileira de Letras. Também integra o conselho do **Ipea**. Ao longo da vida, Candido Mendes ocupou os cargos de secretário-geral da Comissão Brasileira de Justiça e Paz e da Comissão Pontifícia Justiça e Paz. Também trabalhou como vice-presidente da Pax Romana e como presidente da Associação Internacional de Ciência Política e Presidente do International Social Science Council da Unesco. Ajudou a fundar o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-asiáticos e o Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade. Candido Mendes é formado em direito e em filosofia pela PUC do Rio de Janeiro e detém título de doutor em direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Lecionou em instituições de ensino superior como PUC, Fundação Getulio Vargas, Faculdade de Direito Candido Mendes e Iuperj. No exterior, atuou como professor-visitante em universidades de ponta como Columbia, Harvard, Cornell, da Califórnia e do Texas. Autor de centenas de ensaios e artigos, Candido Mendes escreveu vários livros, boa parte deles relacionados à política. Entre os títulos mais conhecidos estão *Nacionalismo e desenvolvimento*, *A democracia desperdiçada*, *Collor; anos-luz, ano-zero*, *Lula, a opção mais que o voto; Lula depois de Lula*, entre outros. Em breve deverá lançar um livro sobre o governo militar e um ensaio sobre a subcultura brasileira.

Desafios – Os graves problemas de pobreza, miséria e falta de distribuição de renda têm como causa a falta de educação ou será o contrário: a pobreza é que condena as pessoas ao analfabetismo?

Mendes – A pergunta registra um dos estereótipos da subcultura brasileira, a mesma que, na década de 1920, achava que ou o Brasil acabava com a saúva ou a saúva acabava com o Brasil. A mesma visão de subcultura está na noção segundo a qual a educação tem o condão mágico de resolver os problemas que, afinal de contas, são problemas do subdesenvolvimento e envolvem um fato social total, um grande número de correlações e a necessidade de um ataque simultâneo a todos esses pontos de vista. Enquanto se considerar que a educação é a fonte de todos os bens e sua ausência a explicação do progresso de todos os males, ainda estaremos numa clássica subcultura do desenvolvimento. Isso me parece muito importante para se entender a necessidade de uma tomada de consciência para mudança.

Desafios – Prevalece um discurso segundo o qual a educação é o remédio para todos os problemas do Brasil. Mas se todos os brasileiros forem para as faculdades, não ficaremos com milhões de doutores desempregados? Será que um diploma vai tirar a pessoa da miséria?

Mendes – Isso é o famoso apólogo do "advogado-taxista" e um pouco consequência da primeira pergunta. O problema é vencermos, ao mesmo tempo, como marca dessa subcultura, a noção de que a universidade é um ótimo centro educacional em todos os pontos de vista. Não podemos nos esquecer que, mesmo dentro da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio), o ideal de uma formação universitária não chega a mais de 15% do extrato de população ligada a uma mesma definição etária. No entanto, conforme veremos numa discussão no final deste ano e início do próximo, o Brasil não chegou nem aos 8, 5%. Os números são modestos e, evidentemente, não é um diploma que tira uma pessoa da miséria, e sim uma política educacional cada vez mais vinculada ao realismo de uma estratégia de mudança e da mobilidade do desenvolvimento.

Desafios – Quando se fala em educação, logo vem sempre a reclamação de falta de recursos. Não há também problema de gestão, de professores com poucos alunos?

Mendes – Acredito que haja uma política de apoio crescente à educação. Observamos um aumento de recursos muito claro entre 2007 e 2008; passamos de 4,5 bilhões para mais de 9 bilhões em 2008, o que mostra um claro fortalecimento do ensino médio e a busca da formação do nível médio. O grande problema é que a educação média, não universitária, continua vivendo da dificuldade do obstáculo constitucional, de responsabilidade dos estados, o que torna difícil computar ou definir o acompanhamento desses recursos que são determinados por pressupostos estaduais e segundo uma política de dispersão e de clientela que a União não pode necessariamente controlar. Muitas vezes, porém, a questão da educação também não se limita a aumento ou pobreza de recursos. A produtividade da educação não está efetivamente definida. O que eu quero com isso é: qual a proporção ideal da relação entre professor e aluno? Uma ratio normal entre professor e aluno no ensino superior deve ficar entre 30 e 40 alunos, no máximo 50, para se evitar a massificação dentro da sala de aula. Também temos de analisar não apenas a quantidade de recursos, mas a administração deles, sobretudo com respeito à oferta do ensino. Enfrentamos um problema ainda muito constante do "mandarinato

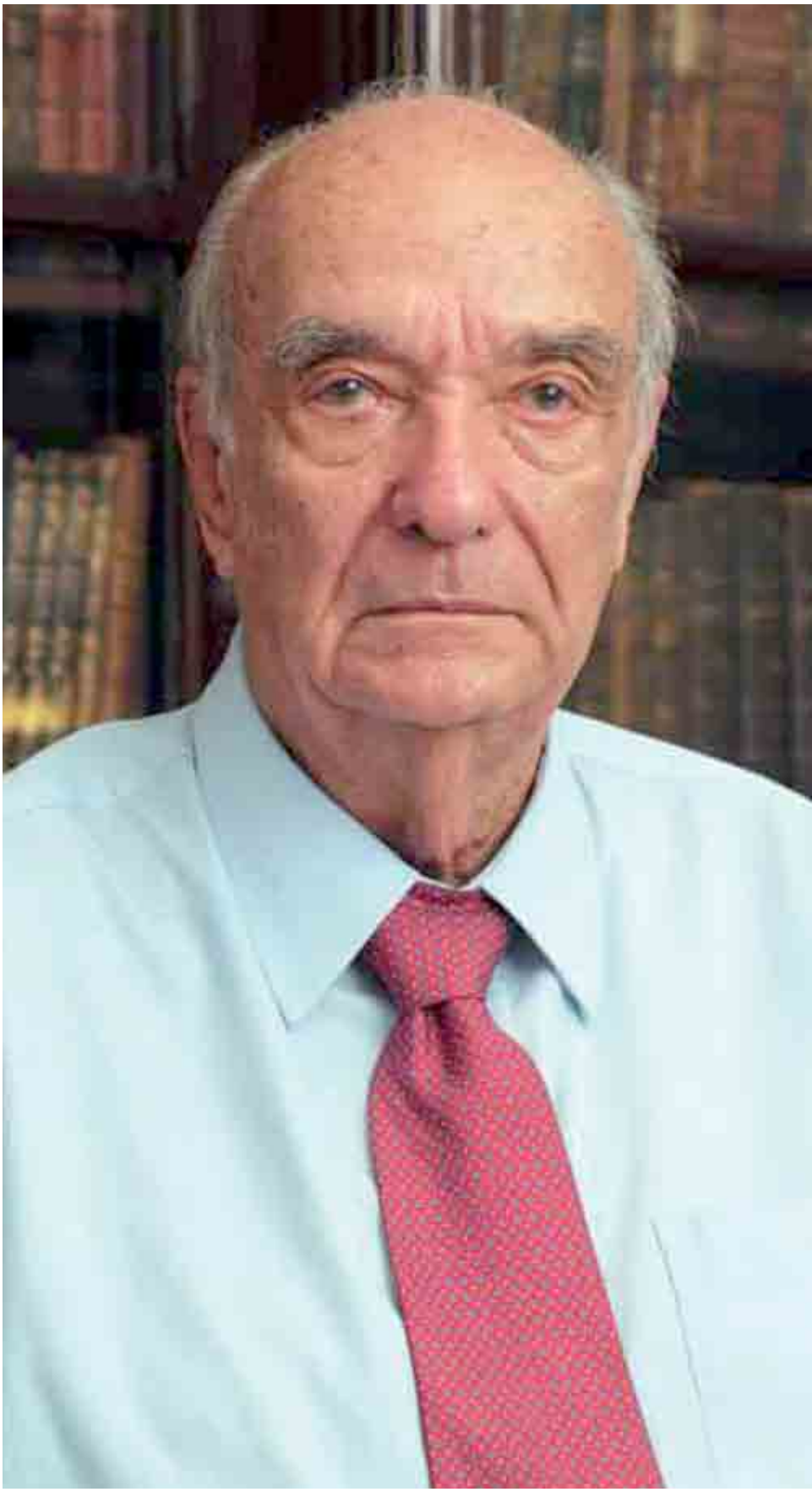
acadêmico", que é a dificuldade das universidades públicas em oferecer cursos noturnos pela comodidade professoral. Existe uma condição improdutiva de oferta de educação. Nesse caso, o ensino privado supre uma lacuna imensa.

Desafios – O ensino superior privado atende a um número maior de alunos hoje em dia?

Mendes – De 2000 a 2007, o número de estudantes no ensino privado chamado lucrativo, ou seja, as universidades que ganham com a educação, aumentou de 324 mil para mais de 1 milhão. Nas não-lucrativas, também conhecidas como filantrópicas, passou de 1 milhão e 453 mil estudantes para cerca de 2 milhões e 300 mil no mesmo período. Trata-se de um aumento de 74% em sete anos. Hoje, 65% do ensino superior são providos pelo ensino privado. Isso é um dado que as pessoas às vezes esquecem: o domínio privado no ensino superior brasileiro.

Desafios – O pagamento de mensalidades é um fator que pesa para muitos alunos que desejam cursar uma universidade. Como enfrentar esse entrave?

Mendes – Há as bolsas do ProUni e do Fies, mas ainda estão muito vinculadas à noção do empréstimo público, através do Banco do Brasil e da Caixa Econômica. Nós, das universidades privadas, queremos propor um empréstimo mais amplo. Queremos criar um sistema pelo qual o aluno pague uma parte da mensalidade, mas só comece a ser cobrado os outros 50% um ou dois anos depois de formado e, provavelmente, já com esse *quantum* incorporado na carteira de trabalho. E para evitar o problema do embaraço de financiamento, que ainda está muito burocratizado no sistema de crédito público, as universidades privadas se dispõem a avalizar esses créditos. À universidade privada interessa que esse aluno estude e pague a sua metade.



Apostamos que ele vá pagar depois de formado. E temos também a constante de que tanto mais ele venha da classe B, ou da classe C, mais pontual ele é nos pagamentos.

Desafios – Seria possível ampliar o número de alunos na universidade com um sistema de empréstimo mais amplo?

Mendes – É importantíssimo que esse processo de acesso que o ProUni e o Fies tentaram começar entre no financiamento pela rede privada de ensino, com apoio dos próprios bancos privados. A população estudantil universitária anual no Brasil é de 4 milhões e 250 mil. Poderia passar para 5 milhões e 600 mil. Cerca de 1 milhão e 200 mil, 1 milhão e 300 mil estudantes ficam de fora. A grande tarefa é colocar esse 1 milhão e tanto dentro da universidade. Para isso, não basta o Fies e o ProUni. Precisamos de um sistema efetivo de financiamento em bases como a que o Forerj (Fórum de Reitores do Rio de Janeiro), que eu presido, levou ao governo e está em estudo nesse momento pelo MEC.

Desafios – Em algumas áreas há falta de profissionais qualificados e vagas de emprego sobrando. Na área de tecnologia da informação e comunicação, por exemplo, a Índia leva vantagem sobre o Brasil, porque os indianos falam inglês e também são bons em desenvolvimento de *software*. O que podemos fazer para termos profissionais mais qualificados?

Mendes – Em primeiro lugar, devemos estimular o acesso interdisciplinar ao conhecimento. Em geral, o professor se enrijece na superprofissionalização e especialização do seu conteúdo de comunicação. Em segundo, mantemos atualizados e, em terceiro, termos consciência da relevância do conhecimento, sobretudo para uma sociedade em mudança como a nossa. Essa pergunta também permite discutir uma questão que levo muito em consideração aqui, na Universidade Candido Mendes. Para preparar um profissional de conhecimento, ligado a mudanças, dentro de uma sociedade como a nossa, o mercado quer o quê? Uma hiperespecialização ou uma versatilidade dentro da adaptação a mudanças? Chegamos à conclusão, pelos nossos profissionais empregados, que, devido às velocidades das mudanças, cada vez mais é necessário um profissional versátil, em vez de um ultraespecializado.

Desafios – No Brasil, além de a população ser monoglota, há 14 milhões de analfabetos, sem falar nos "analfabetos" com diploma. A que se deve esse cenário?

Mendes – Eu me pergunto se a língua é um condicional fundamental de barreira ou de estímulo no mundo da internet. Trata-se de um mundo em que o acesso à informação já independe da questão da língua, no seu sentido mais importante, da palavra. Atualmente, um dos dados mais importantes do avanço da educação no Brasil é a preocupação do governo em melhorar a qualidade do ensino. Eu falo do programa de formação de professores do MEC, o problema da mudança da estrutura da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e o novo programa do conselho técnico de cooperação pela educação básica. Há também o novo sistema nacional de formação de professores e um novo Enem que integra numa mesma prestação, numa mesma atividade, a formação de alunos e de professores.

Desafios – Como melhorar o nível dos docentes nas universidades?

Mendes – Convalescer e reforçar os regimes do tempo integral, que é a grande hora, o grande esforço. Manter e garantir o tempo de 40 horas, mas permitir que o professor só vincule 50% desse tempo à práxis. Os outros 50% têm que estar vinculados à atividade de acompanhamento monográfico de aluno e à publicação. O professor que não publica um determinado número de artigos em um período estabelecido deve perder a condição de 40 horas.

Desafios – O senhor é a favor do sistema de cotas nas universidades?

Mendes – Eu sou inteiramente a favor do sistema de cotas, mas tenho uma grande preocupação com respeito a elas. As

cotas estão revelando um fenômeno inquietante sobre mobilidade social brasileira. Quando a pessoa tem que se reconhecer no quadrículo como preto ou pardo, ela não se reconhece. Cada vez

"Queremos criar um sistema pelo qual o aluno pague uma parte da mensalidade, mas só comece a ser cobrado os outros 50% um ou dois anos depois de formado e provavelmente já com esse* quantum *incorporado na carteira de trabalho"

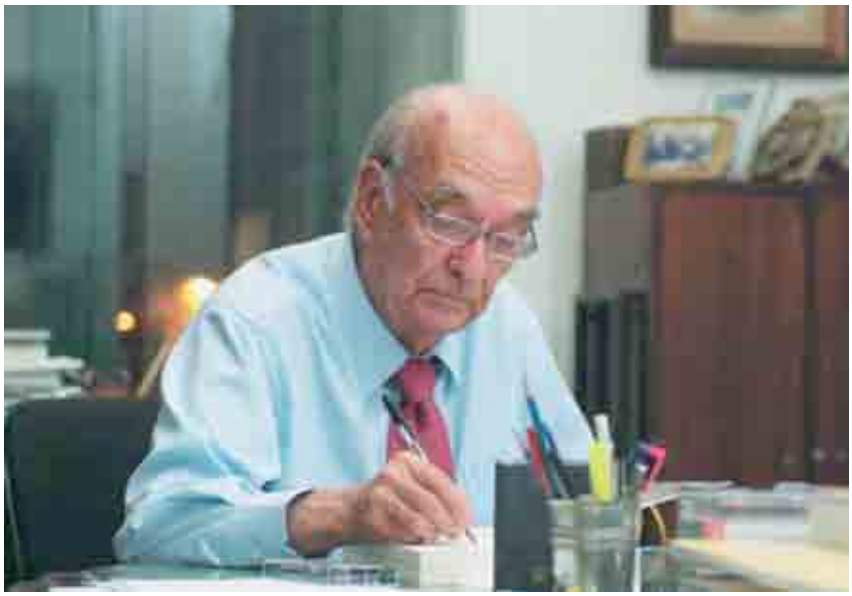
mais eu tenho candidatos que preferem não ter bolsa a se reconhecerem como pretos ou pardos. Evidente que isso é um percentual limitado, mas é justamente por isso que se torna revelador.

Desafios – Os alunos cotistas sofrem alguma espécie de discriminação?

Mendes – No começo, temi que fossem discriminados, mas isso não aconteceu. Mas também porque não temos um excesso de alunos, não chegamos a uma compressão escolar. De modo que o estudo é flexível, ninguém está tirando o lugar de ninguém. Esse problema da cota existe na universidade pública. Na privada, em nome de todas que conheço, posso dizer que a discriminação não existe e o aluno não se sente discriminado.

Desafios – Todos concordam que é preciso investir em pesquisa para desenvolver o País. Mas como fazer isso de forma eficaz?

Mendes – Primeiro temos que definir o que é pesquisa. A noção de pesquisa tem uma definição na Capes, outra no CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), outra no Ministério de Ciência e Tecnologia, outra no Conselho Nacional de Educação, outra no Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). E a pesquisa é um dos temas mais sérios da educação superior no Brasil. Isso porque uma universidade tem que ter ensino, pesquisa e extensão. Pesquisa é



a descoberta de novas correlações nos fenômenos causais, no acontecer e na realidade? É saber o maior número de fontes de um conhecimento? É descobrir a inovação dentro do conhecimento? Ou estabelecer os seus correlatos interdisciplinares? Nenhuma dessas autoridades define isso, a tal ponto que, para avaliar se uma universidade tem pesquisa, partiu-se para um sistema muito prático e a meu ver grosseiro: a presunção de que a instituição com certo número de mestres e doutores dispõe de pesquisa. Em contrapartida, temos outro processo ligado à pesquisa. Existe hoje uma bela política de pesquisa aplicada, mas que não tem nada a ver com a universidade. É a chamada pesquisa dos fundos setoriais. A previsão orçamentária gira em torno de R$ 1,3 bilhão e engloba agronegócios, biotecnologia, energia espacial, hidromineral, petróleo, saúde, transporte. Nada disso tem a ver com a universidade, tudo vai para a empresa. Então, um dos grandes dramas do Brasil é que a política pública de pesquisa descartou a universidade. E, mais do que isso, na definição constitucional de exigência de pesquisa não há obrigação constitucional de apoio à universidade privada para esse fim. A Constituição deveria falar em pesquisa indeterminada, mas ela fixa obrigatoriedade de pesquisa na universidade pública. Isso gera um dilema muito grande. Como a universidade privada pode financiar pesquisa? Tira do guichê? Da sua mensalidade? Geralmente as universidades privadas obtêm dinheiro para pesquisa a partir de subvenções, *grants* ou doações por meio de empresas, como Petrobras ou Vale do Rio Doce. Mas elas financiam pesquisas para áreas técnicas e tecnológicas do ensino universitário e não em ciências sociais. Seria importante criar uma espécie de Lei Rouanet para a pesquisa, em que o mecanismo de subvenções e o de estímulos pudessem ser perfeitamente definidos para a pesquisa dentro da universidade brasileira.

"Seria importante criar uma espécie de lei Rouanet para a pesquisa, em que o mecanismo de subvenções e o de estímulos pudessem ser perfeitamente definidos para a pesquisa dentro da universidade brasileira"

Desafios – Como o senhor vê a substituição do vestibular pelo Enem?

Mendes – O Enem ainda está com um problema sério. O MEC permite que ele qualifique a adequação para o acesso ao ensino superior, mas isso só vale para o ensino privado. Pela ordenação legal, o Enem não é um processo seletivo. E o acesso à universidade pública exige o processo seletivo.

Desafios – Qual a diferença básica entre as questões do Enem e do vestibular? O que o senhor observou de interessante?

Mendes – O Enem se preocupa em ter uma visão abrangente do conhecimento, uma visão referenciada e, sobretudo, uma visão histórica do conhecimento. Nós conhecemos a capacidade, o número de categorias que normalmente existe no vestibular. Hoje, o Enem avalia melhor qual é de fato o conteúdo do conhecimento humanístico. O Enem consegue fazer isso muito mais do que as clássicas questões fechadas de um exame vestibular.

Desafios – O que o senhor acha então desses cursos a distância, o chamado *e-learning*?

Mendes – Esses cursos ainda não se institucionalizaram, porque não têm a noção da arbitragem e do conhecimento referido. Não se pode ter um efetivo controle do acesso num curso a distância. Eu não sou contra esses cursos, mas acho que eles são um complemento do conhecimento. Como avaliação do conhecimento, porém, são impotentes, visto

que essa tarefa exige ainda a pedagogia. Não se pode dar um diploma em conhecimento a distância. Como vou creditar junto à sociedade se aquele personagem sabe tudo aquilo que ele diz que sabe?

Desafios – Como o senhor vê o impacto da internet sobre a educação universitária?

Mendes – Acho que não nos demos conta ainda da mudança radical que o panorama universitário irá sofrer com o avanço da internet. Cada vez mais temos acesso imediato à informação. Acredita-se que, a todo instante, seja possível ter acesso à memória da realidade. O enciclopedismo muda o *ethos* da informação dessa nova geração. Ela não tem mais que memorizar nem ir aos livros, pois dispõe de computador. O grande problema é que não há mais juízo de valor sobre a informação. A internet está acabando com isso, e a universidade precisa recuperar a ágora, a praça, o cânon. O mundo da universidade começou com a possibilidade de discussão, visto que é, antes de tudo, um centro de arbitragem do valor do conhecimento. Como se faz a transmissão geracional senão pelo valor do conhecimento e sua relevância? Universidade não é só a informação, mas a valoração da informação.

Desafios – Que medidas podem ser tomadas para reduzir a repetência e a evasão escolar?

Mendes – Há uma correlação entre repetência e mau ensino e entre evasão e mau ensino. Não há dúvida de que quanto melhor o ensino, menor a repetência. A repetência não é só problema de vagabundagem e inaptidão. Agora, a segunda questão para resolver o problema é a penalização da repetência. O aluno não pode pensar que pode repetir indefinidamente. O acompanhamento familiar é fundamental para evitar o desinteresse e a evasão. Pais aplicados, filhos aprovados. É essa a solução.

Desafios – Como enfrentar o grande contingente adulto de analfabetos e analfabetos funcionais no País?

Mendes – O velho programa de alfabetização de adultos se fixava por demais dentro no analfabetismo *strictu sensu*. Mas o grande problema hoje do Brasil é o analfabetismo funcional. Precisamos ligar ao código de acesso à língua as quatro operações, a inserção geográfica, a inserção histórica e o começo da noção de cidadania. Creio que a grande solução para o analfabetismo é o Bolsa Família. Cria-se um ambiente em casa para o aprendizado e a socialização e mais uma vez o agente disso é a família. O drama do analfabetismo antigo era a reclusão, o isolamento do Brasil marginal. Ao se socializar, o País deixa de ficar analfabeto.

PUBLICADA

ipea

NA EDIÇÃO
Nº52 - 07/2009

João Paulo de Almeida Magalhães

"É necessário crescer a 7% ao ano"

O Brasil precisa de um crescimento acelerado para recuperar o atraso dos últimos 40 anos, criar emprego e continuar a ter importância no Bric, o grupo formado por Brasil, Rússia, Índia e China. Caso contrário, ficará para trás, porque os parceiros estão crescendo a taxas significativas. O alerta é do economista João Paulo de Almeida Magalhães que, nesta entrevista à **Desafios do Desenvolvimento**, recomenda a correção de dois erros fundamentais: a alta taxa de juros, que dificulta os investimentos e onera as contas públicas, e a sobrevalorização do câmbio, que leva o País a se especializar na exportação de *commodities* agrícolas e industriais. Crítico do pensamento neoliberal, Magalhães aponta a necessidade de intervenção do Estado na economia, defende o protecionismo temporário numa política de desenvolvimento de longo prazo e faz ressalvas à entrada de capital estrangeiro. "Se o País não tiver uma política correta de investimento, o capital estrangeiro chega aqui e expulsa o nacional, é o chamado *crowding out*", afirma.

Por **Annie Nielsen** - do Rio de Janeiro

Perfil

Presidente do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon/RJ), João Paulo de Almeida Magalhães é autor de 15 livros e uma centena de artigos sobre a economia brasileira. Em sua última obra, *O que fazer depois da crise: a contribuição do desenvolvimentismo keynesiano,* Almeida Magalhães sugere medidas para que o Brasil possa sair da crise e retomar o caminho do desenvolvimento. Formado em direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Almeida Magalhães sempre se dedicou ao estudo da economia. Detém os títulos de livre-docente em economia política na Universidade de São Paulo (USP) e de professor titular de Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 1953, concluiu doutorado na Université de Paris I, com uma tese sobre investimentos na América Latina. Ao longo da carreira profissional, ocupou o cargo de diretor do Departamento de Estudos Econômicos da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Chefiou também o Núcleo de Planejamento do governo Jânio Quadros (1961) e foi membro do Comitê de Peritos da Aliança para o Progresso (Organização dos Estados Americanos – OEA). Além disso, dirigiu o Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro e integrou o Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra. Em 2006 e 2008 foi presidente do Corecon-Rj e atualmente faz parte do grupo de consultores da Federação das Indústrias do Estado do Rio (Firjan) e do Conselho de Orientação do **Ipea**.

Desafios – O Brasil conseguirá retomar a trilha do desenvolvimento sustentado após a crise mundial?

Magalhães – É óbvio que vai conseguir. O problema é que o crescimento entre 1980 e 2005 foi insuficiente, apenas 2%, 3% ao ano. Nesses últimos anos melhorou um pouco e passou para 4%. Mas ainda é insuficiente, porque num período de 30 anos, após a Segunda Guerra Mundial, crescemos 7% na média. Os países asiáticos vêm crescendo nessa faixa há praticamente 30 anos. Assim, vamos voltar a crescer mediocremente como aconteceu nesses últimos 30 anos.

Desafios – Por que é tão certo que o País voltará a crescer, mesmo que mediocremente?

Magalhães – Por uma questão muito simples: o crescimento é uma situação normal em todo o mundo. Não há país que não cresça. E esta crise, como toda crise, vai desaparecer. A de 1929, que foi a pior delas, levou dez anos para de fato passar e permitir que os países recuperassem a vida anterior. Esta talvez leve menos porque os governos nunca tiveram tanta ação corretiva como agora.

Desafios – Muitos analistas dizem que o Brasil sairá da crise antes de outros países, sobretudo os do primeiro mundo. Que vantagem o Brasil pode tirar disso, se de fato se recuperar primeiro?

Magalhães – O Brasil poderá sair antes sim. No entanto, se quiser recuperar o crescimento acelerado, só conseguirá fazê-lo quando os países desenvolvidos também se recuperarem. Muitos acham que sair antes da crise é uma grande glória, porém, temos de comparar o Brasil, que faz parte do Bric (grupo das quatro grandes economias emergentes: Brasil, Rússia, Índia e China) com os outros integrantes do grupo. Se o Brasil não mudar seu comportamento e crescer, acabará ficando de fora. Nos últimos 30 anos, a China cresceu (ao ano) cerca de 9% a 11%; a Índia, em torno de 7% nos últimos 20 anos; e a Rússia, 7%, nos últimos 10 anos. Nós, nos últimos quatro, só crescemos 4%. Portanto, temos de tomar muito cuidado para nos mantermos entre os Bric. Caso tenhamos sucesso, poderemos sair fortalecidos e adaptados a uma nova política. As discussões lá em Ecaterimburgo, na Rússia, focalizaram muito a necessidade de revisão dos organismos internacionais. Isso é extremamente importante, porque os estatutos e as ações do FMI, com a variação internacional do comércio, têm sido desfavoráveis ao desenvolvimento econômico. As regras do jogo são feitas com base no interesse dos países desenvolvidos. Se o Brasil se sair fortalecido entre os países que formam o Bric, poderá contribuir para modificar essa situação.

Desafios – Será possível para o Brasil ter um ritmo de crescimento em patamares compatíveis com a necessidade de criar emprego e renda para a população, num momento em que seus principais parceiros comerciais estão em recessão?

Magalhães – Enquanto houver recessão, temos de evitar ao máximo o aumento do desemprego. Precisamos garantir emprego a toda essa população nova que aparece no mercado. Os cálculos do João Saboya e do Roberto Cavalcanti Albuquerque indicam que só teremos esse cenário se crescermos 4% e 6% ao ano, respectivamente. No entanto, na média desses últimos anos, o Brasil não chegou a 3%. Além disso, segundo um relatório encomendado pelo Banco Mundial a 19 economistas de renome, dois dos quais foram até agraciados com o Prêmio Nobel de Economia, o Brasil só conseguirá eliminar o atraso dos últimos 40 anos se o produto *per capita* crescer 5,3%. Se incluirmos nesse produto *per capita*

um pouco do crescimento da população, o Brasil terá de crescer entre 6,5% e 7% ao ano. Aí fica a pergunta: isso é possível? É possível porque nós já crescemos nesse ritmo durante 30 anos. E os países asiáticos vêm crescendo nesse ritmo. Também não podemos esquecer que as tensões que surgem na forma do aumento da população de rua, da criminalidade e das favelas geram uma situação quase insustentável. Então, não é só possível crescer a 7% ao ano como também necessário.

Desafios – Como fica a visão neoliberal no Brasil após a crise?

Magalhães – No meu livro *O que fazer depois da crise: a contribuição do desenvolvimentismo keynesiano,* argumento que o Brasil tem que oferecer uma estratégia alternativa à neoliberal com justificativa científica. Até o momento, os economistas brasileiros se limitaram a criticar a estratégia neoliberal apenas porque ela havia dado errado. Houve um crescimento de 2,5% durante 25 anos, agora está em torno de 4%, qualquer das duas porcentagens é insuficiente. Se fizermos exatamente o que vinha sendo feito até agora, sem nenhuma justificativa, tudo permanecerá igual. Após o "Consenso de Washington", vieram as críticas pelo fato de as medidas neoliberais preconizadas terem fracassado e apareceu o consenso de Washington ampliado. Segundo essa vertente, o consenso original estava certo, mas faltavam as instituições. Portanto, precisamos voltar a ter o neoliberalismo de antes, mas com a presença das instituições. Essa tese tem sido refutada por mim, pelo Bresser Pereira e o Yoshiaki Nakano, mas não adianta refutar sem apresentar uma teoria alternativa. Tem de haver uma justificativa técnica, uma justificativa teórica da diferença entre crescimento retardatário das economias emergentes e o crescimento da economia dos atuais países desenvolvidos.

"Um país que está crescendo de forma acelerada para eliminar seu atraso econômico terá, por definição, tensões cambiais, fiscais e monetárias. Assim, o governo precisa tentar controlar essas tensões e não adotar medidas para que elas desapareçam"

Desafios – Até quando será necessário manter políticas intervencionistas no Brasil? E nos EUA e na Europa?

Magalhães – Primeiro é necessário fazer uma distinção entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Nos Estados Unidos e na Europa, a necessidade de ação do governo é relativamente pequena. Se o governo desses países garantir equilíbrio cambial, fiscal e monetário, a economia deverá andar bem. No Brasil, precisamos fazer mais do que isso. Aliás, a excessiva preocupação do governo brasileiro em garantir o equilíbrio fiscal, cambial e monetário pode até ter consequências negativas. Um país que está crescendo de forma acelerada para eliminar seu atraso econômico terá, por definição, tensões cambiais, fiscais e monetárias. Assim, o governo precisa tentar controlar essas tensões e não adotar medidas para que elas desapareçam. Se essas tensões são necessárias ao desenvolvimento, mas o governo toma medidas para fazê-las desaparecer, desaparece o desenvolvimento.

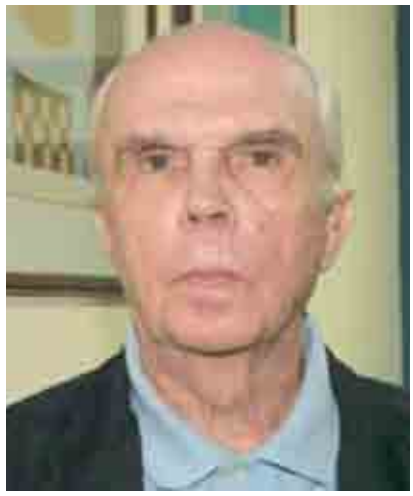
Desafios – Existe um limite para o governo intervir na economia?

Magalhães – Em países subdesenvolvidos, o governo tem que ter uma ação intervencionista. Depois do colapso da União Soviética, provou-se que o sistema de iniciativa privada é o melhor que existe. Então, o governo tem de agir através do mercado, ou seja, em vez de criar uma empresa pública, deve criar condições no setor para que apareça

uma empresa privada. Se a empresa privada de um determinado setor não se mostra capaz de seguir adiante, o governo deve entrar em ação. Veja o caso da Embraer. Se o governo não tivesse entrado em ação, criado ensino voltado para a aviação, investido capital, desenvolvido tecnologia, a Embraer nem teria surgido. No caso de países desenvolvidos a situação é diferente. Quando o governo de um país é capaz de garantir equilíbrio monetário, cambial e fiscal e um bem-estar social razoável, não precisa fazer mais nada, pode recuar.

Desafios – O que falta para o Brasil se desenvolver?

Magalhães – Podemos começar corrigindo os erros em curso. Dois erros que merecem atenção especial são as taxas de juros extremamente elevadas e a sobrevalorização do dólar. A taxa de juros continua elevada, o dólar melhorou um pouco, mas voltou a piorar. A sobrevalorização do câmbio ocasiona uma tendência à especialização do Brasil em *commodities* agrícolas, como soja e café, e em *commodities* industriais, como aço e celulose. Ocorre que as *commodities* têm baixo valor adicionado por trabalhador, portanto, geram pouco PIB por trabalhador. Além disso, as *commodities* têm um crescimento lento. Vale ressaltar, porém, que esse crescimento lento não está ocorrendo no momento por causa dos asiáticos. Como eles não têm recursos naturais, geram um aumento na demanda por *commodities*. Mas essa situação não vai durar muito tempo porque se os recursos naturais não forem renováveis, cedo ou tarde desaparecerão. Se os recursos forem renováveis, como é o caso da agricultura, teremos algo na agricultura que os economistas chamam de baixa elasticidade de renda. Isso significa que se a China aumentar



"Muitos acham que sair antes da crise é uma grande glória, porém, temos de comparar o Brasil, que faz parte do Bric com os outros integrantes do grupo. Se o Brasil não mudar seu comportamento e crescer, acabará ficando de fora"

em dez vezes seu produto *per capita*, nem por isso o chinês tomará dez vezes mais café e comerá dez vezes mais carne. Assim, essa especialização em *commodities* não é interessante, porém, o País está caminhando nessa direção por erro de política econômica. Com respeito aos juros, temos, em média, os mais altos do mundo. Essa situação dificulta os investimentos, pois vale mais a pena ter dinheiro que não corre risco depositado no Banco do Brasil do que investido. Além disso, esses juros atraem capital estrangeiro, a ponto de os investidores pegarem dinheiro emprestado no Japão, onde os juros são baixos, para aplicar no Brasil, onde os juros são altos. Por fim, os juros altos oneram as contas públicas. Ou seja, os juros que o governo paga são dez vezes maiores do que as despesas com o Bolsa Família. Portanto, são dois erros a serem corrigidos. O governo precisa relançar uma política, uma estratégia de desenvolvimento diferente da estratégia neoliberal e, na minha definição dessa estratégia, o importante é o mercado.

Desafios – Como seria essa nova estratégia focada no mercado?

Magalhães – Segundo a visão do FMI, do Banco Mundial e de outros organismos, o investimento estrangeiro é extremamente importante para o País. Nesse caso, é preciso aumentar as poupanças para alavancar os investimentos. Entretanto, um relatório do Banco Mundial e uma literatura recente mostraram que toda vez que há oportunidades de investimentos, a poupança sobe espontaneamente. Então, a minha tese é a seguinte: oportunidade de investimentos é mercado. Se o Brasil conseguir um mercado de tamanho e dinamismo satisfatórios, as poupanças surgirão. Não precisamos ficar correndo atrás de poupanças ou do capital estrangeiro e sim criar condições de mercado. Se o país não tiver uma política correta de investimento, o capital estrangeiro chega aqui e expulsa o nacional, é o chamado *crowding out*. No caso específico do Brasil, houve entradas consideráveis de capital estrangeiro nos últimos anos, sem que a taxa de investimento sobre o PIB se alterasse. Ou seja, o capital estrangeiro não contribuiu para o desenvolvimento do País. No livro *Os maus samaritanos*, o economista de origem coreana HaJoon Chang afirma que o capital estrangeiro não pode ser visto apenas no curto prazo. Ele cita o caso de três empresas de importância internacional, Samsung,

Nokia e Toyota, e diz que se os governos dos países dessas companhias não tivessem bloqueado o capital estrangeiro durante um tempo, elas sequer existiriam. Portanto, temos de ter capital estrangeiro dentro de uma estratégia correta de desenvolvimento. Sem isso, pode não ser positivo.

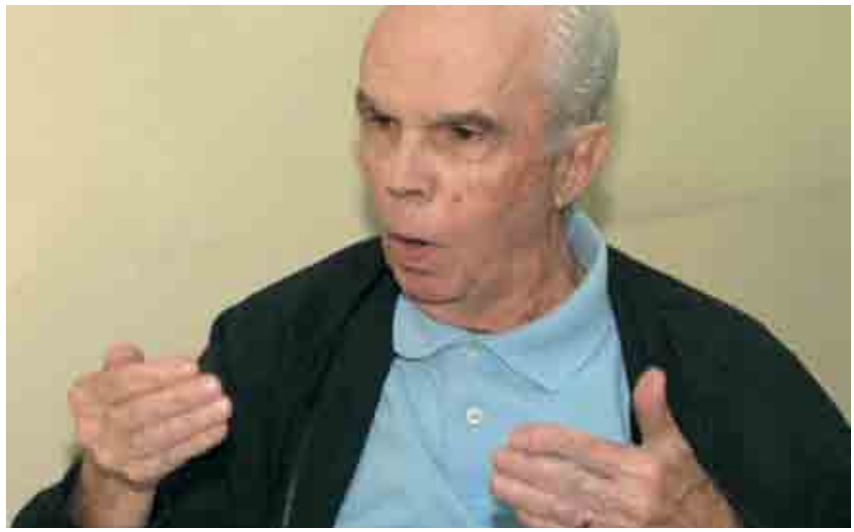
Desafios – Cite um erro e um acerto cometidos pelo governo.

Magalhães – O capital estrangeiro deve ser admitido no País dentro de uma estratégia geral de desenvolvimento e, em determinados casos, o governo deve evitar a entrada de capital estrangeiro enquanto não viabiliza empresas nacionais de setores importantes. Aqui no Brasil nós cometemos um erro clássico. As montadoras de automóveis são um setor extremamente importante na economia, e o Brasil tem montadoras em grandes quantidades, mas todas estrangeiras. Nós não temos um carro brasileiro. Num determinado momento, houve um cidadão brasileiro, o Gurgel, que lançou um carro brasileiro, mas não conseguiu levar o projeto adiante porque faltou apoio do governo. Um acerto clássico foi a Embraer. Agora, temos de ter cuidado quando falamos de erros e acertos. Muita gente diz que a Embraer importa 80% dos insumos que ela usa nos aviões, mas isso está perfeitamente correto. Ela importa 80% porque o Brasil tem uma indústria de componentes fraca. Quando o País chegar a um estágio mais avançado, importará só 60%.

Desafios – O senhor certa vez disse que mais importante que combater a inflação é assegurar o desenvolvimento. Mas existe alguma receita para manter a inflação sob controle?

Magalhães – A inflação não é tão malévola para o desenvolvimento como se diz. É possível ter um crescimento acelerado com inflação baixa. Ocorre que a maneira de controlar a inflação nos países subdesenvolvidos é diferente da empregada em países desenvolvidos. Segundo os economistas da PUC-RJ, que criaram o Plano Real, a inflação nos países subdesenvolvidos é inercial, ou seja, quando há aumento de preços, os sindicatos não são capazes de impor uma escala móvel de salário. Há aumento de preços o ano inteiro e reajustamento uma vez por ano. Assim, a inflação se torna inercial. Os salários e os preços aumentam indefinidamente. Em última análise, trata-se de uma disputa em torno da participação no PIB e entre empresas e trabalhadores. Outra tese defendida pelos economistas da PUC-RJ é que, no caso dos países sub-desenvolvidos, não é o aumento da moeda que causa inflação, e sim a inflação que acarreta o aumento da moeda. Isso porque na disputa em torno do PIB, há aumento de salários e de preços. Se o governo não aumentar proporcionalmente a moeda, haverá uma crise de liquidez. Num país desenvolvido, simplesmente se aumenta a taxa de juros para evitar o aumento da moeda. Num país subdesenvolvido,

você precisa ter, como se fez no Plano Real, uma política de rendimentos que faça com que as reivindicações sobre o PIB não somem mais que o PIB. Então o que está errado no Brasil é adotar a taxa de juros para conter a inflação. O que é necessário fazer é uma política de rendimentos como foi feita no Plano Real. Inclusive porque a taxa de juros atua contra o aumento excessivo da moeda. Além disso, se o aumento excessivo da moeda é efeito e não causa da inflação, esta não tem razão de ser.



Desafios – O protecionismo é aceitável?

Magalhães – O protecionismo foi a base da industrialização do Japão, Estados Unidos e Alemanha. Numa política de desenvolvimento de longo prazo, o protecionismo temporário é bem-vindo. Com o protecionismo, você cria competitividade imediata para a empresa nacional. Em segundo lugar, em vez de ter grandes gastos, você tem grandes receitas. Um país não pode abrir sua economia para outro país que tenha vantagens comparativas provisórias, como é o caso da China com seus baixos salários. Se abrirmos inteiramente para a China, ela acaba com a nossa indústria de sapato, vestuário, etc. Além disso, daqui a 20 anos, os salários da China estarão iguais aos nossos, e, por conseguinte, os preços dos produtos chineses igualmente mais altos. Os neoliberais dizem que o protecionismo é uma *second best* (segunda melhor escolha dentro das possibilidades) em relação ao ataque ou à eliminação do custo Brasil. Custo Brasil é toda aquela ineficiência associada a uma economia subdesenvolvida: transporte, saúde e comunicações insatisfatórios, mão de obra desqualificada. Os neoliberais alegam que devemos atacar esses problemas. Mas tal argumento não tem sentido porque essas ineficiências são típicas do desenvolvimento econômico. Para acabar com esses males, torna-se necessário um montante de investimentos que só países desenvolvidos são capazes de reunir. Se resolvermos eliminar o custo país, faremos grandes investimentos, e os resultados só aparecerão num prazo médio e longo. Além do mais, teremos grandes gastos. Então por que razão os neoliberais dizem que o protecionismo é um *second best*? A única explicação está na visão neoliberal segundo a qual o Estado não deve intervir em nada, visto que o combate do risco país em alguns países sequer é viável.

Desafios – O que o senhor acha do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento)?

Magalhães – A grande contribuição do PAC é a seguinte: desde 1980, todo mundo aceita que o governo não deve se meter na economia, não deve ter estratégia de desenvolvimento, nem política industrial. Com o PAC, um governo reconhece pela primeira vez, desde 1980, que há necessidade de intervenção sistemática do Estado para acelerar o desenvolvimento. Por outro lado, o PAC é limitado. Se examinarmos bem, o objetivo do programa é fazer com que o segundo mandato do Lula tenha melhores resultados que o primeiro. Como o primeiro mandato do Lula foi igual ao do Fernando Henrique, criaram o PAC. Ocorre que o PAC não contém uma estratégia, uma visão de longo prazo para o desenvolvimento do Brasil. Vou dar um exemplo: o País teve uma estratégia primaz exportadora. Essa estratégia durou mais ou menos de 1875 até 1930. Teve um modelo de substituição de importações que durou de 1930 a 1980. O que vai se colocar no lugar dele? O governo hoje não tem uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo. É por isso que quando começa a haver uma especialização em *commodities* o governo não faz nada, porque não tem uma visão de longo prazo em economia.

Desafios – Como o senhor avalia as perspectivas de aplicação da renda a ser gerada pelo pré-sal?

Magalhães – Imediatamente após a descoberta do pré-sal, o presidente Lula anunciou a intenção de utilizar as receitas do novo campo petrolífero para melhorar o padrão de vida da população. Ora, isso é exatamente o que a Venezuela está fazendo. Ou seja, está com uma riqueza em dólar na forma de petróleo e, em vez de usar essa riqueza para criar uma base econômica permanente, corre

o risco de daqui a dez, vinte, trinta ou quarenta anos, quando acabar o petróleo, viver um caos. O Brasil tem condições melhores que a Venezuela, tem uma indústria maior e tal, porém, a receita do pré-sal deve ser utilizada para criar um desenvolvimento sustentável de longo prazo. Um desenvolvimento assim pode melhorar de forma permanente e constante o padrão de vida das populações. O governo está tomando uma série de medidas para melhorar a situação econômica do povo como o Bolsa Família. Entretanto, não está cuidando o suficiente do desenvolvimento no sentido de fazer o País crescer 7% ao ano. Segundo um trabalho recente do Roberto Cavalcanti Albuquerque, nas décadas de 1970 e 1980, não existia nenhuma dessas medidas sociais que foram adotadas pelos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Lula. No entanto, o desenvolvimento social foi mais elevado nesse período em que não havia políticas sociais, mas havia o crescimento acelerado, do que depois, com os governos Fernando Henrique e Lula. Isso não significa que devamos excluir as políticas sociais, apenas que o importante é o desenvolvimento econômico. Essas medidas sociais podem ser tomadas de imediato, mas para serem permanentes, devem estar baseadas numa política de desenvolvimento. Na prática, isso significa que o desenvolvimento tem que estar em torno de 7% ao ano.

Desafios – Em *Desafios do desenvolvimento brasileiro*, livro editado pelo **Ipea** com ensaios de conselheiros do Instituto, o senhor assina um artigo sobre macroeconomia e pleno emprego. Poderia nos dizer, em linhas gerais, qual é a sua tese nesse ensaio?

Magalhães – Bom, eu falo do emprego de longo prazo. Disse que, antes de qualquer coisa, temos de evitar o desemprego. Existe o desemprego que se manifesta no setor informal. Para evitá-lo, precisamos fazer a economia crescer num ritmo capaz de empregar toda a mão de obra existente no mercado. Há também o risco de desemprego qualitativo. Ou seja, se nos especializamos em *commodities* agrícolas e industriais, talvez consigamos empregar todo mundo, mas essa situação não irá durar para sempre. O desemprego que resulta no setor informal decorre do crescimento insuficiente do PIB. O desemprego qualitativo resulta de uma política errada, que especializa o Brasil em agrícolas e industriais. Nesse caso, mesmo que a maioria esteja empregada, a renda *per capita* e o salário do País serão inferiores aos dos países desenvolvidos.

"Com o PAC, um governo reconhece, pela primeira vez desde 1980, que há necessidade de intervenção sistemática do Estado para acelerar o desenvolvimento. Por outro lado, o PAC é limitado... não contém uma visão de longo prazo para o desenvolvimento do Brasil"

Desafios – Existem alguns setores da economia que merecem uma atenção especial?

Magalhães – Os setores de alta tecnologia merecem mais atenção. Setores de comunicação e informática não estão sendo devidamente cuidados no Brasil, e está provado que não se chega ao pleno desenvolvimento sem investimento pesado nesses setores.

Desafios – Como a criminalidade pode atrapalhar o desenvolvimento?

Magalhães – O problema da criminalidade é resultado da semiestagnação do Brasil nos últimos anos. De acordo com algumas avaliações, para todo mundo ter emprego, é necessário haver um crescimento de 4% a 6% ao ano do PIB. Mesmo na melhor hipótese de ser 4% ao ano, nós estaríamos apenas evitando o aumento do setor informal, o aumento do desemprego. Numa situação dessas, o cidadão não arranja emprego e vai ser camelô ou assaltante. A criminalidade, a população de rua, as favelas também aumentam em função dessas dificuldades.

Desafios – Como a educação pode ajudar o desenvolvimento?

Magalhães – A educação no Brasil está mal, precisa ser melhorada. Não que nossos gastos sejam pequenos, mas são mal administrados. Dizem que se o Brasil tiver educação, ele se desenvolverá, porém, a relação causal é oposta. Quando o País se desenvolve, facilita a educação. Evidentemente que a educação condiciona o desenvolvimento. Se não houver engenheiro suficiente, não haverá desenvolvimento algum.

PUBLICADA

ipea

NA EDIÇÃO
Nº51 - 06/2009

Carlos Lessa

É preciso discutir o futuro

Carlos Lessa está sempre pensando no Brasil e nas imensas possibilidades de crescimento para o País, amparado sempre pelo planejamento. "Temos uma frente espetacular para nos lançarmos no futuro, mas não se discute o futuro", lamenta. Defensor da regulação do mercado e da centralização das operações de câmbio, ele há muito alertava para o risco de crise, mas acredita que o País tem enfrentado bem as dificuldades com investimentos produtivos como o PAC — "eu quero é mais PAC" —, um programa eficiente para o petróleo e o desenvolvimento de energias renováveis. Para Lessa, falta fazer uma integração do País através de um transporte rápido, barato e eficiente e ativar os municípios para que estes gerem empregos locais e dinamizem a economia. Autor de dezenas de livros e artigos — a edição 50 da revista **Desafios** trouxe a resenha do livro *Desafios ao Desenvolvimento Brasileiro, Contribuições do Conselho de Orientação do* ***Ipea***, contendo um artigo seu sobre infraestrutura e logística —, Lessa está escrevendo, no momento, um trabalho sobre a crise e o Brasil e vem se dedicando a palestras sobre o assunto e às aulas de economia na UFRJ.

Por **Annie Nielsen** - do Rio de Janeiro

Perfil

O economista carioca Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro de Lessa, 72 anos, graduou-se em ciências econômicas pela Universidade do Brasil, em 1959. Fez mestrado pelo Conselho Nacional de Economia (1960) e doutorado pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas (Unicamp), em 1976. É professor titular de Economia Brasileira, IE/UFRJ, desde 1978. Também deu aulas nas universidades venezuelanas, mexicanas e espanholas e integrou as equipes do Instituto Rio Branco, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e do Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planificação Econômica e Social. É também membro do Conselho de Orientação do **Ipea**. Lecionou diversas disciplinas na graduação e pós-graduação: Análise Macroeconômica II e III (Faculdade de Economia/Universidade Federal Fluminense – UFF), Introdução à Economia Política e ao Planejamento na Economia Brasileira (Fundação Getúlio Vargas), Teoria Econômica II, Política Econômica, Economia Brasileira (Pós-graduação, Universidade de Campinas-Unicamp), Economia Brasileira II e Economia e Sociedade no Rio de Janeiro (Graduação da UFRJ); Industrialização Brasileira (Pós-Graduação da UFRJ); além de cursos para o Ministério da Fazenda, Centro Interamericano em Administração Pública, Instituto para a Integração da América Latina (In-tal/BID), Instituto de Economia da Universidade do Chile e Organização das Nações Unidas (ONU). Foi diretor de diversas entidades, como o Instituto de Economia da UFRJ, Unicamp, Deten S/A (Detergentes do Nordeste) e Clan S/A (Consultoria e Planejamento). Atuou também como consultor do Centro de Estudos e Pesquisas da Finep e consultor da Fundap/Governo de São Paulo. Foi ainda reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). De janeiro a novembro de 2003, Lessa esteve à frente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) durante o primeiro governo Lula. Trabalhou ainda como conselheiro do Conselho Superior de Previdência Social.

Desafios – A crise mundial do crédito era uma tragédia anunciada? Havia sinais de que ela ocorreria?

Carlos Lessa – Era uma tragédia anunciada, sim. As advertências se acumulavam, inclusive advertências semioficiosas, segundo as quais as coisas estavam caminhando para uma direção perigosíssima. Gente do FMI chegou a falar extraoficialmente sobre isso. O George Soros, que é talvez o especulador mais bem sucedido, cansou de advertir que o mundo caminhava para uma tragédia. Essa crise só surpreendeu quem queria ser surpreendido. O problema é que você não pode prever quando essas crises irão explodir. Antes dessa grande crise de crédito ocorreram outras de inspiração ou fundamento semelhantes. Houve a crise da dívida externa do terceiro mundo em 1982, que começou no México e nos apanhou em cheio. No início de 1990, ocorreu a quebra da especulação colossal com ações de companhias de nova tecnologia. Também percebemos tremeliques no setor imobiliário. Houve uma grave crise de crédito imobiliário, de hiperinflação imobiliária no Japão, que seria a potência emergente, e mergulhou na penumbra depois disso. Tudo isso sem falar nos problemas com bancos ingleses e na quebra de um ou outro banco por excesso de expansão de crédito. Estou mapeando a situação de 1980 para cá, porque se retrocedermos mais encontraremos muitas outras manifestações na história. As indicações de crise concentradas no sistema americano já datam de 2007, quando houve um estremecimento forte no sistema de crédito imobiliário. A crise começou por onde? Pelo crédito imobiliário. Houve tremeliques sérios em 2007, mas as pessoas se esquecem disso. Os sinais se acumulavam. O problema é que, ao longo de 20 e tantos anos, o sistema de globalização financeira sofreu diversos abalos – a dívida externa do terceiro mundo, a crise da bolsa de valores de 1980, algumas perturbações bancárias, a quebra de alguns bancos na Inglaterra –, porém, conseguiu superá-los. Diante disso, desenvolveu-se a convicção de que o sistema estaria vacinado e saberia sair de qualquer crise. Houve uma ampliação da autonomia desse sistema financeiro internacional em função do êxito relativo ao enfrentar as crises parciais que antecederam essa grande crise. As crises foram crescendo porque o sistema se tornou permissivo com seus procedimentos. Você tem declarações incríveis de que o sistema alcançou sua maturidade, de que o sistema é capaz de se autogerir, com toda a pressão que fizeram para reduzir a regulamentação. E a globalização financeira criou imensos espaços para que esses grandes bancos norte-americanos, mas não apenas eles, movam-se com uma enorme autonomia *offshore*, nos interstícios do sistema. Existem 72 paraísos fiscais. O ponto para o qual eu quero chamar atenção é que não houve surpresa com essa crise. Acho, porém, curioso que tenha havido uma espécie de nota de surpresa com sua chegada, visto que os sinais e as premonições sobre ela vinham de muito antes, com advertências acadêmicas e institucionais muito antigas.

Desafios – Qual a diferença entre a crise atual e a de 1929?

Lessa – Bem, em primeiro lugar, toda crise, do ponto de vista histórico, é um fato único. Toda grande crise é singular, ela nunca reproduz uma configuração passada. A crise de 1929 se deu num cenário macroeconômico mundial diferente. A organização monetária era menos sofisticada que a atual e apresentava níveis de articulação tecnológi-

ca frágeis. Como essa crise ocorreu num cenário completamente diferente, teve desdobramentos igualmente diferentes. E só foi superada com a Segunda Guerra Mundial. Foi só com a Segunda Guerra que Wall Street conseguiu recuperar o índice pré-crise. O índice da bolsa de valores norte-americano só recuperou o padrão anterior à crise em 1952. Isso demonstra a magnitude da crise de 1929 e o seu caráter inovador. O mundo vai à Segunda Guerra Mundial para resolver problemas que haviam aflorado com a Primeira Guerra. O que quero dizer com esse exemplo é que você não pode pegar uma grande crise e procurar respostas para ela no passado. Mas você pode verificar que as crises marcam o nascimento de uma nova organização e hierarquia mundiais. A hegemonia inglesa, por exemplo, começou a ser ameaçada pela crise que houve na Europa no último quartel do século 19, mas só foi sepultada em definitivo com a Primeira Guerra Mundial. Mas até a eclosão da guerra, os EUA já despontavam como o novo centro do mundo. Essa análise mostra como as configurações se modificam com as crises. Assim, a primeira convicção que precisamos ter é que essa crise atual vai reorganizar de forma muito poderosa o sistema econômico mundial.

Desafios – Como começou o problema nos Estados Unidos?

Lessa – Começou no setor imobiliário, por volta de 2000. Houve o episódio de 11 de setembro, o medo de que a economia americana entrasse numa recessão, o que levou os bancos e instituições financeiras a jogar os juros para baixo e afrouxar as operações de crédito imobiliário. Isso gerou uma bolha. A bolha imobiliária americana, em última instância, refletiu o valor do imóvel que estava subindo. Se o valor do imóvel está em ascensão, aparentemente a garantia do crédito está dada no valor dos imóveis. Mas quando o valor dos imóveis estaciona e começa a cair, o que sobra? O endividamento das pessoas. Mas se as pessoas estão endividadas, como elas irão pagar? Elas só podem pagar com os rendimentos que elas têm, mas se a economia entrou em crise, os rendimentos caem. Isso se deu nos Estados Unidos em cima dos imóveis e gerou essa bolha colossal que acabou por arrebentar.

Desafios – E no Brasil? O que aconteceu?

Lessa – Nós fizemos uma "bolhinha" que eu costumo chamar de "bolha Casas Bahia", porque a loja se tornou uma espécie de símbolo das compras a longo prazo. Vender automóvel sem entrada em 90 prestações é uma temeridade porque não há garantia nenhuma. O credor pode tomar o automóvel de volta se a pessoa não paga, mas ele fará o quê com o veículo? Nós levamos o endividamento das famílias

brasileiras a níveis que considero extremamente inquietantes. Empurrar o desenvolvimento a partir de bolha de crédito é perigoso se isso não gerar um aumento imediato do investimento bruto. Eu esperava que em 2008 o investimento bruto começasse a ficar robusto, porém, a crise bateu pesado exatamente nisso. As empresas pararam os seus projetos, passaram a agir de forma mais lenta. Assim, você não dá continuidade ao endividamento "virtuoso", que promoveria a retomada dos investimentos produtivos. Esse é o calcanhar de Aquiles do Brasil hoje.

Desafios – Essa descontinuidade do endividamento "virtuoso" seria um dos sinais inequívocos de que a crise chegou ao País?

Lessa – Os sinais estão estampados para todo mundo ver: queda do preço das *commodities*, retirada abrupta de recursos do País, aumento das remessas de lucros, dividendos e *royalties*, movimentos especulativos oscilantes na bolsa, apostas temerárias de algumas empresas como a Aracruz e a Sadia, demissões em algumas áreas, segmentos em dificuldades como o setor metalúrgico e siderúrgico. São todos sinais inequívocos, porém, eles não configuram um momento de crise endógeno no País. O fantasma da crise no Brasil está na bolha do endividamento familiar com crédito consignado, desconto em folha, facilidade para comprar em noventa prestações.

Desafios – Como o senhor analisa a reação do Brasil diante da crise?

Lessa – Em relação ao Brasil, houve um componente extremamente curioso, que foi a enorme relutância do aparelho oficial do governo em admitir a existência da crise.

Desafios – Mas agora admite-se, não?

Lessa – Agora eu acho que reconheceram porque o ministro Paulo Bernardo disse há alguns dias que a economia só vai crescer 0,7%. Crescer 0,7% ou ficar parado é a mesma mediocridade. Não dá para soltar foguete por causa disso.

Desafios – Outros países não estão em situação pior?

Lessa – Sempre tem alguém que diz: "ah, mas a recessão em outros lugares é pior". Então somos privilegiados pela recessão aqui ser relativamente menor? Ou somos sofredores crônicos de uma estagnação econômica que retirou pouco proveito da globalização financeira e estamos pagando o mesmo preço dos outros? É um tipo de avaliação que me parece marcada por certa ingenuidade. Aliás, se você fizer a recomposição das declarações do presidente Lula, vai ver isso. Ele começou dizendo que a crise não atravessaria o Atlântico e depois disse que era só uma "marolinha". Eu sei que é necessário transmitir uma sensação de otimismo, mas o otimismo não pode ser feito em cima da revisão de declarações. Se as previsões de crescimento começam a cair, os empresários veem que não haverá crescimento e põem as barbas de molho. Isso é uma

crítica que faço a nós, brasileiros, por não termos dado à crise a dimensão que ela tem.

Desafios – Instituições internacionais como o FMI afirmam que o Brasil é um dos países que têm mais chance de sair bem da crise. Podemos confiar nas especulações de organismos que erraram tantas previsões e não alertaram para a iminência da crise?

Lessa – O Brasil chegou a essa crise com algumas vantagens. As principais foram as reservas internacionais. Além disso, tinha a inflação sob controle. Esses dois fatores pesam a nosso favor. O País também dispõe de um sistema bancário que não foi tão contaminado pelo processo de globalização financeira e, felizmente, não privatizou o Banco do Brasil e nem a Caixa Econômica Federal. São dados extremamente positivos e explicam porque a crise está sendo menos devastadora no Brasil do que em outros países centrais do primeiro mundo. No entanto, temos problemas sociais colossais e um desemprego histórico, um subemprego disfarçado, que outros países não têm.

Desafios – Qual a saída social para o Brasil?

Lessa – A saída social do Brasil exige geração de emprego e renda. O problema é que nós estávamos gerando emprego e renda muito em cima do festival do otimismo da bolha. A bolha mundial foi uma bolha de crédito. Nós fizemos uma bolha tupiniquim em cima de vendas financiadas a longuíssimo prazo de automóveis e eletrodomésticos. As pessoas compram uma motocicleta, por exemplo, em 75 prestações. Isso gera o endividamento das famílias.

Desafios – E isso, por sua vez, gera...

Lessa – O problema é o seguinte. O endividamento das famílias consiste em trazer um mercado do futuro para o presente. Ao agir assim, a pessoa reforça a compra no presente e introduz uma injeção de ânimo no setor industrial. Por outro lado, esse procedimento onera todos os endividados. Mas se a economia mantiver o dinamismo, ou seja, se as empresas começarem a investir, ampliando a capacidade produtiva, será possível fazer com que emprego e renda se multipliquem e o endividamento fique contido num nível razoável. Mas o que acontece numa crise com os endividados? Aumenta a inadimplência. É o que está acontecendo agora.

Desafios – O que o governo tem feito para evitar o agravamento da crise?

Lessa – O governo tem procurado dar injeções de vitamina em todos os segmentos industriais que dependem da folha de crédito. Assim, reduziu o IPI para automóveis, veículos automotores, caminhões, eletrodomésticos, materiais de construção, móveis. Ao agir dessa forma, procurou segurar o funcionamento desses setores. O problema é que fazer isso sem a retomada dos investimentos produtivos é enxugar gelo.

Desafios – O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) seria um investimento produtivo?

Lessa – Claro. Aliás, eu só tenho uma coisa a dizer a respeito do PAC: eu quero é mais.

Desafios – Por quê?

Lessa – Porque eu acho o programa muito pequeno para a crise brasileira.

Desafios – Mas há recursos suficientes para ampliar o programa?

Lessa – Do ponto de vista macroeconômico é preciso perguntar se a economia brasileira tem capacidade de produzir o que for necessário para um PAC maior. Se tiver, é uma questão de financiamento.

Desafios – O que mais o governo tem feito de positivo para contornar a crise?

Lessa – É corretíssima a orientação que o governo tem seguido de restaurar a capacidade operacional do setor público. O setor público ainda está com a sua capacidade operacional prejudicada porque, em 1995, foi feita uma devastação em seus quadros. O Lula vem recuperando a capacidade operacional das agências públicas, mas ainda há lacunas graves como na área de saúde. Eu acho errado criticar o governo por causa de gastos públicos com funcionários. Pelo contrário, funcionário é o comprador ideal da rede de supermercado. Também acho que o governo tem sido eficiente em "tapar buracos" em segmentos como o automobilístico e de eletrodomésticos. Acontece que a capacidade do governo para isso é limitada. O governo tem que dar uma resposta para evitar que surjam novos buracos, tipo o PAC e o programa da Petrobras. O programa da Petrobras cria uma larga frente para a expansão do investimento privado no Brasil. Tudo isso está corretíssimo. Por outro lado, acho que o governo tem tido um comportamento tímido, de certa maneira acanhado, na discussão do futuro. Vou fazer uma crítica ao PAC. Eu disse que eu quero mais PAC. Eu quero que esse programa equacione a matriz do transporte brasileiro. Quero que o PAC coloque o dedo na ferida. A produtividade brasileira é extremamente ociosa. Vou lhe dar um exemplo. Nós embarcamos soja em grãos pelos portos da região amazônica e da região Sul e algumas vezes a soja viaja dois mil quilômetros de caminhão. A produtividade da produção agropecuária do Brasil é altíssima no perímetro do estabelecimento agrícola, mas fora dele é um horror. Tenho outra informação assustadora sobre o problema do transporte. Não tenho conhecimento de

estimativas mais recentes, mas, segundo dados de mais de dez anos, o deslocamento residência-trabalho-residência no Rio de Janeiro leva duas horas e dez minutos em média. Assim, quando você vê o deslocamento de pessoas, dá mais de 92% no Brasil na modalidade, de novo, em cima do motor de explosão. Então eu acho o PAC ultratímido em matéria de infraestrutura urbana para equacionar a questão do transporte urbano, que é uma tragédia social. Na verdade, todo esse processo de favelização é alimentado por esse fenômeno. Muitos preferem morar com precariedade, mas estar próximo ao local de trabalho e gastar menos tempo e dinheiro para chegar ao serviço, do que morar longe, porque a vida se esvai nesse deslocamento.

Desafios – O senhor disse que o mundo irá se reorganizar depois da crise. Seria possível fazer alguma previsão sobre como ele ficará daqui para frente?

Lessa – Eu não sei para onde o mundo vai. Não existem elementos para a gente prever o futuro. Só posso dizer que o mundo sairá dessa crise com padrões comportamentais e organizações bastante modificadas. Ele não irá reproduzir a situação pré-crise, mas viver uma nova configuração. Eu digo isso e o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, também.

Desafios – O que exatamente o presidente dos EUA disse que o senhor concorda?

Lessa – No seu discurso de posse, o presidente Obama afirmou que os EUA irão recuperar a sua liderança. Ou seja, assumiu que o país havia perdido essa posição. Pessoalmente, não acho que isso tenha ocorrido. Os EUA estão atônitos com a confusão produzida, mas o dólar continua a ser a grande portabilidade da riqueza mundial. Mas a segunda declaração dele ainda foi mais importante. Ele disse que, para liderar, o país terá de concentrar e refazer sua infraestrutura em ciência e tecnologia para descobrir novas formas energéticas. Obama está indo além da crise no seu discurso. Ele está anunciando um novo modelo de desenvolvimento para o país. O presidente americano percebe que se trata de uma condição segmentada. A era do petróleo já chegou ao seu apogeu. Daqui para frente terá que haver mudança. Isso está claro para o governo norte-americano, mas, para o governo brasileiro, aparentemente não.

Desafios – E por que o Brasil não enxerga isso?

Lessa – Porque, para o governo brasileiro, nós funcionamos assim, portanto, temos que recuperar a normalidade. Qual é a normalidade? Em um mundo em que há um volume colossal de empresas com enormes dificuldades, como a Sadia? A onda das fusões já avançou de um lado e na hora em que o processo reverte, fragiliza. Não é à toa que volta e meia estoura uma notícia segundo a qual uma grande organização está abalada.

Desafios – Como ficarão os EUA nessa nova configuração?

Lessa – Suponhamos que o plano do Obama dê certo e sejam encontradas novas formas energéticas e que o vetor petróleo possa ser parcialmente substituído por outro, quem sabe o hidrogênio. Se isso acontecer, você terá uma enorme destruição de ativos produtivos, mas, por outro lado, terá imensas possibilidades de realizar novos investimentos produtivos. É nesse sentido que a crise é uma espécie de parteira da história. As crises seriam momentos especiais de destruição criadora. Elas destroem alguma coisa e criam outra, só que esse processo não é instantâneo, há sempre um intervalo.

Desafios – E como ficará o Brasil?

Lessa – Nós, brasileiros, temos que pensar no papel que iremos desempenhar nessa nova configuração, porque o componente "vontade" é fundamental. O fato econômico não é produzido mecanicamente. Embora as determinações venham do passado, existe a atuação dos atores no presente. Os atores modificam o cenário que lhes foi dado com suas decisões.

Desafios – O Brasil também caminhará para uma revolução tecnológica como os EUA?

Lessa – Criaram janelas ideológicas e autorizações para o Brasil pensar grande. Vou fazer uma comparação com os Estados Unidos para você entender o que eu quero dizer. Conforme disse o presidente Obama, os EUA terão de fazer uma revolução tecnológica e científica para superar essa crise. E isso irá produzir um mundo novo, que não sei exatamente como será. Se eu sair desse mundo e olhar para o Brasil, percebo algo fundamental que curiosamente não está sendo discutido. O Brasil talvez seja o único país do mundo capaz de fazer uma revolução tecnológica sem quebrar nada porque já detém uma tecnologia conhecida e dominada pelos brasileiros. O Brasil tem uma admirável matriz energética. Talvez tenhamos a mais alta porcentagem de formas de energia renovável no consumo global de energia. As formas de energia renováveis no Brasil vão a 50%. A média mundial é inferior a 10%. Para você ver como nós estamos bem. Nós temos a eletricidade, os derivados da cana, a energia gerada pela cana, pela lenha, que também é renovável, porque você pode reconstituir florestas. Assim, do ponto de vista de matriz energética estamos bem, porém estamos mal pelo fato de a energia por habitante no País ser muito baixa. Mas não devemos desenvolver nossa matriz energética para reproduzir a matriz bebedora de petróleo, mesmo tendo o pré-sal. Ou seja, o país deve continuar a preservar o padrão da sua matriz energética, mas é fundamental elevar a quantidade de energia por habitante. Porém, se nós temos essa matriz energética tão boa, temos uma das piores matrizes logísticas do mundo. Nosso eixo principal logístico é o transporte rodoviário. Transportamos mercadoria do Rio Grande até Belém tendo 7.500 km de costa navegável. Não temos nenhuma expressão na navegação das bacias do Amazonas e do Prata e as ferrovias brasileiras não integram todas as regiões do País. Além disso, damos "nós" no transporte brasileiro porque construímos portos nas grandes cidades. O porto de Santos, por exemplo, está sendo esmagado porque as ferrovias e as rodovias interestaduais passam pela grande São Paulo. Não houve planejamento. Instalamos uma matriz de transporte da primeira revolução industrial e depois utilizamos as características da economia do petróleo para fazer a nossa economia crescer. Trata-se de um desafio (integrar o país através de um transporte eficiente e mais barato) radicalmente diferente do enfrentado pelos EUA. Os EUA e a Europa dependem de um novo retorno energético. Nós podemos fazer o quê nos próximos anos? Construir uma matriz de transporte que acople a ferrovia, a rodovia e a hidrovia. Com isso, haveria uma redução de preço de todas as mercadorias que vão para o abastecimento brasileiro. Além disso, a população vai melhorar o padrão de vida por causa dessa revolução científica e tecnológica, com uma ciência e tecnologia dominada pela engenharia e pela indústria brasileira. Então, não há problema nenhum para resolver. Temos uma frente espetacular para nos lançarmos no futuro, mas não se discute o futuro.

Desafios – Voltando para a questão da crise. Quanto tempo o senhor acha que vai levar para o País sair dela?

Lessa – Não vou me arriscar a fazer nenhum prognóstico desse tipo. Só posso dizer que as decisões que dizem respeito ao futuro brasileiro têm um elenco de decisões ligadas à economia do petróleo. Achei as observações do presidente Lula sobre o assunto corretíssimas. Segundo ele, o Brasil não será exportador de petróleo e sim um país exportador de derivados do petróleo. Eu diria que o Brasil deve exportar o trabalho dos brasileiros utilizado nessa área. Vou explicar melhor o que quero dizer. Quando você pega soja em grão no porto, chama aquilo de produto de agricultura de transporte. Quando você mói os grãos e obtém farelo, óleo de soja, você tem de novo um aporte energético. Quando pega o farelo e dá para o boi, depois mata o boi e pega a carne, ela também incorpora energia. O que eu estou querendo dizer é que

energia não é commodity. Petróleo não é *commodity*, e sim o vetor que organiza toda a base produtiva, junto com todas as outras formas de energia. O presidente está corretíssimo quando diz que devemos reservar o petróleo para uso interno, o que inclui a atividade exportadora, mas não vamos ser exportadores de petróleo. É uma maldição ser exportador de petróleo.

Desafios – É tão negativo assim ser exportador de petróleo?

Lessa – A Indonésia foi exportadora de petróleo e membro da Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo). Vendeu petróleo a menos de US$ 3 o barril, andou recomprando em 2008 a uns US$ 120 e agora está comprando a US$ 60. O que você acha? É muito melhor ter petróleo debaixo do solo do que reserva internacional.

Desafios – Então podemos ter esperança com relação ao Brasil?

Lessa – Não tenho a menor dúvida. Acho que a questão do pré-sal é chave para o futuro brasileiro. Felizmente, eu assino embaixo de todas as declarações feitas pelo presidente Lula até agora sobre o pré-sal. Ele falou: "reserva-se a economia do petróleo para dinamizar a economia brasileira", o que é importantíssimo; "e os lucros obtidos para resgatar a dívida social", está corretíssimo. Politizar a questão do petróleo é uma tragédia. Precisamos ter uma Petrobras ultrassólida em nível mundial e nacional, mas subordinada ao povo brasileiro, e não à bolsa de Nova York ou aos seus acionistas. Em matéria de petróleo estamos muito bem; em matéria de PAC podemos melhorar. O PAC tinha que ser muito maior e atender mais brasileiros. Vou dar uma sugestão. É preciso ativar os municípios no Brasil.

Desafios – E como se daria essa "ativação" dos municípios?

Lessa – Se você ativar os municípios, eles começam a realizar um monte de pequenas obras que têm o efeito de gerar empregos locais, que é exatamente o que queremos. Eu tenho uma sugestão. Por que os *royalties* do petróleo não são distribuídos para todos os municípios brasileiros? Você vai me perguntar, "mas como podemos fazer isso?" O Lessa, um carioca, está propondo que o Rio de Janeiro perca a posição privilegiada que tem nos *royalties* em nome de todos os municípios brasileiros. Mas eu estou pensando é no pré-sal. Eu acho que os rendimentos do pré-sal deveriam ser distribuídos pelos municípios brasileiros. É somar as forças políticas em torno de quê? De preservar o pré-sal para o Brasil. Aí você vai me perguntar, "mas porque você está falando isso?" Por uma razão muito simples. Sabe quantos insumos o petróleo dá? Três. Então, qualquer modificação no setor energético vai fazer do petróleo residual uma misturinha ultravaliosa para os milhares de usos que são possíveis com o petróleo. A ideia de ser avarento com relação ao

seu petróleo, ou seja, extrair do solo apenas a quantidade de petróleo de que você necessita e vendê-lo a conta-gotas para comprar o indispensável ao País. Seria uma maldição se embarcássemos numa trajetória semelhante a dos países do Oriente Médio. Copacabana não será uma Dubai e eu espero que o Brasil não se transforme num Iraque. Quero que vire uma Noruega. E o Brasil pode ser uma Noruega a partir dessa matriz energética brasileira, se houver inteligência no modo de construir o futuro.

Desafios – O crescimento que o Brasil vinha apresentando era calcado em bases sólidas?

Lessa – Não, porque a base sólida de um crescimento é a elevação da taxa de investimentos produtivos. E a taxa de investimento brasileiro estava medíocre. Se não me engano, melhoramos um pouquinho em 2008. Mas o Brasil andou com taxas inferiores a 20% do PIB, quando nós deveríamos ter pelo menos 25% do PIB. O ideal seria ter 30%.

Desafios – Falando em PIB, o governo ainda acredita em um crescimento em 2009 na ordem de 0,7% a 1%, apesar da crise. O senhor acredita que esse crescimento vai acontecer?

Lessa – Não me angustio com isso. Se houver um crescimento em 2009, sem dúvida será um dado alvissareiro, porém, não significa que tenhamos superado a crise. Em primeiro lugar, acho que o Brasil está estagnado desde os anos 1980. Os jornalistas batizaram a década de 1980 como a década perdida, mas os anos 1990 foram igualmente medíocres em termos econômicos. Durante esses 20 anos de mediocridade, a situação melhorou de vez em quando. Eu chamo isso de voo de galinha. E foi em cima de uma expansão de crédito colossal, que é a tal da "bolha Casas Bahia". Precisamos ter uma taxa de investimento macroeconômica alta. Isso só é possível com a elevação da taxa de investimento público. Por esse motivo, peço um PAC mais robusto. Acho fundamental reforçar essa passagem municipal de resgate nas obras, enquanto o governo federal articula as grandes. Isso é o coração de uma futura estratégia. Mas é preciso saber qual será a finalidade dela. O que foi definido para a economia do petróleo está muito bom, falta uma economia de transporte e falta uma inequívoca opção pelas formas de energia renováveis.

Desafios – O senhor acha que o sistema brasileiro de controle de crédito está bem regulado?

Lessa – Do ponto de vista estritamente conservador, eu diria que o sistema de crédito brasileiro tem sido administrado muito com os olhos no sistema de crédito privado e pouco com os olhos na sociedade brasileira. Foi feito um jogo de contas em que a economia não cresce. A única coisa que cresce são os lucros dos bancos, das operadoras privadas. O nível de proteção do tomador de crédito no Brasil é muito reduzido porque as tarifas aplicadas são abusivas. O sistema bancário se autofinancia com as taxas e ganha com as operações ligadas à tesouraria. Mas o Brasil pode modificar isso. Como temos a renda de bancos públicos de grande peso na economia, esses bancos podem operar com vistas a impor regras mais eficientes. Não podemos aplicar um tratamento de choque no sistema de crédito brasileiro porque isso seria muito perigoso, mas podemos arrumá-lo progressivamente.

Desafios – Há necessidade de alguma salvaguarda contra a crise?

Lessa – O Brasil precisa criar uma salvaguarda mais eficiente para fazer frente à crise financeira mundial e, para isso, é fundamental centralizar as operações de câmbio. Sou inteiramente favorável a uma centralização do câmbio, que seria formulada pelo Banco Central, submetida a uma aprovação pelo Congresso e executada pelo Banco do Brasil.

Desafios – Como fica a situação da iniciativa privada daqui para frente? Haverá retração de investimentos?

Lessa – Eu acho o comportamento da iniciativa privada muito estranho. Se eu tomar o que a Fiesp afirma como representativa dessa posição, diria, para a minha surpresa, que a Fiesp não defende um programa de investimentos produtivos e de investimentos públicos. A Fiesp só fala em redução de impostos e em flexibilização dos contratos de trabalho. Ora, a grande defesa em relação à crise é preservar o poder de compra das pessoas. A grande defesa frente à crise é aparecer um grande comprador, que é o setor público, que ativa cadeias de produção ao comprar. Se o setor público encolher porque perdeu receita tributária, e se os contratos de trabalho levarem a uma redução da massa salarial, a crise se agrava. O discurso da Fiesp parece ser pró-crise.

Desafios – Como o senhor vê o Brasil daqui a dez ou 15 anos?

Lessa – Não tenho bola de cristal para prever nada. Mas digo uma coisa. Não consigo ser pessimista em relação ao País. Quando eu nasci, o Brasil era um cafezal. Quando cheguei à maturidade, o Brasil já era a oitava economia industrial do mundo. Agora, na minha velhice, é a décima-quarta. Mas pode resgatar a antiga posição. Pode ver a integração latino-americana avançar. Enfim, o Brasil não está condenado a nada, a não ser a uma mediocridade que parece ser uma opção nossa.

Walter Barelli

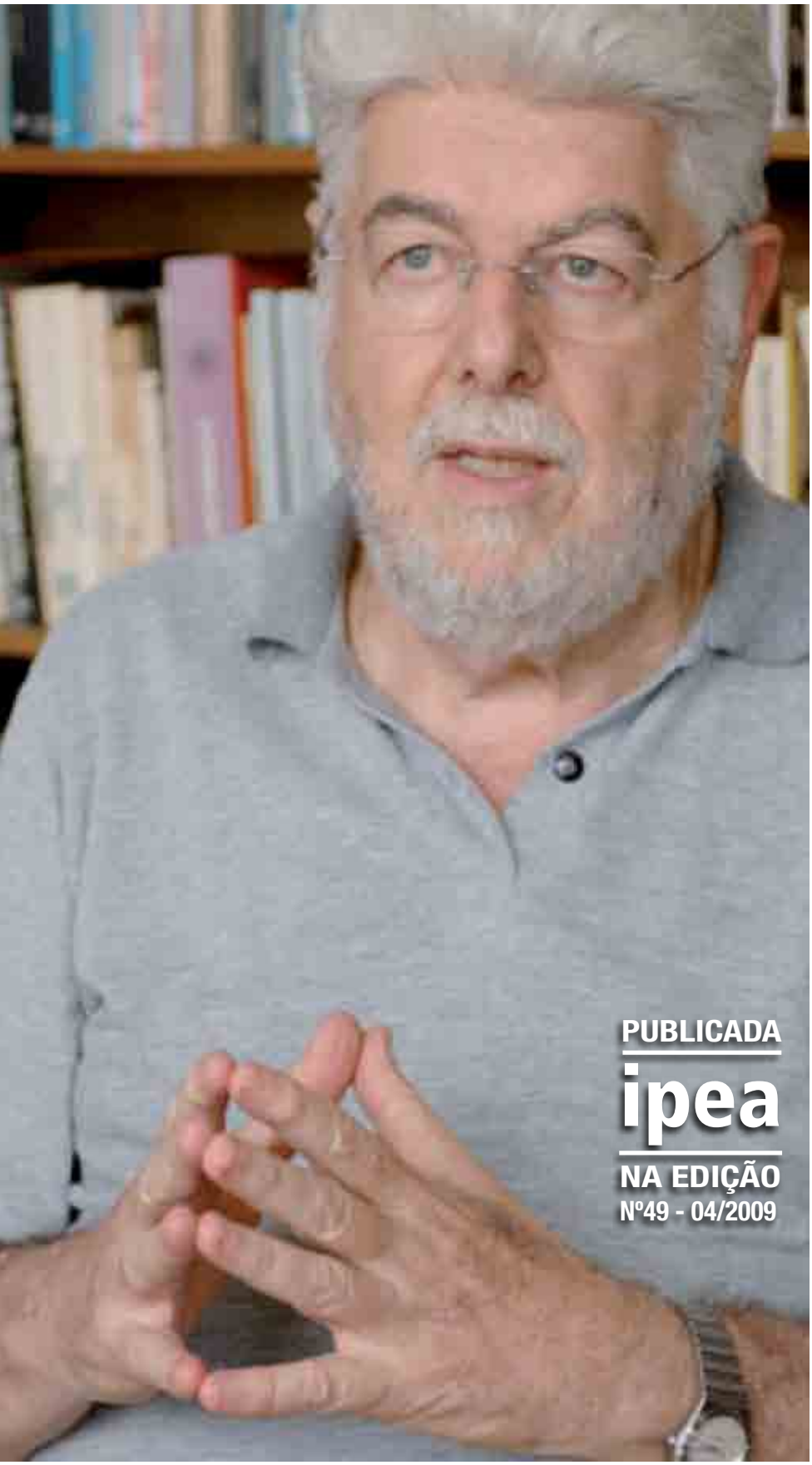
Empregar é a solução

Especialista em emprego, o economista Walter Barelli, integrante do Conselho de Orientação do **Ipea**, acredita que as demissões na Embraer são os primeiros sinais de que a crise financeira mundial começa a prejudicar o trabalhador brasileiro. Para enfrentar as turbulências e reduzir o volume de desempregados, o professor aposentado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) defende um plano de obras, nos moldes do *new deal* — programa de recuperação econômica dos Estados Unidos executado no governo de Franklin Roosevelt após a Grande Depressão de 1929. Do contrário, avalia, o Brasil não terá como escapar da crise e logo terá 10 milhões de desempregados. "Neste momento, empregar é a solução", diz.

Por **Fernando Taquari Ribeiro** - de São Paulo

Desafios – As demissões na Embraer são sinais de que a crise financeira mundial começa atingir de forma mais acentuada o emprego e a renda do trabalhador brasileiro?

Barelli – Acho que a crise ainda não chegou ao Brasil com muita intensidade. Temos um início de crise com alguns sinais que passaram a existir, mas também com alguns antídotos. As demissões realizadas pela mineradora Vale do Rio do Doce em dezembro do ano passado foram os primeiros efeitos da crise no emprego. É lógico que ocorreram outras demissões nesse período, medidas pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho. No entanto, são naturais as dispensas nessa época do ano. Dezembro sempre registra baixas no índice de emprego, já que chega ao fim a safra da cana-de-açúcar, da laranja, entre outros produtos agrícolas. Muitas vezes acontecem mais demissões do que admissões. A crise financeira começou a repercutir a partir da falência do banco de investimento Lehman Brothers no dia 15 de setembro de 2008. E aqui, em nosso País, há uma série de coisas que está acontecendo que tem tudo a ver com a crise, mas a repercussão ainda é inicial. Veja o caso do emprego. Um grande número de empresas, sobretudo do setor automobilístico, só demitiu



Perfil

Economista e professor aposentado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Walter Barelli, 70 anos, nascido na capital paulista, formou-se em economia pela Universidade de São Paulo (USP), onde recebeu o título de pós-graduado em sociologia do desenvolvimento. Na época da universidade, passou em um concurso público e trabalhou por oito anos no Banco do Brasil.

Também doutor em economia, Barelli foi diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) por 23 anos, entre 1967 e 1990. Durante esse período, tornou-se especialista em questões relacionadas ao emprego. Foi ministro do Trabalho no governo do presidente Itamar Franco (1992-1994).

Como secretário do Emprego e das Relações do Trabalho no Estado de São Paulo nos mandatos dos tucanos Mário Covas e Geraldo Alckmin (1995-2002), foi responsável pela implantação das Frentes de Trabalho, programa voltado para a população de baixa renda, e pela criação do Banco do Povo Paulista, destinado aos microempreendedores. Em 2003, elegeu-se deputado federal pelo PSDB. Encerrou o mandato em 2007.

Escreveu os livros *O Futuro do Emprego e Distribuição Funcional de Renda nos Bancos Comerciais*. Barelli é também coautor em outras publicações no Brasil e no exterior. Além disso, faz parte do conselho do Instituto Via de Acesso, uma ONG criada para preparar jovens para o mercado de trabalho.

No Brasil, nessa pesquisa da PNAD, o último dado publicado indica que havia 8,1 milhões desempregados. Isso é muita gente e ninguém fez discurso para dizer que temos 8 milhões de desempregados

trabalhadores temporários. As montadoras optaram entre dar férias coletivas ou negociar novas formas de acordos, com licença remunerada para curso de qualificação. Agora, os quatro mil funcionários demitidos pela Embraer representam mais um elemento da crise financeira sobre a questão do emprego. A Embraer não contrata ninguém com menos do que o segundo grau. Portanto, estes quatro mil são trabalhadores da elite. Não é mais aquela elite da indústria automobilística, que eram os ferramenteiros. Os trabalhadores demitidos são treinados, alguns com mais de 10 ou 20 anos de casa. Eu não sou especialista em indústria aeronáutica, mas entendo que é uma coisa muito especializada. As dispensas da Vale e da Embraer foram as maiores anunciadas até agora.

Desafios – O senhor acredita que a onda de demissões permaneça por muito tempo?

Barelli – Nós só vamos saber essas coisas depois. É prematuro dizer ainda sobre futuro. A indústria de autopeças dispensou bastante. Quem não aparece na imprensa também aproveitou e dispensou seus funcionários. Mas há um detalhe importante para destacar. As dispensas da Embraer não vão aparecer no índice de desemprego do Brasil porque o levantamento não é realizado no Vale do Paraíba. É feito apenas nas regiões metropolitanas. Muito do desemprego da Vale do Rio Doce também não vai aparecer porque ela funciona basicamente onde tem mina. Quer dizer, não temos boas estatísticas de emprego. Nesta crise não vamos saber exatamente o número de desempregados ou desocupados espalhados pelo País. O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) promete, para 2010 ou 2011, começar a fazer uma pesquisa trimestral em todo o

Brasil. A PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), que é uma pesquisa anual, permite que você conheça os desempregados do Brasil. Só que a coleta do PNAD é em setembro e outubro. Então, o que aconteceu em 2008 não vai ser medido com exatidão. Aliás, 2008, talvez, vá apresentar redução do total de desempregados no Brasil. As pessoas vão questionar: por que estava dando certo e agora está tudo errado? Por que, agora, voltou a ter desempregados no Brasil? Mesmo quando for feita a pesquisa, em 2009, por volta de setembro ou outubro de novo, vai ser uma tomada de posição só. Por isso defendo um efetivo índice de desemprego nacional. Então, ao falar dessa crise financeira, hoje, não é possível ainda dizer se ela chegou com força. Mas se acontecer e tivermos eficiência, talvez não seja a crise que se anuncia. Portanto, as necessidades são eficiência e um bom índice de desemprego efetivamente nacional.

Desafios – Que tipo de eficiência?

Barelli – Vou continuar na Embraer A companhia, por exemplo, estava discutindo com o Ministério da Defesa a construção de um avião tipo Hércules de transporte de tropas. A ideia era adquirir 20 unidades no Brasil, o que daria escala para a Embraer entrar nessa linha e fornecer para outros países, porque este é um tipo de avião especial. Por isso digo que o governo deixa a crise acontecer. Ele tinha que negociar rapidamente para evitar as demissões. Quem sabe poderia salvar o emprego de 5% desses 20% de funcionários que foram cortados. O grande problema na questão do emprego no Brasil é que o País não tem e quase nunca teve uma política de emprego. Para os economistas, emprego é uma função do investimento. Então, se há investimento existe emprego. Alguns planos governamentais foram muito importantes porque levaram emprego ao cidadão. É só lembrar do que foi feito por Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e os militares. Apesar da repressão nos anos 1970, durante a ditadura, havia um plano de construção civil importante, com grandes obras. Chegava a uma situação de quase pleno emprego. Lembro que houve uma disputa entre as construtoras pelos trabalhadores da construção civil. O alojamento onde eles moravam passou a ter televisão. Houve demanda no Rio de Janeiro e em São Paulo, embora algumas construções tenham ocorrido em outros estados. Mas neste período ergueram, principalmente, a Ponte Rio-Niterói. O Banco Nacional da Habitação era financiador de moradia e o Brasil passou a investir muito. Naquela época, contudo, não havia um índice para medir os desempregados brasileiros. O Brasil só passou a ter um índice, em 1985 e 1986, quando o IBGE e o Dieese passaram a levantar essas informações.

A crise não é ainda da indústria automobilística. É dos fornecedores da indústria automobilística. O caixa daqui foi transferido para segurar o caixa da matriz. Ainda não é possivel mensurar o tamanho da crise

Desafios – O que o governo pode fazer para evitar uma deterioração da crise no emprego?

Barelli – Na verdade, deve-se falar o que os governos podem fazer. Se a crise for longa é preciso pensar neste governo e no próximo. Primeiro, tem que olhar a economia também do ponto de vista do emprego. Quando tem desemprego todo mundo faz campanha falando sobre este assunto. Surgem vários salvadores da pátria. Na última campanha para prefeito, ao contrário das três anteriores, não se mencionou o desemprego. Tanto Lula, duas vezes, quanto os prefeitos na outra eleição, em 2004, exploraram a questão na campanha eleitoral. Nesta última, não apareceu nada porque aparentemente era um céu de brigadeiro. O Caged é mentiroso porque não diz quantos são os desempregados. No Brasil, nessa pesquisa da PNAD, o último dado publicado indica que havia 8,1 milhões desempregados. Isso é muita gente e ninguém fez discurso para dizer que temos oito milhões de desempregados. Efetivamente, a questão do emprego não entra como assunto central na formulação econômica brasileira. O problema só será resolvido quando este assunto for pauta da agenda nacional de governantes, políticos e de brasileiros. O assunto passa agora a ganhar emoção. Logo vamos ver desocupados em todas as famílias. Se a crise for grande vamos chegar logo aos 10 milhões de desempregados.

Desafios – Qual sua avaliação sobre os acordos entre empresas e sindicatos que preveem suspensão de contrato de trabalho, redução de jornada e de salário?

Barelli – É preciso denunciar: muitas empresas demitiram e não foi noticiado porque estão numa área onde o sindicato não é atuante. As coisas que foram feitas com mediação do sindicato estão na regra do jogo. No Sul, no Sudeste e nas grandes capitais, os trabalhadores já enfrentaram crises de desemprego na década de 1970, no começo dos anos 1980 e na década de 1990, quando o Brasil crescia pouco. Então, estamos entrando em 30 anos

de experiência do movimento sindical em crises. Essas mudanças que estão sendo esgrimidas preparam novas formas de relacionamento entre as empresas e os sindicatos. Os espanhóis estão na quinta mudança laboral. No Brasil, não computamos nenhuma mudança. Apesar disso, acho que, se alguém se aventurar por mudar sem saber, vai fazer coisa errada. Por isso é melhor fazer acordos, que, se forem corretos, depois se tornam uma nova cultura a ser usada pelos trabalhadores. Afinal, a forma de trabalhar hoje é muito diferente da maneira que era em 1940, quando saiu a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Antes, os sindicatos praticamente não participavam das discussões. No Paraná, a Renault fez um acordo com o sindicato, no qual previa suspensão do contrato de trabalho com a garantia de que os funcionários ganhariam o seguro-desemprego e a empresa completaria o salário líquido que eles tinham antes da suspensão.

Desafios – Qual a explicação para as demissões no setor automobilístico que, ao longo do ano passado, bateu recordes de produção e vendas?

Barelli – A nova forma de difusão de notícias fez com que o que seria muito grave nos EUA chegasse como possibilidade de crise mundial rapidamente em todos os lugares. Passou a ser a profecia autorrealizada. Muitos adotaram este comportamento porque a matriz estava mal. A indústria automobilística, que já tinha a experiência, não demitiu de pronto. Sabia que seu sindicato não deixaria as demissões ocorrerem do dia para a noite. O que elas fizeram então? Usaram o mecanismo de sempre. Deram férias coletivas. A crise não é ainda da indústria automobilística. É dos fornecedores da indústria automobilística. O que aconteceu foi que o caixa daqui foi transferido para segurar o caixa da matriz. Depois de oferecer 90 meses para os consumidores pagarem por seus veículos, as montadoras também fecharam suas carteiras de empréstimos com a restrição de crédito, que também afetou o setor da construção civil. Os bancos pararam de emprestar. O Banco Central (BC) liberou o depósito compulsório, mas, mesmo assim, o crédito não deslanchou.

Você precisa ter organizadores de produção, que no capitalismo são empresas, mas no conjunto de uma nação isso é próprio da atividade governamental. Não sei se, entre as equipes de governo, tem alguém olhando para a frente

Desafios – Como o senhor enxerga a flexibilização nas relações de trabalho?

Barelli – Se você for ver o que é flexibilização no resto do mundo é a possibilidade de dispensar o trabalhador. No Brasil, que é atrasado em tudo, foi decretada a flexibilização em 1966, com o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). Nenhum trabalhador tem hoje estabilidade, a não ser que ele seja dirigente sindical, acidentado ou gestante. Na Europa, se discute hoje a possibilidade do trabalhador não ter direito à estabilidade. Além disso, outra forma de flexibilização muito utilizada é a contratação sem carteira assinada. Ou seja, a contratação do funcionário por meio de pessoa jurídica. Como ainda não é possível mensurar o tamanho da crise, os trabalhadores estão aceitando as propostas de acordo das empresas que preveem a redução dos salários, da jornada e a suspensão do contrato de trabalho.

Desafios – Os sindicatos demoraram em tomar uma posição?

Barelli – Concordo que demorou para os sindicatos tomarem posições. Não sei ainda se existe uma coordenação bem feita de várias centrais sindicais. No início houve manifestações que diziam que era preciso aumentar o número de cotas do seguro-desemprego. Entretanto, eu não vi, com exceção da passeata que foi feita na frente da Volkswagen pelos metalúrgicos, e outra pequena, em frente ao prédio da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), essa crise se transformar em um movimento de massa, até dos que estão pendurados, com a possibilidade de serem demitidos. Eu sei que é difícil mobilizar trabalhador quando o facão vai correr. Com as garantias que hoje tem a atuação sindical, deveria haver mais explicações para os trabalhadores. Quando a gente fala em movimento sindical supõe-se movimento e o movimento, por enquanto, não incomoda. O dirigente sindical com liberdade sindical tem condição de aprender com as vitórias e derrotas do passado.

Desafios – Como o senhor avalia a representatividade do sindicalismo hoje?

Barelli – O movimento sindical teve momentos de ouro na década de 1980, com a batalha pela redemocratização e as negociações nas fábricas. Mas, depois da Constituinte, o movimento se perdeu em meio ao baixo crescimento da economia brasileira. Com a retomada do crescimento, os sindicatos foram importantes para a definição de uma política de aumento real do salário mínimo, mas não são mais tão influentes como antes. As centrais sindicais, por sua vez, que não dependem do governo, passaram a receber o imposto sindical obrigatório. Com a contribuição, parece que essas entidades estão se proliferando. O imposto sindical, que é a cobrança equivalente a um dia de trabalho descontado diretamente na folha, serviu para sustentar os sindicatos e as centrais. Isso tudo só aconteceu porque a legislação é anacrônica e não foi feita a reforma trabalhista.

Desafios – Há espaço para uma reforma trabalhista até o final do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2010?

Barelli – Nós perdemos a chance de fazer uma reforma trabalhista. Fazer uma reforma numa crise desta vai beneficiar quem? Está se pensando na felicidade do trabalhador, para ele trabalhar com metas mais claras ou a intenção é baratear o que este trabalhador significa para a empresa? Não acho a reforma aconselhável num momento de crise. Tivemos como efeito da democracia um presidente vindo do movimento sindical. Ele propôs, num primeiro momento, fazer as reformas tributária e da previdência. No segundo ano seriam as reformas trabalhista e sindical. Criou-se um fórum. Tentou-se fazer uma discussão participativa. O resultado, contudo, deixou a desejar. Sequer a diretoria da CUT (Central Única dos Trabalhadores) estava de acordo com o que resultou do fórum. Tanto assim que aquela diretoria da CUT deu origem a duas centrais sindicais. A própria CUT e a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), na qual o PCdoB é majoritário. Um presidente que vinha do movimento sindical tinha condições de fazer as articulações necessárias para uma boa reforma trabalhista. Ele já está no segundo mandato e é muito difícil concluir. Na reforma tributária há um ponto que toca na questão trabalhista. Os empresários queriam, mas não conquistaram, a desoneração da folha de pagamentos, porque os sindicalistas forçaram uma espera, pois temiam chegar enfraquecidos para discutir a reforma trabalhista. Depois do impasse, não se discutiu mais o assunto. Os empresários, quando falam que precisa mudar, se referem à forma como são arrecadadas as chamadas contribuições sociais sobre a folha de pagamento. Tem muito trabalhador que paga mais. Há mudanças que são necessárias. Até foram enunciadas. De qualquer modo, é muito difícil mexer nisso em meio à crise. Mesmo para o governo Lula, que foi eleito com uma votação expressiva.

Desafios – A crise pode atingir o País com mais intensidade? O que fazer?

Barelli – Ela tem tudo para chegar. Quais são as nossas dependências? O que pode acontecer? Tem a questão do crédito. As medidas que foram copiadas agora, aparentemente não deram certo aqui ainda. Crédito para carro e dinheiro para banco. Nossos bancos dizem que estão bem hoje por causa do Proer (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional), que vem do outro governo e foi muito criticado na época. Não mudou a situação de renda das famílias porque não houve um desemprego grande. Mesmo quando há desemprego, o trabalhador recebe o aviso prévio, FGTS e, se tiver sorte, o seguro-desemprego. A crise é adiada naquilo que se refere ao consumo da população. As empresas que deram férias antecipadas, se demitirem, vão dar mais um mês para o trabalhador de aviso prévio. Há um compasso natural de atraso na efetivação da crise em termos do Brasil. Vai afetar mesmo quando tivermos um crescimento no desemprego. Esses oito milhões podem ser dez milhões. Esses dois milhões vão aparecer porque estarão concentrados em áreas onde vive muita gente. Vai ser na Grande São Paulo, na Grande Belo Horizonte, no Rio de Janeiro. Isso não é para já. Existe uma marcha natural. Neste período você tem que trabalhar na chamada linha anticíclica. Aí é que você precisa de governo. Você pode fazer medidas paliativas ou que levem efetivamente a resultados. Lula falou em construir um milhão de casas. Onde está o terreno e a primeira fatura da compra de aço para construir essas casas? É uma ideia. Agora, quem é o gerente de execução disto? De quem vamos cobrar depois?

Desafios – Então, quais os caminhos que o Brasil deve percorrer para atingir o desenvolvimento?

Barelli – Se você tiver um bom planejamento resolve problemas que acontecem ao seu tempo. Você precisa ter organizadores de produção, que no capitalismo são empresas, mas no conjunto de uma nação isso é próprio da atividade governamental, que deve pensar para frente. Não sei se existe, nas diversas equipes de governo, alguém olhando para frente. Se essa crise acabar só depois de 2010, será que tem alguém pensando o que vai faltar em 2011? O planejamento estratégico é exatamente você olhar as suas potencialidades e o que você pode fazer. Eu aprendi muito com o (economista) Celso Furtado. Quando ele pensava no desenvolvimento do Brasil, ele via nossas potencialidades. O que é preciso é ter ideia das coisas que estão por

vir. Temos uma grande aposta que é a energia alternativa. Ninguém mais está falando sobre isso. Inclusive, o setor de álcool está passando por dificuldades. Qual é a dificuldade perene do setor de álcool? Não existe estocagem. Esse é um primeiro ponto. Digamos que o Japão tem um projeto de ter 10% de etanol nos carros japoneses. Esse é um mercado promissor. Não vai salvar o Brasil, mas vai salvar muita área agrícola do Brasil. Precisamos estar preparados para isso. Abandonar este projeto é loucura. Além disso, tem outros projetos importantes como o de integração dos portos.

Desafios – O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é um bom instrumento para enfrentar a crise?

Barelli – Precisamos ter quatro ou cinco PAC. Ele é pequeno para a crise que se anuncia. O caminho é o modelo keynesiano. Isto é, aumentar a demanda. Toda a logística brasileira é problemática. Ainda somos um país semifechado. Nosso comércio exterior é muito pequeno. Nessa crise vai ser difícil aumentar. Em função disto, é preciso pensar internamente nas potencialidades que viabilizaram o crescimento dos últimos anos. Aprendi que, quando o governo não atrapalha, o Brasil cresce. Portanto, o que precisa é entender para onde as coisas vão e não atrapalhar. Conhecemos muito pouco o que precisa ser feito de maneira geral. Não conhecemos nem o número certo de desempregados. O PAC nunca foi pensado como um plano estratégico, apesar de ter coisas boas lá dentro. O melhor plano que houve no mundo foi o do Franklin Roosevelt para a crise de 1929. Não tinha emprego nos Estados Unidos. Tinha uma guerra iminente e o país podia ser invadido. Ele então fez o *new deal*, que era o quê? Obras. Construiu quartel para as tropas em pontos estratégicos. Nesse momento empregar é a solução. Não precisa esperar o ritmo da burocracia. Precisamos de um plano de obras para solucionar os gargalos da nossa economia. Falta capacidade de governo. Não é nem de projeto de governo. Temos que aproveitar o tempo para recuperar estradas, ferrovias e portos. Não temos que ficar preocupados se o Congresso Nacional vai votar ou se o Tribunal de Contas vai questionar. O Juscelino construiu Brasília e sabia que tinha um tempo curto para isso.

Desafios – O caminho, portanto, passa por fortalecer o mercado interno e criar um novo plano de obras?

Barelli – O desenvolvimento recente do Brasil tem três grandes explicações. Um desenvolvimento, inclusive, que levou ao aumento na oferta de empregos no Brasil. A primeira explicação é o crescimento das exportações por uma conjuntura internacional. Somos muito devedores à China, que explora muito a nossa indústria pequena de tecidos, brinquedos, etc. Mas eles precisavam comprar nosso *commodities*, o que fez o sucesso da agroindústria e do setor de minerais. Foi uma complementação de economia num modelo quase colonial. Porque na colônia éramos fornecedores de matéria-prima e recebíamos produtos manufaturados. O mundo, mas, sobretudo, a China, passou a ser quase a nossa metrópole. Outro fator é que o governo Lula manteve as linhas gerais do funcionamento da economia. Não se partiu para aventuras no que se refere à gestão do País. A clareza sobre as regras do jogo é importante para o empresariado. O terceiro ponto, fundamental, foi a ampliação do mercado interno. Nesse caso, valeu muito a briga histórica pelo aumento do salário mínimo. Esse é um motor da economia brasileira. Está distante daquele do tempo de Juscelino Kubitschek, que foi o do tempo da nossa industrialização, mas já não é aquele dos tempos dos militares. Ele já deu alguns saltos e continua. Existe uma regra criada agora que, inclusive, entrou em vigor em fevereiro e antecipou em um mês um novo salário mínimo, incorporando aumentos de produtividade de dois anos anteriores. Acredito que o salário mínimo, por enquanto, está fora da crise e pode ser um fator de medida anticíclica, porque já foi um fator de crescimento. A base da pirâmide no Brasil se deslocou para cima, embora não tenha acontecido com todos os salários. Demorou um tempo para os sindicatos terem novamente ganhos nas campanhas salariais. Esse era o comportamento do emprego no País quando veio a crise. Portanto, quando estudamos o que aconteceu de 2005 a 2008, percebemos que o crescimento foi possível em grande medida pelo consumo interno. Este é o modelo clássico americano. Voltamos a prestigiar o mercado interno de 2005 para cá. Sem contar uma política ampla para a pobreza que é o Bolsa Família.

Desafios – O Bolsa Família deve ter os recursos contingenciados?

Barelli – Não. O Bolsa Família incorpora parte das famílias que passam a ter uma renda para poder comer alguma coisa. Mas o programa é muito pequeno. É muito mais um paliativo. Os beneflciários do programa são diferentes deste grande número de desempregados que querem trabalhar, possuem idade para isso e estão sem emprego no melhor ano da economia, com todo o clima esplendoroso que foi 2008. Seja como for, o Bolsa Família deve continuar, beneficiando um número maior de famílias, como defende o ministro (do Desenvolvimento Social) Patrus Ananias.

Dércio Munhoz

"É preciso manter as pessoas nas feiras e nos supermercados"

A radiografia da economia brasileira diante da crise no sistema bancário global, traçada pelo economista Décio Munhoz, não é nada animadora. Munido de planilhas, estudos e mergulhado em uma imensidão de números, o professor aposentado da Universidade de Brasília (UnB) avalia: é um erro desprezar ações que possam ser responsáveis por uma política de recuperação e proteção salarial da população. Sustenta, também, que a economia brasileira está mais instável, por causa do que chama de "equívoco" que assegura mais poderes à autoridade monetária do que às áreas fazendária e de planejamento. Em entrevista, no final de janeiro, Munhoz disse que, se o governo acordar para questões salariais, mantiver "as pessoas no supermercado e nas feiras" e investir, será mais fácil driblar as turbulências internacionais.

Por **Márcio Falcão** - de Brasília

PUBLICADA

ipea

NA EDIÇÃO

Nº48 - 03/2009

Desafios – Ao longo do último ano, o debate que se fez no País em relação à crise no sistema bancário global era se os efeitos seriam ou não sentidos na economia brasileira. O governo chegou a dizer que a crise seria uma "marolinha". Mas a crise já chegou à economia real. Que cenário o senhor vê para o Brasil neste ano?

Dércio Munhoz – Ainda prefiro lançar mão da cautela. Não vou ficar me esforçando em fazer esse jogo de adivinhação. É claro que nós seremos afetados, porque a crise é muito grande. É tão grande que, até hoje, não sabemos o tamanho dela. Só temos notícias e avaliações sobre muitas incertezas. O Fundo Monetário Internacional, por exemplo, já fala em crescimento de 1,5% para o Brasil. Qualquer avaliação que se faz tenta lançar mão de uma bola de cristal. Tudo vai depender do programa do novo presidente dos Estados Unidos (Barack Obama). Ele ainda não definiu como vai subsidiar as famílias que estão perdendo imóveis, assim como não ficou claro como vai fazer para repor a renda e nem como vai aumentar o emprego. Nós ainda precisamos acompanhar os movimentos da China, que era a grande locomotiva mundial e também foi puxada para o centro da crise. Nossas exportações dependem muito disso. Se os chineses se reposicionarem, os Estados Unidos e a Europa tiverem maior controle sobre suas crises e também estejam atentos ao mercado externo excedente, é capaz de o Brasil, com a adoção especialmente de medidas internas, ter uma situação mais confortável no final do ano.

Desafios – Quais seriam as medidas para o País blindar a economia?

Munhoz – São necessárias medidas internas. Não podemos ficar esperando os movimentos ao redor do mundo para tomarmos posição. É preciso avaliar as atuais condições e trabalhar em cima delas. Isso porque a crise, no Brasil, não teve a mesma característica em termos de propagação inicial do que nos Estados Unidos e na Europa. Por lá, entrou no sistema financeiro pela questão de

insolvência e tratativas dos bancos. No Brasil, atingiu o sistema financeiro pelo lado do passivo. Eles tiveram problemas para receber o que tinham emprestado e isso gerou desconfiança nos títulos dos bancos, que tiveram perdas muito grandes. Os títulos ficaram desvalorizados. Quem comprou título dos bancos também perdeu, ou seja, operações ativas, empréstimos e aplicações que colocaram os Estados Unidos nesta situação atingiram, também, o setor real no Brasil. Por aqui, as turbulências entraram pelo passivo, porque os bancos tiveram dificuldades de renovar operações de captação de recursos. Mas os bancos não tinham grandes posições externas. Não houve efeitos profundos no Brasil, porque não havia grandes fontes internas mal aplicadas no exterior. A partir disso, inclusive, criou-se a ilusão de que o Brasil ficaria fora da crise internacional. Mas foi só ilusão.

Desafios – Por que o Brasil também foi lançado na crise?

Munhoz – É preciso olhar mais atrás. O Brasil não tinha como ficar intacto diante da crise por vários motivos. A crise americana no setor real já vinha em aceleração há mais de um ano. Eram evidentes as dificuldades na área da construção civil. Você tinha os primeiros problemas financeiros, porque os bancos financiavam com total liberdade. Surpreendentemente, facilitavam para as pessoas que não tinham base de renda. Os bancos chegaram a oferecer até condições vantajosas no início. Depois, vinham as taxas e condições reais. Houve uma euforia de empréstimos. Quando isso mudou, afetou o setor real da economia. As grandes perdas atingem os aplicadores e também a demanda. Com isso, neste segundo momento começa a ter problema do lado da renda e do emprego. Por outro lado, a economia americana reduz as atividades. Não afeta tanto a economia brasileira. Mas afeta a China, que estava puxando o crescimento mundial. O Brasil começa a sentir o lado real da economia. A crise financeira mundial fez com que fluxo de capital de especulação tivesse reversão. O Brasil se tornou um dos grandes centros de especulação financeira mundial. O governo oferecia estímulos fiscais, com ganho fácil e valorização da bolsa, que puxavam a economia sem uma base real. A economia não vinha recuperando por melhoria de salário, de emprego, de um programa de investimentos governamentais. O governo não conseguia investir porque a relação Tesouro e Banco Central é impressionante e o governo não teve atenção em criar a base real da economia.

Desafios – Que relação é esta entre o Banco Central e o Tesouro?

Munhoz – O Banco Central suga o Tesouro de recursos e o governo não tem como investir. Basta dizer que, no ano passado, o BC levou R$ 100 bilhões do Tesouro. Em 2007, foram R$ 70 bilhões. Esses recursos são aqueles que o Tesouro passou para o Banco Central. O que estava pendurado para o Tesouro e mais emissões e meios circulantes que ele não paga juros. Então, esse tipo de relação mais a Taxa Selic representam ganhos para o Tesouro. Enquanto isso, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) não tem capacidade de investimento. São R$ 17 bilhões por ano. O programa é extraordinário no lado da Petrobras e, também, nos empréstimos na área da Caixa Econômica Federal, que o governo não colocou restrições para financiamentos no setor de saneamento. Mas não tem fôlego para mover a economia.

Perfil

Trajetóriaprofissional

Economista e professor universitário aposentado, Dércio Garcia Munhoz, 74 anos, nascido em Bauru (SP), formou-se bacharel em economia, no ano de1966, pela Universidade de Brasília (UnB). No ano seguinte, recebeu o título de pós-graduação em economia do Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (USP). De volta à capital federal, tornou-se professor titular do Departamento de Economia da UnB. Permaneceu lecionando por 28 anos. Em 1979, concluiu seu mestrado pelo Instituto de Pesquisas da USP. Foi agraciado pelo Conselho Federal de Educação, em 1980, com o título de *Notório Saber*. Dividiu as salas de aula com as atividades do Banco do Brasil, onde trabalhou de 1954 a 1983. Presidiu o Conselho Federal de Economia, em 1986, e o Conselho Superior da Previdência Social, nos anos de 1987 e 1988. Em 2007, tornou-se um dos integrantes do Conselho de Orientação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**). Desde 1971, publicou 270 artigos em revistas especializadas e séries monográficas. Seu texto mais recente - *Desnudando o elitismo monetarista* - pode ser conferido na publicação *Ensaios de História do Pensamento Econômico do Brasil Contemporâneo.*

O Banco Central suga o Tesouro de recursos e o governo não tem como investir. Basta dizer que, no ano passado, o BC levou R$ 100 bilhões do Tesouro. Enquanto isso, o PAC não tem capacidade de investimento

Desafios – O que representa essa falta de fôlego nos investimentos que o senhor diz para a economia?

Munhoz – A economia acaba não sendo puxada pelo crescimento interno. As iniciativas governamentais não têm impacto para isso. Você melhora a partir do investimento privado, que aumenta a demanda em áreas com grande densidade de capital. Quando um porto é feito, por exemplo, ele não gera empregos permanentes. As empresas iniciadas no setor externo, especialmente na área de minério, não têm um impacto permanente e direto na economia com geração e renda. Significa que a nossa economia crescia sustentada pela boa especulação financeira. Em parte pelo financiamento facilitado. Quando tem a crise, você é afetado primeiro no mercado externo, porque todo mundo para de importar. Segundo porque aqueles que ganham dinheiro fácil sustentando a indústria automobilística, a indústria de construção civil com grandes projetos, de repente vêm abaixo. Com isso, a economia brasileira ficou nua.

Desafios – A política econômica brasileira está no caminho errado?

Munhoz – Estamos em uma situação difícil. Não tínhamos uma política real de recuperação de renda e não temos investimentos governamentais. Estávamos no vácuo da economia chinesa, que puxava todo mundo. Esse é o problema.

Desafios – O governo erra na condução das medidas de combate à crise?

Munhoz – Comete um erro clássico que o outro governo vinha cometendo há dez anos: não promover uma política de proteção aos salários. Toda vez que a economia está fraca, você acaba lavando a economia e provocando a redução das rendas das famílias por meio dos incentivos e da redução fiscal das empresas. Empresas precisam de mercado. Toda política fiscal tem que ser para a empresa investir. Não se pode jogar a zero o investimento da empresa. Com essa política fiscal, não se consegue repor a economia brasileira nos trilhos do crescimento sustentável. O governo tem que ter em mente que, diante dos atuais problemas, é preciso colocar as pessoas no supermercado e na feira. Hoje, o governo tem esta dificuldade de perceber e de pensar a macroeconomia.

A renda da família está comprimida. Vinha melhorando com a farta oferta de crédito, benefício que você tinha e talvez não volte. O governo precisa rearranjar estas questões, procurando uma maneira de garantir renda na praça, além de rever políticas de proteção a salários

Desafios – O que o senhor quer dizer exatamente com esta crítica?

Munhoz – Em todos os países há um sério problema entre os pensadores econômicos. Não se pensa mais na macroeconomia. As escolas deixaram de discutir, há muito tempo, qual o funcionamento da economia real. Passaram, apenas, a valorizar o uso das calculadoras, levando o sujeito a ter habilidade para chegar aos cálculos de ganhos dos derivativos financeiros. Como se as operações dos mercados de capitais fossem a essência exclusiva da economia. Com isso, destruiu-se uma linha de pensamento nas escolas e abriu-se espaço para pessoas com capacidade de ingressar nesse mundo virtual. É um fenômeno mundial. A economia americana vai sendo dirigida por pessoas do mercado de capitais. Por lá, você tinha um assessor de Davos (Fórum Econômico Mundial), representante de grandes banqueiros, participando e ditando as negociações. Mas não tinha um nome da Organização Mundial do Comércio. Aos poucos, isso foi diminuindo a capacidade de se definir políticas macroeconômicas. As pessoas são obrigadas a não pensar nisso. No final, você descobre que as pessoas que pensam na economia americana, na europeia e na brasileira acabam com uma deformação mental.

Desafios – Muitos economistas atribuem a uma visão progressista dos bancos centrais, americano e europeu, os problemas da crise. O senhor concorda?

Munhoz – Foi uma postura neoliberal. A economia mundial normalmente conta com um sistema financeiro voltado para a intermediação financeira. Os bancos servem poupando empresas e indivíduos e remuneram o setor produtivo, que remunera os juros e amplia, a partir do lucro, a sua capacidade de reinvestir, enquanto os bancos reforçam os recursos das empresas. Mas este universo começou a ser atropelado na década de 1970, com as políticas petrolíferas e os fundos de pensão acumulando grandes volumes de recursos para atender aposentadorias futuras. Diante do novo cenário com grandes volumes de produção, os países começaram a ser forçados a permitir o ingresso livre de capitais, com a especulação nas bolsas, que envolve a possibilidade de altas remunerações desses fundos fora do setor produtivo. Algo virtual mesmo. Comenta-se nos Estados Unidos que os derivativos, que em sua maioria são especulativos, chegaram a US$ 500 bilhões. Isso teve um forte impacto nas economias emergentes. Os fundos procuravam cir-

cular com essas operações que davam ganhos fáceis. O problema é que os ganhos dessas movimentações, que são grandes, não são reais. São papéis. E isso é que levou o FMI (Fundo Monetário Internacional) a fazer um novo sistema de operações nos anos 1990, com aquele empréstimo de prateleira, para ser como uma garantia ao capital especulativo. Em nome disso você teve uma arquitetura para facilitar o capital especulativo e o Brasil entrou nadando de braçada nisso. Em 2007, o Brasil se tornou centro de especulação internacional, registrando mais fluxo do que nos oito anos do governo do Fernando Henrique. Foram sete vezes o índice de 2004. A partir disso, o Brasil não conseguiu se armar contra a crise. Ficou sem visão para a política macroeconômica, com visão para renda, demanda e emprego.

Desafios – As medidas contra a crise não atingem o centro do problema?

Munhoz – Ficamos mais dependentes de medidas internas. O governo precisa acordar para a renda do trabalhador. O índice de desemprego registrado em dezembro, com mais de 600 mil fechamentos de postos de trabalho, reflete a falta dessa política macroeconômica. Desde os anos 1990 havia taxas de crescimento medíocres que, aos poucos, melhoraram. Mas melhoravam para atender à especulação. Com as novas restrições do mercado, por causa da crise, é natural que a taxa de desemprego aumente.

Desafios – Quais são os outros setores que podem ser atingidos?

Munhoz – Tivemos dez anos de redução de salários. Entre 1994 e 2004, o trabalhador sofreu. Depois, o governo começou a ter uma tímida recuperação. Mas começou a mutilar o mercado interno, com o inchaço da especulação financeira, financiamento livre, crédito consignado. Isso não permite o crescimento continuado. Não há demanda nem base na renda permanente, que são dois componentes essenciais para o crescimento. Sem dúvida, outros setores vão começar a indicar prejuízo.

Desafios – Qual a sua receita para o Brasil ultrapassar esta crise?

Munhoz – Primeiro tem que retomar o pensamento macroeconômico e acordar para um erro na condução da nossa política econômica. A política econômica tem que estar aliada a programa político. Só atrelado a um projeto global político e econômico é que um país

conseguirá uma boa política econômica. Mas está tudo invertido. A área monetária tem autonomia demais. O Banco Central tem uma Diretoria de Política Monetária. Se o Obama (presidente dos Estados Unidos) fosse o presidente do Brasil, acabava com ela em seu primeiro dia de governo. O Banco Central tem autonomia demais. Está com o controle de toda a política fiscal e econômica. O Banco Central tem que estar subordinado às autoridades fazendárias. Tem, sim, de ter o aval da Fazenda e do Planejamento.

Desafios – Pressionado, o Banco Central reduziu em um ponto percentual a Taxa Selic. Será uma tendência?

Munhoz – Não sou dos mais otimistas. O Banco Central continuou conservador. Não vai ser tendência. Para se ter uma ideia, a taxa de inflação registrou, nos últimos seis meses, 5%. Eles recuaram apenas um ponto. Nada significativo.

Desafios – Quais seriam as principais medidas que o País deveria adotar para se fortalecer diante da crise?

Munhoz – Implementar uma política para a recuperação de renda e ganho dos ativos. A renda da família está comprimida. Vinha melhorando com a farta oferta de crédito, benefício que você tinha e talvez não volte. O governo precisa rearranjar estas questões, procurando uma maneira de garantir renda na praça, além de rever políticas de proteção a salários. É preciso uma recomposição pela inflação a cada 12 meses. Não se pode inventar e tentar recompor a curto prazo. Desse jeito acaba encurtando o salário, que é uma variável de ajuste, porque os preços sobem todo mês e, com isso, você começa a fragilizar a economia. O Brasil precisa fazer uma recuperação salarial. Não tem como o governo chegar para a indústria e falar que tem que pagar melhor. Mas, em outra frente, pode aumentar o salário mínimo, sem puxar muito para não criar desemprego, forçando, ainda, o empregador a pagar mais. Outro ponto importante é fazer investimentos governamentais, que criam empregos, reduzem o excedente de mão de obra desempregada e valorizam o mercado interno.

O governo precisa acordar para a renda do trabalhador. O índice registrado em dezembro, com mais de 600 mil fechamentos de postos de trabalho, reflete a falta dessa política macroeconômica. Com as novas restrições, é natural que a taxa de desemprego aumente

Desafios – O que mais?

Munhoz – É preciso acordar a tempo para a composição dos inativos. Historicamente você massacra os inativos. Mas tenho que pensar macro. Eu posso até não gostar da recomposição dos inativos, mas tenho que dizer que é um componente para manter a demanda e o comércio. Por isso, digo que as escolas perderam a capacidade de pensar a macroeconomia.

Desafios – Uma tendência seguida pelos governos em todo mundo no combate à crise é o investimento. O Brasil deve seguir a mesma linha?

Munhoz – Tem que investir. Mas investir por verdade. A política monetária não tem nada a ver com dívida pública. Você tem que ter recursos para investir, mas não como esse PAC, que não tem força. Repito: enquanto o governo deu R$ 100 bilhões para o Banco Central no ano passado, pretende investir em quatro anos apenas R$ 64 bilhões. E não podemos esquecer ainda que o País tem dinheiro. O governo lucrou pelo menos R$ 150 bilhões com a crise, ao mexer nas reservas para cobrir perdas do Banco Central em operações com derivativos cambiais. Agora, onde foi parar este dinheiro?

Desafios – O senhor falou que os bancos podem não voltar a oferecer linhas de crédito e destacou que pode haver uma estatização ainda maior no setor nos Estados Unidos. O setor bancário brasileiro pode sofrer os efeitos da crise?

Munhoz – Não acredito que passem pelas mesmas proporções das instituições americanas e europeias. Os mais prejudicados foram os bancos pequenos, que tinham posições externas e tiveram dificuldades em manter a captação de recursos. De uma forma geral, o setor, no Brasil, se defendeu internamente. Seguraram as operações até que a poeira baixasse. Foi uma posição estratégica de autodefesa para sentir a temperatura do mercado. E olha que as nossas instituições poderiam ter mergulhado de forma complexa nesta crise. A sorte foi que os bancos brasileiros não tinham posições externas significativas, era algo em torno de R$ 50 milhões, mesmo com aquela decisão esdrúxula da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), que permitiu a criação de um fundo de investimento aqui para ampliar no exterior. Graças a Deus isso não ocorreu com força, assim como a queda nas operações dos bancos europeus praticamente não atingiu os brasileiros, porque não se tinha grandes fontes internas mal aplicadas no exterior.

Desafios – Deixando um pouco de lado a questão da crise financeira mundial, o Brasil tem a mais uma promessa do Congresso em relação à reforma tributária. São unificações de impostos e até promessa a longo prazo de redução da carga tributária. O senhor apostaria no avanço desta proposta?

Munhoz – Tenho que ser sincero. Essa reforma traz uma mudança muito importante no que diz respeito à unificação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Se isso entrar em vigor, seria uma maravilha. Outro ponto interessante diz respeito às mudanças sobre a cobrança na origem e no destino. Mas sou cético em relação a reformas em geral. Alguns falam que reforma é coisa de neoliberal, que quer prejudicar o trabalhador e reduzir salário. Mas, independentemente disso, sou cético sobre a reforma tributária, porque participei de um grupo de trabalho na época do ex-presidente Fernando Collor, assessorando parlamentares. Percebi, desde lá, que os interesses são conflitantes. O governo federal quer mais receita, quer criar contribuições. Os estados querem aumentar suas receitas, querem atrair indústria. Os empresários querem uma reforma para pagar menos. São muitos interesses em jogo e pouco entendimento. Acho pouco provável que a reforma seja colocada no papel. As reformas não tendem a fazer milagres. Do jeito que as coisas estão, ela quer fazer milagres. A reforma tem que modernizar, reduzir imposto, baixar a carga tributária, para deixar a economia nos trilhos, com a demanda sendo o guia e a fonte das famílias, que gera emprego e renda permanente.

PUBLICADA
ipea
NA EDIÇÃO
Nº47 - 02/2009

Pedro Demo

"Democracia e distribuição de renda só com educação"

Referência nacional na área de metodologia científica, lido por estudantes de ciências sociais de todo o País e pesquisador dedicado das questões que envolvem a cidadania popular e a emancipação política, o sociólogo Pedro Demo recebeu a reportagem, com a polidez habitual, numa manhã chuvosa de dezembro. A entrevista aconteceu no escritório de sua casa, diante das estantes que guardam, em ordem cronológica de publicação, os 76 livros de sua autoria.

Por **Raphael Souza** - de Brasília

Desafios – Ao observar a história econômica brasileira, percebemos a aplicação de alguns grandes modelos de desenvolvimento durante determinados períodos de tempo, da substituição de importações e industrialização após a crise de 1929 à abertura de mercados e privatizações da década de 1990. Estamos, nos últimos anos, diante de um novo modelo de desenvolvimento econômico?

Pedro Demo – Vivemos hoje um período com novidades bastante interessantes. Lula e o PT mudaram bastante, mas para mim não deixa de ser uma grande surpresa o governo Lula ser considerado o melhor governo republicano da história do País. Tudo bem, ainda que tenhamos que reconhecer que o êxito dele seja pela direita e não pela esquerda, e isso seja algo muito interessante que acho que vai dar muita tese de mestrado e doutorado. As ideias que colocaram uma sedimentação forte nessa proposta envolvem, primordialmente, um certo alinhamento da economia com o mercado, com a estabilidade, com o combate à inflação. A própria presença do presidente Henrique Meirelles no Banco Central também chama muita atenção. Foi um grande golpe de mestre do presidente Lula, não chegar tentando destruir tudo que estava por ai. Pela esquerda, ele tem um êxito relativo, mas também um êxito importante, a ideia de melhorar a distribuição de renda, que é o Bolsa Família. Ainda que isso não satisfaça, na minha opinião, as necessidades sociais do País. Mas o Bolsa Família é fundamental, porque atende um monte de famílias, é um grande programa, no sentido de que tem uma grande cobertura, muito diferente de programas anteriores do Fernando Henrique, então ajuda muitas pessoas. Agora, isso acaba apenas aliviando a pobreza absoluta. Não se toca na pobreza relativa, porque a concentração de renda continua, também porque é difícil combater isso de maneira mais sistematizada. É um traço histórico de nosso país, infelizmente. Mas eu não poderia negar que houve muita coisa interessante, muito surpreendente, principalmente essa questão do equilíbrio de uma guinada à direita que deu certo e de uma certa presença da esquerda que enfatiza mais, em algumas políticas, as pessoas de baixa renda. Como, por exemplo, é inegável essa abertura de crédito ao pobre. Muita gente comprou carro, nunca se viu tanto carro na rua, gente andando de avião.

Depois da Segunda Guerra Mundial, a Europa viveu um período de crescimento econômico fantástico, e mesmo assim a proposta da social-democracia em sua plenitude só ficou realmente bem resolvida nos países mais centrais

Então isso realmente deu um certo ar de que nós estamos nos civilizando com um capitalismo menos perverso. Mas não resolvemos os problemas de fundo, que são os problemas de concentração de renda. E hoje, com essa crise toda, já não se fala mais nem em crescimento econômico como se falava.

Desafios – E desenvolvimento envolve um conceito bem mais amplo.

Demo – Claro, em desenvolvimento, temos uma tradição grande de pensamento nessa área aqui no Brasil, figuras que tentaram, de certa maneira, trazer mais para frente outras questões, como a cidadania, a possibilidade de redistribuir renda, e não somente distribuir. Quer dizer, nós fazemos apenas a distribuição, que é sempre marginal. O próprio Bolsa Família, se você olhar no orçamento, consome uma parcela muito pequena. Temos que pensar em algo que fosse redistribuição, e não só distribuição. Mas, mesmo assim, acho que fazer uma boa assistência, efetiva, ampla, para as pessoas que precisam comer é uma coisa muito importante e esse governo conseguiu isso.

Desafios – O sucesso do governo estaria, então, em conseguir atingir um equilíbrio relativo entre esses dois lados?

Demo – Mas o êxito maior veio da direita, que as bases da política econômica permaneceram, uma coisa muito surpreendente. O Lula se desvinculou muito do PT, ele é um petista que assume posturas próprias diferenciadas. Depois dele, no PT não tem mais ninguém para concorrer à presidência. Quer dizer, é uma figura que, realmente, para quem gosta de estudar lideranças, carismas, o Lula trouxe um material que acho que vale uma tese de doutorado na academia.

Desafios – E o que possibilitou isso, essa espécie de combinação de popularidade entre as populações de baixa renda e, por exemplo, grandes instituições financeiras?

Demo – Eu acho que é um fenômeno muito interessante. Arrisco-me a dizer que todos os governos são muito contraditórios. Talvez tenhamos, na academia, a expectativa de governos ideologicamente purificados, bem alinhados, quando na verdade são coalizões. Aqui no Brasil não dá para fazer um governo sozinho, de só um partido. Imagina o que não entra de visões distantes nessas coalizões. Às vezes só parecem distantes, porque o PT também aprontou o que pôde e se aproximou muito dos

outros partidos. Hoje eu diria que o PT é, certamente, um partido comum. Mas acho, também, que é muito talento do presidente Lula. Ele conseguiu compor um leque de contradições que funciona. De um lado, uma visão de direita que ele herdou do Fernando Henrique, não estragou. Foi um entendimento de não chegar ao governo e destruir tudo que se tinha feito. Se quer fazer uma lei nova, que haja uma transição, algumas continuidades. Ele não pensou que o PT ia chegar lá e reinventar a roda. Ao mesmo tempo, ele foi pela via mais dele, mais de esquerda, de cuidar do pessoal mais simples. Aí fez muita coisa. Há muito o que criticar, evidentemente. Como mencionei, o Bolsa Família, essa assistência, já é, de certo modo, assistencialista. Não tem uma porta de saída, ainda que o Ministério do Desenvolvimento Social tenha agora uma nova secretaria de oportunidades econômicas. Então há esse cuidado, também, com todo o trabalho de economia solidária, com o Paul Singer. Então tem que se reconhecer que o governo tentou, bastante, ficar do lado das populações mais pobres e obteve um grande retorno político disso, como mostra sua popularidade. E na vida o que funciona realmente são contradições, não são coisas paradas, alinhadas. Precisa ter confronto, motivação. Então podemos dizer que a população de baixa renda teve alguma chance nesse governo.

Desafios – A balança pesa mais para algum lado?

Demo – Dentro do sistema, o que predomina, de certa maneira, é o lado fiscal. O Meirelles, por exemplo, tem um discurso extremamente rigoroso. O Lula já tem um discurso mais solto. O vice-presidente José Alencar mais solto ainda. E fica essa aparente contradição no ar, mas que vai sendo comandada pelo lado mais rigoroso, do cuidado da inflação. Isto predomina, de longe, aos efeitos sociais, na minha opinião. Os efeitos são muito importantes, mas são caudatários. Por que, no fundo, também, o Bolsa Família é uma política neoliberal, no sentido de que repassa para os pobres uma parte muito pequena do orçamento, que embora comparando historicamente já seja imensa, objetivamente é aquilo que o mercado pode dar sem ser perturbado.

Desafios – Recomendada inclusive por instituições como o Banco Mundial e o FMI.

Demo – Claro, todo mundo recomenda porque você acalma a pobreza e não mexe no sistema.

Desafios – Há algum eventual obstáculo para esse equilíbrio num futuro próximo?

Demo – Lula encontrou um meio termo entre o que é necessário para estar alinhado ao contexto financeiro mundial e à globalização e o trato social que consegue, pelo menos, manter as aparências. Na parte social, estamos empurrando com a barriga, porque também não se vislumbra uma grande solução.

Desafios – O senhor vê semelhanças deste nosso processo com o de outros países ou ele é único?

Demo – Na América Latina, o Brasil tomou um pouco a dianteira, e todos os países, estão, hoje, de alguma maneira, tentando imitar, neste sentido de equilíbrio entre política social de esquerda e política econômica de direita. O Bolsa Família está fazendo moda no mundo todo. O diferente aqui é o tamanho do programa, o tanto de famílias incluídas. Aqui não é um programa de fachada, é um programa enorme.

Desafios – O senhor mencionou que estaríamos, no Brasil, caminhando para um modelo de capita-

Perfil

Pedro Demo, 67 anos, morador de Brasília, graduou-se em filosofia, no Brasil, na década de 1960 e seguiu para fazer seu doutorado na área de sociologia, na Alemanha, onde se formou no início da década de 1970. No retorno ao Brasil, teve passagens rápidas por universidades cariocas até ser convidado a integrar o quadro de pesquisadores do **Ipea**, em 1975. No instituto, permaneceu até 1994, salvo breve intervalo, entre 1982 e 1983, quando retornou para a Alemanha para obter o pós-doutorado na área de metodologia científica. Foi professor titular da Universidade de Brasília até 1994, quando se aposentou, além de secretário-geral adjunto do Ministério da Educação (1979-1983), secretário-executivo do Ministério Extraordinário para a Desburocratização (1984-1985) e secretário nacional dos Direitos da Cidadania (1993-1994). Obteve, ainda, outro pós-doutorado, na área de sociologia da educação, em 2000, na Universidade da Califórnia – Los Angeles (UCLA). É o autor, dentre outras publicações, de *Metodologia Científica em Ciências Sociais* e *Pobreza Política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira.*

lismo menos perverso. Mas essa não foi a grande proposta, durante décadas, da social-democracia europeia, um modelo que por lá chegou a um ponto de esgotamento? Por quanto tempo é possível sustentá-lo no Brasil?

Demo – Essa comparação é mais complicada. Depois da Segunda Guerra Mundial, a Europa viveu um período de crescimento econômico fantástico, e mesmo assim a proposta da social-democracia em sua plenitude só ficou realmente bem resolvida nos países mais centrais. E eles tinham um sindicalismo muito aguerrido, forte, bem organizado. Junto com os investimentos maciços dos norte-americanos na região, a partir do Plano Marshall, principalmente na questão da infraestrutura. Mais todo um conluio de fatores que produziam o *welfare state*, que, como lembrei, nunca foi geral no capitalismo, foi produzido aí em apenas uma dúzia de países, no máximo. Imaginar que o capitalismo mundial no período se tornou social-democrata é um grande equívoco. Mas dali surgiram democracias interessantes, propostas interessantes. Estive na Alemanha, no final da década de 1960, e o seguro-desemprego deles era uma glória. Você nem queria voltar para o mercado de trabalho, de tão elevado que era. As leis de previdência, a mesma coisa. Mas eu interpreto que isso foi muito mais conquista da cidadania vigorosa que a Europa tinha. Mas veio também a grande ironia: quando você tem muito bem-estar, você também se acomoda, porque o Estado vai te arrumando a vida, te garantindo as coisas e você já tem uma vida tranquila, então se desarma. Aí veio a crise do petróleo, o capitalismo começou a voltar a sua forma mais pura, surge o neoliberalismo, e foram restringidos os gastos públicos nessa área. O que era de se esperar, porque o capitalismo precisa dos recursos para ele mesmo, para investimentos na

infraestrutura, na produção. O que vai para a população iria no máximo via salário, não por outras iniciativas. Acho que essa comparação é difícil porque nunca tivemos propriamente um *welfare state* aqui. Nunca tivemos cidadania suficiente para isso. O Brasil nunca teve resolvida a questão da educação básica. Nós vamos nos arrastando, em certa medida. Não temos todas essas condições. Aqui dependemos muito de um bom príncipe, o que é uma tese muito complicada na ciência política e na sociologia, porque quando a gente depende de um bom príncipe, o problema é o príncipe ser bom. Então alguma coisa houve nos últimos anos, alguns avanços no governo Fernando Henrique, outros no de Lula, mas dependemos muito ainda de fatores que não vêm da cidadania popular. A população não tem qualidade democrática suficiente, por exemplo, para pressionar o governo por mudanças, para exigir dos políticos um outro comportamento, um outro tipo de eleição mais rígida, que tire do cenário toda essa malandragem política que nos aflige, esses índices de corrupção elevados. Infelizmente. Então eu interpreto como, em grande parte, carência de cidadania popular. Você não desburocratiza o Estado por outra burocracia, por mandatos de cima. Isso vem muito mais, como aconteceu na Europa, pela pressão de baixo. Quando a população tem bons níveis de educação, quando a pessoa realmente tem uma educação básica de qualidade, quando um monte de pessoas está no ensino médio, na universidade, você tem uma pressão muito grande que foi decisiva no *welfare state*. E nós não temos isso aqui.

Desafios – É nesse ponto do desenvolvimento de um país, então, que entraria a questão da educação?

Demo – A política pública mais sensível para o desenvolvimento é a educação. Que tem avançado mais quantitativamente. Qualitativamente, nossas escolas oferecem uma aprendizagem que eu diria é miserável. Isto é um desafio a ser resolvido. É bom lembrar também que o Bolsa Família atrapalha essa vinculação com a educação. Embora ela seja teoricamente correta, como a oferta de educação é muito ruim, não tem efeito. Não conseguimos aprender bem. Não cuidamos dos professores.

Tem que rever a pedagogia inicial. É de um instrucionismo sem tamanho. Produz alfabetizadores que não conseguem alfabetizar. Nenhuma criança, por mais pobre que seja, precisa de três anos para se alfabetizar

Desafios – O senhor coloca a educação como mecanismo crucial para gerar um protagonismo popular e, a partir deste, as demandas por um desenvolvimento mais amplo. Mas em democracias do mundo inteiro, inclusive em países onde o sistema educacional é impecável, temos problemas de apatia política. Não se trata de um fenômeno exclusivamente brasileiro. Como situar isso?

Demo – Acho que isso é uma consideração correta. A Europa está muito preocupada com isso. Os sindicatos foram, em grande parte, desmantelados, até pela própria crise econômica, ficaram na retaguarda. Se antes os sindicatos encurralaram os empresários, agora os empresários encurralam os sindicatos, desregulando a economia, mas regulando os sindicatos, a parte laboral. Mas, de todo modo, creio que nós poderíamos, no mínimo, melhorar a questão da qualidade da educação básica. Minha experiência em Campo Grande mostra que é possível. Primeiro, tem que cuidar muito dos professores. Tem que rever toda essa pedagogia inicial, todas essas licenciaturas, que isso é de um instrucionismo sem tamanho. Produz alfabetizadores que não conseguem alfabetizar. Daí vem aquela ideia, que eu acho completamente equivocada, do Inep (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), de se alfabetizar em até três anos. Nenhuma criança precisa de três anos, por mais pobre que seja, para se alfabetizar. Você alfabetiza em um ano com sobras se tiver uma boa escola e um bom professor.

Desafios – Isso se reflete nos estudos que demonstram crianças de oitava série com nível de quarta, de quarta com nível de primeira.

Demo – É uma pena, porque também é fácil mostrar o contrário. É uma teoria pobre para o pobre. Por que o rico não perde tempo com isso, ele se alfabetiza já no pré-escolar muitas vezes. E o pobre tem que ficar patinando três anos no mesmo lugar? Não sei de onde tiraram essa ideia. Mas eu acho que se conseguíssemos cuidar bem do professor e de aluno por aluno, a gente pode melhorar a educação enormemente. Eu vi com meus olhos. E, de certa maneira, me animei muito com a experiência de Campo Grande. Acho que o País deve isso, deveria fazer isso. Não adianta cuidar da alfabetização de adultos, por que em parte ela se perde, e estes adultos não usam isso, não estão inseridos em uma economia que exija isso deles. Mais importante mesmo seria resolver a primeira série. Se a criança se alfabetiza bem na primeira ela vai fazer as outras. Agora, se começa a patinar na primeira, vai se perder no meio do caminho. Fora isso, a educação tem um impacto

enorme na produção de renda. É muito importante hoje na dimensão econômica. Você não faz uma boa economia, competitiva, sem trabalhadores que saibam pensar. Um trabalhador muito mais criativo, não só fazedor de coisa, cumpridor de ordem. Acho que se quisermos falar em desenvolvimento, não é a toà que o Idep usa três indicadores e o primeiro é educação. O segundo é longevidade e só o terceiro é o poder de compra. Se quiser democracia, se quiser participação, se quiser distribuição de renda, tem que ser pela educação. O risco que corremos é o de cair no samba de uma nota só, de que educação faz tudo. É um curso de coisas, mas a educação tem um papel estratégico.

Desafios – O senhor apontou a importância de uma massa de trabalho qualificada e capacitada para o desenvolvimento econômico de um país. Mas, hoje, mesmo diante de um quadro em que a esmagadora maioria da população trabalhadora não tem essa qualificação, nossa economia formal, mesmo remunerando com salários baixos, abaixo do indicado como necessário por órgãos como o Dieese, passa longe de conseguir absorvê-la. Qual seria a capacidade dela, então, de inserir uma população altamente qualificada e remunerá-la de acordo?

Demo – Essa é uma das grandes misérias de nosso País, essa economia que não consegue abraçar grande parte de sua população e a joga para a informalidade. Agora, se você coloca a educação postada apenas para resolver a questão econômica, sim, aí temos um grande vazio, não só no Brasil, mas no mundo todo. Não há nenhuma economia que hoje corresponda à demanda de mão de obra. Talvez, algumas exceções estejam na Índia, na China, com os crescimentos vertiginosos que eles têm. Mas eu acho que a educação também tem outros focos fundamentais, como o da cidadania. Então se a educação trabalha bem a questão da cidadania popular você pode exercer sobre a economia alguma pressão. Então aí está uma maneira de ter um acerto histórico. Nós precisamos de uma economia avançada, porque se ela não for competitiva nós ficamos de fora do espaço globalizado, mas também é importante que a população saiba qualificar a economia para o lado dela, e não apenas qualificá-la para o lado da globalização. Então, por isso, muita gente defende, para a economia, o aumento de pessoas com nível superior. A grande maioria, de repente, não vai usar o diploma, porque a economia não tem lugar para ele, mas você eleva muito a qualidade da cidadania, o que é muito importante, porque assim a democracia fica mais qualificada. O governo tomou algumas iniciativas que, embora tenham sempre esse tipo de problema, avançaram muito, que é o cuidado com a economia que não é propriamente formal, não utiliza grande tecnologia, mas que tem a capacidade de abranger pessoas simples, como, por exemplo, a agricultura familiar, a microempresa. Iniciativas, também, para que a formalização não acabe com estas, porque isso é outro problema: muitas empresas só se mantêm se não forem formalizadas, porque se formalizar entra imposto, controle, e isso é um grande drama. Tem que ver o excedente que nós temos pelas ruas. Mas eu acho que houve uma iniciativa muito grande e o governo cercou um pouco esse problema. Cercou as famílias, porque deu de comer a muitas pessoas. A economia não corresponde à demanda da população. Nem vai corresponder, porque, inclusive, existe esta tendência de que quanto mais você qualifica a economia, em termos tecnológicos, de menos gente ela precisa.

Desafios – E qual pode ser o impacto da crise financeira em toda essa conjuntura relacionada às nossas necessidades de desenvolvimento?

Demo – O primeiro impacto é o que está se dando ai. Nós estamos salvando o sistema financeiro. Ninguém está preocupado em salvar a população. Primeiro tem que salvar o sistema financeiro. E a população vai se adaptar ao novo sistema financeiro. É a regra do capitalismo: ele cuida do mercado, e não das pessoas e de suas necessidades básicas. E isso vai chegar aqui também. Essas facilidades maiores que se ofereciam à população de baixa renda podem ficar mais restritas. Então essa é uma história que se repete toda vida. Quando o capitalismo entra em crise, o que se busca salvar em primeiro lugar são as estruturas do capital. E a população tem que se adaptar.

Desafios – Mas pode haver, por outro lado, um desgaste do comando de Henrique Meirelles no Banco Central e sua eventual saída, diante das pressões por uma política de juros mais baixos para enfrentar a crise?

Demo – Pode sim, mas o problema é que outros países podem baixar mais os juros sem ser ameaçado tanto pela inflação, então o espectro que o Meirelles tem é mais sólido. Mas eu vou suspeitar que não, porque hoje essa coisa do equilíbrio fiscal, do combate à inflação, da moeda forte é tão importante, e se mostrou que também é boa para o pobre, não só para o banqueiro, já que é o pobre quem mais sofre com a desvalorização da moeda. E o Lula já deu vários sinais de que pretende segurar o Meirelles. Até porque o Meirelles já foi atacado antes. Tenho a impressão de que dificilmente em nossa história tivemos um presidente do Banco Central que tenha tanto respeito. Ele é visto como o rigoroso, que não cede em nenhuma vírgula, mas também não sei se, num momento em que todo o mundo está cedendo linhas inteiras, ele não pode ceder essas vírgulas. Não se pode tirar isso de contexto.

Desafios – E as pressões, também relacionadas à crise, no sentido de se flexibilizar legislação trabalhista e outras proteções sociais para dar maior margem de manobra às empresas, podem se concretizar?

Demo – Sim. Esse é o preço do capitalismo sempre. Quando ele entra em crise quem paga é a população. Não é o banqueiro que paga, não é o sistema financeiro que paga. É a população. Os empresários querem se desregular mais ainda e regular mais a questão sindical, laboral. Querem mais facilidade para demitir, empregos mais temporários, mobilidade. Aí teremos muitos problemas e provavelmente vamos ceder, porque a determinação não está vindo do lado da cidadania, está vindo do lado da engrenagem econômica que é muito mais forte. E o esforço para salvar essa engrenagem econômica é muito forte. Vemos os Estados Unidos salvando bancos, firmas, até montadoras. Se eles fossem coerentes com os dogmas neoliberais eles deviam deixar. Vai haver pessoal desempregado, sim, mas não estão preocupados com eles, e sim com essa capacidade de tocar o bonde financeiramente dentro das normas capitalistas.

Desafios – Como analisar essa pressão por maior desregulamentação, no momento em que ela deveria se mostrar uma grande contradição ideológica, dadas todas as discussões sobre intervenções governamentais para salvar o sistema financeiro mundial?

Demo – O que se confirma é que o capitalismo não consegue mudar isso aí. Para mudar isso seria necessária uma outra força, que eu poderia ver numa cidadania mais parruda, numa capacidade de impor prioridades sociais à estruturação econômica. Mas hoje não se tem isso. Temos sindicatos enfraquecidos no mundo todo. Eu posso imaginar que também um dia isso se esgote, porque também de crise em crise vai ficando claro que não vale a pena a gente girar em torno de um dragão que nos devora sempre. E a área social é sempre caudatária. Não sei se isso vai provocar choques, talvez na Europa. O que está faltando é esse protagonismo social. Uma sociedade que discuta o que queremos, que tipo de mercado precisamos. E ainda que o neoliberalismo tenha se tornado tão hegemônico, outro problema é que não temos uma alternativa. Os socialismos se acabaram. Os que estão surgindo hoje não têm qualquer consistência, como o do Hugo Chávez. Ficou um discurso único e a sociedade não se mexe, não coloca coisas no ar, na esfera pública, aquilo que Habermas falava que a democracia precisa de gente para avaliar o governo, recoloque as ideias, reclame, exija, o controle democrático. E, inclusive, essas pressões por maiores desregulamentações têm toda essa cara: a de fugir de qualquer controle democrático.

Raphael de Almeida Magalhães

"O destino brasileiro não pode ser soldado à exportação de primários"

"Eu não sou contra a exportação de primários, mas todos produtos primários que exportamos permitiriam agregação de valor: a soja poderia ser óleo de soja, a celulose poderia ser papel, o minério de ferro poderia ser produtos siderúrgicos. O Estado pode entrar nisso como indutor."

Por **Jorge Luiz de Souza** - do Rio de Janeiro

PUBLICADA

ipea

NA EDIÇÃO
Nº46 - 08/2008

Perfil

Trânsito da direita para a esquerda

Pioneiro no País no cargo de secretário estadual de planejamento – ocupou a pasta no governo de Carlos Lacerda, no antigo estado da Guanabara, de 1960 a 1964 -, o advogado Rafhael Hermeto de Almeida Magalhães, de 77 anos, mineiro de Belo Horizonte, dedicou a maior parte de sua vida à política: foi vice-governador e governador em exercício da Guanabara em 1964/1965, deputado federal pela Aliança Renovadora Nacional (Arena) de 1967 a 1970, vice-líder do governo do general Arthur da Costa e Silva na Câmara dos Deputados em 1967 e ministro da Previdência em 1986/1987, durante a presidência de José Sarney.

Magalhães migrou para o Rio de Janeiro para estudar e graduou-se em direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio em 1956, tendo inicialmente exercido a advocacia, seguindo o passo do pai, o renomado advogado e jornalista Dario de Almeida Magalhães, até ingressar na política em 1960. Como secretário estadual, também presidiu a Comissão de Desenvolvimento Urbano do Estado da Guanabara (Ceduc) em 1963/1965. Como advogado defendeu o escritor Nelson Rodrigues e, como governador, liberou a peça *Álbum de Família*, interditada por quase duas décadas.

Hoje dedica-se novamente ao próprio escritório de advocacia e participa dos conselhos de administração de algumas empresas privadas – a Companhia de Seguros Aliança do Brasil, desde 1999; a MMX Mineração e Metálicos, desde 2006; e a Companhia de Seguros Aliança da Bahia, desde 2007. Também foi membro do conselho de administração da Light Serviços de Eletricidade em 2006/2007, vice-presidente de planejamento do Grupo Atlântica Boavista de Seguros em 1973/1976, diretor da Light Companhia de Eletricidade em 1972/1974 e presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados em 1971/1973.

Este ano passou a fazer parte do Conselho de Orientação do **Ipea**. Antes disso, seu último cargo público foi o de secretário-executivo do Conselho Coordenador das Ações Federais no Estado do Rio de Janeiro, de 1995 a 2002, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Magalhães foi também secretário de Educação e Cultura do Estado do Rio em 1988, membro da Comissão de Estudos Constitucionais em 1985/1986, presidente da Comissão de Reformulação da Política Habitacional em 1985/1986 e encarregado da elaboração do anteprojeto de lei de organização do sistema de previdência dos servidores públicos do estado do Paraná em 1991.

Desafios – Qual é a sua principal preocupação no cenário do desenvolvimento brasileiro atual?

Raphael de Almeida Magalhães – É com a desqualificação da política como atividade fundamental para a construção de uma sociedade socialmente consistente e justa, e à altura da expectativa da nação brasileira. A política tem sido sistematicamente relegada a um plano secundário, com uma hegemonia clara da economia como centro de discussão das questões da sociedade. A hora é extremamente oportuna para uma reavaliação desta relação entre política e economia. Não nos esqueçamos de que a economia é antes de tudo um assunto de natureza política, e não de natureza técnica. A questão do desenvolvimento econômico é essencialmente de natureza política. Trata-se de mobilizar a vontade coletiva para que o conjunto da sociedade brasileira alcance, num determinado tempo, um determinado grau de evolução que consista em bem-estar para o conjunto da população. A questão técnica refere-se a que instrumentos devem ser mobilizados ou acionados para que o objetivo do desenvolvimento econômico e social seja atingido. Há claramente uma subversão dessa equação de algum tempo atrás até hoje. A questão econômica prevalece sobre o objetivo político, que deveria dar sustentação às políticas econômicas. É a política que traça a maneira pela qual se pode construir uma sociedade inclusiva, que atenda à população e corresponda aos objetivos imanentes ao conjunto dos brasileiros, que querem uma sociedade próspera, rica, com a renda bem distribuída, com os problemas da totalidade da população resolvidos.

Desafios – Desde quando vem essa distorção?

Magalhães – O Brasil teve ao longo da sua história uma clara vocação para o crescimento econômico. O País atingiu taxas consideráveis de crescimento no pós-guerra, período interrompido em meados dos anos 1970. Mas, naquele tempo, a taxa de crescimento brasileira se situava acima da média mundial, o que permitiu que a sociedade brasileira evoluísse de uma estrutura eminentemente agrária, pastoril, de base de produtos primários, cujo principal produto era o café, que tinha mercado internacional, para uma sociedade industrializada, urbanizada, em um tempo extremamente curto. O último ensaio de política desenvolvimentista no País ocorreu sob o governo do general Ernesto Geisel. Ele assumiu em 1974 e propôs o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que projetava uma taxa de crescimento médio anual para o quinquênio em torno de 9%. Essa trajetória, que reproduzia a taxa de crescimento do País durante o período do presidente Emílio Garrastazu Médici, que foi acima de 10% ao ano, nos colocaria na taxa de crescimento que a China alcança hoje. Portanto, o Brasil, em um passado recente, já alcançou uma taxa de crescimento equivalente ao que se denomina hoje de milagre chinês. Só que a taxa de crescimento da China aci-

As armas que o Estado dispõe para atingir objetivos estratégicos são a concessão de vantagens e punições. Ele só tem esses dois instrumentos de trabalho, mas ele tem poder. Se usar isso, induz os atores privados a se enquadrarem

ma de 10% ao ano tem uma duração já superior a 20 anos, o que evidentemente já transformou a China na grande potência emergente do nosso tempo e em centro dinâmico da economia mundial.

Desafios – O Brasil tinha a chance de fazer à mesma coisa?

Magalhães – Essa trajetória, que envolvia planejamento e um Estado organizador do projeto de desenvolvimento econômico, se interrompe com a crise dos anos 1970, que tem alguns componentes tópicos, que foi o caso da subida dos preços do petróleo, quando a Opep se organiza, e segue-se à crise da dívida dos anos 1980. O Brasil interrompe aí uma trajetória de crescimento econômico e não retoma mais. A ponto de hoje a perspectiva de uma taxa de crescimento de 5% anuais ser considerada já um desempenho razoável. É essa tentativa de reconstruir uma ambiciosa taxa de crescimento que eu acho que deve presidir o debate político dos nossos dias, porque o País tem tudo para retomar o crescimento em torno de 10% ao ano. Esse deveria ser o objetivo político a ser perseguido, e a instrumentação econômica deveria dotar o País dos instrumentos necessários para alcançar essa taxa, que permitiria ao Brasil se incorporar ao grupo das grandes potências com uma taxa de renda média *per capita* equivalente à dos países desenvolvidos. Acho que essa deveria ser a grande ambição do País, e só será alcançada se a agenda da discussão for radicalmente alterada, deixando de ter uma preocupação financeira para ter uma preocupação política e econômica.

Desafios – A que se atribui essa inversão da subordinação do político ao econômico?

Magalhães – Isso aconteceu sobretudo pelo processo inflacionário dos anos 1980 e pela crise da dívida. As taxas de crescimento alcançadas nos anos de autoritarismo militar ficaram associadas a uma ideia de prepotência e megalomania do projeto nacional na fase militar, por uma inflação crônica que se gerou e pela dependência de recursos externos para promover o desenvolvimento. Foram essas três coisas. A inflação, a ideia de transformar Brasil em grande potência e o endividamento externo que teria originado um surto de crescimento nos anos 1970 acabaram criando um clima propício à demonização da ideia do desenvolvimento econômico, do planejamento e sobretudo do papel que o Estado deveria desempenhar nesse processo. É evidente que qualquer país de desenvolvimento retardado, e os exemplos são todos no pós-guerra, teve como matriz uma presença preponderante do Estado na definição dos objetivos nacionais e na implementação das políticas necessárias. Os êxitos nos países que lograram crescer significativamente, a começar pelo Japão, passando pela Coreia e chegando aos nossos dias na China, na Rússia e na Índia, que são nossos companheiros de Bric, todos eles têm o Estado como seu elemento formador, organizador e catalisador do projeto de desenvolvimento. É o Estado a serviço da coletividade. A desmoralização do Estado como instrumento promotor do desenvolvimento, associado

ao desregramento do Estado, ao gasto excessivo, à submissão do Estado ante os impactos da inflação, e a dependência de recursos externos para promover o desenvolvimento acabaram gerando um quadro de referência que, afetando a autoridade do Estado como promotor do desenvolvimento, contaminou todo o psiquismo social e relegou o desenvolvimento a segundo plano em relação ao que se denomina hoje de fundamentos da macroeconomia.

Desafios – Como se construiu essa ideia, na sua interpretação?

Magalhães – Na verdade, se formaram duas correntes centrais no encaminhamento da questão do desenvolvimento. Uma com base no Consenso de Washington, que tinha como premissa a ideia de que ao mercado cabia o encargo de promover o desenvolvimento, e ao Estado, simplesmente o suprimento dos serviços básicos e a organização dos fundamentos da macroeconomia, a partir dos quais o setor privado se incumbiria de gerar o crescimento. E a segunda postura possível seria o Estado como elemento central organizador do processo de desenvolvimento. A transição da crise dos anos 1970, que se perpetua pelos anos 1980, gerou no mundo inteiro, a partir do Consenso de Washington, essa ideia de que o Estado era um inimigo a abater, de que o Estado era o desorganizador do processo produtivo, e quanto menos Estado, melhor, e quanto mais mercado, melhor. O mercado entregue a si mesmo, cada vez mais desregulamentado. Esta foi a discussão ideológica central dos anos seguintes aos anos 1980 e que de certa maneira perdura até hoje. O Estado reduzido a um mero expectador do processo de desenvolvimento e como organizador dos fundamentos macroeconômicos. De que o mercado entregue a si mesmo, muito mais racional na alocação dos meios, operasse o desenvolvimento econômico. A agenda básica da discussão brasileira segue nesses termos: inflação X desenvolvimento, com o Estado apresentado como promotor da desorganização através do excessivo gasto público e excessiva ineficiência na administração dos recursos sob sua guarda. E a partir da hegemonia dessa ideologia a taxa de crescimento brasileira se reduziu, a ponto de se considerar 5% uma taxa de desempenho razoável. As armas que o Estado dispõe para atingir objetivos estratégicos são a concessão de vantagens e punições. Ele só tem esses dois instrumentos de trabalho, mas ele tem poder. Se usar isso, induz os atores privados a se enquadrarem.

O desenvolvimentismo está associado à ideia de populismo. Qualquer proposta de desenvolvimento vira populismo na mesma hora. Então, é difícil, e vão se adensando as questões sociais

Desafios – Qual deveria ser a agenda agora?

Magalhães – Eu acho que está no momento de repensar o processo de crescimento nos moldes da China. Uma atitude nacional de tomar o desenvolvimento a taxas como nós já alcançamos no passado como elemento organizador de todo o espectro político brasileiro. E as políticas macroeconômicas e as políticas setoriais devem ser focadas neste objetivo. Trata-se de enfrentar uma atmosfera extremamente trabalhada no sentido de limitar a ação do Estado e insistir na prevalência do mercado, todo esse discurso neoliberal que condenou a sociedade brasileira a uma taxa pífia de crescimento. A minha expectativa tem em vista os exemplos dos nossos dias da China, da Índia e da Rússia, que não são mais economias estatizadas, mas são relativamente de mercado, têm compromisso com a sociedade de alcançar grandes taxas de crescimento e eles têm logrado isso, adaptando as suas instituições e suas políticas para atingir esses objetivos. O mais expressivo caso é o da China, que, no final dos anos 1970, definiu como projeto nacional crescer 10% ao ano durante 50 anos. E tem alcançado esse objetivo, com pequeno intervalo abaixo, mas a constante tem sido alcançar. E todos os instrumentos são mobilizados para isso - o Banco Central, os bancos de fomento, a bolsa de valores, a política de renda, a de educação, a de infra-estrutura, a de investimentos. Todo um conjunto de políticas setoriais voltado para esse objetivo, sem o qual os 10% não seriam alcançados. O sucesso desse projeto faz com que ele tenha uma aceitação universal. Eu diria que o mundo hoje tem uma dependência muito grande de a China sustentar uma taxa de crescimento desse tamanho.

Desafios – O que falta no Brasil para seguir essa linha?

Magalhães – Criar no País a mística do desenvolvimento, redefinindo o papel do Estado nesse processo. Não que o Estado vá ser o produtor de bens e serviços, mas vai ser o indutor do processo, vai ser o organizador, o instrumentador do processo de crescimento que vai ser realizado por empresas públicas e empresas privadas, de capital nacional ou capital estrangeiro ou misto, não importa a natureza do dono do capital, importa que o objetivo estratégico seja

atingido. Todos os instrumentos de política econômica que hoje são voltados para reduzir o tamanho do Estado, a garantir o ganho para os rentistas e a frear o gasto público, seriam modificados significativamente. O primeiro passo seria reduzir drasticamente a taxa de juros paga aos rentistas pelo poder público. O maior gasto que há muito tempo o governo brasileiro faz é no pagamento de juros para os seus rentistas. Segundo, o Banco Central deixaria de ter um papel totalmente devotado a impedir a inflação para ter objetivos combinados de nível de emprego, taxa de crescimento e inflação. Não teria, como hoje, um único objetivo, que é o controle da inflação. Teria que operar como opera o Banco Central americano, que pondera sobre esses três indicadores.

Desafios – E a questão fiscal?

Magalhães – Uma reforma fiscal seria o terceiro passo, teria que ser implementada para deixarmos de ter o mais regressivo dos sistemas tributários conhecidos na face da Terra, em que os pobres pagam muito mais impostos do que os ricos, com uma desoneração fiscal dos pobres, de tal maneira a garantir uma ampliação grande do poder de compra da massa dos assalariados. Por um lado, haveria sobra de recursos pela redução da taxa de juros que remunera os rentistas do Tesouro e, por outro, uma redução na carga fiscal, de tal maneira que essa combinação de forças criasse uma grande expansão do mercado consumidor interno, e o governo teria uma enorme capacidade de fazer gastos de outra natureza em vez de estiolar grande parte dos recursos tributários no pagamento dos juros da dívida. Em paralelo, o Estado teria que se utilizar dos seus fortíssimos instrumentos de organização do sistema financeiro nacional para que os seus bancos operassem uma redução drástica da taxa de juros para os seus tomadores de empréstimos privados, mobilizados em uma política de ampliação do mercado de consumo interno, que a meu ver seria a base fundamental de uma grande retomada de crescimento econômico, associada à devolução ao Estado de uma grande capacidade de investimento em infraestrutura social e econômica.

Desafios – Voltar-se para o mercado interno significa deixar de ser exportador de *commodities*?

Magalhães – O Brasil teria que seguir explorando a grande riqueza que lhe advém hoje de ser o primeiro ou segundo exportador da maioria das *commodities* mundiais, mas associar a isso uma política clara de mudar o perfil das exportações, para deixarmos de ser meros exportadores de *commodities* e nos convertêssemos gradualmente em exportador com capacidade de competição no mercado internacional de bens de valor industrial agregado. Essas políticas todas teriam que ser associadas, e isso é possível fazer com o ganho fiscal resultante da redução da taxa de juros, a utilização dos instrumentos públicos no sentido de obrigar o sistema privado a baixar a sua taxa de juros pela presença dos bancos públicos no mercado financeiro. Com isso seria possível crescer 10% ao ano até 2022, quando o Brasil completa dois séculos de independência. Nós viramos exportadores conspícuos de bens primários. Eu não sou contra a exportação de primários, mas não quero que o destino brasileiro seja soldado com a exportação de primários. Todos os produtos primários que exportamos

permitiriam agregação de valor: a soja poderia ser óleo de soja, a celulose poderia ser papel, o minério de ferro poderia ser produtos siderúrgicos. O Estado pode entrar nisso como indutor. Em algumas áreas, ele é investidor direto, coisa que crescentemente ele não tem sido. O Estado dá vantagens e coíbe. As armas que o Estado dispõe para atingir objetivos estratégicos são a concessão de vantagens e punições. Ele só tem esses dois instrumentos de trabalho, mas ele tem poder. Se usar isso, induz os atores privados a se enquadrarem. O Estado é forte para isso, mas o Estado brasileiro ficou prisioneiro dessa ordem financeira. E é uma hora em que a financialização está acabando no mundo. Se o mundo não acabar com ela, ela vai acabar com o capitalismo.

Desafios – Falta espaço na agenda política?

Magalhães – Eu acho que a agenda está sufocada. Durante muito tempo demonizou-se o Estado e seguem demonizando - dizem que é ineficiente, corrupto, supertributa a nação, e no decorrer desse processo o Estado foi desmoralizado como instrumento de organização do interesse coletivo. O mercado, de certa maneira, substitui o Estado nessa tarefa de prover, por si mesmo, a produção de bens e serviços. Eu não quero que o Estado volte a ser provedor de bens e serviços, mas quero que ele organize o processo produtivo.

Desafios – Os que ganham com juros altos são politicamente muito fortes?

Magalhães – O rentista é uma massa considerável de gente. O número de rentistas pega rico, pega a classe média, pega remediados. O interesse do rentista domina a produção e, de certa maneira, aconteceu no mundo a hegemonia do setor financeiro sobre o setor produtivo. Não é um fenômeno daqui, é universal, que rebateu aqui por similitude. A reconversão disso é muito difícil porque a agenda é ocupada pelos que defendem a racionalidade do que está aí. Desde a crise americana e o aumento dos preços das *commodities*, que internalizou a inflação no mundo inteiro, a única medida que o Brasil tomou foi subir a taxa de juros. Isso eleva o gasto público com juros, paralisa o crescimento econômico, eleva o custo do dinheiro para o setor produtivo e para os consumidores, mas é a única coisa que o Brasil fez. E os preços das *commodities* no mundo começaram a cair, com efeito sobre a taxa de inflação brasileira, e o Banco Central declara que foi a taxa de juros que reduziu a inflação. E isso é aceito porque a agenda é essa. Quem diz que tem que crescer vira obsoleto, a favor do Estado desenvolvimentista. O desenvolvimentismo está associado à ideia de populismo! Qualquer projeto apresentado como proposta de desenvolvimento vira populismo na mesma hora! Então, é difícil. Vão se adensando as questões sociais. Mas elas estão presentes porque as expectativas das pessoas não foram aten-

didas. O adensamento da questão social brasileira se manifesta na segurança, na escola de má qualidade, porque o Estado não dispõe de recursos para aplicar nessas coisas e o maior gasto do orçamento nacional é com o pagamento de juros, como se isso fosse inexorável.

Desafios – O combate à inflação continua a ser o grande eleitor no Brasil?

Magalhães –Está transformado nisso. Ninguém defende a inflação, mas ela está transformada em um ente mitológico. Tudo se passa como se o único objetivo nacional fosse conter a inflação. Eu acho que o grande objetivo nacional é crescer 10% ao ano. Essa deve ser a discussão que temos, de alguma maneira, por algum canal político, de lançar de novo no País, não desqualificando o Estado, mas dizendo que esse é o papel condutor do Estado. E há os temores de que vai sair o dinheiro da bolsa, de que as contas externas vão desabar. Isso só vai acontecer se continuar com uma política de câmbio extremamente desfavorável à exportação, que é outro elemento fundamental da moldura macroeconômica do desenvolvimento. Mas nós não temos nada disso voltado para crescer. Tem que ser montado um programa voltado para o crescimento, com o realinhamento de todas as políticas públicas. Eu gostaria que isso fosse a agenda da sucessão presidencial e que os brasileiros não temessem isso. O mundo está voltando a ser isso, os países que estão dando certo estão praticando essa política que eu descrevi. Eu gostaria que algum conjunto de forças políticas assumisse o desenvolvimento como sua bandeira principal e começasse a levar essa discussão para a frente, independentemente das acusações que fossem feitas. A sucessão presidencial será entre os que querem desregular ainda mais o mercado de trabalho, diminuir o tamanho do Estado, mexer na previdência, e os que defendem o crescimento. Eu gostaria que o debate sucessório se travasse entre essas duas agendas.

A sucessão presidencial será entre os que querem desregular ainda mais o mercado de trabalho, diminuir o tamanho do Estado, mexer na previdência, e os que defendem o crescimento. Eu gostaria que o debate sucessório se travasse entre essas duas agendas

Desafios – Estão maduras as condições para essa mudança?

Magalhães – Só se muda em clima de crise aguda, e evidentemente não há nenhuma perspectiva de se ter uma crise que geraria um clima de transformação radical, mas há um espaço para discutir essas coisas. Tem que aparecer um candidato, e não pode ser de um partido nanico, que produza uma reflexão consistente, mobilize as áreas de organização do pensamento coletivo. Não é fácil porque há um bloqueio temático, não é um conjunto de reflexão, de dogmas, mas eu estimo que apareça um candidato que construa uma base política em cima disso. A única coisa que eu acrescentaria é que um surto de crescimento provavelmente provocaria saturação da capacidade produtiva.

Desafios – A China consegue ser soberana no mundo e o Brasil não?

Magalhães – Ninguém conseguiu mexer na taxa de câmbio da China. Entra ano, sai ano, eles querem mexer, mas a China não mexe porque está voltada para uma estratégia de proteção e de desenvolvimento. Não temos soberania porque sempre cedemos. Mas, se dissermos ao mundo qual é o nosso projeto de nação, muitos vão aceitar, teríamos aliados importantes para firmar nossa soberania, como a China, a Rússia, a Índia. Eles entendem que o papel do Estado é relevante. O Brasil é hoje uma referência internacional e tem um papel importante a exercer. Mas o que adianta ficar discutindo na Organização Mundial do Comércio (OMC), desde o Gatt, durante 50 anos? Não vai acontecer nada. Os interesses são conflitantes mesmo. Foi bom não ter dado em nada. Nós iríamos abrir nossos mercados para os produtos e serviços deles e eles iriam abrir para nossos produtos primários. Mas eu não quero ser exportador primário. O Brasil tem que tirar isso da cabeça. Podemos usar isso por um tempo, mas não podemos nos definir como destino permanente do País ser exportador de bens primários.

Desafios – Em resumo, tudo isso pode se resolver na sucessão presidencial?

Magalhães – O Brasil tem requisitos superiores aos outros Bric. Só que os outros construíram um projeto de nação, e o Brasil não. Nesse tempo, construiu um projeto do mercado. A queixa do mercado é que as reformas não foram completas. Como o desempenho, objetivamente falando, é baixo, alegam que falta desregular o mercado de trabalho, diminuir o tamanho do Estado, mexer na previdência. Vai esta agenda contra uma agenda de crescimento. Eu gostaria que o debate sucessório se travasse entre essas duas agendas, com clareza e honestidade de discussão.

PUBLICADA
ipea
NA EDIÇÃO
Nº45 - 07/2008

Tania Bacelar de Araújo

A diversidade regional é um patrimônio brasileiro

"A diversidade regional brasileira é um dos nossos patrimônios, do mesmo jeito que a criatividade do povo brasileiro é um dos nossos patrimônios. Dificilmente se encontra outro país no mundo com tanto potencial como o nosso."

Por **Jorge Luiz de Souza** - de São Paulo

Perfil

A questão regional em primeiro plano

A professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPe), Tania Bacelar de Araújo, pernambucana de 63 anos, associou seu nome a políticas de desenvolvimento regional e local, mas sua primeira formação foi em sociologia pela Faculdade de Filosofia do Recife (Fafire), da UFPe. Fez o curso simultaneamente com o de economia pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Tem mestrado e doutorado em economia pública, planejamento e organização do espaço pela Université de Paris (Panthéon-Sorbonne).

Atualmente, dedicada a atividades privadas de consultoria, é integrante do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da Presidência da República e do Conselho de Orientação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**). Foi, de 2003 a 2004, secretária de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração, onde chefiou o grupo de trabalho para recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 2003. No final de 2002, foi membro da Comissão de Transição criada pelo Governo Federal após a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tendo sido coordenadora da equipe de Desenvolvimento Econômico.

Ao longo de sua carreira, foi diretora de Planejamento Global da Sudene, de 1985 a 1986. De 1987 a 1990, foi secretária de Planejamento e secretária da Fazenda do governo do Estado de Pernambuco (governo de Miguel Arraes). A partir de então, foi diretora do Departamento de Economia da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), até 1995. De 2001 a 2002, foi secretária de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura de Recife.

Em seu escritório privado de consultoria econômica, trabalhou para organismos internacionais como o Interamerican Institute for Cooperation on Agriculture (IICa), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Gesellschaft Für Technische Zusammenarbeit (GtZ), além de diversos organismos nacionais. Foi condecorada em 2004 pelo presidente da República com o grau de comendadora da Ordem Nacional do Mérito Científico. É autora do livro de ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro: *Heranças e Urgências*, publicado em 2000, obra de referência na área.

É também autora, entre outras obras, de *A promoção do desenvolvimento das forças produtivas no Nordeste: da visão do GtDn aos desafios do presente* (1997), *Nordeste: herança de diferenciação e futuro de fragmentação* (1997), *L'héritage dynamique et le néoliberalisme aujourd'hui* (1998), do capítulo *Globalisation and the Prospects for the sustainable Development in the northeast of Brazil: initial impacts and prospects*, do livro *Globalisation and sustainable Development in Latin america – Perspectives on the new economic order* (Great Britain, 2002), e foi co-autora do capítulo *Política Nacional de Desenvolvimento Regional do livro Brasil Século XXI – Por uma nova regionalização?* (2004).

Desafios – Qual é a principal dificuldade do desenvolvimento brasileiro na atualidade?

Tania – No curto prazo, a preocupação com o endividamento do governo, a crise fiscal, se arrastando desde a década de 1980, então já temos duas décadas, quase três. O problema que eu vejo nisso para o desenvolvimento é que no caso do Brasil o governo ainda é um agente muito importante tanto para investimentos em infraestrutura como em investimentos na educação e para investimentos na proteção social. E um governo endividado não tem dinheiro para investir. Hoje, quando se analisa as contas públicas, a principal despesa do governo é a conta de juros. Então, o dinheiro que ele teria para devolver à sociedade ele devolve a seus credores. Isso, no curto prazo, tem sido um entrave importante para um melhor desenvolvimento do País e não acredito em solução mágica para isso. A solução é gradual mesmo.

Desafios – A política econômica caminha a favor ou contra uma solução para esse problema?

Tania – A taxa de juros muito alta termina sendo um elemento impeditivo. Então, se teria de ter uma situação em que a taxa de juros pudesse ser mais baixa; a maior taxa de juros real do mundo é a nossa. E voltou a crescer. Aí, a inflação desacelera, mas o juro já subiu. Esta, no curto prazo, é a principal dificuldade, porque limita toda a capacidade de crescimento. Um país que ainda tem gargalos sérios de infraestrutura em segmentos e projetos que o setor privado não vai suprir, que tem um investimento estratégico a fazer em educação, que também o setor privado sozinho não responde, e que ainda precisa de políticas sociais de peso. Mas o cenário hoje é melhor do que o que já tivemos. Com todo o problema, no começo do século XXI, o tamanho da dívida era 55% do Produto Interno Bruto (PIB) e hoje são 40%. Mas ainda é muito elevado. E, como a taxa de juros é alta, o pagamento de juros é o maior item de despesa do governo.

Desafios – E a médio prazo?

Tania – Para mim, o problema central a médio prazo é o da desigualdade - a desigualdade social e a desigualdade regional. Nós herdamos essas duas desigualdades e em todo diagnóstico que se faz, isso aparece com muita força. Eu faço parte do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da Presidência da República. Ali, é um ambiente muito heterogêneo, são mais de 80 pessoas com perfil muito diferenciado, e foi feita uma pesquisa conosco. Foi quase unânime, mais de 90% das pessoas, quando perguntadas qual é o principal desafio do País, responderam: é reduzir a desigualdade, tanto social quanto regional, em todas as escalas.

Desafios – Quais progressos estamos fazendo quanto à desigualdade de renda?

Tania – Eu diria que a renda do trabalho melhorou. A renda total, não, por conta dos juros. A taxa de juros não afeta só o governo. Os rentistas, os aplicadores, quem é superavitário no Brasil e empresta ao governo, ganha muito bem. É muito melhor remunerado do que se aplicasse em qualquer país do mundo. Então, isso transfere renda da sociedade para um pequeno pedaço da sociedade que são os aplicadores, as empresas ou pessoas físicas que são superavitários. A maioria da nossa população não tem a cultura de poupar. Ao contrário, a nossa cultura é de consumir, se endividar, e portanto pagar mais caro. Então, na renda total, não se tem uma mudança significativa, mas na renda do trabalho há uma mudança importante neste começo de século XXI, que eu considero positiva, tirando gente da classe E para

botar na classe C. É uma pirâmide com uma base muito alargada, com muita gente nas classes C, D e E, e o que se fez foi tirar gente das camadas de menor renda para uma camada intermediária. Todas as pesquisas mostram isso.

Desafios – A redução da inflação foi fundamental para que isso ocorresse?

Tania – Eu acho que foi. A inflação alta corrói o poder de compra de quem ganha pouco e não tem mecanismos de defesa. Então, inegavelmente, uma inflação baixa é favorável exatamente à base da pirâmide. E, junto, houve três outros fatores. Primeiro, o Bolsa Família. Não é desprezível pelo volume de recursos: passa do patamar de R$ 2 bilhões para R$ 10 bilhões anuais, o que no Brasil é muito dinheiro. E afeta mais o Norte e o Nordeste, e nem se sente em São Paulo. E nos pequenos municípios se sente com mais força ainda. O tamanho da transferência foi significativo em locais onde a base produtiva é pequena e portanto o volume de renda gerado localmente é muito pequeno. O que era um programa assistencial acabou se transformando em estímulo ao dinamismo daquela economia local muito pequena. A bodega da esquina, a feira, a padaria, a farmácia, tudo envolve um fluxo de renda que não era gerado ali, mas que é transferido de outros lugares. O Nordeste tem 28% da população brasileira e 50% da população pobre do Brasil. Então, dos R$ 10 bilhões que o governo paga, R$ 5 bilhões vão para lá. Por isso, nas pequenas cidades do Nordeste se sente um impacto importante no estímulo ao consumo. Gente que não consumia passou a consumir. Do ponto de vista macro, não foi só o pequeno negócio que lucrou. Porque, como é muita gente, também as grandes empresas se beneficiam: os supermercados e empresas de produção de alimentos e de confecções. Por exemplo, a Bauducco fez uma fábrica na Bahia e está fazendo outra. A Nestlé está investindo lá. A Perdigão e a Sadia foram agora para Pernambuco. Vão produzir iogurte e embutidos, porque esse padrão de renda consome muito em embutidos. Então, isso atraiu também grandes corporações para fazer investimentos para atender a essa demanda. E tem um efeito indireto sobre o emprego.

Desafios – Qual é o segundo fator?

Tania – É o salário mínimo. Desde o final da década passada ele vem tendo variação real e acima da correção média dos salários. Também todos os estudos mostram isso. No ano passado, a inflação média, o melhor índice, foi 5,2%, digamos, e o salário mínimo este ano foi corrigido em 9, 2%. Então, não é uma diferençazinha, é uma diferença significativa. De

novo, bate lá na base da pirâmide, e bate mais nas regiões mais pobres. Tem um impacto social e um impacto regional. De novo, para dar o exemplo do Nordeste, que tem metade dos trabalhadores brasileiros que ganham salário mínimo, o impacto é maior no Nordeste do que em São Paulo.

Desafios – E por fim, qual é o terceiro fator?

Tania – O terceiro é o crédito. Sem dúvida o crédito estimula o consumo. E o crédito não só aumentou em volume como ele trabalhou muito com o que é da cultura brasileira, que é o tempo. O brasileiro não faz conta da taxa de juro, mas faz conta do tempo do empréstimo, e, portanto, da parcela mensal que ele vai pagar. Ele não sabe quanto está pagando de juro. Ele faz a conta: cabe no meu salário, na minha renda mensal? Cabe. Então, compra. Alongou o prazo. Já se vende hoje carros, motos, eletrodomésticos a prazos muito grandes.

Desafios – Esses prazos são exagerados?

Tania – Eu acho que sim. No caso do automóvel, estamos na contramão das tendências mundiais, financiando automóvel a 70 meses, quando precisamos investir é em transporte público coletivo de qualidade. Esse padrão de cada pessoa se deslocar de automóvel é um padrão do século XX, não do século XXI. A crise energética sinaliza noutra direção. E estamos no modelo antigo. O Brasil do século XX cresceu concentrando renda. Essa herança da desigualdade tem a ver com esse padrão de crescimento que estruturamos no século XX, que, do ponto de vista econômico, foi muito exitoso. O Brasil é um exemplo no século XX, na literatura, de um país que deu um salto quantitativo e qualitativo na sua economia fantástico. Inegavelmente, o Brasil montou uma estrutura industrial que produz desde os bens mais simples até aviões e armamentos, bens básicos, bens sofisticados. Estruturou um parque produtivo, em seis décadas, que é exemplo no mundo, de sucesso, de capacidade de realização. Só que foi feito concentrando renda, olhando para a camada de cima da pirâmide. A novidade é que agora estamos descobrindo um dos potenciais do Brasil, que é o consumo insatisfeito da grande maioria da população. É um mercado muito grande. E este ciclo está mostrando isso, como já vimos isso em outros momentos em que rompemos com a inflação - o Plano Cruzado e o Plano Real. A sociedade sentiu isso com muita clareza. Cai a inflação, aumenta o poder de compra e o País explode, porque há um consumo insatisfeito numa massa muito grande.

Desafios – É possível o consumo alcançar já as fatias da população que sempre ficaram à margem?

Tania – A tragédia brasileira, sempre se diz, é que se um terço desses que ficaram à margem fossem colocados dentro do consumo já seríamos um grande mercado, quase a população da França. Esta era a nossa tragédia. Dava para desenvolver a economia com um terço da população dentro e dois terços fora. O que fica para resolver é o problema social. E o gargalo é educação. É aí onde como sociedade - não estou falando de governo, que também tem papel importante -, do mesmo jeito em que ela não poupa, ela não valoriza o investimento em educação. Conheço muita gente de classe média que, na hora do aperto, em vez de cortar a cervejinha, corta a aula de inglês do filho. Isso significa que é uma decisão da família. Imaginem os filhos de pais que não estudaram e não vêem no conhecimento uma possibilidade de uma inserção melhor. Então, tem um lado que é da sociedade, é cultural.

Desafios – E também da educação?

Tania – Aí o governo tem culpa. A oferta do ensino era muito restrita. Agora, ampliamos a oferta, mas a qualidade é trágica. Eu não acredito que seja uma questão de dinheiro. Vejo países como a Coréia, que tem uma economia muito

menor do que a do Brasil, e pôs todos os jovens na escola de manhã e de tarde. É isso que temos de fazer no Brasil para dar uma educação que não seja só ensinar a ler e a escrever. É preciso dar cultura, dar esporte, é preciso ter uma visão completa da formação de uma pessoa. Todos os países desenvolvidos têm suas crianças de manhã e de tarde na escola. É requisito básico. Nem se discute. E eu não vejo ninguém sequer discutindo isso, passamos pelas campanhas eleitorais e não se vê ninguém cobrando. Só vozes isoladas, que não repercutem. Então, a minha hipótese é a de que não é só o governo, é a sociedade que não valoriza isso. E, quando se diz que devemos descentralizar para os municípios... espera aí, nem todo município é município com capacidade de dar educação nesse padrão. Ao contrário, acho que aí a responsabilidade é do governo central. Nós não estamos na Alemanha, onde dois terços da receita pública são geridos na base. Estamos no Brasil, e aqui a maior parte da receita pública está na mão do governo federal. Todos os municípios do Brasil, inclusive os ricos, somados, depois que recebem todas as distribuições a que têm direito, ficam com 20% da receita pública. Então, um investimento estratégico desse não pode ser descentralizado. A execução poderia ser até descentralizada, mas o financiamento, não. E aí eu acho que caminhamos muito pouco. Mas a preocupação do Ministério da Educação (MEC) hoje com o ensino médio é correta. O Brasil cresceu um pouquinho e já está faltando mão de obra intermediária. Nosso ensino médio é um gargalo. O Brasil estruturou em seis décadas um parque produtivo que é exemplo de sucesso, só que foi feito olhando para a camada de cima da pirâmide social.

Desafios – O programa de escolas profissionais está no caminho correto?

Tania – Essa ênfase que o MEC está dando hoje a escolas profissionais é o que o Brasil precisa. Eu fui a Petrolina (PE) para uma palestra em uma escola de 2º grau do Senai, e é uma escola com equipamento e salas de aula decentes, biblioteca, laboratório, internet para os alunos. É desse ensino médio que eu estou falando. Eu perguntei ao diretor quanto investiram. Foram R$ 15 milhões. Isso não é dinheiro para o Brasil, para um país como o nosso, que tem uma carga tributária de 40% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, que já é um dos PIB maiores do mundo. Eu não vejo que o problema seja dinheiro. O problema é que a expansão das escolas técnicas é amplamente insuficiente. E tem que ser ensino de manhã e de tarde, estudar na sala de aula de manhã e ir para o laboratório de tarde, fazer esporte e para isso tem que ter uma quadra decente. Aí, vai diminuir a violência. E eu defendo que o ensino profissional tem que dar o ensino médio junto. Não é só dizer que vamos preparar para o mercado, mas para o mercado e para, se ele quiser, a universidade, que tenha o diploma de ensino médio e faça o vestibular. Esse é o grande investimento estratégico que o Brasil não fez, e eu infelizmente acho que a discussão está muito aquém da relevância disso, em um mundo onde, sem conhecimento, vai-se fazer o quê?

A inserção soberana é muito difícil em um país como o Brasil, mas a China está se reinserindo agora de uma forma soberana

Desafios – Em compensação, nosso povo é bastante criativo...

Tania – Criativo e com capacidade de iniciativa. Mas a capacidade de iniciativa, sem conhecimento, se reduz. Imagine nossa capacidade de iniciativa com conhecimento. Já fazemos milagres sem conhecimento. Eu acho que é um atributo importante a nossa capacidade crítica. No exterior, se sente que o pessoal tem uma formação mais bitolada. Então, para criar é mais difícil, porque criar significa contestar o que está estabelecido para poder propor outra coisa. Esse lado o Brasil tem, é um atributo positivo da nossa sociedade. Aparentemente, levamos tudo na brincadeira, mas não é brincadeira, é espírito crítico, e disso nasce coisa nova. É desmontando que também se constrói. Mas esse investimento não é questão de dinheiro, mas também não é solução de curto prazo. Vai dar frutos em 15 anos, mas dá. No Nordeste, não havia universidades há 40 anos, e hoje há. Esse prazo, em termos de desenvolvimento, não é muito tempo. Então, não se faz em cinco anos, mas se faz em 40. A inserção soberana é muito difícil em um país como o Brasil, mas a China está se reinserindo agora de uma forma soberana.

Desafios – Os desequilíbrios regionais estão agora se reduzindo?

Tania – Essa é outra herança que tivemos, mas acho que aí estamos melhorando. Ao decidir que queríamos ser um país industrial, em 60 anos o País montou uma base produtiva e industrial complexa e quase completa, mas concentrou muito principalmente no Sudeste. Chegamos a colocar 80% da produção industrial no Sudeste e 44% na Grande São Paulo. Um padrão de concentração fantástico. Mas os estudos de que dispomos mostram que o auge da concentração foi nos anos 1970 e de lá para cá há uma modesta desconcentração. Pelo menos a concentração não continuou e isso já é um fato importante.

Hoje, há uma tendência a desconcentrar, primeiro da Grande São Paulo para o interior do estado, as cidades médias mais próximas, o sul de Minas, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná. Isso tudo se beneficia de uma espécie de transbordamento. São locais próximos, mas não estão no foco das deseconomias. São Paulo terminou concentrando tanto que às vezes as deseconomias externas passaram a ser maiores do que as economias. Há também, por exemplo, Manaus, é claro que com muito incentivo. As informações que nós dispomos hoje sinalizam que, do ponto de vista dessa macrotendência à concentração, a hipótese é de que escapamos dela. A macrotendência não se acentua, mas reflui, por várias razões. O II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) foi desconcentrador, a crise bateu mais forte em São Paulo nos anos 1980, e dos anos 1990 para cá temos a abertura comercial, a redefinição do crescimento e nesta fase mais recente o crescimento do consumo da base da pirâmide social está puxando as atividades desconcentradoras. Então, em cada momento tem um fator, mas o conjunto deles está dando uma desconcentração. A minha leitura, nesse ponto, é positiva.

Desafios – Sua tese sobre a diversidade...

Tania – Eu gostava de dizer que o principal potencial do Brasil é a diversidade regional brasileira. É um dos nossos patrimônios, do mesmo jeito que a criatividade do povo brasileiro é um dos nossos patrimônios. Continuo acreditando nisso. Dificilmente se encontra outro país no mundo com tanto potencial como o nosso. A natureza diferenciada, seis biomas dentro do mesmo país, bases produtivas que fomos estruturando historicamente, cada uma diferenciada da outra, e a sociedade brasileira é diferenciada. Nós nos consideramos um povo miscigenado, e somos, mas a miscigenação não é a mesma em cada parte. A influência indígena é muito mais forte no Norte, a influência africana é muito forte no Nordeste, a influência europeia é muito forte no Sudeste, a influência japonesa é muito forte em São Paulo. Eu não encontro outro lugar do Brasil onde a influência japonesa tenha essa força. O *mix* foi sendo diferente, o que faz a sociedade ter traços de união importantes - uma visão de mundo que se unifica, e a língua também, com a ajuda da televisão e dos meios de comunicação -, e ter

diferenciações também importantes. As diferenciações são de uma riqueza muito grande, que nos permite tirar partido disso. Eu acho que no século XX o País apostou na concentração, e a concentração empanou a diversidade. Nós, economistas, gostamos dos grandes números, mas é preciso ver que as médias no Brasil são muito influenciadas por São Paulo e pelo Sudeste, porque a concentração foi tão forte que a média parecia explicar o Brasil, mas estava explicando apenas São Paulo ou o Sudeste. Só que os 20% ou 30% que não estavam explicados ali são de uma riqueza e de uma diferenciação maravilhosas. Hoje, começamos a descobrir isso. Não digo ainda que esteja forte, não tem a força que teve a concentração no século XX. Mas eu acho que hoje essa modesta desconcentração está dando esse resultado. A sociedade brasileira olha para essa multiplicidade de tecidos sociais e econômicos com um olhar de que ali também tem potencial. Todo lugar tem um potencial, como toda pessoa tem um potencial. Ninguém é desprovido de tudo. Portanto, também não tem uma região desprovida de tudo. Mesmo a região que não tem água, tem sol. Aí, é só levar água - estou falando do semiárido, que não tem água, mas tem sol, e tem fruticultura de padrão mundial, porque o sol é um elemento importante. Então, desse ponto de vista eu sou mais otimista do que no lado da educação. Acho que devagarzinho estamos percebendo que a diversidade brasileira é um dos nossos potenciais.

Desafios – Isto vai melhorar a inserção do Brasil no atual contexto internacional?

Tania – Eu acho que a inserção soberana é muito difícil em um país como o Brasil. Primeiro, há o elemento cultural. A sociedade brasileira é herdeira da colonização e um pedaço da elite não tem um projeto de Brasil-nação, mas só um projeto de sua própria inserção no mundo. O Brasil é um país que não dá para se realizar só dentro dele. Engatou no resto do mundo e não vai desengatar. Vamos ter que conviver com a globalização. O Brasil interessa aos agentes globais pelo nosso potencial produtivo e de consumo. É um país que conta na mesa do jogo mundial, não é um país qualquer. Mas a história mostra países onde a elite tem outra visão, a visão do seu país primeiro, antes do resto. Quando falo que um pedaço da elite brasileira é colonizado, falo dos empresários, mas falo da academia também, para falar de mim mesmo, da área onde atuo. É uma inteligência que vai para o exterior e volta e não consegue adequar aquelas teorias que aprendeu lá fora à realidade do seu país. Ou não quer fazer esse esforço. O importante para essas pessoas é ter um paper aprovado em um seminário internacional, e os problemas que temos aqui no País não lhes afetam. Então, inserção soberana de um país que tem uma elite com essa característica não é tarefa simples. Segundo, é que grande parte da sociedade brasileira já nem discute isso. Ela está tão à margem - e esta é outra característica do Brasil - que nem discute.

Desafios – Com a China é diferente?

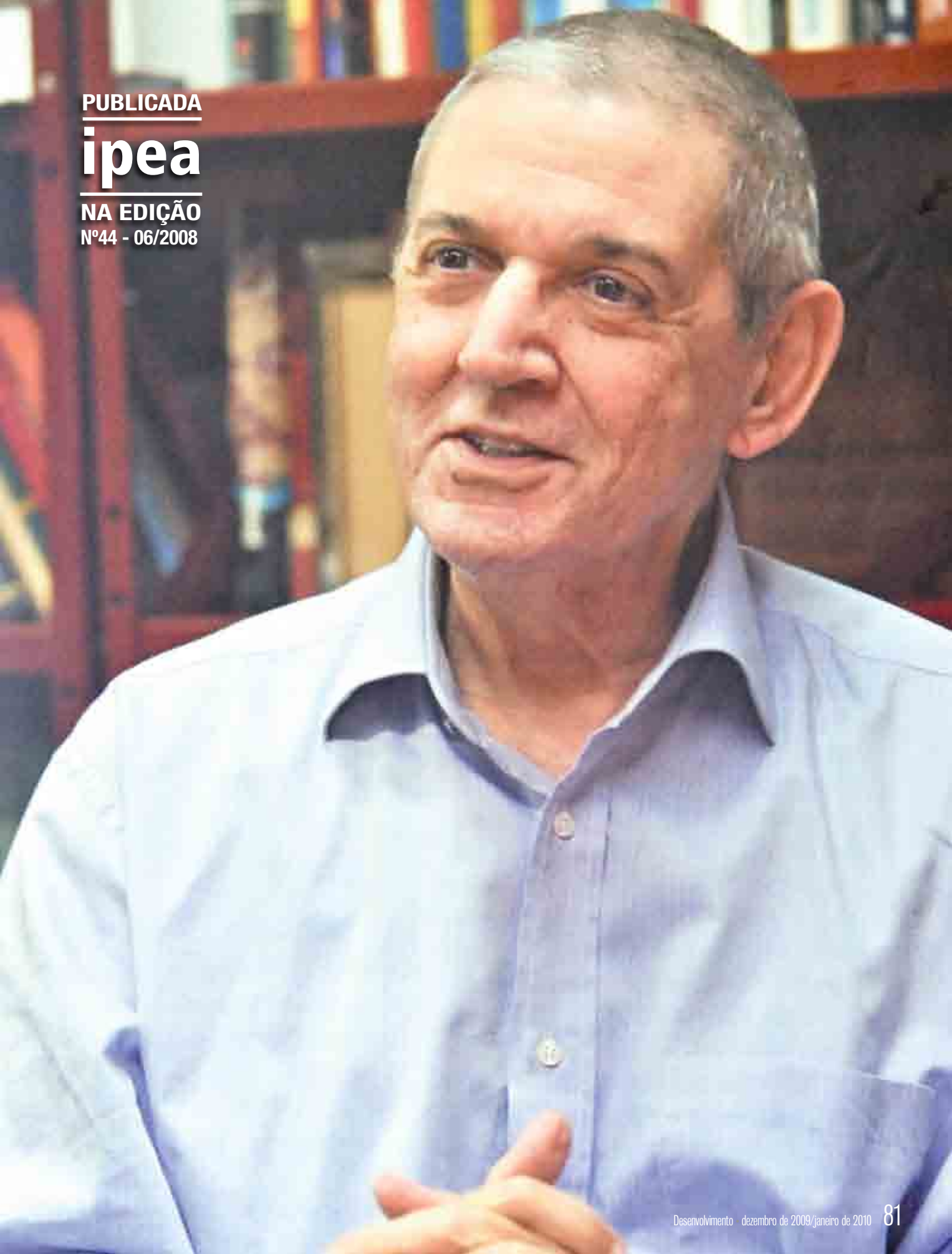
Tania – A China já foi uma grande potência no passado, depois virou país ocupado, todo mundo mandava na China, e veio a revolução socialista e isolou a China do resto do mundo. Eles estão se reinserindo agora, na minha leitura, de uma forma soberana. Eu acho que a China é um exemplo de país médio como o Brasil, que tem potencial como o Brasil e que consegue uma inserção soberana. A China faz o que eles acham que é importante para a China. Tem um projeto de país. Pode-se até discordar do projeto deles, mas fica evidente que têm um. O Brasil, não. O Brasil tem uma cultura de submissão, eu acho. E essa cultura da elite passa para a sociedade brasileira, que valoriza mais o que não é dela do que o que é dela. Às vezes, vemos pessoas comprando uma porcaria só porque é produto importado. Lá fora se vê uma leitura de que este é um país que tem potencial para uma inserção soberana. E quando se vem para dentro, se vê que a sociedade brasileira não tem essa consciência, não tem a consciência do nosso potencial. Ao contrário, tem uma leitura mais submissa.

Wanderley Guilherme dos Santos

Falta um bom partido conservador no Brasil

"O conservadorismo existe em toda sociedade e está mal representado no Brasil, meio perdido em vários partidos. Certamente, o DEM foi um partido conservador, mas que não foi aceito pelos conservadores, que não se espelham no DEM. Precisamos de um partido conservador aceito pelos conservadores, para dar um pouco de equilíbrio, que obrigue a esquerda a melhorar também. Para o político que está no poder, está ótimo, mas não foi bom para o País, política e economicamente."

Por **Jorge Luiz de Souza** - do Rio de Janeiro



PUBLICADA

ipea

NA EDIÇÃO
Nº44 - 06/2008

Desafios – Qual é a sua principal preocupação com o desenvolvimento brasileiro?

Wanderley – Eu vejo o desenvolvimento como um processo simultâneo de incorporação de segmentos enormes da população ao circuito de mercado, de ambos os mercados, o mercado econômico e o mercado político. Nos últimos 30 anos, o País se transformou materialmente de forma extraordinária. E do ponto de vista político também, com a multiplicação do número de eleitores e de partidos e com a criação de associações de interesses em um prazo muito curto se comparado com o desenvolvimento semelhante na Europa e Estados Unidos, que tomou quase um século. O Brasil foi mais rápido. Esses dois movimentos tornam obsoletas instituições estatais e políticas apropriadas a um país muito menor. O Estado brasileiro ainda é, em alguma dose, oligárquico. Com isso quero dizer que há ainda muitos setores dentro do sistema político capazes de vetar políticas mais ousadas do ponto de vista social, como é próprio do sistema oligárquico, em que o recurso maior é o poder de veto, mais do que o de propor alternativas. Tende a certa inércia, não só o nosso, mas os sistemas oligárquicos em geral.

Desafios – Os eleitores já não fizeram uma opção contra as oligarquias?

Wanderley – Nisso nós estamos atrasados. As instituições políticas estão atrasadas com relação ao desenvolvimento econômico e eleitoral. A política institucionalizada está ainda tímida. Há uma interação permanente entre grupos sociais, segmentos, partidos, mas a única novidade depois da ditadura foi o aparecimento do PT. É o único partido desse estilo na América do Sul, com base efetivamente trabalhadora. E isso não tem a ver com o perfil dos filiados. Muitas vezes a imprensa fala que grande parte dos filiados ao PT é de classe média. Isto não quer dizer muita coisa. Importa qual é a base eleitoral fundamental do partido. É isso que dá sua personalidade. Os demais partidos reproduzem o tipo de comportamento do período de 1945 a 1964. O PSDB, o PMDB e o DEM, dependendo um pouco da região ou do Estado, ainda não trouxeram a sua mensagem por dificuldade de formulação, o que é natural. São muito mais caracterizados pela capacidade de dizer não do que propriamente por uma proposta específica.

O sistema político na Inglaterra do século XIX era muito corrupto, mas chegou a um ponto em que todos decidiram que não dava mais

Desafios – O que está faltando?

Wanderley – Eu acho que está faltando um bom partido conservador no Brasil, que seja mais criativo, mais inventivo, porque o conservadorismo existe em toda sociedade e está mal representado no Brasil, meio perdido em vários partidos. Certamente, o DEM é um partido conservador, mas que não é aceito pelos conservadores, que não se espelham no DEM. Por isso ele está em um período difícil, de decadência eleitoral. Precisamos de um partido conservador aceito pelos conservadores, para dar um pouco de equilíbrio. Os conservadores estão reativos, e isso não é bom porque acomoda os liberais progressistas, acomoda a esquerda. Qualquer migalhinha é suficiente. Não pode ser assim. Aí, o País vai muito devagar. Precisa haver uma contraparte no mesmo nível, que desafie e seja competitiva, que obrigue a esquerda a melhorar também. Para o político que está no poder, está ótimo, mas não é bom para o País, política e economicamente. O PSDB é um partido de quadros, devia cumprir esse papel, mas também não está fazendo.

Desafios – Como chegamos a esse ponto?

Wanderley – Antes de 1964, uma parcela considerável da nação brasileira – toda a população do campo e grande parte da urbana – não era representada, não era protegida pelo Estado, não usufruía os direitos constitucionais que o estado deveria garantir. Mas todos aqueles da classe média para cima, que o Estado reconhecia como merecedores ou beneficiários do usufruto da Constituição, eram protegidos. A eles eram garantidos os direitos constitucionais de ir e vir, de expressão, os direitos fundamentais, modernos, a proteção social também. E, sobretudo, para aqueles que podiam pagar mais, era diferenciado. Era um Estado que incluía só uma minoria da população, mas garantia universalmente, para essa minoria, todos os direitos constitucionais. Todo filho da classe média podia andar na rua sem problema nenhum. Para a polícia, bastava mostrar que era estudante e estava garantido. Hoje, do ponto de vista formal, dos direitos, houve uma expansão muito grande do Estado, foi absorvido todo o campo, foram universalizados os direitos. Porém, o usufruto real não acompanhou. O Estado brasileiro hoje não tem condições de assegurar os direitos constitucionais para toda a população brasileira, no campo, nas áreas de fronteira, nas grandes cidades.

Desafios – Isto sem contar as demandas de proteção social, saúde, educação...

Wanderley – Nenhum governo atende a 100% das demandas. Políticas públicas

são políticas de *trade off*, de prioridades, de escolha. Eventualmente, para criar leitos de hospitais se é obrigado a deixar de importar ou de produzir aparelhos de hemodiálise. Não se pode ter as duas coisas. É uma escolha trágica. Mais ainda em um país com demandas e carências muito agudas para um grande número de pessoas. Praticamente todo país, à parte os nórdicos, tem carências agudas, mas em uma fração pequena da população. Aqui, são gigantescas em todas as dimensões. Exceto aquele período varguista, e com um preço político muito grande, o século XX foi socialmente muito ruim no Brasil. Não é possível ser um governante bem-sucedido nesse contexto. Não há como atender satisfatoriamente à educação, saúde, saneamento, transporte público de massa. Não há recursos, e mesmo com a abertura para o investimento privado, isso demanda tempo. Investe-se hoje em educação para daqui a dez anos. Em saúde, quanto tempo levou para erradicar a paralisia infantil? A questão é saber como trocar entre prioridades maiores e menores, se é que se pode falar assim.

Desafios – É porque o Estado não cresceu na mesma proporção?

Wanderley – Sim, e é curioso porque ao mesmo tempo se vê no noticiário gente reclamando do crescimento do Estado do ponto de vista do tamanho do gasto, o que é um problema proporcional, porque, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), o gasto diminui. Não veem o fato mais relevante: há deficiências, que o próprio noticiário reclama e enfatiza, porque o Estado é pequeno, é insuficiente para dar conta dos problemas. E há problemas legais e problemas de percepção, de cultura. O noticiário reclama da ineficiência do Estado e em seguida anuncia como se fosse escandaloso um concurso para absorver 50 novos membros para a Polícia Federal, para um país desse tamanho. Polícia, justiça descentralizada e de pequenas causas, tudo isso implica gastos. Se incluir gastos encontra dificuldades, a solução tende a demorar.

Desafios – É também herança de um Estado voltado para a oligarquia?

Wanderley – É difícil superar isso. Temos um Estado hoje com partes absurdamente disformes. O número de ascensoristas, motoristas e vigias no serviço público é excessivo para a quantidade de serviços que o Estado presta. É o tipo de ocupação que oligarquicamente se costuma indicar pessoas, e não só no nível federal. A maior parcela de política clientelista se concentra no nível municipal. O nível federal é pequeno, com um milhão de profissionais de formação escolar elevada e uma distribuição por gêneros bastante equilibrada. É nos níveis estadual e municipal que a política oligárquica ainda está muito presente.

Desafios – Até o PT tem contribuído para sustentar isso?

Wanderley – Todos os partidos só têm contribuído para manter. Mudar isso toma tempo. Mas o próprio processo de evolução material ajuda. Essa coisa clientelista tem sentido em um país em que a oferta de emprego, por parte do mercado, é pequena para o crescimento da população economicamente ativa (PEA). Então, o emprego estatal seria uma forma de redistribuição por parte de quem podia pagar. Era uma espécie de "bolsa emprego". Na medida em que se tem oferta de emprego, isso tende a diminuir. Aí, emprego deixa de ser um recurso político, moeda de troca política. Mas não depende só da vontade do governo. Depende também do amadurecimento da economia, que reduz a

Perfil

Um cientista social independente

Bacharel e licenciado em filosofia, aprovado com distinção no curso de especialização em problemas do desenvolvimento econômico da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), Ph.D. em ciência política pela Stanford University, com pós-doutoramento em antropologia social, o professor titular (aposentado) de teoria política da Universidade Federal do Rio de Janeiro Wanderley Guilherme dos Santos, carioca de 72 anos, é atualmente diretor do Laboratório de Estudos Experimentais (Leex) e pré-reitor de Análise e Prospectiva da Universidade Candido Mendes, no Rio de Janeiro.

No início dos anos 60, fez parte do quadro de pesquisadores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), instituição de vanguarda do pensamento desenvolvimentista na época, que foi extinto pelo golpe militar de 1964, levando muitos dos seus integrantes ao exílio. Desde o ano passado, é membro do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que mantém a TV Brasil, vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, e foi membro do Conselho de Orientação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O professor Wanderley Guilherme dos Santos foi também membro titular da Academia Brasileira de Ciências, comendador da Ordem do Barão do Rio Branco, grão-cruz da Ordem Nacional do Mérito Científico e da Ordem da Cultura Nacional e membro fundador do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj). Em 2005, foi considerado um dos cinco mais importantes cientistas políticos da América Latina pela Universidade Autônoma Nacional do México.

Tem mais de 30 livros publicados, entre eles o premonitório *Quem Dará o Golpe no Brasil*, publicado em 1962 pela Editora Civilização Brasileira nos *Cadernos do Povo Brasileiro; Raízes da Desordem* (Editora Rocco, 1993); *Décadas de Espanto e Uma Apologia Democrática* (Editora Rocco, 1998); *Roteiro Bibliográfico do Pensamento Político-Social Brasileiro – 1870-1965* (Editora UFMG, 2002); *Votos e Partidos Almanaque de Dados Eleitorais: Brasil e Outros Países* (Editora FGV, 2002); *O Cálculo do Conflito – Estabilidade e Crise na Política Brasileira* (Editora UFMG/Iuperj, 2003) – premiado na categoria Ensaio, Crítica e História Literária pela Academia Brasileira de Letras (ABL) em 2004; *Horizonte do Desejo: Instabilidade, Fracasso Coletivo e Inércia Social* (Editora FGV, 2006) – Prêmio Vitor Nunes Leal, da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) em 2006; *O Ex-Leviatã Brasileiro – Do Voto Disperso ao Clientelismo Concentrado* (Editora Civilização Brasileira, 2006); *Governabilidade e Democracia Natural* (Editora FGV, 2007); *O Paradoxo de Rousseau*

necessidade de certas políticas, como é de esperar que, a médio e longo prazo, o Bolsa Família deixe de ser necessário ou fique uma coisa extremamente periférica, talvez com outro nome. Todo país tem sua política de transferência de renda, mas é ali na margem, e não uma coisa substantiva como é hoje no Brasil, em que o Bolsa Família sustenta a economia de muitas cidades.

Desafios – Dá independência econômica a pessoas sem alternativa de emprego...

Wanderley – Hoje, sim. E com isso liberta o cidadão do ponto de vista político também. A urbanização trouxe a decadência do coronelismo, no sentido clássico, dos senhores de terra que tinham o monopólio da compra do trabalho e da oferta de emprego, e resultava na política de cabresto mesmo. A urbanização foi um dos fatores de libertação política das pessoas que saíam do campo para a cidade e ficavam anônimas, ao sabor do mercado. Uma vida complicada, por um lado, mas ao mesmo tempo livre para escolher. Só que isso gerou um problema sério institucional. O Estado tem que ser capaz de assegurar a constitucionalização do país. Se fizer isso, vai ter repercussão no conjunto da economia. Essa é uma das razões do esvaziamento do Rio de Janeiro. É fundamental para um país ter a garantia da lei. Custa caro, mas é um investimento. Temos que fazer um investimento constitucional. Parece perfumaria, mas não é. Quando se fala em incerteza jurídica, isto é um aspecto que tem a ver com o fato de que o País não está constitucionalizado.

Desafios – Avançamos na democracia e deixamos a desejar na eficiência do Estado?

Wanderley – Na participação eleitoral, o avanço é fantástico. Na eficiência do Estado, não tanto, mas eu precisaria estudar isso com mais calma, realmente

não tenho segurança para afirmar. Eu não sei, por exemplo, se um país antigo como a França está em vantagem em relação ao Brasil nesse particular. Até o fato de sermos atrasados facilita. Não há muita legislação a ser substituída. É muito pior ter uma legislação a substituir do que não ter nada e colocar ali alguma coisa. Na França, tudo já está regulado. Já a Espanha seria um bom exemplo de país que se modernizou curiosamente, com a participação de uma instituição conservadora que é a Opus Dei. O problema do Brasil é que os conservadores estão mal. Não estão conseguindo canalizar para um programa positivo um conservadorismo natural que existe em toda sociedade – o temor da mudança, o desejar que as coisas sigam mais devagar... Temos conservadores que, do ponto de vista do discurso, são extremamente moralistas e do ponto de vista da prática é onde está a oligarquia.

Desafios – Como isso emperra o País?

Wanderley – É essa atitude difusa, de veto, que é tipicamente oligárquica, de ser contra. Agora, o DEM começa a ter coragem de falar que é contra impostos, quer acabar com este ou aquele tributo. Mas muitos têm medo de perder votos. Eu acho que não perderiam. O que os faz perder espaço é essa indefinição. Não sabem ser oposição, não sabem que papel cumprir. Podem formar coalizão de centro-conservadora, como já tivemos e podemos voltar a ter. Não é nada demais, isso é da vida democrática. Agora, para os conservadores terem hegemonia do processo, só por golpe. Não têm força para isso hoje.

Desafios – A democracia brasileira está precisando de que tipo de cuidado?

Wanderley – O problema da democracia no Brasil, eu venho insistindo nisso, é de constitucionalização. Do ponto de vista estritamente formal, não há o que fazer. Temos na Constituição a possibilidade da mobilização popular para ter iniciativa de legislação, temos plebiscitos, referendos. Então, a legislação, a ordem legal e jurídica está disponível, mas não é utilizada na sua extensão toda pela população porque não há garantia. Não basta estar lá essa legislação, é preciso ter garantia de que se pode usar. O problema democrático no Brasil é de constitucionalização, e não do manual. E alguém tem que impor limites. Quando não existe árbitro, a competição por recursos e pelo acúmulo de riquezas é violenta. E distribuição de renda está havendo. O problema é que as pessoas só podem usufruir a renda no sentido mais mesquinho, que é comprar um pouco mais de farinha. O resto, não pode. Sair à noite, não pode. Não adianta sobrar um pouquinho de dinheiro. As pessoas ficam em casa, ninguém sai. A televisão é a coisa mais vendida no País hoje. O problema não é de distribuir renda. É poder consumir essa renda, ser livre.

É inaceitável não registrar a candidatura de quem tem ficha; ou deixe o eleitor resolver ou que a Justiça seja mais rápida

Desafios – Como se sai disso?

Wanderley – Não vale a resposta "não sei", não é? Falta uma unanimidade social em relação a alguns problemas, embora exista unanimidade do sentimento de que é necessário fazer alguma coisa. Há muita divergência, discrepância e controvérsia com relação a como fazer. Na segunda metade do século XIX, na Inglaterra, de repente se teve unanimidade da classe política de que se tinha que acabar com a corrupção. Era um sistema muito corrupto, mas chegou a um ponto em que todos decidiram que não dava mais. Houve consenso, e aí a coisa avançou. Está faltando ainda aquiescência em torno de medidas, de uma linha política que eventualmente pode aparecer na campanha à Presidência da República. E então se espera para ver se a população vota nisso ou não. Mas eu acredito que em 2010, isso vai aparecer.

Desafios – Em duas ocasiões de eleição no Brasil o candidato da direita usou isso e venceu...

Wanderley – Isso não caracteriza mais uma posição de direita. A necessidade de se fazer alguma coisa nesse sentido não é mais um discurso exclusivo da direita, de maneira nenhuma. É um discurso da maioria, não é para proteger uma minoria. Isso sempre houve, agora é outra coisa. É a Constituição que está sendo atacada, violentada, desmoralizada na prática. Tem que haver uma defesa da Constituição. A corrupção é uma questão central, e do fim da ditadura para cá piorou em vários aspectos. Por outro lado, melhoramos por obra da imprensa, da liberdade existente, e por obra de governos, porque há a denúncia, há a legislação e um movimento de limpeza do Estado. Quase todo dia se tem notícia de um prefeito que foi cassado, de impedimento de políticos. Então, está acontecendo, só tem que avançar mais rápido.

Desafios – Mas não tem avançado no Parlamento...

Wanderley – Não. Na própria sociedade, o ilícito é generalizado. É inacreditável o apetite do ganho extra, sem limites. Muitas vezes é um vidro de remédio que vem pela metade... Então, é um longo caminho, mas seguramente avançar a democracia no Brasil é garantir a igual-

dade da oportunidade de usufruir dos direitos constitucionais. Tem que haver isso. Várias deficiências colaboram para essa dificuldade. É o sistema político naquilo que se refere às pessoas que estão lá, mas não é o sistema eleitoral, não é a forma presidencialista. A população vem demonstrando capacidade de punir os representantes que não se comportam bem ou que ela considere insatisfatórios. O eleitorado brasileiro pune bastante, derrota os que se recandidatam a uma taxa bastante elevada, em torno de 40%. O eleitorado está funcionando.

Desafios – E por que é tão lento o aprendizado dos políticos?

Wanderley – Essa geração que está aí, grande parte dela, se formou no período da ditadura, não tem experiência, está aprendendo agora. Antigamente, se começava a aprender política no diretório estudantil. Aprendia-se a tolerância, a falar a verdade. É a mesma coisa que aconteceu com a geração do Estado Novo. Tivemos pessoas espertas, mas sem capacidade de estadista, como Carlos Lacerda, Jânio Quadros e Adhemar de Barros, que se formaram politicamente e amadureceram no período ditatorial e não aprenderam a fazer política. Muito espertos, mas sem a capacidade de estadista. Esta geração agora é muito fraca politicamente. Não se vê um discurso no parlamento que dê uma contribuição, seja crítica ou não, não importa. A qualidade atual da representação é deficiente, mas há razões históricas para isso, o pessoal foi formado em um período muito ruim.

Desafios – E a Justiça eleitoral?

Wanderley – A Justiça eleitoral deveria ser pensada separadamente do resto do sistema judiciário, que tem o obstáculo da lei, tem que substituir uma lei antiga por outra. Substituir leis demora mais. A Justiça eleitoral é mais livre. E aí há um problema sério que é a Justiça eleitoral se impressionar excessivamente com a qualidade da representação no momento, e há razões, e fazer um diagnóstico equivocado disso, propor medidas inaceitáveis em uma democracia como esta de não registrar a candidatura de quem tivesse ficha. O Tribunal só tem que aplicar a lei, e a lei diz que não tem nada a ver. Eu também não gosto disso, mas gosto menos ainda que a Justiça eleitoral diga quem pode ser ou não ser candidato porque tem a ficha assim ou assado.

Desafios – É melhor deixar para o eleitor resolver?

Wanderley – Ou deixe o eleitor resolver ou que a Justiça seja mais rápida. Se não, faz o eleitor pagar a consequência de uma coisa feita pelo Judiciário. É verdade que há quem se candidate porque há um processo contra ele e se ele for eleito, escapa. Mas é só porque a Justiça demora. O eleitor não pode pagar por isso. A Justiça que não demore tanto. A Justiça eleitoral tem que ir com muita calma, porque essa insatisfação com uma série de problemas que toda eleição tem é razoável, mas a Justiça não tem mandato para criar lei, por melhores que sejam as suas intenções. A Justiça eleitoral não é a pior face do sistema judiciário brasileiro porque tem funcionado bem, tem cassado mandatos de prefeitos por aí afora. O problema é o resto de todo o sistema judiciário, que está tentando se modernizar, mas a coisa é emperrada. O problema não é da Justiça eleitoral, mas do resto. A lerdeza da Justiça favorece o aparecimento de situações desconfortáveis. Mas não se pode barrar quem está sendo processado e não é julgado.

Os conservadores estão reativos, e isso não é bom porque acomoda os liberais progressistas e a esquerda

Desafios – Apesar disso, a democracia brasileira já está consolidada?

Wanderley – Nós já temos um número de eleições superior ao período de 1945 a 1964, temos vivido desde a redemocratização um período de liberdade que não se teve nem no período de Juscelino Kubitschek, que foram os anos mais livres. Se formos comparar os "Bric" (iniciais de Brasil, Rússia, Índia e China), nós não temos problemas como a Índia, que tem mais miséria e ainda é um país majoritariamente rural, com 65% a 70% da população no campo, tem problema de castas, de confusão institucional. A Índia tem mais de 120 partidos estaduais, o que faz o andar indiano ser muito mais lento do que o andar brasileiro. Não temos os problemas que tem a Rússia, onde a corrupção é quase uma política de estado. Na China, uma parte razoavelmente grande das empresas é de membros do Partido Comunista que se utilizam dessa condição para facilitar seus negócios. Isso é um problema sério, reconhecido pelas autoridades chinesas. Nesse particular, nós temos vantagem. Além de ler sobre a China, comecei a

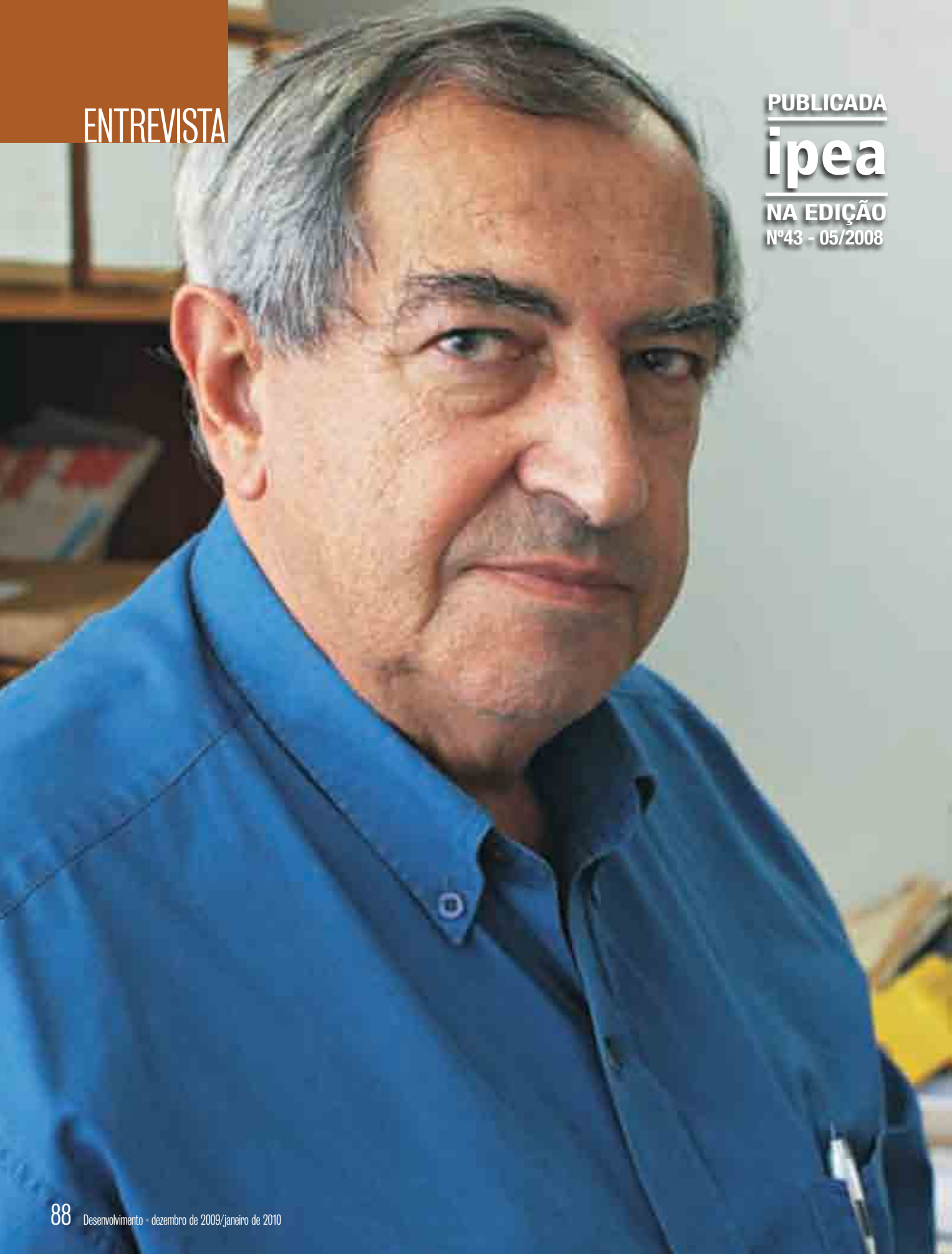
ler sobre a Índia. É impressionante que, no noticiário internacional, só a Índia "boa" aparece, a Índia dos nichos tecnológicos, e porque tem bomba atômica. Os outros três "Bric" têm a bomba...

Desafios – O Brasil perde pontos pela falta da bomba e de um projeto econômico?

Wanderley – Não acho que o País deva investir na bomba atômica, mas não devia ter assinado o tratado de não-proliferação de armas nucleares, não deveria ter se comprometido que não vai usar. Ninguém está querendo fazer bomba atômica coisíssima nenhuma, mas já temos problema para lançar satélites, desnecessariamente. Acho que foi um erro político. De novo, tem aquela coisa: se não tivesse lei, seria mais fácil. Quanto ao projeto econômico, não sei se eles têm algum, exceto o de crescer. Pelo que tenho lido, a China tateia o tempo todo, com a vantagem de ter um partido autoritário. Então, ela pode administrar com muito mais rapidez para se adaptar. Um dos principais economistas chineses publicou um livro recentemente em inglês e eu li. É inacreditável. Os heróis dele são Samuel Huttington e Milton Friedman, que ele cita com aprovação. Nós temos problemas de fazer as coisas dentro do sistema democrático, com um insumo de tempo muito maior. Mesmo a Índia, que é democrática, tem uma centralização administrativa muito grande. Comparando os limites institucionais de políticas públicas dentro de uma democracia, estamos indo bem.

Desafios – E as nossas desvantagens?

Wanderley – Eu insisto: precisamos de um partido conservador, bom, moderno, porque isso faria inclusive com que a esquerda também progredisse. Está fácil para a esquerda no Brasil, porque era um país tão atrasado, são tão elementares as carências, que uma política como o Bolsa Família é uma coisa extraordinária. Em qualquer democracia se faz uma política positiva e os beneficiados votam. Aqui não vai ser diferente. Aí, em vez de ter conservadores que fazem propostas mais avançadas, ainda que conservadoras, conciliando a redução de impostos com redistribuição de renda, temos os conservadores contra o Bolsa Família. Como é que pode? Não se pode ser contra o Bolsa Família, mas se pode ser contra as condições que fazem do Bolsa Família um recurso eleitoral. Temos que ser contra o valor eleitoral, porque as condições são muito elementares. Permitem que o Bolsa Família seja uma política social de alta envergadura, só porque o País é muito miserável, tem uma população pobre muito extensa. Se não, não valeria. Então, proponham alguma coisa melhor do que o Bolsa Família. Eu gostaria de ser oposição.



PUBLICADA
ipea
NA EDIÇÃO
Nº43 - 05/2008

Wilson Cano

É absolutamente prioritário redistribuir a renda

"O vetor central de um projeto de desenvolvimento tem que ser a justiça social, a melhoria das condições fundamentais do povo, como nutrição, saneamento e educação, e um aporte material através de uma política específica de habitação e saneamento, que aumenta o emprego e não gasta divisas."

Por **Jorge Luiz de Souza** - de Campinas

Perfil

Um estudioso da questão regional

O economista Wilson Cano, 70 anos, foi professor titular do Departamento de Política e História Econômica do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde ensina desenvolvimento econômico em nível de pós-graduação. Membro vitalício do conselho curador da Fundação Economia de Campinas (Fecamp), consultor da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e membro do Conselho de Orientação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**).

Sua carreira acadêmica inclui graduação em ciências econômicas pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo (em 1962), com o doutorado em ciências pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (em 1975). Foi aprovado, na Unicamp, nos concursos para livre docente (em 1981), professor adjunto (em 1984) e professor titular (em 1986). Foi diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp no período de 1982 a 1986. Dedicou-se também, de 1966 a 1980, à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), ministrando cursos no Brasil e em outros países.

Desde a década de 1960, estuda a questão regional brasileira. Sua tese de doutorado foi intitulada *Raízes da concentração industrial no Brasil*, sobre o período 1850-1929, e sua tese de livre docência teve por eixo a integração do mercado nacional e as relações interregionais. Tornou-se referência para estudantes tanto no Brasil quanto no exterior por seus estudos sobre estruturalismo e desenvolvimento do Brasil e da América Latina.

Tem 12 livros publicados (quatro em coautoria), entre os quais se destacam *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970, A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo -1920-1980, Introdução a Economia: uma abordagem crítica, Ensaios sobre a formação geoeconômica regional do Brasil, A Região Metropolitana de Campinas, Economia Paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005, e Concentração e Desconcentração Produtiva no Brasil 1970 e 2005*, além de dezenas de capítulos em outros livros.

Ganhou o Prêmio Jabuti de 2007 como autor do verbete sobre economia latino-americana inserido no livro *Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe* e de um capítulo do livro *Celso Furtado e o século XXI*. Em 2008, ganhou do CNPq o Prêmio Pesquisador Emérito.

Desafios – Como o Brasil poderá passar do subdesenvolvimento para o desenvolvimento?

Cano – A saída do subdesenvolvimento é uma coisa praticamente impossível, dado que o subdesenvolvimento não é uma etapa do desenvolvimento, mas sim um processo criado pelo próprio desenvolvimento capitalista, em áreas que eram já povoadas, porém tinham relações pré-capitalistas. Celso Furtado mostra que foram muito raros os países que, além daqueles que se desenvolveram no âmbito da Revolução Industrial, trilharam o caminho do desenvolvimento: a antiga União Soviética, que resolveu o problema com a coletivização dos meios de produção; a China, que, antes desse crescimento recente, conseguiu sustentar as necessidades básicas de 1 bilhão de pessoas; a Índia, que também tem 1 bilhão; e a Coreia do Sul, pela razão de ter sido um dos poucos "países convidados" pela potência hegemônica, os Estados Unidos, a ingressar no mercado internacional. Há muito poucos convidados. Depois da revolução da China, a Coreia do Sul foi tratada para servir de vitrine. O resto ficou no subdesenvolvimento. Furtado tinha o cuidado de chamar de subdesenvolvido de grau inferior e superior, e nós até que éramos os de maior grau, porque tínhamos montado um parque industrial de porte expressivo e bastante diversificado – era o oitavo parque industrial do mundo capitalista.

Desafios – O que nos mantém subdesenvolvidos?

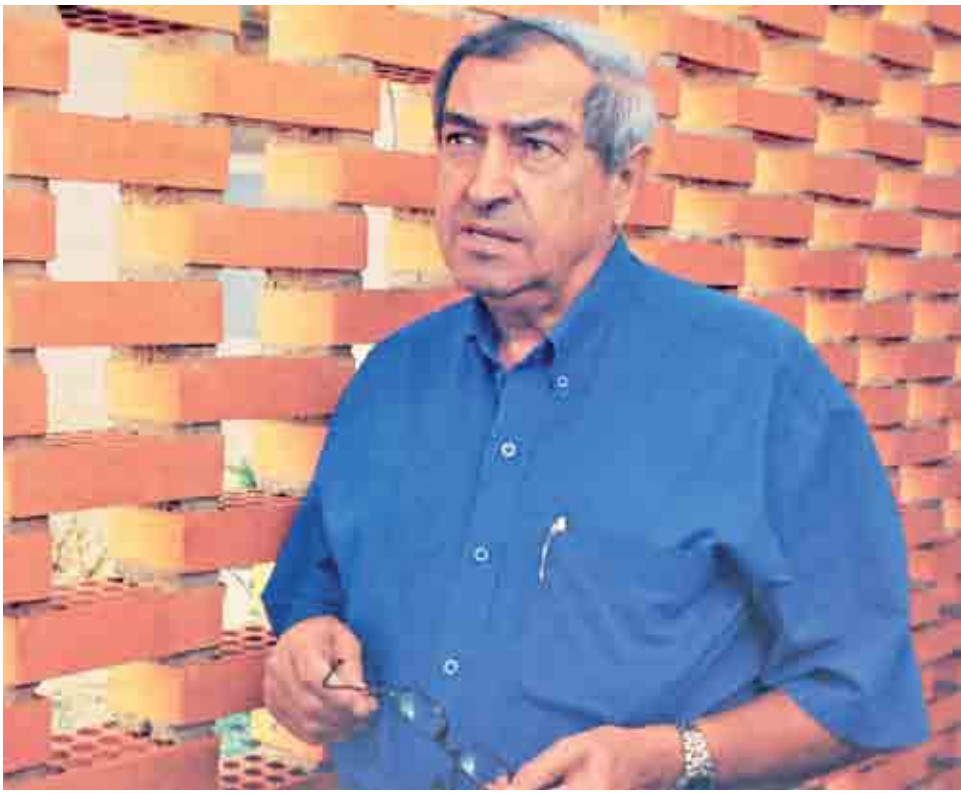
Cano – No nosso percurso histórico, tivemos também os nossos *golden years*, os "anos de ouro", que grosso modo se pode demarcar de 1930 a 1980, tendo pelo meio uma ou outra crise, como o suicídio de Vargas, em 1953, ou em 1962 e 1967. Fora isso, foi uma taxa de crescimento fenomenal, uma das mais altas do mundo. O País se industrializou, diversificou a estrutura produtiva e principalmente se urbanizou. Em 1920, 80% da população vivia no mato e só 20% nas cidades. Ao final dos anos 1980 se tinha exatamente o contrário, com 80% nas cidades e 20% no mato. Urbanizamos este País em uma velocidade ciclópica. Daí, não adianta imputar tudo ao desgoverno, à falta de planejamento, à incúria, à incompetência, à corrupção. Por melhores que pudessem ter sido os nossos governos, no que tange à urbanização, teríamos sofrido esse impacto. A urbanização aflora muita coisa boa, mas aflora também muita coisa ruim, como as deficiências de saneamento, de saúde pública, de escolas, de transporte coletivo, de habitação, e sua sequela – a doença pública que é a insegurança. Mas é claro que muito mais coisas boas poderiam ter sido feitas por nossos governos, notadamente os do regime militar, em termos sociais.

Por melhores que pudessem ter sido nossos governos, teríamos sofrido o impacto da rápida urbanização, que aflora muita coisa boa e muita coisa ruim

Desafios – Urbanização rápida foi o maior obstáculo?

Cano – Fora a questão do endividamento, sim. Não estou com isso querendo livrar os governantes da época, porque houve realmente muito descaso, principalmente no regime militar, para com as questões sociais. Nos anos 1980, entramos em um verdadeiro pesadelo – crise da dívida, crescimento pífio, endividamento crescente, balanço de pagamentos explodindo, inflação crônica. E, a partir de 1990, mergulhamos no oceano da econo-

mia neoliberal, iniciada com Fernando Collor, ampliada com Itamar Franco, aprofundada com Fernando Henrique Cardoso e em grande medida mantida pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva, no que diz respeito, principalmente, às políticas macroeconômicas. Não são governos idênticos, são semelhantes no que tange a isto, mas são responsáveis por manter uma política macroeconômica de corte neoliberal, que foi e continua sendo cruel para o Brasil. Após uma "década perdida", o País chegou ao final dos anos 1980 debilitado, enfraquecido, desmantelado. Aconteceu com as finanças públicas, o aparelho do Estado e as empresas públicas, que, para combater a inflação, foram obrigadas a aceitar preços insuficientes, o que comprometeu seus investimentos. Era como o sujeito subnutrido que pega uma gripe. Está lascado.



Desafios – Isto não está mudando agora?

Cano – Graças a Deus, parece que agora tem mais gente enxergando a nulidade dessas políticas. Na crise dos anos 1980, inicia-se o desmantelamento do Estado nacional, o Ministério do Planejamento se converteu em uma repartição pública que elabora o orçamento e algumas normas de gestão. O próprio Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**), que era um centro pensante, de certa forma se burocratizou, se individualizou em termos de produção de pesquisas. Antes, fossem planos de desenvolvimento ou programas setoriais, produzia as coisas coletivamente, e muito boas. Não estou querendo dizer que o nível de qualidade baixou, estou dizendo que se individualizou o trabalho, recortou, atomizou os esforços do **Ipea**. Tomara que agora eles possam ser, de alguma forma, ressuscitados, recriados, revitalizados. É preciso ter visões particularizadas, porque também são fundamentais, mas tem de haver a visão global, senão não se move o País.

Desafios – Os anos 1990 também se perderam?

Cano – Os anos 1990 foram um desastre. O fato objetivo é que as privatizações não resolveram a questão de dívida, pelo contrário. Os preços públicos não baixaram, pelo contrário, subiram de 1994 para cá, e o Estado perdeu segmentos e empresas da maior relevância para praticar a política nacional de desenvolvimento econômico e para executar parte de uma política regional de desenvolvimento. Por exemplo, a Vale do Rio Doce era uma empresa absolutamente estratégica nesses dois sentidos. Hoje, o governo não pode dizer para a Vale que faça isso ou faça aquilo porque ela é privada. Então, se perdeu um elemento. Ainda bem que a Petrobras foi salva da privatização. Imagine, nessa crise de petróleo agora, se nós também tivéssemos privatizado a Petrobras. Mas se aprofundou o desmantelamento do Estado nacional. Às vezes, temos vários ministérios fazendo exatamente a mesma coisa, propondo políticas parecidas, só que um vem para cá e outro vai para lá.

Desafios – Onde estão hoje os objetivos nacionais?

Cano – Ninguém sabe. As coisas são difusas, como "aceleração de crescimento". Enfim, não se tem uma coordenação nacional de objetivos e não se sabe o que se quer, concretamente. Pode-se ter ótimos estudos setoriais, sobre produtividade, disto ou daquilo, mas não se tem nenhuma coesão, nenhuma costura com o todo nacional. Sem pensar no contexto nacional, é impossível fazer política setorial, política regional ou política temática eficiente e séria. Seja uma política para o setor siderúrgico, seja para o Nordeste brasileiro, seja uma política temática de distribuição de renda, é preciso haver coesão nacional de ideias. Temos de regionalizar as decisões nacionais com sabedoria e responsabilidade, e não da forma como é feita

agora: abre-se a fronteira de produção e subsidia-se a infraestrutura com gasto público, além do estímulo real ao desmatamento. A política regional foi simplesmente substituída ou pela expansão da fronteira agrícola e mineral – o que não tem nada a ver com decisões de política regional ou nacional porque isso é demanda internacional – ou pela guerra fiscal, que cresceu escandalosamente. Então, se desconcentraram de São Paulo mais de 40% do setor automotriz e 70% do setor eletrônico, mas foi por guerra fiscal e não por uma política eficiente.

Desafios – Conter a inflação é o objetivo nacional?

Cano – Nós passamos 20 anos cantando essa modinha. Agora, voltou, só que de forma diferente. Antes, nossa inflação era de 40% ao mês e agora é de 40% à década. E está todo mundo assustado, em polvorosa, por causa dessa ameaça de inflação. Por aí se vê como a coisa está estilhaçada. O Banco Central toma determinada decisão, o Ministério da Fazenda não gosta, mas pode menos do que o Banco Central. O Ministério do Desenvolvimento chora porque queria ver o seu projeto de desenvolvimento industrial ser implementado, mas não pode fazer nada. Os exportadores gostariam de ganhar mais dinheiro se pudessem exportar a um câmbio melhor, mas o Banco Central fixa uma política de juros e de câmbio contrária. Se existe alguma coordenação, algum controle de ordem maior, é o Banco Central, no sentido de tentar desesperadamente impedir que a inflação ressurja ou atinja determinados patamares.

Desafios – O que sucedeu?

Cano – Nós vivemos de 1989 a 2002, ou 2003, um período perverso de liquidação das instituições, de crescente promiscuidade política. O presidente Lula até foi modesto quando disse aquela célebre frase de que o Congresso tinha "350 picaretas". Acho que ele errou a conta. Não sou defensor do PT, mas já pertenci ao partido e fui membro militante durante vários anos. Agora, vi o depoimento da ministra Dilma Rousseff no Congresso e um senador da República tenta passar um pito nela porque ela mentiu durante o momento em que foi torturada. Como é que um sujeito desses pode ser senador da República, líder de um partido? Então, até 2002 ou 2003 nós tivemos a deterioração profunda do aparelho do Estado nacional e das finanças públicas. Com esse montante pesado de juros sobre a dívida pública, os municípios, os estados e o governo federal estão estrangulados. O que sobra do orçamento? Nada. O peso da folha de pagamento do serviço público federal, de 1990 para hoje, está reduzido praticamente à metade em termos de seu valor relativo. Se não tivesse feito isso, não se poderiam pagar os juros aos detentores dos títulos da dívida pública. Então, a deterioração se aprofundou, e isto está nos conformes da situação internacional.

Desafios – O que isso significa?

Cano – É justamente o predomínio do capital financeiro. Dentro de cada país, a eliminação ou a contenção de todo dispositivo regulacionista que possa colocar algum obstáculo no caminho da livre movimentação dos fluxos internacionais de capitais. Esta é a questão central. Essa política de fazer superávit fiscal de mais de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) para baixar o peso da dívida pública é uma política de enxugar gelo. Enquanto o peso da dívida externa caiu, o da interna subiu. Com relação ao PIB,

hoje é maior do que dez anos atrás. É um saco sem fundo. Por melhores que pudessem ter sido nossos governos, teríamos sofrido o impacto da rápida urbanização, que aflora muita coisa boa e muita coisa ruim.

Desafios – O que mudou na situação internacional?

Cano – De 2002 para hoje ocorreram fatores extremamente importantes: o prenúncio da crise americana e, de certa forma, a diminuição do peso dos Estados Unidos, a sua aliança com a China. Não vamos aqui desmerecer a China. Ela cresceu não apenas porque os Estados Unidos quiseram, mas porque tem um projeto nacional de desenvolvimento, assim como a Índia tem. E o primeiro ministro Vladimir Putin resolveu reerguer a Rússia. Os três formularam políticas nacionais de desenvolvimento e estão lutando por elas, cada um à sua maneira, com as suas forças e suas estratégias possíveis. Não por coincidência, a China e a Índia não tomaram o remédio recomendado pelo Consenso de Washington, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial. Fizeram apenas algumas, mas, na essência, não abriram mão do controle da conta de capital do balanço de pagamentos. Na hora em que se abre mão disso e se passa a operar realmente com câmbio flutuante, vive-se ao sabor das decisões dos fluxos internacionais de capitais, e não das suas. Com essa economia desregulada, o país fica refém das próprias taxas de juros e refém do capital internacional, para manter um câmbio baixo e com isso represar a inflação. É nisso que se converteu a política macroeconômica. Na verdade, não há metas de desenvolvimento, de crescimento ou de melhoria das condições gerais da população. Há metas de inflação. E todo o restante da política macroeconômica é convertido para garantir a execução das metas de inflação.

Desafios – O País perdeu a clareza de objetivos?

Cano – Nós tínhamos objetivos claros e definidos de crescimento e expansão. Onde é que nós erramos? Com os militares, principalmente, o País descuidou por completo da questão social e acumulou problemas – má educação, analfabetismo, saúde pública, mortalidade infantil, doenças regionalizadas, que até recrudesceram recentemente, como a tuberculose no Rio de Janeiro. Nós crescemos materialmente, mas houve um descuido na ordem social, sim. A deterioração do ensino não é fácil consertar, principalmente quando se passam 20 ou 30 anos em processo de deterioração. O ensino fundamental no Brasil é uma fraude, em grande medida, porque a criança tira o diploma e não sabe ler, não sabe escrever, não sabe multiplicar. Dizem que a escola é ruim porque tem problemas de infraestrutura, não tem computadores e o coitado do professor ganha pouco. São problemas que devem ser enfrentados conjuntamente, porque não adianta nada pagar um salário melhorzinho para o professor e não resolver o problema na casa da criança. E temos que resolver também a questão de segurança, porque se equipa a escolinha e no fim de semana os bandidos vão lá e roubam todos os computadores. Esses círculos viciosos dificilmente são rompidos porque se desmantelou o Estado nacional.

"O Bolsa Família é muito bom e custa uma insignificância, mas, cuidado, porque é um programa de caridade, não resolve problemas estruturais"

Desafios – O que é preciso para sair disso?

Cano – O Brasil precisa formular um projeto nacional de desenvolvimento econômico. Não basta dizer que temos vontade de crescer 4% ao ano, ou 5%, 6% ou 7%. Claro que sempre acaba se fixando um número, uma taxa de crescimento, que no nosso caso tem de ser alta, necessariamente. O Brasil precisa de taxas altas para ver se, por diferenciais de taxas, ele se aproxima um pouco mais "do céu", mas porque nós ainda temos um crescimento demográfico elevado e uma taxa de urbanização muito maior. Temos que resolver dois problemas cruciais de emprego: daqueles que estão desempregados e procurando emprego, e daqueles que estão no desemprego oculto. São dezenas de milhões de pessoas. Isto só se resolve com uma política de elevado crescimento e distribuição de renda.

Desafios – A prioridade deve ser crescer ou redistribuir a renda?

Cano – O projeto nacional de desenvolvimento econômico tem de considerar a possibilidade de crescimento elevado, mas se centrar na justiça social. É absolutamente prioritário no País redistribuir a renda. Um dos vetores do projeto de crescimento deveria se orientar pela expansão do mercado interno. Há inúmeros setores de atividade que se podem movimentar nesse sentido, e vou dar dois exemplos: habitação e saneamento básico. São altamente empregadores de mão de obra e movem todos os setores da economia. Construir casas e fazer obras públicas mexe com todos os segmentos industriais, tem forte impacto na oferta industrial.

E só isso não basta. Temos de priorizar setores que minimizem o gasto cambial. Há inúmeros setores em que se podem implementar investimentos de monta sem gastar dólares. A construção civil é um exemplo por excelência. Mas tem uma série de outros: a reforma agrária e a agricultura familiar são áreas em que se podem desenvolver políticas de crescimento não consumidoras de dólares.

Desafios – Não há uma folga cambial atualmente?

Cano – Estamos vivendo uma euforia cambial, com reservas de US$ 200 bilhões, mas é preciso olhar com cuidado. Uma quantidade de dinheiro muito alta está em especulação financeira, mais de US$ 100 bilhões, um capital que pode se mover muito rapidamente. Nós vamos passar por um teste este ano, porque o superávit comercial já declinou, está bem menor do que um ano atrás, e o saldo de transações correntes voltou a ser fortemente deficitário. Esse é um consumidor voraz de divisas. Esse cuidado significa, de um lado, priorizar setores cuja demanda cambial é baixa. Em segundo lugar, efetivamente fazer uma política de controle do sistema cambial brasileiro, de entrada e saída de fluxos internacionais. E para fazer isso temos de romper com as diretrizes neoliberais e desenvolver segmentos voltados para o mercado interno, como saneamento, habitação e bens de consumo. Temos também de priorizar determinados setores de exportação, o que eu acho muito difícil, principalmente com um câmbio desses e com esses juros suicidas que nós temos.

Desafios – E com relação à agricultura familiar?

Cano – Temos de enfrentar a reforma agrária com seriedade, e não do jeito que está sendo levado. Esse invade aqui, invade ali mostra claramente uma atitude débil perante a questão agrária brasileira, que é uma questão crucial. Cada metro quadrado que se expande na fronteira agrícola, ao colocar culturas modernas, mecanizadas, ou pecuária, como tem ocorrido nos últimos dez anos, expulsa gente de lá, é inevitável. Todo processo histórico de desenvolvimento do campo no mundo se faz com tecnologia, mas criando um mundo urbano suficiente para amparar essa gente com empregos decentes. Aqui, não. Comparando o Censo de 1991 e o de 2000, a última pesquisa que eu fiz, o emprego que mais cresceu no País foi o de trabalhadores por conta própria. Grande parte é de emprego informal, emprego precário, emprego doméstico, camelotagem, etc. O segundo que mais cresceu foram os empregados domésticos. Um verdadeiro absurdo. Nosso emprego doméstico tem aumentado em participação da População Economicamente Ativa (PEA), quando era para estar caindo. No Censo de 2000, era algo em torno de 10% da PEA total. Isto em um país desenvolvido é um escândalo, eles não têm nem mesmo 1% da PEA trabalhando como empregado doméstico.

Desafios – Isto pelo menos não alivia um pouco o problema?

Cano – Na verdade, são válvulas de escape, são vetores de contenção social. O sujeito arranja um emprego doméstico, come lá e resolve o problema. Ganha salário mínimo, enfim, ganha qualquer coisa, mora na periferia da cidade. São vetores de contenção social, quando se podiam estar fazendo muitas coisas. O Bolsa Família é ruim? Não, é muito bom, dá comida e um pouco de bem-estar para miseráveis, mas, cuidado, porque é um programa de caridade, não resolve problemas estruturais. Mas é barato – equivale, anualmente, a menos de dois meses de juros da dívida pública, uma insignificância, e atende a 40 milhões de brasileiros.

Desafios – Então, por que "cuidado"?

Cano – Fala-se assim: "vamos estudar as portas de saída" para o Bolsa Família. Porta de saída para pobre significa emprego. Se o sujeito arranjar coisa melhor, é lógico que ele vai trabalhar, para ganhar mais, ele não é idiota. Então, ou se cria emprego ou não tem emprego. E nosso problema não é apenas elevar rapidinho a taxa de crescimento de emprego, nós temos é um problema estrutural, um desemprego aberto já considerável e um desemprego oculto – os infelizes que ainda estão no campo ou os que estão nas cidades e viraram camelôs ou empregados domésticos.

Desafios – Estamos longe desse seu projeto de desenvolvimento?

Cano – Eu acho que o vetor central dele tem de ser o atendimento da justiça social, a melhoria das condições fundamentais do povo – nutrição, saneamento, educação e um aporte material. E o aporte material vem como? Através de uma política específica de habitação e saneamento, que resolve uma parte crucial, e com o aumento de emprego que se tem com isso. O cerne da proposta é centrar esforço onde o emprego seja intenso e os gastos líquidos de divisas sejam os menores possíveis, para justamente sobrar divisas para se gastar onde é necessário, como em tecnologia. Mas, ao contrário, nós estamos batendo em uma velha tecla. O governo Juscelino Kubitschek foi com o automóvel, os militares foram com o automóvel e agora o setor automobilístico é um dos grandes contemplados neste pacote de incentivos. É um escândalo comprar um automóvel em 84 pagamentos mensais. Ele não dura nem metade disso. Por que se permite a venda de automóveis em

84 meses? Isto tem um efeito pior do que o da taxa de juros. Mas nisso não se toca porque é uma reivindicação do segmento automotriz sediado no Brasil.

Desafios – Como o País pode ficar livre de uma crise cambial?

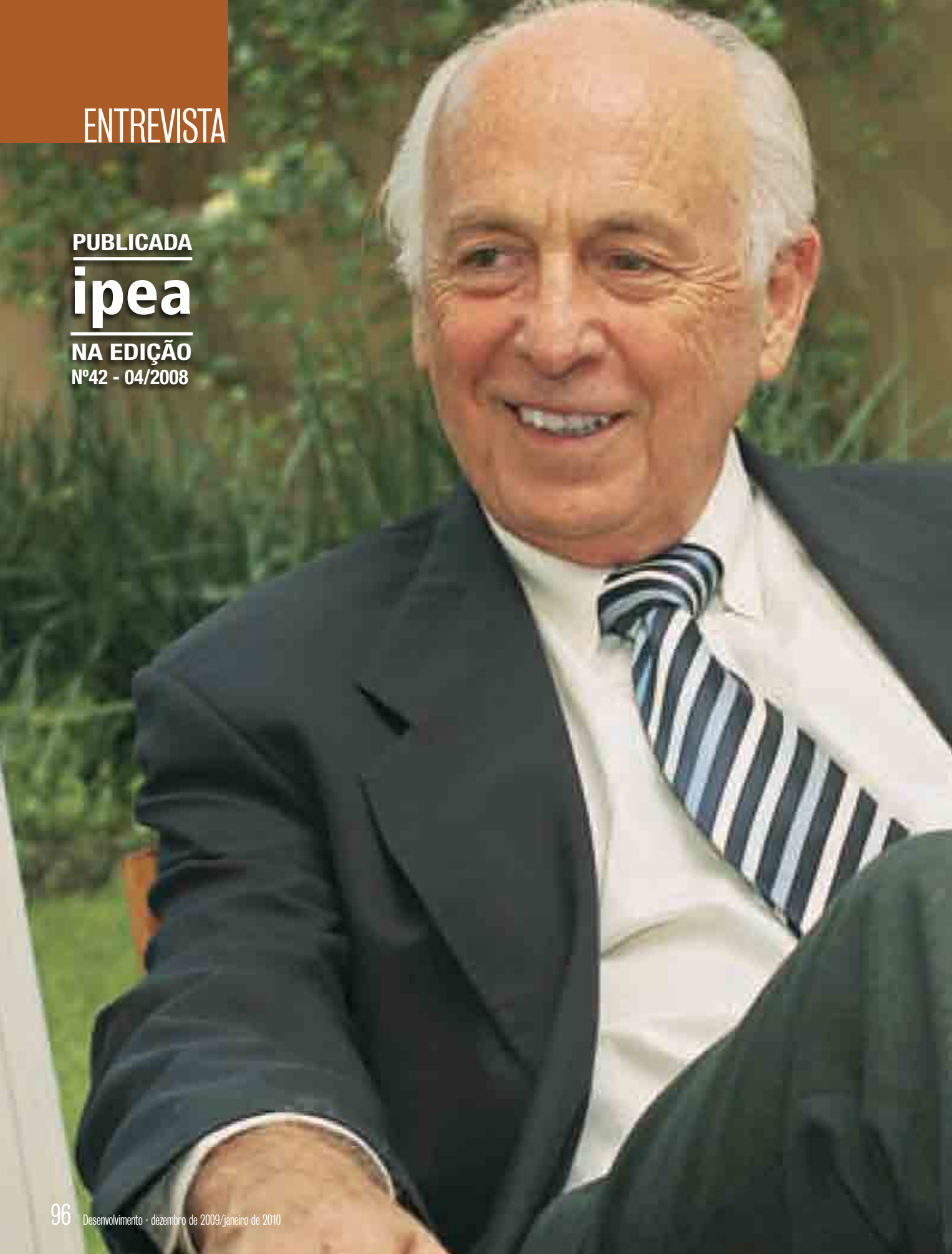
Cano – Não fica livre nunca pela seguinte razão: nós somos um país subdesenvolvido, que carrega nas costas, como pecado original, justamente o balanço de pagamentos com déficits estruturais. Como sanar o déficit? Com empréstimos e financiamentos, mas cobram juros e um dia se tem de pagar. Ou com investimento direto, que não se precisa pagar, mas se passa a remeter lucros. Com este dólar vagabundo de R$ 1,66, o aumento das remessas de lucros foi colossal, porque a mesma quantidade de reais dá quase o dobro de dólares. Então, é preciso tomar tino nisso, não fazer políticas horizontais, abrindo para todos, esperando que isto tenha resultado, mas, pelo contrário, temos de selecionar setores e, mais do que isso, selecionar empresas conforme seu tamanho. Nunca ficaremos livres de uma crise cambial porque somos um país subdesenvolvido, que carrega como pecado original o balanço de pagamentos com déficits estruturais.

Desafios – No governo e nas universidades há estudos nesse sentido?

Cano – Não sei. Aparentemente, no governo não tem. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) abriu linhas para pequenas e médias empresas e espera que elas respondam a esses estímulos, e abriu para *software*, um segmento, em geral, com empresas de tamanho modesto. Isto é bom, mas não há políticas específicas. O **Ipea** poderia começar a produzir uma proposta nacional de desenvolvimento econômico. Ele tem condições de fazer estimativas de fatores positivos e negativos, de gastos de divisas e investimentos, em um esforço coletivo. Nas universidades, pode-se apenas conceber individualmente. Eu tenho a minha ideia, outro colega também pode ter uma ideia, parecida ou não, mas isto aqui exige uma equipe grande. Nós criticamos os militares porque eles desdenharam a distribuição de renda, a reforma agrária, o desemprego e o salário. E vamos repetir isto agora? Está todo mundo embevecido pela expansão dos últimos anos. Ora, é o efeito China. A demanda da China por qualquer coisa, seja alimento ou matéria-prima, equivale a um quarto da demanda mundial.

Desafios – Qual é o perigo disso?

Cano – A China, habilmente, construiu uma articulação com a Ásia, outra com a Europa e os Estados Unidos, e uma terceira com os subdesenvolvidos. Aqui, ela vende bugigangas e compra o que mais precisa, que são alimentos e matérias- primas. Para os desenvolvidos, ela vende não só bugigangas e compra tecnologia – máquinas, equipamentos, etc. E a organização que ela montou com a Ásia é espetacular, significa alargamento do mercado para os vizinhos. Japão e Coreia do Sul passaram a produzir dentro da China, senão suas empresas quebrariam. Os países da Ásia detêm entre si 60% do comércio mundial deles, enquanto o Mercosul, nos anos de glória, atingiu 20% do comércio mundial de seus países-membros, ficando com 80%, portanto, dependente das demandas do resto do mundo. Sonhar que este quadro aqui vai continuar eternamente é brincar em serviço. A China, inclusive, não está quieta. Já tem mais de 100 mil chineses na África, desenvolvendo soja, petróleo, metalurgia, mineração, porque sabem que precisam alargar os mercados internacionais. E nós aqui jogando as fichas na galinha, no boi e na soja. E agora no álcool, como se isso fosse realmente resolver problemas cruciais. O Brasil fica um pouco no fácil, eu acho.



PUBLICADA
ipea
NA EDIÇÃO
Nº42 - 04/2008

Luiz Carlos Bresser Pereira

O câmbio, o mercado... é um desastre

"Ninguém cresce com poupança externa, e a tentativa de crescer assim foi prejudicial ao País. Poupança externa quer dizer déficit em conta corrente. Mesmo que não leve a crise do balanço de pagamentos, ela provoca uma apreciação da taxa de câmbio."

Por **Jorge Luiz de Souza** - de São Paulo

Perfil

Um especialista em desenvolvimento

Luiz Carlos Bresser Pereira, 73 anos, é economista, cientista social e professor emérito da Fundação Getulio Vargas (FGV) de São Paulo, onde ensina desde 1959, e professor regular da Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales, na Franca, desde 2003. Edita a *Revista de Economia Política* de sde 1981, e assina coluna quinzenal no diário *Folha de S. Paulo*. Foi professor de pós-graduação em desenvolvimento econômico na Universidade de Paris I e de teoria política na Universidade de São Paulo (USP), e foi visitante associado da Universidade de Oxford. Graduado em direito pela USP, com mestrado em administração de empresas pela Michigan State University e doutorado em economia pela USP.

Em 1987, no governo José Sarney, foi ministro da Fazenda. Antes, fez carreira no setor privado e foi diretor administrativo do Grupo Pão de Açúcar, do qual hoje é membro do Conselho Consultivo. Opositor do regime militar e ligado inicialmente ao PMDB, assumiu, em 1983, a presidência do Banespa e depois foi secretário de governo e secretário de Ciência e Tecnologia. Em 1988, desligou-se do PMDB e participou da fundação do PSDB. Em 1995, voltou a ser ministro, nas pastas da Administração Federal e Reforma do Estado, e da Ciência e Tecnologia, passando em 1999 a dedicar-se exclusivamente à vida acadêmica.

Define-se como atuante na confluência da economia e da teoria social, com influências de Marx, Weber, Keynes e do estruturalismo latino-americano. Tem contribuições em economia no campo da revisão do modelo clássico de desenvolvimento econômico e da crítica da estratégia de crescimento com poupança externa; em sociologia, na teoria da nova classe média profissional ou tecnoburocracia e no conceito de capitalismo dos técnicos; e em teoria política, na teoria da transição para a democracia e na definição de esquerda e direita no mundo contemporâneo.

Bresser conta que decidiu se dedicar ao estudo do desenvolvimento econômico quando tinha 20 anos de idade. "Queria ser juiz de direito, mas li publicações do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) e fiquei fascinado com essas ideias", diz. Tem mais de 30 livros publicados. Seus três *papers* mais recentes sobre desenvolvimento econômico comparam o novo desenvolvimentismo com o velho desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional, e tratam da relação entre a taxa de câmbio e o desenvolvimento. Também publicou neste ano um *paper* sobre a doença holandesa, intitulado *The dutch disease and its neutralization – a ricardian approach.*

Desafios – Qual é a sua visão atual do desenvolvimento econômico?

Bresser – Os economistas do desenvolvimento estão em um processo de revisão de ideias. O fracasso da ortodoxia convencional abre espaço para uma nova teoria, diferente daquela que surgiu em meados do século XX e baseava o desenvolvimento em uma forte intervenção do Estado, poupança forçada e investimento em empresas estatais, vigoroso planejamento, orientando o investimento privado, e proteção da indústria nacional por meio de tarifas. Um modelo de substituição de importações que foi muito bem-sucedido. No final dos anos 1960, Delfim Netto assume e diz que era preciso exportar manufaturados. Adota uma estratégia curiosa, porque é protecionista, de substituição de importações de bens de capital e insumos básicos, e é voltada para a exportação da indústria de transformação. A estratégia e toda a teoria entraram em crise nos anos 1980. O motivo foi a dívida externa, e não o próprio modelo. O Brasil buscou capital estrangeiro em quantidade, e isso levou a uma imensa crise.

Desafios – O que mudou dos anos 1960 aos anos 1980?

Bresser – O Brasil não tinha mais indústria infante, precisava de muito menos proteção e tinha que ser mais competitivo internacionalmente. Entre 1945 e 1975, o keynesianismo dominava e os Estados Unidos eram relativamente generosos – a guerra fria os estimulava e eles não nos viam como competidores. Mas, com a crise, fizeram uma virada e partiram para uma ideologia neoliberal e imperialista. Nós e outros países viramos competidores deles porque passamos a exportar manufaturados. Somos pressionados a diminuir o tamanho do Estado e flexibilizar as relações trabalhistas, enfim, de certo modo, voltar ao século XIX. O fracasso do Plano Cruzado nos enfraqueceu ainda mais, abrindo espaço para que, no início dos anos 1990 (governo Collor), o Brasil se submetesse ao Consenso de Washington, que prefiro chamar de ortodoxia convencional, porque esse consenso já fracassou e desapareceu. Havia um enorme fortalecimento dos Estados Unidos com o colapso da União Soviética.

Desafios – Ceder tanto era inevitável?

Bresser – Não havia nada capaz de fazer frente àquilo. Alguns tigres asiáticos: Coreia, Indonésia, Tailândia e Malásia, aderiram à onda neoliberal, exatamente os que foram à crise em 1997. O México foi o primeiro a aderir, em 1986, e o primeiro a entrar em crise, em 1994. Brasil, Turquia e Rússia entraram em crise em 1998. A Argentina, que foi mais fundo nessa onda e que mais demorou a entrar em crise, enfrentou a pior delas, entre todos, em 2001. A estratégia neoliberal nunca teve êxito nenhum, não promove desenvolvimento econômico. O Chile foi o único pais que nos anos 1990 enfrentou os Estados Unidos e defendeu sua taxa de câmbio com controle de entrada de capitais. A taxa de câmbio muda todo o quadro.

Desafios – Muda como?

Bresser – A ortodoxia convencional nos recomenda crescer com poupança externa. Eu, jovem economista nos anos 1960, torcia para recebermos empréstimos internacionais. Achava fundamental para o nosso desenvolvimento. Nos últimos cinco ou seis anos, desenvolvi uma crítica cerrada a essa ideia. Ninguém cresce com poupança externa, que quer dizer déficit em conta corrente. Se não leva à crise do balanço de pagamentos, provoca apreciação da taxa de câmbio e a substituição da poupança interna pela externa. No governo Fer-

nando Henrique Cardoso, essa política foi adotada integralmente. A poupança externa (déficit em conta corrente) era zero em 1994 e foi a 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1999. A taxa de investimento era de 17% em 1994, logo, com toda essa poupança externa, deveria ter subido para 21,5%, ou quase isso. Mas ficou em 17%. Foi tudo para o consumo, porque, apreciando a taxa de câmbio para a entrada maciça de dólares, os salários aumentaram e cresceu o consumo interno.

Desafios – Quanto à proteção à indústria...?

Bresser – Estamos em outro estágio de desenvolvimento econômico. Brasil, México e Indonésia, por exemplo, não têm mais indústria infante, não há mais justificativa para fazermos proteção. Nossa indústria já é madura e, com mão de obra mais barata, temos vantagens na competição internacional, e não desvantagens. Por outro lado, a acumulação primitiva já foi feita e mecanismos de poupança forçada não são mais importantes. Terceiro, temos um mercado extremamente bem desenvolvido, muito mais que em 1950, de forma que podemos contar com a coordenação do mercado. Nunca integralmente, por certo, mas muito mais do que naquela época. Comparado ao velho desenvolvimentismo, o novo desenvolvimentismo significa menos planejamento, menos intervenção direta, via empresas estatais, e menos proteção à indústria nacional por meio de tarifas.

Desafios – Isto não fica parecido com a ortodoxia?

Bresser – Não. É muito diferente porque continua dando um papel decisivo ao Estado. O mercado é apenas mais uma das instituições, muito importante, mas é uma instituição regulada pelo Estado. A oposição entre mercado e Estado não faz o menor sentido. E todo mundo sabe que o mercado, embora seja uma maravilhosa instituição para a alocação de recursos, é muito imperfeito e precisa da intervenção do Estado. E todos os países do mundo fazem essa intervenção, em maior ou menor grau.

Desafios – Voltando à poupança externa...

Bresser – A diferença fundamental, no longo prazo, é que o desenvolvimento deve ser feito com equilíbrio ou superávit em conta corrente, e não com déficit. Essa ideia de que "é natural que os países ricos em capital transfiram seus capitais para os países pobres em capitais" é tão absurda quanto afirmar que a Terra é plana. Parece óbvio, mas é falso. O resultado são crises e pouco crescimento. A China é o país que mais recebe investimento estrangeiro direto, mas tem superávit em conta corrente. O capital estrangeiro que ela recebe é apenas por causa de tecnologia e da abertura de novos mercados, e compensa isso com seus investimentos no exterior, para a

África e Oriente Médio, e começando a vir para a América Latina. Não existe poupança externa lá, há despoupança externa e superávit em conta corrente.

Desafios – Como é a política econômica no novo desenvolvimento?

Bresser – É radicalmente oposta a que a ortodoxia convencional propõe, a do tripé taxa de juros elevada, taxa de câmbio apreciada e ajuste fiscal frouxo. Durante anos se equivocaram os nossos economistas. Um dos fatores do fracasso, nos anos 1980, da tentativa de retomar o desenvolvimento com base no velho desenvolvimentismo foi atribuir a John Maynard Keynes a ideia de que o desenvolvimento deveria ser feito com déficits públicos crônicos para sustentar a demanda agregada. Keynes nunca disse isso. Ele só afirmou que, em certos momentos muito especiais, quando houvesse uma recessão, um país que estava com as suas contas equilibradas financeiramente, naquele momento, deveria aceitar um déficit provisório, para depois voltar ao equilíbrio fiscal. E aí tinha toda razão.

Desafios – Nada de déficit público prolongado?

Bresser – Ao contrário da ortodoxia convencional, o novo desenvolvimentismo é a favor de um ajuste fiscal duro, taxa de câmbio competitiva e taxa de juros moderada. Essa diferença é absolutamente fundamental. Para entendê-la é preciso ter claro que os Estados Unidos fazem taxa de juros moderada e não têm política de câmbio porque têm a moeda reserva. A única coisa que eles fazem igual ao que a ortodoxia convencional nos recomenda é ajuste fiscal frouxo, e estão em crise por causa disso.

Desafios – É frouxa a política fiscal dos ortodoxos?

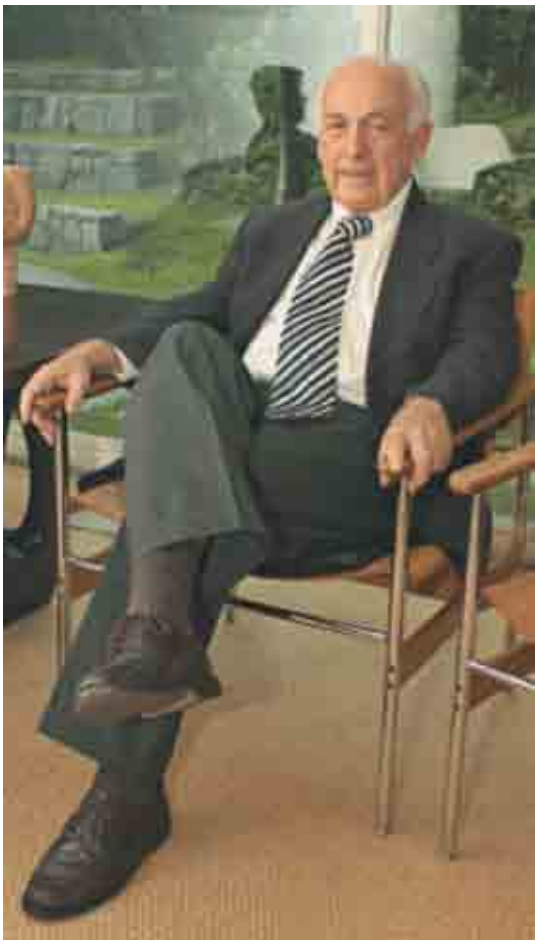
Bresser – Eu leio todo dia algum economista ortodoxo falando na importância de fazer mais ajuste fiscal, mas isso é retórica, para inglês ver. O que importa são os fatos. O Brasil, a partir de 1999, aceitou a meta fiscal definida pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) de 3% de superávit primário, essa escandalosa medida de superávit primário, e depois passou para 4,25%. O Brasil alcançou essas metas e as superou com folga, todos os anos, sem exceção. Logo, se eles fossem a favor de um ajuste fiscal duro e firme, depois de nove anos de êxito, nós devíamos estar em uma situação fiscal muito melhor. Não estamos. Logo, as metas que eles fizeram foram frouxas.

Desafios – Não pode ser porque aumentou a receita?

Bresser – Aumentou a receita? Ótimo. Mas eles tinham que cortar mais a despesa se são realmente a favor de um ajuste fiscal duro. O novo desenvolvimentismo é a favor, e não estou tirando isso da minha cabeça. Os países asiáticos vêm desenvolvendo, nos últimos anos, ajuste fiscal duro, sempre, sem nada de déficit público, com Estado forte e não endividado, taxa de juros moderada, flutuante, de no máximo 2% reais, e taxa de câmbio competitiva. Uma coisa que os economistas do desenvolvimento nunca examinaram decentemente é que a taxa de câmbio é, dos preços macroeconômicos, o mais importante para o desenvolvimento, o mais perigoso, o mais estratégico. Ela determina não só exportação e importação, mas determina salário, poupança, investimento e consumo. Todo dia, um economista ortodoxo fala da importância de fazer mais ajuste fiscal, mas isso é retórica, para inglês ver o que importa são os fatos.

Desafios – O que justifica a importância do câmbio?

Bresser – Todos os países que se desenvolveram – para começar, após a Segunda Guerra, a Alemanha, a Itália e o Japão, e depois outros países asiáticos – tinham sempre taxa de câmbio depreciada, que, na verdade, era uma taxa competitiva. Isto só ficou claro para mim nos últimos anos, depois que comecei a fazer essa crítica sistemática ao crescimento com poupança externa e uma análise que me parece razoavelmente inovadora da doença holandesa. Causam essa tendência de sobreapreciação do câmbio o crescimento com poupança externa e seu irmão gêmeo, o populismo cambial. Eu inventei esse nome, mas quem percebeu o processo do populismo cambial primeiro foi o economista argentino Adolfo Canitrot. Em 1975, ele demonstrou o ciclo populista e como a taxa de câmbio apreciada era fundamental para baixar inflação,



aumentar salários reais e ajudar a reeleição do político que estava no poder, desde que a crise não chegasse antes.

Desafios – Voltando ao Brasil de hoje...

Bresser – A taxa de câmbio no Brasil desvalorizou brutalmente na última crise do balanço de pagamentos, em 2002, e começou a se apreciar novamente. No entanto, apreciava, apreciava, e as exportações continuavam magníficas, com o superávit comercial. Isso só podia ser doença holandesa. Entretanto, se é verdade que temos doença holandesa, então nós sempre tivemos. Como, então, o Brasil cresceu tanto entre 1930 e 1980? Gabriel Palma, economista chileno, diz que a América Latina sempre neutralizou a doença holandesa, ainda que não soubéssemos que estávamos fazendo isso.

Desafios – O que é doença holandesa?

Bresser – É quando um país passa a ter uma "taxa de câmbio de equilíbrio corrente" em nível muito mais apreciado do que a "taxa de câmbio de equilíbrio industrial". A de "equilíbrio corrente" é a taxa que equilibra intertemporalmente a conta corrente de um país. É a taxa de câmbio de mercado, de longo prazo. E a de "equilíbrio industrial" é a taxa que viabiliza no mercado internacional, sem nenhuma proteção, indústrias que utilizem tecnologia no estado da arte. Na Europa e nos Estados Unidos, as duas taxas são iguais ou suficientemente semelhantes para não haver preocupação com o problema.

Desafios – E nos exportadores de matérias-primas?

Bresser – Em um país produtor de petróleo como a Arábia Saudita, a diferença entre as duas taxas é brutal, porque, dado que o custo de explorar petróleo é muito mais baixo do que o preço internacional, há uma renda ricardiana enorme que faz com que a taxa de câmbio se defina por esse custo mais baixo. Então, se os exportadores estão dispostos a oferecer seu petróleo pelo preço internacional, mas a uma taxa de câmbio interna, ela vai ser muito mais apreciada do que a taxa de câmbio que seria necessária para o equilíbrio industrial. Se uma empresa automobilística ou qualquer outra empresa industrial for lá com sua tecnologia mais moderna e não tiver proteções outras, vai falir. Isso é a doença holandesa.

Geralmente, só se estuda o desenvolvimento econômico do lado da oferta, mas é fundamental olhar a demanda, e não apenas a demanda interna, mas também o mercado externo

Desafios – Como se neutraliza?

Bresser – Essencialmente, colocando-se um imposto sobre a exportação, que desloca para cima a curva de oferta, seja de petróleo, diamante, ferro, soja, café, açúcar ou álcool. A doença holandesa tem diferentes níveis de gravidade. Na Venezuela certamente é menor do que na Arábia Saudita, mas é alta também. E se neutraliza isso colocando um imposto que desloca a curva de oferta de forma que o produtor já não oferece mais a sua mercadoria a uma taxa de câmbio mais baixa. É por isso que a Argentina, por exemplo, estabeleceu imposto de exportação sobre soja, carne e trigo e mais alguns produtos. São diferentes para cada produto porque cada um causa doença holandesa diferentemente.

Desafios – O que acontece quando o preço oscila?

Bresser – Se cai o preço, a doença holandesa diminui. Se cai muito, a doença acaba. Se cair mais ainda, será preciso subsidiar para evitar uma crise de superoferta, uma antidoença holandesa. Então, é preciso ter um fundo de estabilização. Só faz sentido pensar em teoria do desenvolvimento econômico com uma política que neutralize a tendência de sobreapreciação da taxa de câmbio, garanta o equilíbrio da conta corrente e taxas de juros modestas. É só dar ao empresário oportunidade de lucro que vai haver desenvolvimento. Geralmente, só se estuda o desenvolvimento econômico do lado da oferta, mas é fundamental olhar a demanda, e não apenas a demanda interna. O problema da taxa de câmbio e esses relativos à poupança externa, doença holandesa e populismo cambial têm a ver com a demanda para o mercado interno, sem dúvida, mas também para outro mercado muito maior, que é o mercado externo. Geralmente, só se estuda o desenvolvimento econômico do lado da oferta, mas é fundamental olhar a demanda, e não apenas a demanda interna, mas, também o mercado externo.

Desafios – Precisa ter uma taxa de câmbio que garanta a demanda?

Bresser – Tem que ter uma taxa de câmbio competitiva. As taxas de lucro e de juros tendem a ser um pouco mais altas nos países em desenvolvimento do que nos países desenvolvidos. Se não se neutralizar a doença holandesa, deixar que aconteça o desenvolvimento com poupança externa e deixar o populismo cambial, essas três coisas põem a taxa de câmbio lá embaixo, e não se consegue ter demanda para investimentos voltados para a exportação.

Desafios – Como o Brasil neutralizou a doença holandesa?

Bresser – Meu amigo e ilustre colega Antonio Delfim Netto montou, no final dos anos 1960, um sistema, que prevaleceu até 1985, de neutralização de uma doença que ele não conhecia – a palavra nem existia. De um lado, o imposto de exportação, chamado de confisco cambial (nome que deixava os agricultores alucinados). E um imposto sobre importação, por causa da indústria infante, de 45%. E um subsídio – isto já foi invenção do Delfim – de 50% para a exportação de todos os manufaturados. Supondo que a taxa de câmbio nominal fosse 2, com o subsídio à exportação ela passava a ser 3 para os exportadores de manufaturados. E os exportadores de café recebiam só 2 e pagavam 50%. Era isso, na prática.

Desafios – Só os produtores perdiam?

Bresser – Esse imposto na verdade não é pago pelos agricultores e mineradores, porque só incide sobre a diferença entre a taxa de câmbio de equilíbrio corrente e a taxa de câmbio de equilíbrio industrial. Por exemplo, se a taxa de equilíbrio industrial é hoje no Brasil de R$ 2,70 por dólar, com um imposto de R$ 1,00 sobre R$ 2,70 o agricultor não paga nada, pois fica exatamente igual ao câmbio a R$ 1,70. Se um produto fica gravoso, precisa de uma taxa menor – não é um cálculo simples. Mas não é confisco. Esse nome é um equívoco. Na verdade, quem paga é toda a sociedade. Quando se consegue a desvalorização do câmbio, os salários caem e perdem poder aquisitivo. Todo mundo paga um pouco. Se o Estado tiver uma política bem orientada de distribuição do dinheiro que recebe, vai compensar parte dessa perda e permitir à indústria e demais setores da economia se desenvolverem, e os salários então vão subir mais do que aumentariam se o país continuasse vítima da doença holandesa.

Desafios – Qual é sua opinião sobre a nova proposta de política industrial?

Bresser – É boa, como, aliás, era a de 2003, mas querem mudá-la porque não deu certo. Desconfio que essa de 2008 também não vai dar certo. Mas, se é boa, não dá certo por quê? Os japoneses inventaram ter ministro da indústria desenvolvimentista e comando das finanças ortodoxo, mas essa política no Brasil não funciona. Ter um presidente do Banco Central ortodoxo e o resto do governo não-ortodoxo não resolve o problema. A diferença entre Brasil e Japão é a taxa de câmbio. Para um país rico, política ortodoxa não implica neutralizar a tendência de sobreapreciação da taxa de câmbio, porque essa tendência não existe lá. Então, a política normal dá um câmbio competitivo. O Japão nunca brinca com isso e faz juro baixo e ajuste fiscal duro, exatamente o que nós precisamos. Só que, para fazer isso, não podemos ser ortodoxos e deixar o mercado determinar a taxa de câmbio. Temos que intervir. Se a política industrial pretende compensar câmbio apreciado, juro alto e ajuste frouxo, não vai funcionar.

Desafios – Não há saída?

Bresser – É uma tristeza todo esse enorme esforço ser neutralizado por uma taxa de câmbio escandalosamente sobreapreciada. Quando estava em torno de R$ 2,20, era só doença holandesa, e portanto não levava a uma crise de balanço de pagamentos. Mas dificultava muito a indústria. E, como continua a entrar um monte de dólares no País, atraídos por essa taxa de juros alta, o resultado é que agora estamos em R$ 1,70 e indo para uma crise de balanço de pagamentos dentro de dois anos.

Desafios – Como evitar?

Bresser – Já estamos com déficit em conta corrente. É lastimável, mas é por causa da política macroeconômica ortodoxa convencional: juro alto, câmbio baixo e ajuste fiscal frouxo. Sou a favor de um ajuste fiscal mais duro, mas começaria pelo binômio câmbio-juros, porque precisamos baixar os juros e depreciar o câmbio. Isto vai custar um pouco de inflação, não por causa dos juros, mas do câmbio. Na hora em que se depreciar, vai causar uma inflação provisória. Teremos que aguentar e não deixar nada indexado. O que eu também faria na economia brasileira é um esforço decisivo para desindexar todos os contratos, corrigir como se corrige no resto do mundo, não com cláusula formal de indexação no contrato. Isto é um escândalo, mas continua nos contratos públicos, de energia elétrica, de telefonia...

Desafios – Como se controlam os efeitos colaterais de elevação do câmbio?

Bresser – Isto só tem um jeito: é provisoriamente montar um sistema duro de controle de entrada de capitais. Não tem outra forma. E, ao mesmo tempo, cobrar um imposto variável sobre as exportações dos produtos que dão origem à doença holandesa. E ao mesmo tempo baixar a taxa de juros. É preciso ter muita coragem para fazer isso, e a coragem geralmente acontece quando o país se sente em crise. E o Brasil não se sente em crise hoje, pelo contrário. O final do ano passado foi um momento de grande euforia, com uma taxa de crescimento de 5,4%. Essa baixa do câmbio por enquanto só aumentou salário e criou demanda interna. Isso, mais a política correta do governo de elevar o salário mínimo e de aumentar as transferências de renda, criou uma demanda interna muito forte, todo mundo prosperou,

ficou feliz, no melhor dos mundos. Infelizmente, não creio que se aguente manter a economia tão aquecida assim. E a taxa de câmbio vai produzir déficit em conta corrente neste ano e um déficit enorme no próximo ano.

Desafios – O mercado não vai corrigir isso?

Bresser – O que nós sabemos é que, em matéria de taxa de câmbio, o mercado é um desastre. Eu imagino que essa taxa de câmbio vai continuar muito baixa por bastante tempo, o nosso déficit em conta corrente vai aumentar muito, a situação das empresas industriais vai piorar e, afinal, chegaremos à crise daqui a dois ou três anos. Os argentinos só fizeram a política que estão fazendo agora, que é basicamente correta, porque tiveram uma crise muito maior do que a nossa. A pressão do Fundo Monetário Internacional (FMI) em cima deles para valorizar o câmbio é enorme, e eles resistem firmemente.

Desafios – Qual é a dificuldade para fazer a política certa no Brasil?

Bresser – Quando a taxa de câmbio caiu para R$ 3,00, se tivéssemos feito um esforço para mantê-la, não teríamos inflação nem aumento de salário, bastava manter a taxa. Agora, temos que recuperar a diferença, e isto envolve dificuldades na imposição de controles. Vão sempre dizer que esses controles não funcionam. Conversa. Funcionou durante muito tempo. É claro que vamos ter que fechar um pouco a economia, financeiramente. Dentro dessa nova teoria do desenvolvimento, é fundamental fazer a separação entre a globalização comercial e a globalização financeira. A comercial é ótima. Não era o que nós dizíamos há 50 anos, porque tínhamos indústria infante. Mas agora temos indústria desenvolvida e mão de obra barata, e a globalização comercial é ótima. Péssima é a globalização financeira, porque ela nos faz perder a capacidade de controlar a taxa de câmbio.

Desafios – O Chile controlou capitais...

Bresser – O Chile fez controles nos anos 1990 e depois parou de fazer, porque não precisou mais. Agora, eu não aposto mais na economia chilena. Cometeram o gravíssimo erro de assinar um acordo comercial bilateral com os Estados Unidos que proíbe o controle de capitais. Isto é matéria financeira, e não comercial. Mas é o que interessa aos Estados Unidos, para que o câmbio se aprecie. Conversei com alguns economistas chilenos e eles dizem que o Chile ainda tem mecanismos para contornar esse acordo, mas eu acho que esse erro vai lhe custar caro, como está custando ao México, que não cresce. Agora, com a crise americana, vai ser pior. O câmbio se apreciou totalmente no México, a doença holandesa tomou conta, não só por causa do petróleo, mas também pelas remessas dos emigrantes.

Desafios – Não seria o caso de tomar uma atitude já?

Bresser – O Brasil vai ter que fazer, mais cedo ou mais tarde, uma opção. Nesta década, as condições para a mudança melhoraram muito porque a hegemonia americana foi-se embora, o fracasso da ideologia neoliberal é evidente. Os países que mais aceitaram o neoliberalismo e a ortodoxia convencional, a Rússia de Yeltsin e a Argentina de Menem, foram as crises maiores, mas ambos viraram mais fortemente e estão crescendo bem. No Brasil, isso acabará acontecendo. Hoje, os empresários industriais são muito diferentes. Nos anos 1990, eles estavam sem argumentos. Eu mesmo não tinha toda esta argumentação que tenho agora. A política cambial estava errada. Os anos 2000 facilitam a mudança, mas estou desconfiado de que precisaremos de mais uma crise para mudar de política. Com uma crise, o câmbio se deprecia imediatamente, vai a R$ 3,50 outra vez. Não significa que eu esteja defendendo a administração por meio de crises. De jeito nenhum. Queria que houvesse a mudança sem crise. Mas acho difícil no momento.

João Paulo dos Reis Velloso

Chega de ficar perdendo oportunidades

PUBLICADA
ipea
NA EDIÇÃO
Nº41 - 03/2008

"O Brasil precisa deixar de ser o país das oportunidades perdidas. Nos anos 1980, perdemos a oportunidade de voltar a crescer. Houve uma desconstrução do alto crescimento. Perdemos o *know-how* de crescer rapidamente. O que precisamos é de recuperar a visão estratégica do planejamento, voltar a ter margem de manobra na gestão do Estado e superar certos obstáculos como os juros e o câmbio. Mas temos que atuar com cuidado porque, tecnicamente, é difícil. Se não fosse difícil, já teria sido feito."

Por **Jorge Luiz de Souza** – do Rio de Janeiro

Perfil

Uma vida dedicada ao planejamento

Fundador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**), em 1964, e seu primeiro presidente, o economista João Paulo dos Reis Velloso foi o ministro do Planejamento do Brasil que mais tempo permaneceu no cargo (de 1969 a 1979, durante os governos de Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel).

Na sua primeira fase como ministro, conviveu com o "milagre brasileiro" , e, na segunda, administrou a desaceleração da economia provocada pela crise do petróleo do final de 1973. Foi o quarto ministro a ocupar esse posto, depois de Celso Furtado (1962/1964), Roberto Campos (1964/1967) e Hélio Beltrão (1967/1969). Depois dele, já são 18 a ocupar a cadeira.

Reis Velloso nasceu em Parnaíba, Estado do Piauí, em 1931, formou-se em economia pela antiga Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e concluiu em 1964 mestrado pela Yale University, nos Estados Unidos.

Criou em 1988 o Fórum Nacional, associação de cerca de cem economistas, sociólogos e cientistas políticos, com a finalidade de oferecer propostas para a modernização da sociedade brasileira. Em 1991, o ex-ministro criou o Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae), que passou a organizar os fóruns.

Além de coordenador-geral do Fórum Nacional e superintendente-geral do Inae, o ex-ministro é presidente do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), uma associação civil sem fins lucrativos, voltada a estudos e pesquisas sobre o mercado de capitais – não confundir com a Ibmec Educacional, que é uma empresa privada voltada para a área de ensino.

É autor ou organizador de cerca de 70 livros publicados sobre a economia brasileira, a maior parte resultante das discussões promovidas nos fóruns que promove. Também é membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), criado em 2003 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que reúne uma centena de personalidades em torno dos debates sobre temas econômicos e sociais. E, a partir deste ano, torna-se também membro do novo Conselho de Orientação do **Ipea**.

Desafios – Qual é a sua visão atual do desenvolvimento brasileiro?

Velloso – O Brasil teve uma geração de brasileiros que não viu o país crescer em termos de renda per capita. Ao analisar o que aconteceu nos últimos 25 anos, só nos últimos três nós começamos a apresentar taxas razoáveis de crescimento, principalmente em 2007. Digo razoáveis porque o Brasil já foi país de alto crescimento, como são hoje a China e a Índia. Houve uma desconstrução do alto crescimento. Perdemos o know-how de crescer rapidamente. Hoje, 5% é razoável, mas em 1977 ou 1978, quando tivemos que desacelerar a economia por causa da crise do petróleo, o crescimento estava em 5%, por coincidência, e a Fundação Getulio Vargas (FGV) falou: "O Brasil está em recessão de crescimento". Naquela época, 5% era recessão de crescimento e hoje a gente acha uma maravilha. Já é bem melhor do que os voos de galinha que tivemos até os anos 1990.

Desafios – Houve uma retomada de 1979 a 1980. Foi uma descontinuidade?

Velloso – Foi, no sentido de que era para ter continuado a desaceleração. Se tivesse havido medo do abismo, mas perdeu-se o medo do abismo, e isto é perigoso. Crescemos demais no momento em que aconteceram a segunda crise do petróleo e a crise da taxa de juros. A consequência foi que o Brasil em 1982 foi arrastado para a crise da dívida externa. Talvez não precisasse ter acontecido. E a partir daí veio a desconstrução. Foi a destruição de instituições, a destruição de setores - o setor naval, por exemplo, acabou, e mesmo o setor de bens de capital. Houve também a destruição de organismos. Acabaram com a Carteira de Comércio Exterior (Cacex), e depois levaram 15 anos para montar uma secretaria que substituísse a Cacex, que tinha mais flexibilidade, porque era uma carteira do Banco do Brasil. Extinguiu- se o Banco Nacional da Habitação (BNH)...

Desafios – E agora, o que deve ser feito?

Velloso – O primeiro ponto é sobre as oportunidades perdidas. O Brasil precisa deixar de ser o país das oportunidades perdidas. Porque, em meados dos anos 1980, perdemos a oportunidade de voltar a crescer, uma vez que já estávamos com grandes superávits comerciais, de US$ 12 bilhões a US$ 13 bilhões, como resultado dos programas do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Em termos de balanço de pagamentos, a crise da dívida não existia mais para o Brasil, e tínhamos um superávit suficiente para servir a dívida, se quiséssemos pagar os juros e rolar o principal. Mas não soubemos entender isso e perdemos a oportunidade de crescer. A estratégia de desenvolvimento do I PND da Nova República, como passou a se chamar a partir de 1985, era um conjunto vazio. Cadê a estratégia de desenvolvimento? Não havia. Não existia. A perda de know-how do crescimento significou, principalmente, que se perdeu a visão estratégica, a visão dinâmica.Vamos desenvolver vantagens comparativas em novos setores, tal como se fez no II PND? Era óbvio que o Brasil tinha um potencial muito grande em setores como aqueles que no período foram desenvolvidos - siderurgia, petroquímicos, papel e celulose, alumina e alumínio, os chamados insumos industriais básicos.

Desafios – Sua história pessoal está ligada aos grandes planos...

Velloso – Fiz o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), de 1967 a 1969, e, antes, a revisão do Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg)

"Uma geração de brasileiros não viu o País crescer em termos de renda **per capita***; olhando para o que aconteceu nos últimos 25 anos, só os últimos três apresentam crescimento razoável, principalmente em 2007"*

- a primeira versão foi do ex-ministro Mário Henrique Simonsen e a versão definitiva foi nossa, no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). E depois, no Ministério do Planejamento, como secretário-geral, fiz a coordenação do PED. Ao final de 1969, assumi o ministério e fiz o I PND e o II PND. Com o II PND, passamos a dominar o paradigma industrial da época, que eram metalurgia e indústrias mecânicas. Em 1983 e 1984, quando houve aqueles enormes superávits na balança comercial, o Brasil dominava o paradigma da época. E tinha começado a emergir o novo paradigma, à base da informática. Depois vieram as tecnologias de informação e comunicação. Só que o Brasil tomou o bonde errado quando fez a Lei de Informática. Primeiro, porque não se faz política econômica por lei, uma vez que, se for preciso mudar a política econômica no ano seguinte, tem que fazer uma nova lei. Segundo, porque houve a ideia errada de reserva de mercado. Não era a tradição brasileira. Tínhamos políticas de apoio à indústria nascente, temporariamente, mas não reserva de mercado. E houve até uma, digamos, "solução lusitana" para as joint ventures entre empresas nacionais e estrangeiras. Pela lei, a empresa estrangeira não podia prover nem o capital da joint venture nem a tecnologia. Então, por que o sócio brasileiro ia ter toda a chateação de ter sociedade com um gringo qualquer se não recebia nem a tecnologia nem o capital? Então, nós continuamos a perder oportunidades.

Desafios – Faltava uma política industrial?

Velloso – Nos anos 1990, o Brasil fez uma coisa muito importante - o Plano Real. A estabilização de preços passou a ser até um valor social, mas ficamos na dúvida hamletiana: vamos ou não

fazer políticas positivas de competitividade, como política industrial, política tecnológica, política ativa de comércio exterior? Nessa coisa do fazer ou não fazer, terminaram a década e o século, e o Brasil com um crescimento rastejante. Veio então o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e as coisas começaram a mudar. Passou a haver mais atenção para o crescimento e desapareceu aquela dúvida hamletiana. Tanto que foi aprovada uma política de competitividade centrada na inovação. Só que vários dos programas previstos na época foram avançando devagarzinho. Acho que agora chegou o momento de se dar importância à criação e ao aproveitamento de oportunidades. Quer dizer, chega de ficar perdendo oportunidades.

Desafios – Isso continua acontecendo?

Velloso – A propósito dessa história da queda da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), é transformar em oportunidade. Arriscou-se na ideia de manter integralmente, quando havia uma saída mais viável, que era de escalonar a redução da alíquota. E nessa coisa do tudo ou nada, deu nada. Mas a perda pode se transformar em oportunidade. As mensagens da sociedade são: queremos redução de carga tributária; e queremos o ajuste pela contenção de despesas correntes, preservando os investimentos, que já estão muito baixos no orçamento. Hoje, praticamente o Estado investe é por meio das empresas estatais. O investimento com recursos orçamentários corresponde a 3% da despesa, quando em 1987 (se tomarmos como referência a Constituição de 1988) era de 15%.

Desafios – Foi consequência da Constituição ou do ajuste fiscal?

Velloso – O ajuste fiscal se fez por meio do aumento da carga tributária e da queda dos investimentos, com ampliação da faixa de gastos correntes. Por isso, a primeira mensagem é contenção da carga, e a segunda mensagem, dos gastos correntes, para criar espaço para mais investimentos em geração de empregos a nível local. Porque a política de crescimento não tem mais condições de dar emprego ao acréscimo da população economicamente ativa (PEA) que se apresenta no mercado e também redução do mercado informal, que no Brasil é superior a 50% da PEA.

Desafios – E a reforma tributária?

Velloso – O sistema tributário brasileiro é um dos mais irracionais do mundo. Em 1967, com a reforma tributária que criou o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o Brasil foi vanguardista. Fez um imposto sobre valor adicionado antes da Europa. Isso é o

tipo de oportunidade que podemos criar. A nova estratégia de desenvolvimento para o Brasil deve ser o que chamamos de economia criativa. O que é isso? Usar os instrumentos da economia do conhecimento - há uma série de livros sobre o tema - para desenvolver desde setores intensivos em recursos naturais até segmentos de tecnologia avançada.

Desafios – Começando pelo segmento de recursos naturais?

Velloso – A mais importante revista econômica do mundo, The Economist, disse recentemente que a natureza talvez tenha sido pródiga demais com o Brasil em matéria de dotação de recursos naturais. No setor de bioenergia, o Brasil tem que estar na vanguarda. Temos a melhor tecnologia, o melhor tipo de etanol, não o etanol de milho, como se faz nos Estados Unidos, é um etanol de cana-de-açúcar, não só muito mais produtivo, mas principalmente porque não vai competir com a alimentação. O biodesenvolvimento é um negócio muito mais amplo do que simplesmente bioenergia. Já se pode fazer até bioquímica. Existem projetos industriais apresentados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em que, em lugar de ser petroquímica, é bioquímica. E existe uma outra área nesse mesmo campo que é o aproveitamento da biodiversidade brasileira.

Desafios – É uma forma de explorar riquezas na Amazônia sem degradá-la?

Velloso – Não se pode fazer agricultura nem pecuária na Amazônia. Só se pode fazer uma coisa: aproveitar a biodiversidade para fazer biotecnologia. A riqueza da Amazônia em matéria de biodiversidade é uma coisa fantástica. Mas isso é um potencial. É preciso transformar esse potencial em produtos, por exemplo, para a indústria farmacêutica, para cosméticos, para a agricultura. Tudo o mais que se tente fazer, como desenvolvimento florestal, agricultura e pecuária, destrói a floresta e gradativamente vai acabando com esse grande potencial brasileiro. Os países escandinavos começaram pelo aproveitamento dos setores intensivos em recursos naturais, mas envolveram todas as etapas da cadeia produtiva, com grande aplicação do que hoje chamamos (isto já está codificado) de economia do conhecimento. Quando se têm recursos naturais, deve-se desenvolvê-los e usar também o fruto disso para transformar a economia, para passar a novas etapas. Fazer up grade, para depender menos deles, porque há recursos naturais que não são renováveis. Os nossos ora são não-renováveis, como petróleo e gás, mas ora são renováveis.

Desafios – E na ponta da alta tecnologia?

Velloso – Primeiro, temos que nos preocupar com os fundamentos. A modernização da infraestrutura, agora com o

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), está avançando. É um progresso porque se readquire a visão estratégica, para não ter mais "apagões" como tivemos, "apagões" de todo tipo. Como oportunidade nos segmentos de tecnologia avançada, o Brasil é muito criativo em software. Mas só exportamos US$ 500 milhões de software por ano, e a Índia exporta US$ 5 bilhões. E não é criativa como o Brasil. Levaram dez anos para construir uma estratégia, e conseguiram. Temos que construir uma estratégia.

Desafios – Do mesmo tipo?

Velloso – A Dell anunciou que seu centro mundial de controle iria ser no Brasil, com software desenvolvido aqui. Todas as operações da Dell no mundo inteiro serão controladas a partir desse centro de controle situado no Brasil. Temos que ter uma estratégia para conceder incentivos. Tudo que diz respeito a inovação, o Brasil tem um grande número de incentivos, com linhas do BNDES, incentivos fiscais e financeiros, e até subvenção - o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) pode dar um aporte de recursos a fundo perdido, em certos casos. Uma proposta é universalizar a inovação nas empresas brasileiras. Há um estudo do Ipea de poucos anos atrás mostrando que as empresas que inovam e diferenciam produtos respondem por menos de 30% do faturamento e por 2% do número de empresas do País. A ideia é disseminar para que até pequenas empresas passem a fazer inovação, para que passemos a ter pequenas empresas tecnológicas. Existem algumas...

Desafios – Por exemplo?

Velloso – Na área de biotecnologia, que é a base da biodiversidade, há a Extracta Moléculas Naturais S.A., criada pelo cientista Antonio Paes de Carvalho, professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O que a Extracta vende? Moléculas.Tem um banco de moléculas. Quando recebe um pedido nacional ou estrangeiro de uma nova molécula, com tais e tais características, verifica no banco de moléculas. Se não tiver aquele tipo de molécula, ela vai pesquisar na Mata Atlântica, na Amazônia. Um trabalho altamente inovador. E é uma pequena empresa, nascida dentro da UFRJ, na incubadora de empresas. Precisamos de uma estratégia para a tecnologia baseada na biodiversidade brasileira.

Desafios – O desenvolvimento brasileiro já saiu da hesitação e encontrou um caminho?

"A estabilização de preços passou a ser um valor social, mas ficamos na dúvida hamletiana de fazer ou não políticas positivas de competitividade, como política industrial, tecnológica e de comércio exterior"

Velloso – Sim, exatamente. Mas existem duas coisas. Primeiro, turbulências internacionais. Temos que estar atentos a isso, porque não existe essa história de dizer que estamos blindados. Fomos muito beneficiados por quase uma década de grande crescimento mundial. Com isso, chegamos a superávits gigantescos na balança comercial, de mais de US$ 40 bilhões, que já estão diminuindo, porque resultaram dos preços das commodities, que estavam elevadíssimos, devido à demanda da China, da Índia e de outros emergentes. Como o Brasil é um fornecedor de commodities agrícolas e industriais, nós nos beneficiamos muito, e com isso reduzimos muito a dívida externa, acumulamos reservas, e estamos com bons fundamentos em geral.

Desafios – Além de deixar de perder oportunidades, o que mais é preciso agora?

Velloso – Temos que superar certos obstáculos. Por exemplo, no orçamento, temos uma espécie de camisa-de-força. O gasto obrigatório está predeterminado, e 90% das despesas são gastos correntes obrigatórios. Quando se diz que o governo e o Congresso estão discutindo o novo orçamento, não é bem isso. Estão discutindo 10% do orçamento. Temos que ganhar margem de manobra, que é uma coisa que ajudava muito o Brasil nos anos 1970, 1960 e 1950, na época do alto crescimento. Não havia camisa-de-força no orçamento. Podia até fazer besteira...

Desafios – Como as que provocaram a inflação?

Velloso – É, em alguns momentos, sim. Quando o Fórum Nacional foi criado, em 1988, o Brasil estava com uma taxa de inflação de 80% ao mês, uma hiperinflação indexada, muito em consequência da indexação generalizada. Não foi igual à hiperinflação alemã de 1922, porque a de lá não era indexada, e a daqui era. Foi este, digamos, o milagre do Plano Real. Tirou de repente a indexação e a inflação... puff! Acabou! Mas o Brasil bobeou e, como diz o Delfim Netto, que é um gozador, "o Brasil quebrou em 1998, educadamente".

Desafios – Hoje a inflação é um obstáculo superado? E quais são os outros?

Velloso – O problema do câmbio. Temos um câmbio flutuante que flutua para baixo. A flutuação não pode ser excessiva, nem para cima, nem para baixo, senão perde o sentido. Daí a importância de se

conter a absorção de recursos representados pelas despesas públicas, porque a demanda do setor público é para produtos não-comercializáveis em geral. Então, com isso se abre espaço para aumentar a despesa do setor privado e do consumo em geral, que é para os tais tradeables (produtos comercializáveis). Com isso se pode melhorar a situação do câmbio. É um negócio complicado tecnicamente porque estávamos com enorme superávit na balança comercial e também na conta de capitais. Quer dizer, os dois trazem fluxo de moeda estrangeira. É muito complicado lidar com isso tecnicamente. A não ser que se recorra a limitações para a entrada de capitais hot money (de curto prazo). O Brasil teve um enorme investimento externo no ano de 2007, mas em consequência das turbulências internacionais há a saída de capitais de curso prazo aplicados na Bolsa e em fundos de renda fixa.

Desafios – Na política econômica, o senhor corrigiria, além do câmbio, também os juros?

Velloso – É. Mas temos que atuar com cuidado porque, tecnicamente, é difícil. Se não fosse difícil, já teria sido feito. Temos que procurar o caminho indireto. No caso do câmbio, vamos diminuir o gasto público. Porque aí ajuda a resolver o problema do câmbio que flutua para baixo. E a taxa básica de juros, a Selic, foi caindo devagarzinho, mas ainda temos taxas reais entre as mais altas do mundo. Isso também é uma espécie de camisa-de-força para o setor privado, porque ele tem que ter uma rentabilidade muito alta no seu negócio.

Desafios – Não é somente por falta de decisão política que não se faz isso?

Velloso – É porque se tem que encontrar o caminho certo, que não é um caminho fácil. Há também obstáculos políticos. É que o sistema político brasileiro não é muito favorável ao desenvolvimento. Temos um sistema de partidos muito complicado... Precisamos ter uma sociedade, no caso brasileiro uma sociedade de massas ativa e moderna, para que haja uma espécie de monitoração dos poderes públicos. Veja no Rio esse boicote ao IPTU. Isso é uma demonstração de que a sociedade está querendo dizer um basta em relação ao funcionamento dos serviços básicos da prefeitura. Outro exemplo é o da França. O presidente Nicolas Sarkozy anunciou que vai haver uma auditoria externa independente para todos os ministérios. Essas auditorias, que são feitas para empresas, devem ser realizadas também para a sociedade e para entidades empresariais. A Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), por exemplo, tem um sistema de monitorar o que acontece no Estado brasileiro - Congresso, Executivo e Judiciário - para fazer cobranças. São manifestações da sociedade. A nossa sociedade pode ser chamada de ativa, mas o que funciona bem são ONG que cuidam de assuntos específicos. Precisamos de entidades e formas de manifestação da sociedade que se refiram ao interesse público em geral.

Desafios – E com relação à gestão do Estado?

Velloso – O governo está acordando para isso. Todos esses "apagões", desde o "apagão elétrico", que é o verdadeiro "apagão", até o "apagão aéreo", são coisas de gestão do Estado. Tudo isso vem de dez ou 15 anos. Segundo o sociólogo Hélio Jaguaribe, que sempre foi adversário do regime militar, o Brasil construiu o Estado mais moderno do Terceiro Mundo de 1940 a 1970. Inclusive eu participei, porque eu trabalhei três anos com o ex-ministro Hélio Beltrão, que era o homem da gestão do Estado, fez a reforma administrativa. E depois o Estado foi perdendo a preocupação com a sua própria gestão, e temos que voltar a fazer um grande esforço nessa área. Visão estratégica e boa gestão, é isso que evita "apagões".

Antonio Delfim Netto

O papel do Estado é igualar

"Governo faz discurso, quem faz o desenvolvimento é o empresário, o espírito animal do empresário. Foi isso que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva acordou. Estava dormindo. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) teve esse mérito. O PAC na verdade pôs na mesa de volta o problema do crescimento."

Por **Jorge Luiz de Souza**, de São Paulo

PUBLICADA

ipea

NA EDIÇÃO

Nº39 - 01/2008

Perfil

Na Câmara dos Deputados, presidiu por duas legislaturas as comissões de Finanças e Tributação e uma vez a de Fiscalização Financeira e Controle. No seu último mandato, de 2002 a 2006, também foi titular da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

Segundo o político Delfim Netto, "no Congresso a gente aprende, primeiro, a nunca criticar o voto do outro. Cada um tem o seu voto, e é tão legítimo quanto o seu. Segundo, que não tem arrependimento. Uma vez votado, está votado, e ponto final. Então, cabe ao Executivo respeitar o Legislativo e aos dois, respeitar o Judiciário. É isso que faz uma nação".

Ele diz que o episódio da derrubada da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), em dezembro de 2007, foi "uma oportunidade extraordinária de demonstrar que nós realmente estamos em um processo de aperfeiçoamento das instituições políticas. Nós estamos construindo uma nação de verdade".

Delfim foi ministro da Fazenda de 1967 a 1974, período conhecido como do Milagre Brasileiro, quando a economia experimentou taxas de crescimento médio anual de 9%. Em seguida, foi embaixador do Brasil na França de 1975 a 1977, quando retornou ao País com o propósito de entrar na política, mas não teve êxito. Voltou ao Ministério em 1979, primeiramente na pasta da Agricultura e depois como chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, onde ficou até 1985. Somente então, com a redemocratização, ingressou na política, elegendo-se deputado federal.

Anteriormente, ocupou a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo em 1966 e 1967, foi membro do Grupo de Planejamento do Governo do Estado de São Paulo e da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai e integrante do Conselho Nacional de Economia. Entre seus livros publicados estão vários títulos sobre problemas da economia brasileira. Atualmente, escreve colunas semanais para os jornais *Folha de S. Paulo* e *Valor Econômico* e para a revista *Carta Capital*. Seus artigos são também publicados regularmente em cerca de 70 periódicos em todo o País.

Desafios – O que o aproxima do atual governo?

Delfim – Eu admiro a política do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Lula teve uma intuição correta quando deu ênfase para melhorar a igualdade de oportunidade no Brasil. Para o mercado funcionar, ele tem que ter um mínimo de moralidade. E a moralidade no mercado vem da igualdade de oportunidade. É como uma corrida, e para que as coisas funcionem é preciso que todo mundo parta mais ou menos do mesmo ponto.Talvez seja o papel fundamental do Estado: igualizar as oportunidades. O governo Lula é a intuição do Lula. Só isso. Na verdade, é o único sujeito no Brasil que quando fala em pobre está falando seriamente. Todos nós somos cínicos...

Desafios – O senhor faz críticas à política econômica?

Delfim – A economia é uma ciência moral e está longe de ser uma ciência exata. Ser constituída de escolas já mostra que existem múltiplas visões no mundo. Uns creem que o mercado seja capaz de produzir por si mesmo o equilíbrio, e outros, como é o meu caso - nem sei o que eu sou, certamente eu diria que talvez seja um keynesiano de pé quebrado. O certo é que o funcionamento da economia depende de um Estado. O mercado exige algumas coisas importantes, a primeira delas é a propriedade privada. Ora, quem garante a propriedade privada? É o Estado. Quando eu vejo um sujeito dizer que "nunca houve uma interferência do Estado nos programas de industrialização bem-sucedidos do mundo", acho isto uma tolice monumental, de uma ignorância histórica gigantesca. Nunca houve nenhum processo de desenvolvimento no mundo em que o Estado não estivesse atrás, até hoje. Só que de vez em quando está bem escondido.

Desafios – Mas a economia planificada não tem feito sucesso...

Delfim – Ninguém defende a economia planificada. A tolice daquela economia era querer planificação sem preço. A vantagem do mercado é que ele não foi inventado, ele foi descoberto. E o homem não descobriu nenhum mecanismo mais eficaz do que o mercado para realizar o sistema produtivo. Produção é certamente um problema técnico. Distribuição, não, é um problema político. Adam Smith e Stuart Mill sabiam disto muito antes do que Karl Marx. O mercado é muito compatível com a liberdade, mas obviamente é um produtor de desigualdades. E para que as desigualdades sejam aceitas é preciso que elas partam do mesmo lugar. O homem é naturalmente diferente. Ninguém quer a igualdade no final, nós queremos a igualdade no começo. O resultado final é diferenciado mesmo. Mas essa diferenciação é aceitável porque eu parti do mesmo lugar, tinha duas pernas, e cansei antes do outro.

Desafios – O papel do Estado é regular o tiro de partida?

Delfim – É garantir minha posição no mundo, independentemente de onde eu nasci. Se nasci num lar de religião católica ou protestante, se eu sou branco ou preto ou amarelo, se nasci no Morumbi ou no Cambuci. Na verdade, isso não se consegue, é uma meta, é uma assíntota, que vai se aproximando dela à medida que suas políticas sociais são corretas.

Desafios – O exemplo aí inclui a si próprio?

Delfim – Eu sou um exemplo do ensino gratuito. Gastei 6 mil réis para fazer o curso inteiro na Universidade de São Paulo (USP). Passei no vestibular, comprei um selo para colocar no requerimento de matrícula na USP e lá eu recebi tudo: aula, papel, lápis, borracha, livros, professores, máquinas para calcular, o

que precisasse. É um processo de igualização de oportunidades. É claro, era para um número restrito.

Desafios – Hoje ampliou um pouco mais do que naquela época.

Delfim – É claro, muito mais do que era, nem se compara. Mas o que eu digo é o seguinte: esses mecanismos de igualização são fundamentais porque eles é que dão moralidade para o mercado. Não adianta imaginar, nem Hugo Chávez nem Evo Morales são produtos do acidente e da vontade. O caso do Morales é típico. O plano de estabilização do Jeffrey Sachs em 1985 pôs a Bolívia em ordem, o que parecia impossível. O que eles tinham esquecido? O índio. Quando abriu a urna, o índio veio e falou. Então, quando se têm essas duas instituições funcionando juntas, o mercado e urna, se o mercado exagera numa direção, a urna corrige. Se exageramos o consumo no presente, teremos menos crescimento e menos consumo no futuro. Se exageramos no investimento no presente, tem-se provavelmente um sacrifício que não é aceito na urna. Essa é, na minha opinião, a virtude do Lula. A minha admiração tem origem no fato de que ele intuiu esta circunstância.

Desafios – A urna também contém distorções como o mercado?

Delfim – Não. O que é a distorção da urna? Quem é que mede a distorção da urna? A do mercado, eu sei. A mão invisível do mercado só funciona com a mão visível do Estado. Agora, a urna reflete os sentimentos das pessoas. O que falta para os economistas é colocar como modelo a urna. Ela é que permite que uma política virtuosa tenha continuidade. Mesmo que haja sucessão, como tem que haver mesmo, há uma continuidade das virtudes. Mas quando se tenta ser virtuoso demais, a urna vem, acha que não é, e muda.

Desafios – E como o senhor vê a Venezuela?

Delfim – É um caso típico de um psicopata que se apropriou de um país que antes dele foi apropriado por cleptomaníacos. Um psicopata que sucede cleptomaníacos é uma comédia de erros. A urna está corrigindo nos dois sentidos. Eu não sei por que as pessoas estão preocupadas. Vamos ver daqui a 25 anos um homem novo nascido na Venezuela.

Desafios – E o Brasil?

Delfim – O Brasil estava falido em 2002, faliu duas vezes entre 1995 e 2002. As exportações brasileiras cresciam a 3,8% ao ano e a dívida externa, a 6, 6%. A trombada estava decidida. Abandonamos o setor exportador desde 1986, quando se congelou pela primeira vez o câmbio, e foi-se repetindo o congelamento. A energia necessária para produzir a capacidade de importação que se precisa para crescer foi dissipada por essas políticas erradas. É isto que fez o Brasil crescer pouco. Não tem nada que ver com a maioria dos argumentos que estão aí. O Brasil só deixa de crescer quando tem restrição externa ou então quando tem uma restrição de energia.

Desafios – O atual crescimento é sustentável?

Delfim – Em 2002, as pessoas que estavam indo embora do governo diziam que "não tem importância porque o Lula vai ser Lula o Breve". Mas o mundo cresceu, o Brasil expandiu suas exportações, melhoraram os preços dos nossos produtos. Mas continuamos a ser 1,1% do comércio mundial, como já éramos em 1984. Corremos e ficamos no mesmo lugar. A China, em 1984, exportava como o Brasil e hoje é 9% do comércio mundial. Agora, tenho a convicção de que crescemos 5% em 2007 e vamos crescer 6% este ano. Eliminamos as duas restrições que abortam o crescimento: a vulnerabilidade externa e a falta de energia.

Desafios – O que ainda está errado?

Delfim – Acho que a política cambial, sem dúvida. Na política energética, lentamente estamos superando. O desenvolvimento é um estado de espírito. Foi isto que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) acendeu. O PAC já produziu o seu efeito, que foi acender o setor privado. Então, hoje eu não tenho nenhuma razão para acreditar que isso vai desaparecer.

Desafios – Há risco de faltar dinheiro?

Delfim – O investimento é que produz a poupança, e não o contrário. E a ideia de que se está atingindo o limite da capacidade é isso mesmo. Se não atingir o limite e não souber que tem demanda depois da capacidade, ninguém investe. Foi isso que manteve o Brasil parado por 25 anos, a política monetária que está aí por todo este tempo. Felizmente, hoje ela não tem a menor importância. O juro no consumo é tão alto que não tem nada a ver com a Selic. Houve extensão de prazo porque as instituições melhoraram, há o crédito consignado, uma perspectiva de crescimento da economia, do emprego e do salário e, portanto, disposição maior de dar crédito. O efeito sobre o consumo de uma expansão de prazo é muito superior ao de uma redução de juros. O consumidor paga 4% de juros ao mês e a Selic está em 11,25% ao ano. Mexer na Selic não muda nada no consumo. A expansão de prazo está criando esse mercado.

Desafios – Neste caso, a Selic elevada não faz mal?

Delfim – O único mal que ela faz é para as finanças públicas. O investimento também não depende mais da Selic. Depende do quê? Da expectativa de demanda, que existe. Depende do financiamento interno, que hoje é praticamente 60% a 70% dos investimentos. Do capital externo, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do mercado de capitais. Nada disso tem nada a ver com a Selic. A capacidade do Banco Central (BC) de aportar o crescimento diminuiu consideravelmente. Podemos até esquecê-lo.

Desafios – O BC deve cuidar apenas da inflação?

Delfim – É a obrigação dele. O sistema de metas inflacionárias tem uma grande vantagem: obriga o governo a dizer qual é a inflação que ele quer. Uma vez dito, tem que deixar o Banco Central operar. Mas não há nenhuma perspectiva de aceleração da inflação por excesso de demanda. O investimento está realmente crescendo. Falta de poupança é um dos maiores equívocos que envolveram os economistas. Durante 12 anos nós dizíamos que não podia haver superávit em contas correntes porque o Brasil não tinha poupança. De repente, apareceu a poupança em 2003. Agora nós somos exportadores de capital. Isto devia acender a luz na cabeça dessa gente de que isso era tudo falso, de que não crescíamos mesmo é pela má política posta em prática.

Desafios – Quais eram os equívocos?

Delfim – Era toda uma teoria equivocada. Nós fizemos um plano brilhante de estabilização. Quando se compara o Plano Real com o plano mexicano, o israelense e o argentino, vê-se que foi muito mais brilhante do que todos os outros. Mas, quando se olham as conseqüências, é o pior de todos eles. O Brasil manteve o câmbio a 20% em termos reais durante quatro anos. Não há nada no mundo que aguente. Levou ao aumento da dívida interna. Não se fez esforço fiscal nos quatro primeiros anos do real, só se fez quando o País quebrou, recorreu ao Fundo, recebeu um empréstimo e um novo programa dizendo que era preciso produzir o superávit primário. E para isso a solução simples foi aumentar impostos.

Desafios – E hoje há um esforço fiscal?

Delfim – O governo tem se aproveitado de uma expansão extraordinária, mas tem gastado mais do que devia, e, na minha opinião, nem sempre na direção correta. Temos que introduzir um teto para as despesas de custeio, que seja inferior ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), de tal jeito que ao longo do tempo se possa ir fazendo duas coisas: reduzir com mais rapidez a relação de dívida/PIB e poder reduzir a carga tributária bruta. Este é o mecanismo pelo qual se vão diminuir as despesas com juros. Então, eu fiquei muito feliz de ver o presidente responder, em cima deste episódio da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). A primeira coisa que ele disse foi o seguinte: "Não vou fazer besteira fiscal".

Desafios – Seria o momento para uma reforma tributária?

Delfim – Eu tenho muitas dúvidas. O Brasil é um país federal. Todas as encrencas políticas e militares que este País sofreu tiveram que ver com problemas fiscais entre províncias, no Império, e entre estados, na República. Então, é preciso procurar um modelo federal para fazer a reforma tributária. E não adianta imaginar que os estados têm que ter confiança no governo. Eu, por exemplo, não tenho confiança no governo nem quando estou nele.

Desafios – O Brasil terá logo o grau de investimento?

Delfim – O simples crescimento é o fator mais importante para o País ir ao grau de investimento, porque o Brasil tinha tudo para ir, só não tinha o crescimento. Vai continuar com o equilíbrio monetário, com o equilíbrio externo, mas com um crescimento mais robusto. Com o

mundo indo melhor, as coisas são mais simples. Crescer 2% ao ano era produto de um equívoco que nós não vamos repetir. Mas uma coisa é evidente: o Brasil não pode viver com a atual agenda exportadora. Temos que voltar à agenda industrial exportadora que tivemos no passado. Somos diferenciados, e só se pode ser isto ampliando a exportação de manufaturados. Foi assim que o Brasil cresceu no passado, é assim que o mundo inteiro cresceu. O Brasil jogou fora a sua oportunidade. Em 1984 exportava para os Estados Unidos mais do que a China.

Desafios – Incentivar a exportação não é hoje inaplicável?

Delfim – Inaplicável para quem falta imaginação. Ou será que a China e todos os países fazem exatamente o que a Organização Mundial do Comércio (OMC) decide? E o Brasil está "assim" de imaginação, é só aproveitá-la. Temos todas as chances de nos transformarmos em um grande exportador de serviços. A Índia não tem condições tão mais favoráveis do que o Brasil. Podemos construir uma plataforma exportadora de serviços. O Brasil ficou preso à ideia de que o governo não tem nada a ver com isso e de que o mercado sozinho gera o crescimento. Não, o mercado sozinho gera esta patifaria que está aí. Em todo lugar do mundo, a mão invisível do governo é que é fundamental. O pior é ser dominado por um pensamento religioso de que não se deve fazer nada e esperar que o mercado faça tudo.

Desafios – Como superar os gargalos?

Delfim – Falta energia porque faz 25 anos que não pensamos em energia. Faltam estradas as estradas, foram feitas quando pensávamos 25 anos à frente. O Brasil jogou fora o pensar 25 anos à frente e está colhendo os efeitos. Felizmente, acordou. Recebemos de presente a superação da vulnerabilidade externa construída no governo Fernando Henrique Cardoso. Ninguém acreditava que o Brasil fosse sobreviver em 2003. O Brasil só deixou de crescer porque faz 25 anos que só faz besteira no câmbio. E agora está fazendo uma política desastrosa usando o câmbio oportunisticamente para combater a inflação.

Desafios – Mudar esta política provocaria inflação?

Delfim – Uma parte que nós pensamos que é a valorização do real é simplesmente o espelho da desvalorização do dólar. A única mudança estrutural do Brasil nos últimos anos é a auto-suficiência do petróleo. O excesso de valorização é produzido pelo enorme diferencial entre o juro interno e o externo, e pelo mais eficiente sistema financeiro do mundo, fora os Estados Unidos e a Inglaterra. O sistema financeiro brasileiro é muito superior ao europeu, infinitamente superior ao asiático. Isto é que produziu esta supervalorização, mas é coisa de 10% a 12%. Quer dizer, se tudo estivesse correndo bem, o dólar deveria estar em R$ 2,15 ou R$ 2,10.

Desafios – Além de ajustar o câmbio, o que falta?

Delfim – Cada um de nós podia dizer que gostaria muito que tivesse isto ou aquilo, mas não existe forma de reduzir as despesas do governo a não ser com um programa de redução. Não é um choque, é um processo, de fazer a despesa crescer menos do que o PIB. O fundamental é diminuir o nível de desigualdade. Isto significa o Bolsa Família, a ajuda à gestante, educação e saúde. Estas são as prioridades. E só se pode resolver esses problemas com crescimento. A população cresce a 1,3% ao ano e se a economia cresce a 2,4%, a renda *per capita* cresce a 1%, e dobra a cada 70 anos. Crescendo a 5%, e a população a 1,3%, a renda *per capita* cresce a 3,7% ao ano, dobra a cada 18 anos.

O que precisava de três gerações agora precisa de uma geração. É isto que vai dar para as pessoas o entusiasmo que elas já tiveram, de que vai ter emprego, que o salário real vai crescer.

Desafios – Qual é o papel dos programas de transferência de renda?

Delfim – Vão diminuir a desigualdade de oportunidades. Agora, não se vai resolver o problema de distribuição de renda simplesmente com isso. Quer dizer, não tem simplesmente que dar suporte, que é necessário, para o mais fraco. É preciso dar a ele também as condições de se libertar do suporte que se está dando a ele. Por exemplo, o Bolsa Família é um instrumento extremamente importante porque ele satisfaz estas duas condições.

Desafios – O senhor na juventude foi socialista fabiano...

Delfim – Eu fui socialista fabiano quando era ingênuo, antes de ter lido o livro do George Stigler sobre a teoria dos preços. Eu me libertei da gaiola lendo um livrinho simples, quando aprendi o papel da teoria dos preços. Eu ainda tinha algumas veleidades quando entrei na USP. Depois, felizmente, eu entendi que tudo aquilo tinha um defeito fundamental, porque era incompatível com a liberdade, ainda que tudo o que eles diziam era só para serem livres. Na verdade, o mercado é compatível com a liberdade, mas não é compatível com a igualdade, a não ser que se dê igualdade de oportunidade.

Desafios – O senhor disse mesmo que o bolo precisava crescer antes de distribuir?

Delfim – Eu, não! Só um sujeito que não tem noção das coisas poderia dizer. A única forma de primeiro crescer e depois distribuir o bolo era em um regime socialista. Em um regime como nós tínhamos, de economia de mercado, isso é impossível, por definição, porque senão o mercado não cresce. Aquilo foi uma frase de combate, de efeito. Esses idiotas deveriam aprender que o crescimento acelerado, mesmo com uma política que se preocupa com a distribuição de renda, tem uma tendência para aumentar a desigualdade, a distância entre as pessoas. Não é a desigualdade de oportunidades, mas a distância entre as pessoas. É o que está acontecendo e o que vai acontecer.

Desafios – Como atenuar isso?

Delfim – É por isso que os programas de correção devem ser focados cada vez melhor e continuados. Uma boa parte desses programas foi produzida porque o crescimento não aconteceu. Durante 25 anos o Brasil patinou, o desemprego ficou enorme. O crescimento que estamos vivendo é um novo momento. Desenvolvimento é um estado de espírito. Governo faz discurso, quem faz o desenvolvimento é o empresário, o espírito animal do empresário. Foi isso que o Lula acordou. Estava dormindo. O PAC teve esse mérito. O PAC na verdade pôs na mesa de volta o problema do crescimento.

Fui socialista fabiano quando era ingênuo, mas me libertei da gaiola lendo um livrinho simples, de George Stigler, quando aprendi o papel da teoria dos preços

Desafios – O principal papel então já está cumprido?

Delfim – Agora está cumprindo com maior eficiência. No momento em que o Estado transfere para o setor privado através de leilões adequados as tarefas de infraestrutura, nós vamos ter uma aceleração do crescimento. São Paulo está fazendo isso, Minas também, Bahia está entrando e vai ter emulação nos outros estados. O aumento dos investimentos em infraestrutura eleva a produtividade do setor privado. É por isso que nós vamos crescer. O aumento de 1% no investimento do setor público em infraestrutura produz em 18 ou 24 meses um aumento de 0,24% do PIB. O governo entendeu isso. Saíram os sete trechos de rodovias, a Norte-Sul, a Transnordestina, a hidrelétrica do rio Madeira e já irão sair todos os outros, São Paulo está com treze concessões para serem feitas. O Brasil acordou e tem recursos.

Desafios – Os leilões melhoraram?

Delfim – O governo descobriu que existem leilões capazes de eliminar a assimetria de informação entre o poder concedente e o poder que recebe a concessão. Hoje, estão-se fazendo concessões muito melhores do que se fizeram no passado, em que se obriga o concessionário a explicitar realmente o que ele quer. Então, esta é que foi a grande mudança, na minha opinião, introduzida pela ministra Dilma Rousseff. Na verdade, a gente atribuía à ministra Dilma um certo viés ideológico - "ela não quer fazer a privatização, ela não quer fazer a concessão porque acha que é o Estado que deve fazer..." -, e hoje eu me rendo. Na verdade, ela estava realmente à procura de alguns mecanismos que eliminassem essas assimetrias de informação. Eles já existiam e ela chegou neles. E o governo chegou neles. Tanto é verdade que eles estão se estendendo para todos os outros governos.

Maria da Conceição Tavares

Crescimento deveria ser meta do Banco Central

"Tomara eu ter o Federal Reserve (Fed) dos Estados Unidos como Banco Central. Eles tratam direitinho das duas metas que eles têm, que são crescimento e inflação. Eles não acham que só têm que atacar a inflação. Eles acham que também não podem mergulhar a economia na depressão", diz a professora Maria da Conceição Tavares em entrevista da revista **Desafios do Desenvolvimento**. Quanto à possibilidade de o Brasil se tornar exportador de petróleo, diz esperar "que não seja tão cedo, porque seria um disparate entrar nessa agora."

Por **Jorge Luiz de Souza** e **Roberto Müller Filho** - de São Paulo

PUBLICADA

ipea

NA EDIÇÃO

Nº38 - 12/2007

Perfil

Uma voz aguerrida e independente

Nascida em Portugal e naturalizada brasileira desde 1957, a economista Maria da Conceição Tavares vem exercendo grande influência sobre o pensamento econômico brasileiro nas últimas quatro décadas, como professora, como autora de livros que marcaram essa época e como militante política.

Formada em matemática em Lisboa e em ciências econômicas no Rio de Janeiro, com mestrado e doutorado nessa área, é professora titular aposentada da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professora-emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT) do Estado do Rio de Janeiro de 1995 a 1999. Também militou no PMDB de 1978 a 1988.

No início da carreira, pertenceu ao corpo técnico do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Nos últimos anos, participou do grupo que fundou o Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, instituição independente, voltada para investigação e pesquisas sobre temas do desenvolvimento, onde continua a ministrar cursos especiais. Foi também presidente do Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro.

É autora, entre outros livros, de *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira* (1973), *A Economia política da crise: problemas e impasses da política econômica* (1982), *Acumulação de capital e industrialização no Brasil* (1984), *O grande salto para o caos: a economia política e a política econômica do Brasil* (1985), *Aquarela do Brasil: ensaios políticos e econômicos sobre o governo Color* (1990), *(Des)ajuste global e modernização conservadora* (1993), *Lições contemporâneas de uma economista popular* (1994), *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização* (1997), *Seca e Poder: Entrevista com Celso Furtado* (1998), e *Celso Furtado e o Brasil* (2000).

Em sua obra, com frequência trata do desenvolvimento de países periféricos (com especial ênfase no caso brasileiro) e da sorte dos excluídos economicamente e socialmente. Alinhada com o pensamento dos economistas originários da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e do Instituto de Planificação Econômica e Social da América Latina e do Caribe (Ilpes), mostra especial atenção com temas como as variáveis internas a cada país, as necessidades de financiamento do desenvolvimento e o setor produtor de bens de capital.

Desafios – Essa perda de valor do dólar significa que os Estados Unidos entraram numa crise sem precedentes?

Conceição – Eu já não gosto dessa hipótese porque já se falou dela há mais de 30 anos, quando todo mundo começou a dizer que os Estados Unidos tinham capotado, a indústria deles tinha acabado, o *made in America* tinha ido para o diabo. A indústria deles, realmente, a não ser a indústria *top*, não concorre hoje com as indústrias do mundo. Só que eles têm os setores muito pesados, não só os financeiros como os de tecnologia. Então, não vão quebrar. Ah, mas tem um déficit de transações correntes, dizem. Isso aí é ignorância, porque o déficit de transações correntes é à custa do mundo, que manda sua poupança para eles. É o que acontece, inclusive, com os chineses, japoneses e nós, a América Latina inteira, todos que têm saldo de balanço de pagamentos que está em dólar estão mandando para eles.

Desafios – E a China é um problema para o Brasil?

Conceição – Eles puxam o preço das matérias-primas e nós nos beneficiamos disso, porque somos grandes produtores, tanto de minerais como de *commodities* tipo aço ou grãos. Nós só não somos grandes produtores é de petróleo, quer dizer, grandes nós até já somos, por causa do nosso tamanho, mas nós não somos exportadores. E espero que não sejamos tão cedo, porque seria um disparate entrar nessa agora.

Desafios – O Brasil não vai ficar tentado a se tornar exportador com essas novas descobertas?

Conceição – Acho que a Petrobras não é uma empresa que se deixa levar por besteira. Ela tem muita capacidade administrativa. E ninguém que eu conheça do governo, que seja do ramo, acha que tem que exportar petróleo, a não ser para trocar – exportar o pesado para importar o leve. Mas, como a matriz energética do Brasil está indefinida, isto também não ajuda nada a definir. Como é que se define uma matriz energética quando está um caos energético no mundo? Mas, no futuro, um dos problemas que não se apresentam é a energia, a não ser a curto prazo por causa das sandices feitas na década de 1990, porque não se construíram as hidrelétricas. Então, agora tem que construir.

Um país que é exportador de cana, do seu produto derivado ou de petróleo não vai a lugar nenhum, como todos os países que se especializaram nisso não foram a lugar nenhum

Desafios – Estamos atrasados na energia nuclear...

Conceição – A energia nuclear não entrou na nossa matriz porque se preferiu a hidrelétrica, mas tem tudo para entrar. Todas as possibilidades nós temos. A combinação ideal é complicada porque depende do preço internacional e de como se põe a substituição para etanol, porque etanol é cana e cana significa preço. Eu não considero uma maravilha que a gente vire uma fazenda de cana e um exportador de petróleo. Seria um desastre, está claro? Um país que é exportador de cana, do seu produto derivado e de petróleo não vai a lugar nenhum, como, aliás, todos os países que se especializaram nisso não foram a lugar nenhum. Você conhece algum? A nossa questão é não optar por uma especialização em *commodities*, porque

isso é ruim. Primeiro, porque ainda não sabemos quanto dura um ciclo de *commodities*. Segundo, com exceção dos minerais que usam alta tecnologia e são intensivos em capital, as outras são intensivas em terra e mão de obra não muito qualificada. Então pioram a distribuição de renda, usam as terras de maneira devastadora.

Desafios – Essa ideia de um mar de cana e de petróleo deve ser esquecida?

Conceição – Um mar de cana e de petróleo é para a gente se afogar. Devemos aplaudir a descoberta de petróleo porque é uma garantia que nós teremos, pelo tempo que necessário for, uma matriz energética complexa, com petróleo, etanol e eletricidade hidráulica, que ainda temos muito a explorar porque é a mais barata e a mais limpa. Não sei por que o pessoal do meio ambiente chateia tanto por causa das hidrelétricas, quando é a mais limpa. Em matéria de dotação de recursos naturais, nós somos o contrário da China e somos parecidos com os Estados Unidos.

Desafios – Nesse tema ambiental, é possível deter o aproveitamento econômico da Amazônia, impedir coisas como a rodovia BR-163?

Conceição – Não tem como parar aquilo. Se parar, quebra aquela área inteira. Não é essa a questão. A questão é não desmatar demais, não estimular as pessoas a se enfiarem em áreas ruins. Há o cerrado, que é muito grande, penetra em muitos estados. Se isto vale para soja, vale também para o açúcar. Não vamos fazer grandes plantações só porque queremos ter etanol para exportar. Prefiro exportar manufatura a exportar etanol, que é bom para substituir o petróleo aqui dentro, isso sim. Acho bom que estimulem os automóveis a álcool, em vez de serem todos a gasolina.

Desafios – Para o Brasil, não seria melhor exportar a tecnologia, não o produto?

Conceição – Não vejo nenhuma razão de exportar o produto. É muito ruim. Nós virarmos exportadores energéticos é uma ideia idiota. Vai exportar em dólar com o dólar que não vale nada? Quer dizer, eu não posso impedir que os empresários brasileiros vão fazer negócios no mundo e se globalizem, porque é o mesmo que pedir que o abacaxi vire pera. Não vou reverter a globalização, a não ser que ela reverta a si mesma por um estouro cavalar da economia ocidental, que seria uma catástrofe. Claro que não vamos fazer um ciclo anual para depois parar tudo. Mas é que o setor privado quer fazer logo 400 usinas, e querem que o Estado financie tudo.

Eles querem fazer, mas é o Estado que financia, como sempre. Por que não investem o dinheiro deles? Ora, não pode dar incentivo ao setor privado dessa forma. Não é mercado? Não é capitalismo? Então, o empresário tem que correr o risco. E o governo tem que estudar quais setores, quais atividades e quais tecnologias ele quer incentivar.

Desafios – Com essa desvalorização do dólar, o euro pode ocupar espaço no comércio?

Conceição – Nenhum risco. O euro está tão valorizado quanto nós. É como perguntar se o real pode ocupar esse espaço. Ao contrário, é uma moeda muito valorizada, não tem a menor chance, como em outros tempos o Japão também não teve. Por acaso o iene virou moeda mundial? Se houver um *crash* americano, aí é outra coisa. Mas fica difícil prever. O que aconteceu não dá *crash*, só dá desaceleração. Alguns bancos americanos devem estar mal, mas o Federal Reserve (Fed) não deixa eles quebrarem. Injeta liquidez e baixa a taxa de juros. E baixando os juros, o petróleo sobe. É sempre assim: se o dólar se desvaloriza e o juro americano fica muito baixo, o petróleo sobe, não tem outra. O que aconteceu, aliás, na década de 1970. Uma das razões do petróleo estar como está é que o mercado do petróleo sobe quando o dólar desaba. É provável que, desse preço de quase US$ 100 por barril de petróleo, 30% seja especulação no mercado de futuros.

Desafios – Mas o Brasil não deveria buscar uma diversificação de reservas?

Conceição – Isso é outra coisa. O que se está propondo agora, não sei se a gente vai fazer ou não, mas a própria China fez. Ela não saiu do dólar para ir para o euro. Fez um fundo soberano, que eles aplicam para comprar ativos de outros países. E estão comprando. E, com esse câmbio como está no Brasil, o risco que a gente corre é da dissolução completa, de comprarem tudo.

Desafios – O Brasil deveria fazer um fundo soberano?

Conceição – É uma boa ideia, mas não sei como a gente vai fazer. Nós já estamos fazendo uma coisa que ninguém achava que íamos fazer que é vender títulos na nossa moeda, títulos denominados em real. Agora, já temos uma bolsa que é global. Nós estamos muito globalizados do ponto de vista financeiro. E sem nenhuma tranca. Quando isto ocorre, estar sobrevalorizado é muito perigoso. Porque aí compram.

Desafios – Como se explicam esses fenômenos que envolvem a China?

Conceição – Tudo faz parte de um fenômeno que é explicável, mas não há nenhuma teoria que explique. Não é isso que Keynes disse, não é o que aconteceu no século XIX. Não é que termina o ciclo de crescimento e aí vem o ciclo de finanças. E também porque esse tipo de globalização não tinha, não existia no mundo. Essa coisa de fazer deslocamento conforme o câmbio para exportar, mandar filiais de manufaturas para a China, para exportar de lá para os Estados Unidos, isso nunca houve. Pelo contrário, a Inglaterra acabou com a indústria têxtil hindu. Não queria concorrência, está claro? O que era normal no capitalismo era ter filiais para fornecerem matérias-primas. Como a Europa não tinha matéria-prima, os impérios europeus ocupavam colônias para terem ouro, diamante, metal e petróleo.

Um país que é exportador de cana, do seu produto derivado ou de petróleo não vai a lugar nenhum, como todos os países que se especializaram nisso não foram a lugar nenhum

Desafios – O Brasil conseguirá exportar produtos industrializados com a taxa de câmbio atual?

Conceição – Eu não vejo nenhum problema em longo prazo para nossa pauta de exportações ser diversificada. Não creio que as multinacionais que estão aqui vão embora. O risco é de as fábricas aqui continuarem a produzir para o mercado interno, mas pararem de exportar. É problema, porque aí a nossa pauta de exportações fica quase toda de *commodities*. E um país que tem só uma pauta de *commodities* é um país subdesenvolvido. Não podemos ser só exportador de matéria-prima.

Desafios – Mas essa decisão não está no Brasil...

Conceição – Está sim. Nós fizemos uma política de juros imbecil e continuamos fazendo. Não há nenhuma razão no mundo. A taxa de juro americana caiu. Por que a gente mantém esse juro que é o mais alto do mundo? O que eu vejo agora é que não dá para dizer que o modelo do desenvolvimento está completo. Nós não vamos ser exportadores de matérias-primas para a Ásia, se for a Ásia o centro dominante do mundo. Quer dizer, depois de ser periferia da Europa e ser periferia dos americanos, viramos periferia da Ásia? Eu diria que isso não é um modelo que se proponha. Exportar para eles petróleo, açúcar, etanol, miné-

rio... Isso lá é futuro para um país? No momento, só estamos ainda exportando manufaturas porque são contratos de longo prazo. Mas se, terminando estes contratos, o câmbio continuar como está, não haverá outros contratos de longo prazo.

Desafios – Qual é a causa de tudo isso?

Conceição – Juros. A causa disso é a taxa de juros, que está mal. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sabe disso, a ministra Dilma Rousseff, o ministro Guido Mantega, todo pessoal com quem eu falo no governo sabe. Então, por que parou o processo de queda dos juros? Eu acho que eles se assustaram. Primeiro, não sabiam como o Fed ia reagir. E não sabiam quão grave era a crise do *subprime*. Foi grave, mas não teve uma desaceleração tão violenta.

Desafios – Para manter o crescimento, a taxa de juros tem de voltar a cair?

Conceição – Não é por conta disso que o País vai voltar a crescer. Esse é um dos equívocos que se cometem. Porque a associação entre a taxa de juros e o investimento supõe que você não tenha recursos públicos mais baratos, e tem, é claro, porque o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) acompanha a demanda. Outro galho é a equação financeira externa e interna, é essa brincadeira de câmbio e juro. Como está, essa equação juro e câmbio, nós não aguentamos nem a expansão do mercado interno. Seremos invadidos pelas exportações de todo o mundo. Temos tido saldo com os americanos, mas daqui a pouco vamos ter déficit com eles. Eles é que vão exportar, não somos nós. Então, essa taxa de juros não pode continuar por várias razões, mas principalmente porque ela é um sinal errado do mercado. Não é o mercado que fez, é o Banco Central quem faz. Fosse o mercado... mas não é. O mercado está com juros baixos lá fora.

Desafios – A suspensão do processo de queda de juros não foi por medo da volta da inflação?

Conceição – Não é por causa da meta de inflação que eles mantiveram o juro alto. Tem que parar com essa palhaçada. Foi por causa da coisa externa. Agora é o contrário: por causa da coisa externa, precisamos baixar esses juros para não sermos pegos de calça curta. Porque qualquer variação de moeda mais forte no mundo, com a gente nesta posição, nós vamos tomar chumbo. Isto do ponto de vista do choque. Do ponto de vista do não-choque, das tendências, precisamos baixar os juros para que o câmbio comece a parar de valorizar, devagarzinho. Justamente o risco de desvalorizarmos rapidamente é se levarmos uma trombada. Então, temos que acertar os ponteiros com o mercado enquanto há respiro internacional.

Desafios – As eleições do ano que vem nos Estados Unidos podem mudar esse quadro?

Conceição – Não. Economia não tem que ver com a administração, há muito tempo que não. E, depois, eles não são

ortodoxos. O que o Fed está fazendo é ortodoxo? Os ortodoxos estão todos na Europa. Tomara eu ter o Fed como Banco Central. Eles tratam direitinho.

Desafios – Falando da situação interna brasileira, que papel está tendo essa política de transferência de renda?

Conceição – Teve o de tirar o povo da miséria e melhorar a distribuição de renda, que estava péssima. Para certas regiões, justamente aquelas que precisam mais, como o Nordeste, houve um aumento de compras sensível. Em cerca de 400 municípios, do Nordeste e de outras regiões pobres, como o norte de Minas e região Norte, a renda familiar simplesmente dobrou. Outra coisa boa do Bolsa Família é ter mantido o salário mínimo, que subiu, como piso da Previdência. Não se pode tirar o mínimo como piso porque os velhinhos vão morrer de fome. São os mais velhos, sobretudo da área rural, que seguram a renda das famílias. Manter a Previdência rural tendo como piso o salário mínimo é uma grande coisa em matéria de distribuição de renda. Aliás, quem estendeu a Previdência ao campo foi o general Ernesto Geisel. Ele era desenvolvimentista, era de direita, mas era desenvolvimentista. Quanto aos anos recentes, houve distribuição de renda para os mais pobres, mas também houve, esse é que é o problema, um achatamento na classe média-média – aquela que está em torno dos cinco salários mínimos.

Desafios – A política externa está correta?

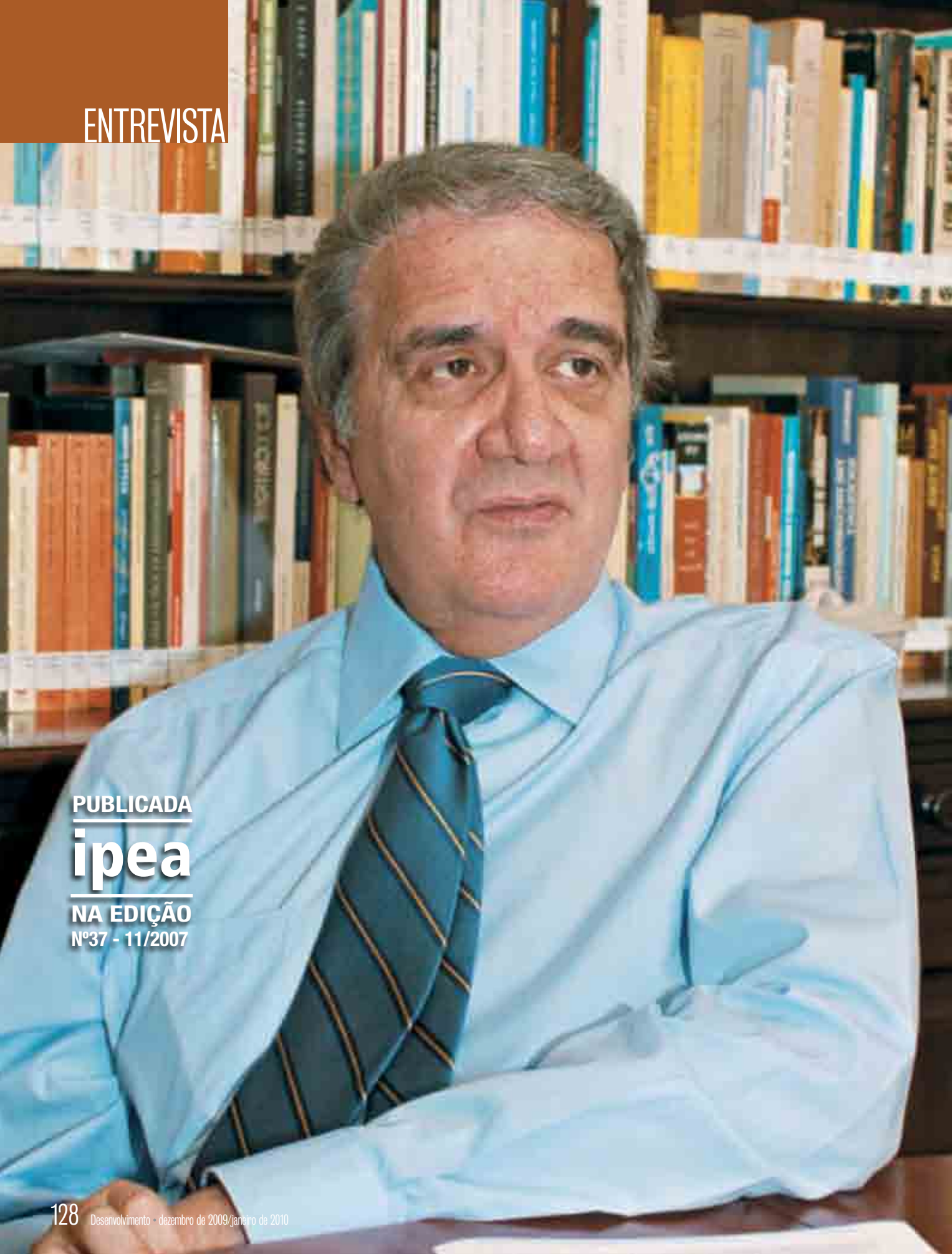
Conceição – Está. Aponta na direção do que estamos falando. Apoia a integração da América do Sul, não briga com os parceiros. Se o Lula não existisse, estava todo mundo aos palpos uns com os outros. Mas é muito difícil. No caso chileno, por exemplo, não se consegue fazer nada. A presidente Michelle Bachelet é socialista, mas não consegue fazer. Os fundos de pensão que haviam sido privatizados agora estouraram, como era de esperar. Está tudo em cima do setor público de novo. Como o preço do cobre está lá em cima, eles estão se segurando.

Desafios – E a política educacional?

Conceição – Uma droga é que os estudantes são extrema-esquerda demais. Então, uns são contra o governo Lula e contra a reforma. Não querem que aumentem as vagas, não querem cotas, dizem que tudo isso tira o nível da universidade pública. Vê se pode? Frequentam a universidade grátis e pobres não são, e ainda por cima não querem que entrem nem negros nem pobres? Tudo aquilo que a gente sabe que tem que ser feito. Eu já acho mais difícil, e longo, as grandes metas universais.

Desafios – O Brasil tem chance de virar uma democracia social?

Conceição – Acho que não dá para acusar o presidente Lula. Não fez nenhuma medida antissocial e tem feito no social o que pode. Só que é pouco. As políticas universais são as mais pesadas e aí ele tem investido, mas leva tempo. Não creio que termine o social no mandato dele. O que é essencial é pôr o País em condições de voltar a se desenvolver economicamente para dar uma certa infraestrutura para o social. No meu tempo de BNDES, diziam "façam o desenvolvimento econômico que o social vai por gravidade". Ninguém era a favor da distribuição de renda. Eu vivia brigando com eles. A velha guarda queria fazer o desenvolvimento das forças produtivas, "e o resto vem por gravidade". E era mentira, é claro. Agora, o presidente Lula tem feito o social, evitando que o ajuste fiscal e a política monetária atrapalhem. Ele foi o único que fez realmente um programa social de escala alta, a despeito da gritaria que isso aí é assistencialista, de que não vai a lugar nenhum e que isso dá déficit público. Mas está com um problema grave de forças produtivas. Então, agora espero que vários arcanjos ajudem vários setores.



PUBLICADA
ipea
NA EDIÇÃO
Nº37 - 11/2007

Luiz Gonzaga Belluzzo

Políticas sociais melhoram a distribuição de renda

"O Brasil fez sua industrialização sem construir o estado do bem-estar. Agora, o envelhecimento da população brasileira nos obriga a desonerar a folha de salários e financiar a Previdência por meio de impostos gerais. A ideia de cada um só receber o que pagou se funda numa relação mercantil. A lógica distributiva é a que deverá prevalecer, obrigando que todos contribuam", diz o professor Luiz Gonzaga Belluzzo, em entrevista à revista **Desafio do Desenvolvimento**."

Por **Jorge Luiz de Souza** - de São Paulo

Perfil

Um economista muito experiente

Professor aposentado da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, nascido em São Paulo em 1942, hoje leciona nas Faculdades de Campinas (Facamp). Formou-se em direito pela Universidade de São Paulo (USP), onde também estudou ciências sociais na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Fez pós-graduação em desenvolvimento econômico no Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (Ilpes), vinculado à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), e doutorado na Unicamp.

Foi assessor econômico do PMDB de 1974 a 1992, secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda de 1985 a 1987 (gestão do ministro Dílson Funaro), secretário de Ciência e Tecnologia e secretário de Relações Internacionais do Estado de São Paulo (gestões dos governadores Orestes Quércia e Luiz Antonio Fleury). Foi um dos formuladores do programa econômico do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e participa do Conselho Curador da nova rede de televisão pública federal e do Conselho de Orientação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**).

É membro dos Conselhos Superiores da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, membro eletivo do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta e presidente institucional do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. Também é diretor de Planejamento da Sociedade Esportiva Palmeiras, consultor editorial da revista *Carta Capital*, assina uma coluna semanal no jornal *Folha de S. Paulo* e uma quinzenal no site *Terra Magazine*.

Em 2001 foi incluído no livro *Biographical Dictionary of Dissenting Economists* entre os cem economistas dissidentes do século XX. É autor ou coautor, entre outros livros, de *Valor e Capitalismo* (Editora Brasiliense, 1980), *O Senhor e o Unicórnio – A Economia dos Anos 80* (Brasiliense, 1984), *A Luta pela Sobrevivência da Moeda Nacional* (Editora Paz e Terra, 1992), *Depois da Queda* (Editora Civilização Brasileira, 2002), *Poder e Dinheiro* (Editora Vozes, 1997), *Estados e Moedas* (Vozes, 1999). Em 2005, foi agraciado com o Prêmio Intelectual do Ano 2004 (Troféu Juca Pato), promovido pela União Brasileira de Escritores (UBE), com o livro *Ensaios sobre o Capitalismo do Século XX* (Editora Unesp, 2004).

Desafios – Qual é a sua expectativa como membro do novo conselho do **Ipea**?

Belluzzo – É um conselho de economistas mais experimentados, pessoas mais velhas, e será uma espécie de referência e de orientação para que o debate interno seja capaz de trazer à tona os temas relevantes para a sociedade e para a economia brasileira. Terá a função de ampliar o debate, e não de restringir. O conselho não pode interferir na liberdade de pesquisa, que deve nascer de baixo para cima, a partir da iniciativa dos pesquisadores. Acho que o conselho vai funcionar como um representante da sociedade, porque seus membros são pessoas que têm mais relações com a sociedade do que normalmente os técnicos têm.

Desafios – O tema desta edição é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2006. Quais são suas análises dessa pesquisa?

Belluzzo – Precisamos aprofundar a discussão, porque a divulgação da PNAD foi feita de uma maneira muito restrita. Pela pesquisa, nota-se claramente que algumas regiões do País ainda têm estruturas de produção e de emprego bastante atrasadas, e em outras ela já está bem avançada. Uma das informações notáveis que a PNAD 2006 apresentou é que nos últimos anos o grau de formalização aumentou muito nas relações de trabalho e a renda subiu de uma maneira razoável - nada espetacular, mas eu diria que esse é um fenômeno universal. As políticas sociais do governo cumpriram um papel muito importante na melhoria da distribuição de renda. O papel da Previdência e do salário mínimo, por exemplo, foi de uma importância muito grande na melhoria das condições sociais.

Desafios – São mecanismos muito importantes?

Belluzzo – O Brasil fez sua industrialização sem construir o estado do bem-estar. Aliás, essa é uma característica das industrializações dos países da América Latina e também da Ásia. O debate sobre os direitos sociais e econômicos da população e sobre a necessidade de haver uma rede de proteção mais forte, teve um papel muito pequeno, até na obra dos economistas mais considerados. É uma falha grave porque significa desconhecer as características da economia contemporânea, do capitalismo moderno. Nós estamos atrasados nessa discussão. E quando ela chegou, encontrou muita resistência porque não houve aqui os embates políticos e ideológicos que foram travados na Europa e nos Estados Unidos.

O grau de sindicalização no Brasil é baixo, a despeito de ter avançado nos últimos anos, e está muito concentrado em algumas atividades mais adiantadas

Desafios – Não tinha uma organização dos trabalhadores?

Belluzzo – Ainda hoje o grau de sindicalização aqui é baixo, a despeito de ter avançado nos últimos anos, e está muito concentrado em algumas atividades mais adiantadas. A PNAD mostra que a sindicalização é insuficiente para constituir um corpo de representação dos trabalhadores e defesa dos interesses. Pode-se alegar que na Europa e nos Estados Unidos isso regrediu. Mas lá a reorganização da força dos trabalhadores renasce, pa-

radoxalmente, das transformações que ocorreram no mercado de trabalho, porque não tem mais o sindicato tradicional, montado em cima da indústria "fordista". Estão começando a se dar conta de que mesmo um trabalhador independente precisa de um sistema de proteção. São esses, na verdade, os mais precarizados, os que estão na pior situação. O bom desempenho das economias americana e europeia durante os últimos 30 anos tem a ver com essa rede de proteção. Agora, estamos num momento crítico desse estado do bem-estar, porque tem outros protagonistas, como os imigrantes.

Desafios – No Brasil, foram migrantes internos...

Belluzzo – Esses imigrantes internos vieram antes e geraram o fenômeno da urbanização, as grandes cidades, que são verdadeiras aberrações, onde a desigualdade brasileira está representada de uma maneira brutal. As periferias paupérrimas, cujo atendimento às necessidades básicas tem melhorado, mas ainda de forma insuficiente, não têm equipamento urbano, são abandonadas, não têm a presença da coisa pública, da polícia, da justiça, dos equipamentos de saúde, educação... Foi a sociedade brasileira, com sua desordem, que construiu isso. É muito difícil organizar um debate racional em torno disso, informado pelos valores da sociedade contemporânea, aqueles que sobraram, como o valor da justiça social, da igualdade, e porque o debate está centrado num ressentimento grande dos que foram vítimas. Não é uma coisa que vai se resolver a curto prazo.

Desafios – Qual tem sido o efeito das políticas sociais e do crescimento econômico?

Belluzzo – Olhando a PNAD se vê claramente que a Previdência, o salário mínimo e o Programa Bolsa Família tiveram um papel importante na redução da desigualdade, sobretudo para

tirar as pessoas da miséria absoluta. E eu imagino que, se a economia crescer mais rapidamente, é inevitável que a desigualdade aumente alguma coisa, mas, por outro lado, um crescimento de 5% a 7% ao ano vai fazer com que todos melhorem um pouco.

Desafios – O que pode ser feito para facilitar o emprego formal?

Belluzzo – Uma boa proposta de reforma trabalhista é a que o governo está encaminhando, de desonerar a folha de pagamento. Essa é uma discussão que vem desde o final dos anos 1970 para mudar as fontes de financiamento da Previdência. Outra coisa que a PNAD mostra é o envelhecimento da população brasileira, ainda lento, mas firme e progressivo, que também nos obriga a desonerar a folha de salários e fazer com que o financiamento da Previdência ocorra através de impostos gerais. A ideia de que só se deva receber aquilo que cada um pagou se funda numa relação ainda mercantil da Previdência. É o do ret des (tradução: "dou para que tu dês"), que é a lógica da justiça comutativa. Já a lógica da justiça distributiva, que é a que deve prevalecer, no meu ponto de vista, obriga que todos contribuam. Não sou um igualitarista rousseauniano e acho que algumas funções de Estado merecem aposentadoria diferenciada, como o caso de juízes, promotores, delegados e militares. Mas acho também que eles têm que contribuir para pagar a aposentadoria dos que são cidadãos como eles.

Desafios – Um exemplo disso não seria a Previdência rural no Brasil?

Belluzzo – É um problema de assistência social, porque os beneficiários não contribuíram. E isso foi iniciado pelo governo militar, mas foi incorporado à Constituição de 1988. É um avanço incrível. Toda vez que se fala de reforma constitucional eu tremo na base, porque aqui no Brasil as reformas só são feitas para desconstituir direitos. Falando agora como economista, nós não podemos criar nenhuma despesa sem a receita adequada, sem que tenha os recursos. Temos que ter um sistema capaz de se financiar sem prejudicar o sistema econômico. Acho até que o dia em que conseguirmos chegar a um nível de conscientização e maior compreensão da nossa responsabilidade com a sociedade, nós podemos até baixar um pouquinho a carga sobre alguns, sobre os que mais pagam.

Desafios – As reformas trabalhista, previdenciária e fiscal poderão caminhar separadas?

Belluzzo – Devem correr conjuntamente. Mas é muito difícil fazer reforma fiscal no atual quadro, do ponto de vista político. Há problemas pelo fato de o Brasil

ser uma federação, ter interesses divergentes entre os estados. Um governador me disse que "é melhor deixar como está, fazer uma coisa mais modesta", e é isso que se faz há décadas. Talvez hoje seja o caso de discutir uma reforma progressiva, porque eu acho muito difícil fazer hoje uma reforma de alto a baixo. Vamos olhar o financiamento da Previdência. Devíamos pensar em alterar isso, aproveitando o fato de a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) estar em questão.

Desafios – Outro tema: como analisa os dados da PNAD sobre educação?

Belluzzo – Ter mais de 90% da população na faixa etária entre 14 e 17 anos freqüentando escolas é um dado interessante, mas, por outro lado, não mostra (nem é função da PNAD mostrar) que a qualidade do ensino caiu muito. Eu, como professor da universidade, tenho muita experiência de receber alunos desde os anos 1960, e posso atestar que esse número deve ser tomado com grande cautela por conta da queda da qualidade da educação. Nós temos casos de gente que chega no terceiro colegial e não sabe ler nem escrever direito. E esse é um fenômeno que vem se agravando com o tempo e que não vai se resolver da noite para o dia. Há uma discussão de como tratar a educação.Vi na televisão um jovem dizer que não havia uma correlação clara entre o salário dos professores e a qualidade do ensino.

Desafios – Então, não é só uma questão orçamentária?

Belluzzo – Não é só gastar mais ou gastar menos. Eu poderia baixar o raciocínio inverso: então, vamos baixar o salário dos professores para ver se o ensino melhora. É um pouco assustador que os economistas façam essa correlação e tirem uma conclusão assim. O que nós sabemos é que o tempo integral na escola muda muito o rendimento do aluno. O professor não pode dar 48 horas de aula por semana porque fica sem tempo para estudar, para se preparar. Muitos professores do setor básico não têm curso universitário. Vai ser um processo lento, porque a deterioração foi muito longa. Desde o final dos anos 1960 a escola pública começou a perder qualidade. A classe média se habituou a ter ensino privado, saúde privada, segurança privada, e isso não vai funcionar.

Este é um país que pode ter as duas coisas: ser um grande exportador de commodities e ter um protagonismo adequado na exportação de manufaturados

Desafios – As escolas estão suficientemente presentes na periferia?

Belluzzo – Hoje temos outros meios eficazes, como, por exemplo, o uso do ensino a distância. E há uma questão que não pode ser desprezada, do âmbito dos sociólogos, que é a relação entre a família e a escola, que piorou muito. Muitos pais tentam facilitar as coisas para os filhos, mas, se alguém conversar com os educadores, eles vão te dizer, quase sem exceção, que os pais não colaboram com a educação porque tendem a desautorizar os professores. Houve uma mudança nesse padrão. Não estou fazendo nenhum julgamento moral, só constatando que houve uma mudança. Quando eu estava na escola, certamente, se eu chegasse para meu pai e reclamasse da professora, eu levaria umas palmadas. Isso faz parte da socialização do indivíduo. A escola tem que ajudar, e os pais também, a ensinar os meninos a usar a liberdade numa comunidade em que todos têm direitos iguais. Aquilo que passou a fazer parte do imaginário social desse segmento da população não é bom para educar as crianças, porque elas serão adultos, a meu juízo, pouco sociáveis.

Desafios – Antes, havia a escola opressora e hoje o problema é o contrário?

Belluzzo – É, e olhando os resultados da escola repressora, acho que eram até melhores. Então isso aí é um sinal ruim. Os dados são bons, mas os sinais são ruins. A educação, nos clássicos, voltando a Rousseau, ela é uma forma de compreensão e integração à sociedade. É mais amplo do que ensinar uma técnica. Eu vejo isso muito nos nossos colegas economistas. Eles tendem a se colocar numa posição superior para julgar o comportamento dos outros.

Desafios – Retomando a PNAD, como vê as questões habitacionais e de saneamento?

Belluzzo – Eu acho que o Brasil ainda tem um déficit habitacional grande. Eu vi na PNAD que o número de famílias que têm casa própria ainda é pequeno ante o total das famílias. Cresceu, melhorou, mas ainda é pequeno. O Brasil tem um problema habitacional grave, que é resolvido de maneira não-convencional com as favelas. Uma questão que hoje é central é o financiamento da habitação, já que a inflação caiu e o sistema de crédito pode financiar de uma maneira mais favorável.

Desafios – Emprego precário não deixa o trabalhador com medo de tomar empréstimo habitacional?

Belluzzo – Em condições normais, a Europa e os Estados Unidos sempre tiveram sistemas para as classes de baixa renda muito subsidiados pelo poder público, e sistemas para a classe média, com juros bastante razoáveis, também favorecidos. Nos Estados Unidos é o setor privado que financia, ancorado pelas agências públicas, que são bancos de segunda linha que dão liquidez ao mercado de créditos hipotecários. O Brasil precisaria constituir um sistema como esse para que o setor privado entrasse mais. Há uma relação muito clara entre a maior segurança no emprego e a disposição das pessoas se endividarem. No discurso do presidente americano Franklin Roosevelt ao criar a Previdência, ele fala que é preciso dar segurança ao cidadão comum para que ele possa funcionar como consumidor. O financiamento também é fundamental para fazer esse setor avançar, assim como o gasto público em infraestrutura e saneamento.

Desafios – Para o saneamento, é mais difícil atrair o investimento privado?

Belluzzo – Em certas áreas o gasto público é fundamental. Um amigo meu disse que o esgoto tem que ser coisa do poder público, salvo raras exceções. Acho difícil uma empresa investir em saneamento de alguma maneira rentável numa área de pobreza. É preciso que o Estado tenha flexibilidade. Eu não sou contra a privatização das estradas. Em São Paulo, quem deu o primeiro passo para que as estradas fossem privatizadas fui eu no governo Fleury. A combinação de público e privado tem que ser feita de maneira pragmática e não dogmática. Mesmo na privatização, o poder público não deixa de ter seu ônus. Cada caso é um caso. No caso de São Paulo, por exemplo, o pedágio é caro, mas do ponto de vista do usuário melhorou muito a qualidade das estradas. Já o saneamento é menos suscetível a privatização, mesmo nas cidades maiores. Cada setor tem sua especificidade. Não cabe mais essa ideia de que tem que privatizar tudo, ou que tudo tem que ser estatal, porque não é mais assim.

Desafios – O que aconteceu com o Brasil nos últimos anos diante do atual ciclo econômico mundial?

Belluzzo – Superamos um fator impeditivo para o crescimento da economia com estabilidade, que era o estrangulamento externo. Toda vez que tínhamos uma crise no balanço de pagamentos logo depois vinha um período de aceleração da inflação. Fomos obrigados a conviver com a inflação durante muito tempo, e isso era responsável também pela piora na distribuição de renda. Não devemos subestimar os ganhos obtidos com a queda da inflação. E que uma boa gestão fiscal é importante. Não significa que se deva ter permanentemente um superávit primário (ele já é fruto dos choques e destemperos que tivemos no passado). Mas o gasto público não pode se comportar de maneira pró-cíclica: quando o setor privado está gastando e criando emprego, é preciso administrar o gasto público de modo a impedir que ele seja um fenômeno adicional de aceleração. Um bom keynesiano pensaria assim: quando o setor privado não cumpre, o gasto público tem que suprir.

Desafios – Foi o cenário internacional que permitiu ao Brasil se livrar do estrangulamento externo?

Belluzzo – Há uma mudança que veio para ficar, que é a presença dos asiáticos, particularmente da China, que tem uma dotação de recursos naturais diferente da do Brasil, e isso nos dá uma posição importante como exportador de *commodities*. Por outro lado, isso favoreceu a valorização do real e ajudou muito na queda da inflação. Temos que levar em conta que essas transformações trouxeram vantagens e desvantagens para o Brasil. As indústrias brasileiras que sobreviveram hoje são outras, são melhores e aprenderam com os choques. Por outro lado, nossa estrutura industrial está submetida a uma tensão permanente por parte da concorrência chinesa. Eu diria que deveríamos aproveitar esse momento adequadamente, para fazermos transformações no sentido de ter uma política industrial, não permitir que o câmbio valorize tanto, para proteger nossa indústria. Este é um país que pode ter as duas coisas: pode ser um grande exportador de *commodities* e pode ter um protagonismo adequado na exportação de manufaturados. Estamos fazendo uma troca errada, de exportar couro em vez de exportar calçados, madeira em vez de móveis, o que é um fenômeno regressivo.

Desafios – A PNAD mostra que os dados melhores estão no espaço da economia urbana industrial...

Belluzzo – Isso não é uma coisa prosaica. Ter ou não indústria é relevante sim, sobretudo num país com um grau de urbanização como no Brasil. A indústria dá densidade às relações econômicas, promove o surgimento de serviços mais produtivos, atrai e exige que o Estado gaste em ciência e tecnologia, na formação de gente.

Desafios – Essa tranquilidade em relação ao exterior pode se perder?

Belluzzo – Pode. No balanço de pagamentos, nós estamos com um superávit que tende a ser menor, na medida em que a economia cresça e que o comportamento dos preços internacionais não seja assim tão favorável para nós. Por outro lado, nós temos pela primeira vez uma situação externa muito favorável e um nível de reservas mais do que razoável, e acho que devemos aumentar ainda mais. Hoje há um debate no mundo sobre se é

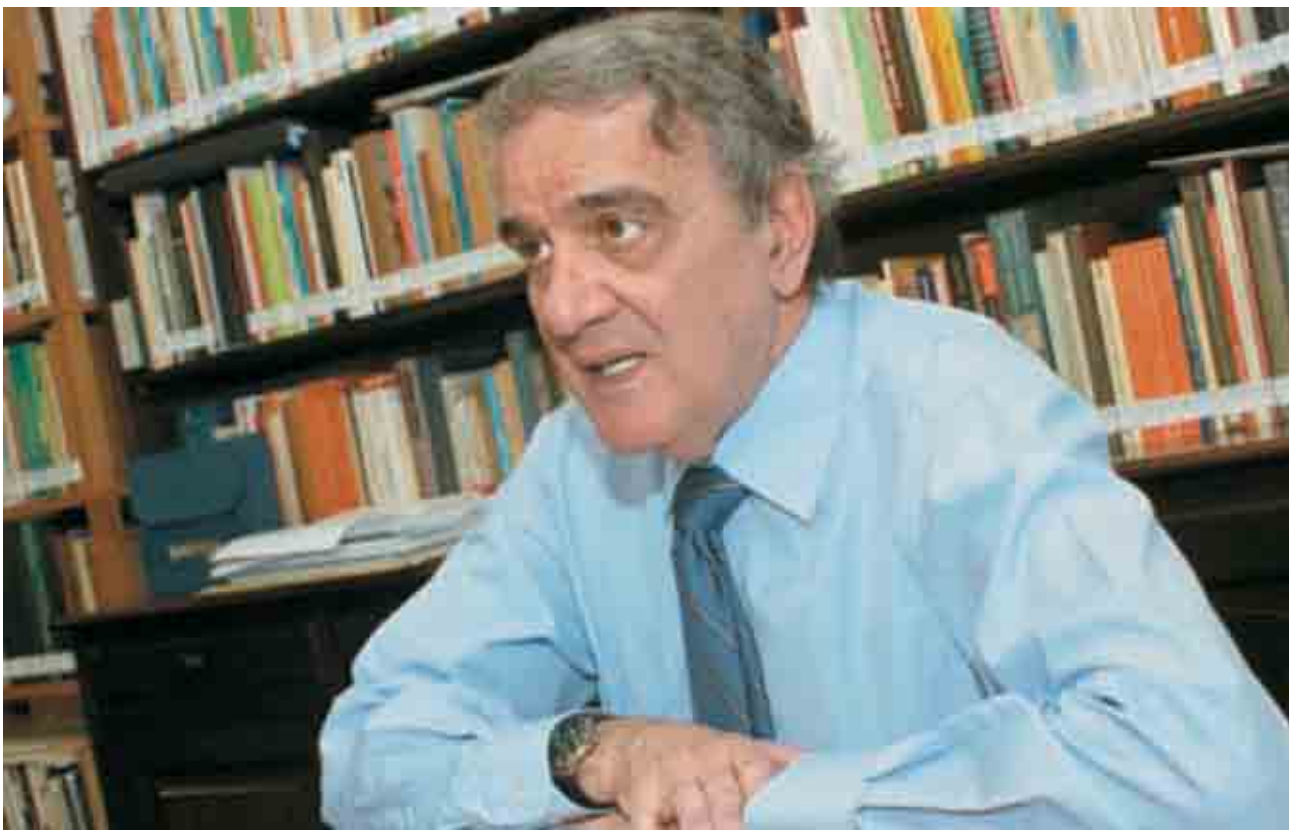
conveniente ou não acumular mais reservas. Os economistas trabalham com a ideia de que o custo de carregamento das reservas pela esterilização ou pela emissão de dívida pública ou de dívida do Banco Central para esterilizar não compensa *vis-à-vis* o custo de aplicação dessas reservas. O fato é que isto tem um ganho não visível. A economia americana pode gastar do jeito que gastou, as famílias e mesmo as empresas, porque tem de outro lado uma oferta relativamente elástica industrial, representada pela oferta de mão de obra chinesa e asiática em geral que produzem a preços muito baixos. Esse arranjo favoreceu o Brasil e permitiu o rápido ajustamento externo, acumular reservas, a inflação cair.

Desafios – O dólar vai continuar sendo a moeda de reserva?

Belluzzo – Provavelmente o mundo vai ter que rever o arranjo monetário internacional. Com o euro ganhando mais proeminência (as exportações da China para a Europa estão crescendo mais rapidamente do que para os Estados Unidos), vai ser uma moeda com papel maior na denominação de contratos financeiros e nos contratos de exportação e importação. É preciso que se tenha uma gestão menos dependente dos interesses de economias nacionais, mesmo em se tratando da economia americana. Isso é uma das razões das assimetrias de ajustamento, é uma das razões pelas quais os países têm que acumular reservas, usar de políticas mercantilistas para acumular reservas.

Desafios – O que podemos esperar da política econômica no Brasil?

Belluzzo – Se a economia mundial tiver uma recessão ou uma desaceleração forte e a nossa economia continuar crescendo a 5%, o superávit comercial vai cair por conta dos diferenciais de crescimento. Depende de qual vai ser a desaceleração. Se for muito forte, o Brasil tem que mudar o *mix* da política econômica. Eu temo que o Banco Central tenha uma certa dificuldade de fazer isso. Não pode deixar a taxa de juros tão alta nem o câmbio tão valorizado porque as condições que permitiram isso vão desaparecer. Mas eu acho que temos um espaço grande para manobrar porque acumulamos reservas. Não vai haver nenhum choque como antigamente, quando se tinha que mudar a política instantaneamente e não se conseguia porque o ajuste era traumático, em geral vinha com desvalorização cambial muito forte e com a retomada da inflação. E isso era mortal. Hoje estamos numa situação muito melhor. Se houver uma recessão mundial, o choque na inflação não vai ser tão grande, mas outros componentes, como a demanda de *commodities*, vão ter que se ajustar.



PUBLICADA
ipea
NA EDIÇÃO
Nº24 - 07/2006

Rubens Ricupero

A América está partida

As tentativas de ampliação do Mercosul e de criação de uma área sul-americana não deram resultados e parecem estar em declínio e dissolução.

Por Andréa Wolffenbüttel - de São Paulo

Perfil

Homem de mil instrumentos

O olhar, de um azul transparente, é tranqüilo. A fala é mansa - em português, francês, inglês, espanhol, italiano ou alemão. Quem passa por ele numa das ruas do bairro de Higienópolis, na capital paulista, onde mora, não diz que Rubens Ricupero, casado, pai de quatro filhos, carrega a bagagem que, de fato, traz nos ombros, na mente e no coração. Em 69 anos de vida, ele fez, e continua a fazer, de tudo. Não é tarefa fácil resumir, em poucas linhas, o currículo do atual diretor da Faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado.

Aluno dos cursos de letras neolatinas e economia - que, inquieto, não concluiu -, Ricupero se formou em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Preferiu escapar dos tribunais e se voltou para a carreira de diplomata. Em 1961, quando Juscelino Kubitschek passava o bastão da Presidência da República para Jânio Quadros, estreou como funcionário do Itamaraty. Ali foi, entre outras coisas, chefe da Divisão de Difusão Cultural e do Departamento das Américas. Escolhido assessor internacional pelo presidente eleito Tancredo Neves, serviu a seu sucessor, José Sarney. Depois, ocupou as pastas do Meio Ambiente e Assuntos Amazônicos e da Fazenda (quando implantou o Plano Real). Sim, também presidiu o Comitê de Finanças na Conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, em 1992, no Rio de Janeiro - a Eco-92.

No exterior, comandou embaixadas brasileiras nos Estados Unidos e na Itália, atuou no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt) e foi secretário- geral da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad). Em sala de aula, ensinou teoria de relações internacionais na Universidade de Brasília e lecionou história das relações internacionais do Brasil no Instituto Rio Branco, além de ministrar cursos no Peru, Suriname e Gabão. Nesse universo, mais acadêmico, escreveu vários livros sobre política externa, economia e história. Atualmente, além da Faculdade de Economia, dirige o Instituto Fernand Braudel, ONG que realiza pesquisas e debates acerca de problemas brasileiros e latino-americanos. Enfim, dizer que Ricupero é um homem de mil instrumentos talvez seja subestimá-lo.

Desafios – Como o senhor vê o momento político que a América Latina atravessa?

Ricupero – Vejo um panorama de fragmentação. Não existe uma proposta agregadora de caráter construtivo nem temas unificadores, como havia na época da Guerra Fria, quando a guerrilha eclodiu na América Central e se falava nos perigos da influência cubana. Eram questões de caráter conflituoso, mas que causavam, senão unanimidade, pelo menos o surgimento de grandes maiorias. Atualmente, a multiplicação de encontros de cúpula não produz mais que pura retórica. Na prática, a tendência é a diferenciação. Os países do norte, México, América Central, Caribe, estão cada vez mais incorporados ao espaço econômico dos Estados Unidos. Essa é uma orientação comercial histórica, hoje acentuada porque a integração se dá também pela imigração. Os grandes contingentes latinos nos Estados Unidos são originários do México, do Caribe e da América Central. Enquanto isso, na América do Sul há diversificação.

Desafios – Como é essa diversificação?

Ricupero – Países como Colômbia, Peru e Equador tendem a se integrar ao mercado norte-americano. Os do sul não têm essa interação, mas não foram capazes de construir alternativa eficaz. As tentativas de ampliação do Mercosul e de criação de uma área sul-americana não deram resultados e parecem estar em declínio e dissolução. Para piorar, dois grandes temas dividem a América Latina. Um é a postura do presidente venezuelano, Hugo Chávez. Outro é o Acordo de Livre Comércio das Américas (Alca), ou projetos semelhantes.

Desafios – O senhor acha que essa fragmentação é consequência da história ou da falta de liderança e iniciativa dos governos?

Ricupero – Creio que metade-metade. Nenhum governo, inclusive o brasileiro, apresentou uma proposta convincente, construtiva, de desenvolvimento de todo o continente, por meio não só do comércio mas também de financiamento. O Mercosul é semelhante à Alca, com o Brasil como o país forte em lugar dos Estados Unidos. Não oferece garantias de investimentos para que os mais fracos diversifiquem suas exportações. Mas há também raízes na evolução histórica. No período da Guerra Fria, a América Latina estava mais presente na agenda diplomática mundial do que hoje. Os grandes temas na política atualmente são basicamente quatro: o terrorismo internacional, o radicalismo islâmico, a proliferação de armas de destruição em massa e o conflito entre Israel e palestinos. São tópicos em que a América Latina - talvez o único continente sem ligação com o islamismo - é inteiramente irrelevante.

Desafios – O senhor fala de um modo que parece ser azar o Brasil estar distante do conflito islâmico, mas é sorte, não é?

Ricupero – É sorte, mas nos deixa fora da agenda. Não somos atingidos pela violência, mas também não despertamos atenção nem interesse. A preocupação com o desenvolvimento concentra-se nas áreas mais miseráveis do mundo, em 50 países, dos quais 34 estão na África e um único na América, o Haiti. Mesmo Bolívia e Honduras já não se enquadram nessa categoria, a dos mais miseráveis. Assim, a América Latina se encontra um pouco órfã da política mundial.

Desafios – A construção do gasoduto que ligaria as jazidas venezuelanas à Argentina, passando pelo Brasil, não seria um projeto de integração continental?

Ricupero – Sim, para a América do Sul especificamente. Essa é uma ideia antiga de Eliezer Batista (um dos primeiros

presidentes da Companhia Vale do Rio Doce, hoje consultor especial da empresa, ex-ministro de Minas e Energia do governo João Goulart e membro do Conselho Coordenador das Ações Federais no governo Fernando Henrique Cardoso) - a integração do miolo do continente, com redes de estradas, de energia, de telecomunicações. Com base na importação de petróleo, gás, carvão e energia elétrica, seria possível criar o que os europeus fizeram com a Comunidade do Carvão e do Aço. O projeto é válido, ainda hoje, em termos conceituais. Infelizmente, não é factível devido à grande insegurança pela radicalização da postura política do presidente venezuelano, Hugo Chávez. Em março deste ano, Chávez tentou impor mudanças a duas empresas petrolíferas estrangeiras, a francesa Total e a italiana Eni, e ameaçou expulsar e expropriar as companhias. O caso da Bolívia foi posterior e criou, obviamente, uma grande insegurança, mesmo na Petrobras, que investiu na Bolívia no contexto de acordos pedidos pelos próprios bolivianos, de Estado a Estado. Na realidade, a Petrobras nunca teve grande interesse pelo gás boliviano por uma razão simples: ele substituiria, em São Paulo, o óleo combustível que a empresa produzia e produz. Foi à Bolívia porque o governo quis assim. Então, no momento em que a Petrobras está representando o Estado brasileiro e é tratada dessa maneira, fica eliminada qualquer possibilidade de parceria. Porque confiança é como diz aquela cantiga infantil: "O anel que tu me destes era vidro e se quebrou". Quebrou, não tem mais como consertar - e quem disse isso foi o ministro Celso Amorim, em depoimento ao Senado.

Desafios – O senhor concebe alguma proposta agregadora para a América Latina?

Ricupero – Bem, eu acho uma tragédia que o gasoduto transcontinental, que era a ideia que mais fazia sentido prático, tenha sido inviabilizado. Então, a meu ver, por enquanto não existe nenhuma proposta integradora possível. O grande projeto, sem viabilidade prática, seria a integração com os Estados Unidos, num acordo em que norte-americanos, como ocorreu com os europeus, aceitassem promover investimentos para corrigir o desequilíbrio de nível econômico entre os países da região. A grande diferença entre o modelo de acordo comercial europeu e o norte-americano é que o europeu sempre foi baseado na ideia de transferências financeiras maciças para os países mais fracos. Os americanos sempre quiseram a integração restrita à liberação do comércio e à abertura de campo aos investimentos privados.

Desafios – Quer dizer que estamos condenados ao "cada um por si"?

Ricupero – Não necessariamente. Há esquemas menos ambiciosos. Uma boa ilustração é a integração entre Peru e Brasil pelas estradas da fronteira do Acre até o Pacífico e pelo fornecimento de gás (porque o Peru tem grandes jazidas). Outro exemplo é o vínculo que vem se formando entre Brasil e Colômbia. Já existe uma siderúrgica brasileira em território colombiano e o País tem interesse no carvão e no petróleo da Colômbia, de boa qualidade. Existe também um bom potencial em matéria de comércio com o México, já explorado por um acordo que pode ser muito ampliado. Não tenho muita esperança na relação que o Brasil tem com a Venezuela. Da Bolívia, então, *ni hablar*, como se diz em espanhol. Temos de reforçar nossas relações com países que têm os pés mais na terra.

Desafios – O Chile estaria entre esses países?

Ricupero – Sem dúvida. A meu ver, em

toda a América Latina, o Chile é o mais próximo de um modelo ideal de amadurecimento político, de eficácia econômica e do Estado, e de uma política social inteligente. Tem fundamentos sólidos. Eu acho o Brasil um pouco perdido, sem projeto.

Desafios – A sensação que se tem é que o Chile atingiu essa maturidade durante a ditadura do general Pinochet. É possível construir um modelo semelhante num ambiente democrático?

Ricupero – Claro que sim. Essa é uma análise equivocada. O Chile sempre foi uma singularidade na América Latina. Não é verdade que no século XIX o Brasil era o único país com um mínimo de estabilidade num continente de revoluções. O Chile, logo depois da independência, na década de 1830, teve um grande dirigente, Diego Portales, um conservador esclarecido que criou um Estado forte e eficaz. Por volta de 1850, havia no Chile um sistema partidário sólido, como o Brasil nunca teve, e sufrágio universal. O golpe militar não tem o mérito do sucesso chileno. O Chile é um Estado muito eficaz, muito melhor do que o brasileiro, comparativamente incompetente.

Desafios – Como o senhor avalia a política exterior praticada pelo Brasil?

Ricupero – Eu concordo com o conteúdo da maioria das linhas da política externa. Sou favorável a que o Brasil pleiteie um posto permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Acho brilhante a aliança feita com os outros aspirantes, a Alemanha, a Índia e até o Japão. Nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), penso que a união dos países em desenvolvimento no Grupo dos 20 foi um grande êxito. Acho que o Brasil tem posição muito destacada, muito acertada na defesa da liberalização agrícola. A postura contra a Alca foi correta, porque os americanos ofereciam muito pouco acesso ao mercado para produtos agrícolas mais sensíveis ao protecionismo e queriam concessões exageradas em termos de propriedade intelectual, que, naquele momento, inviabilizariam o programa brasileiro de medicamentos genéricos. Isso posto, minha maior crítica é que os responsáveis pela política externa brasileira, não só dentro do Itamaraty, não têm conseguido gerar consenso interno, obter apoio.

Desafios – Como assim?

Ricupero – Há um ano eu escrevi um artigo: "O fim do consenso". Começava lembrando que o doutor Tancredo Neves, com quem trabalhei, disse num discurso que a política externa brasileira conduzida pelo Itamaraty era consenso nacional. Hoje não é mais. E o governo tem responsabilidade em cinco áreas. Primeiro, deu muito mais ênfase à ruptura do que à continuidade. Havia muita coisa na OMC, sobre a Alca, sobre o Mercosul, que vinha do passado e não foi reconhecida. O segundo erro foi transformar a política externa na bandeira de um partido. Partido, substantivo proveniente do verbo "partir", é uma parte, um pedaço - no caso, da opinião pública. A política externa ideal deve reunir o maior número de cidadãos. A terceira área de responsabilidade governamental é a tendência a dar um cunho ideológico a posturas que deveriam ser apresentadas por seus méritos. Por exemplo, a integração da América do Sul pode ser demonstrada como um teorema, não necessita bandeira. A quarta é o papel excessivamente protagonista do presidente. Sua projeção pessoal é útil, mas deveria ter sido usada com moderação para evitar ciúmes internos e externos. O Barão de Rio Branco repetia sempre a frase de um escritor alemão: a inveja é a sombra da glória. Um último problema é a politização, a subordinação da política externa a objetivos de partido, de governo, de um presidente, e não da nação como um todo. Pode parecer que sou um terrível crítico da política externa. Não sou. Eu critico sua incapacidade de gerar consenso.

Desafios – Parece que o senhor é mais crítico da forma do que do conteúdo.

Ricupero – Em política externa, as duas dimensões são inseparáveis. Durante a Primeira Guerra Mundial, o presidente norte-americano Woodrow Wilson quis criar a Liga das Nações, mas não conseguiu vender a ideia, rejeitada pelo Senado. Hoje, a maioria dos historiadores

concorda que a política de Wilson era esclarecida. Se os Estados Unidos tivessem entrado na Liga das Nações, talvez a Europa não tivesse caído nas mãos de nazistas e fascistas e a Segunda Guerra Mundial não ocorresse. Com a política externa brasileira, passa algo um pouco semelhante: a baixa capacidade de construir consenso pode inviabilizá-la.

Desafios – Como fica o Mercosul nas atuais condições da América do Sul?

Ricupero – Eu vejo o Mercosul muito fragilizado. Quando se faz um acordo de livre-comércio unindo parceiros de níveis desiguais, o pressuposto é que o acordo concorra para a convergência de todos ao mesmo grau de desenvolvimento. É preciso que os maiores ajudem os menores a diversificar e a ampliar suas exportações. Dentro do Mercosul isso nunca foi feito. Privilegiou-se o comércio, e não o investimento ou o financiamento. Paraguai e Uruguai não conseguiram ter no Brasil a alavanca para se desenvolver. Há outras falhas. A Argentina encontra-se numa fase compreensível de auto-afirmação e quer preservar a indústria que lhe resta. Isso, às vezes, gera conflitos com o Brasil, e aqui se esquece que essas discordâncias se restringem a 10% do intercâmbio e que o Brasil tem um superávit enorme com a Argentina. Outro problema é o conflito entre Argentina e Uruguai. O Brasil tem sido pouco ágil em ajudar esses países a se entender. O Mercosul não vai acabar, mas tampouco vai se realizar no curto prazo.

Desafios – Como sair desse impasse?

Ricupero – Simplesmente devemos admitir que há setores que o Brasil não pode abrir, assim como há áreas que os argentinos não podem abrir. É preciso criar flexibilidades. O acordo de salvaguardas entre Argentina e Brasil foi uma boa ideia, uma válvula de escape. Mas falta muita coisa, como a integração do setor de serviços, muito importante; um acordo de investimento, que não existe; e também um de propriedade intelectual.

Desafios – Por que, apesar dos avanços no mercado externo, a participação brasileira no fluxo mundial de comércio está em queda?

Ricupero – China e Coreia vendem mais porque têm melhor capacidade de oferta. Esse é, de longe, o fator mais importante. O Brasil precisa criar um setor produtivo competitivo. Um dos fatores da competitividade é o câmbio - e no nível em que ele está a situação fica difícil. Outros fatores: custo de capital, taxa de juros, carga tributária, custo Brasil... não vai ser fácil mudar o quadro.

Desafios – Mas o País tem progredido muito.

Ricupero – O Brasil tem crescido no comércio mundial porque é muito competitivo em bens dependentes de recursos naturais, ou seja, na agroindústria e nos produtos minerais. A China é muito competitiva em produtos intensivos em mão de obra. Onde o Brasil tem avançado? Em todo o agronegócio, desde o complexo soja até setores tradicionais, como os do café e do suco de laranja; e também no ramo mineral, com minério de ferro, ferro, alumínio, bauxita etc. Poucos brasileiros sabem que um dos produtos mais dinâmicos da nossa pauta é o petróleo, que há dez anos cresce a taxas acima da média. O Brasil exporta petróleo pesado, devido à sua estrutura de refino, e importa petróleo leve. Isso explica o crescimento do volume. O aumento do faturamento deve-se à demanda chinesa, que elevou o preço de muitos produtos. Nos três últimos anos, por exemplo, o minério de ferro registrou a melhor evolução em 50 anos. Mas, como a competitividade brasileira está muito concentrada nos recursos naturais, não conseguimos crescer de verdade, conquistar maior fatia do comércio mundial. A Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad) publica anualmente uma lista dos 40 produtos mais dinâmicos do comércio mundial, quase todos eletroeletrônicos e químicos, justamente os dois grandes déficits brasileiros. Essas questões têm de ser resolvidas ou continuaremos exportando, mas com taxa de crescimento cada vez menor.

Desafios – Qual o futuro das negociações com a Europa?

Ricupero – As negociações de acordos de livre-comércio com os Estados Unidos e a Europa já duram dez anos, o que revela a existência de obstáculos intransponíveis no momento. O problema maior, em ambos os casos, é a agricultura. Mesmo assim, até o fim do ano há esperança de que as negociações da OMC tenham êxito.

humanizando o DESENVOLVIMENTO

Humanizando o Desenvolvimento IPC Photo/Lawrence Liang

"HANDS OF HOPE – Art Therapy is a tool used to ensure healing and expression. Lefika establishes and facilitates the work of local communities in response to needs it is able to identify with local communities.. The recent xenophobic attacks provided the need for assistance and healing through art in the camps. Photograph taken in SOUTH AFRICA, Sent by Lefika La Phodiso – The Art Therapy Centre"

Como você vê o desenvolvimento? Como retratar a face humana do desenvolvimento? Como os programas e iniciativas de desenvolvimento melhoram a vida das pessoas? A Campanha Mundial de Fotografia "Humanizando o Desenvolvimento" busca mostrar e promove exemplos de pessoas vencendo a luta contra a pobreza, a exclusão social e a marginalização. Chamando-se a atenção para os sucessos obtidos no processo de desenvolvimento. A campanha pretende, contrabalancear as imagens frequentemente mostradas de desolação e desespero. Uma galeria de fotos será permanentemente localizada no escritório do IPC-IG e será aberta para a visitação pública. Uma série de exposições fotográficas também será organizada em em diversas cidades ao redor do mundo. Nós temos o prazer de anunciar as 50 fotos selecionadas pela campanha, que estão disponíveis abaixo. Nós gostaríamos de agradecer os participantes de mais de 100 países que nos enviaram suas fotos e compartilharam suas histórias, sonhos e desafios. Nós agradecemos as instituições parceiras e os membros do Comitê de Seleção por suas contribuições para a campanha. Todos vocês tornaram a campanha uma realidade e nos ajudaram a promover e destacar o Desenvolvimento através de novas lentes. PARABÉNS aos participantes que nos enviarams as 50 fotos abaixo.

HUMANIZANDO O DESENVOLVIMENTO
Campanha Mundial de Fotografia

Visite o site e veja algumas das fotografias da campanha: http://www.ipc-undp.org/photo/

SACO É UM SACO.

RECUSE, REDUZA, REUTILIZE.

Ministério do Meio Ambiente

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

Enquanto você lê este anúncio,
17 mil sacos plásticos
foram parar na natureza.
Quantos eram seus?

SACO É UM SACO.

Sacos plásticos causam enchentes, agridem
o meio ambiente e comprometem o futuro do planeta.
Pense nisso. **Recuse, reduza, reutilize.**

Apoio:

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Realização:

Ministério do Meio Ambiente

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

www.mma.gov.br/sacolasplasticas